

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO (UEMA)
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (CCSA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CARTOGRAFIA SOCIAL E POLÍTICA
DA AMAZÔNIA (PPGCSPA)

FILIPPE DA CUNHA GOMES

*EU NEM QUERIA, MAS EU ESTOU VENDO QUE É OBRIGADA A GENTE QUERER: uma
análise das estratégias empresariais empreendidas pela Suzano Papel e Celulose em
Imperatriz (MA)*

SÃO LUÍS (MA)
2019

FILIPE DA CUNHA GOMES

EU NEM QUERIA, MAS EU ESTOU VENDO QUE É OBRIGADA A GENTE QUERER: uma análise das estratégias empresariais empreendidas pela Suzano Papel e Celulose em Imperatriz (MA)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA), Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), como requisito para obtenção do título de Mestre em Cartografia Social e Política da Amazônia.

Grande área: Ciência Política e Relações Internacionais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cynthia Carvalho Martins.

SÃO LUÍS (MA)
2019

Gomes, Filipe da Cunha

EU NEM QUERIA, MAS EU ESTOU VENDENDO QUE É OBRIGADA A GENTE QUERER: uma análise das estratégias empresariais empreendidas pela Suzano Papel e Celulose em Imperatriz (MA) / Filipe da Cunha Gomes.
– São Luís, 2019.

183 f.

Dissertação (Mestrado) – Curso de Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA), Universidade Estadual do Maranhão, 2019.

Orientadora: Prof. Dr^a. Cynthia Carvalho Martins

1. Estratégias Empresariais. 2. Planos Organizativos. 3. Distinguir. I. Título.

CDU: 658.012.2:316.35 (812.1)

FILIPE DA CUNHA GOMES

EU NEM QUERIA, MAS EU ESTOU VENDO QUE É OBRIGADA A GENTE QUERER: uma análise das estratégias empresariais empreendidas pela Suzano Papel e Celulose em Imperatriz (MA)

Dissertação apresentada ao Programa de PósGraduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA), Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), como requisito para obtenção do título de Mestre em Cartografia Social e Política da Amazônia.

Aprovado em: ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Cynthia Carvalho Martins (Orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Prof.^a Dr.^a Helciane de Fátima Abreu Araújo (Examinadora Interna)
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida (Examinador Interno)
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Prof.^a Dr.^a Antônio João Castrillon Fernández (Examinador Externa)
Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

Dedico este trabalho àqueles agentes sociais que possibilitaram a realização das pesquisas nas diferentes unidades sociais localizadas no entorno de Imperatriz (MA). Que as análises aqui registradas,

contribua para a constante problematização das situações cotidianamente vivenciadas.

AGRADECIMENTOS

Então... hoje a Suzano criou um cenário muito bonito, com muito dinheiro, mas matador... (Maria Querobina Silva Neta, 2015)

RESUMO

A discussão proposta neste trabalho, toma como ponto de partida a implantação de grandes projetos de monocultura de eucalipto no município de Imperatriz (MA), especialmente o contexto de implantação da empresa Suzano Papel e Celulose em 2014. Tal discussão esteve articulada à problematização das estratégias empreendidas pela mencionada empresa por via da criação de setores classificados de “social” e “ambiental”. O trabalho nesse sentido, busca refletir sobre as diferentes situações representadas mediante a ação da empresa Suzano Papel e Celulose em unidades sociais nas quais vivenciei específicas inserções, ressaltando sobretudo os pontos de vistas que partem de diferentes “formas associativas” e “organizativas”. Estes agentes sociais constroem seus pontos de vistas a partir do vínculo “associativo” e “organizativo”, o que por sua vez reflete uma necessidade de distinguir os mencionados vínculos. A pesquisa nesse sentido, voltou-se à distinção das formas organizativas e associativas, estas primeiras apresentam um caráter autônomo em relação ao ponto de vista empresarial, já as segundas apresentam relações com os setores empresariais. Por meio da identificação de diferentes estratégias, buscou-se refletir as implicações direcionadas sobretudo ao plano organizativo dos grupos referidos aos territórios no entorno dos quais a empresa esteve construindo sua fábrica. Estas implicações referem-se à imposições realizadas pela empresa, dentre as quais destaca-se a imposição de um modelo de associativismo que elencou enquanto necessários para que viesse a discutir com as famílias os efeitos que vem ocasionando desde sua implantação. A criação deste associativismo que dialoga com os setores empresariais, vem instigando a reação grupos que buscam se posicionar combativamente e autonomamente à ação empresarial, o que vem resultando inclusive em embates que refletem o acirramento de conflitos internos.

Palavras Chaves: Estratégias Empresariais; Planos Organizativos; Distinguir;

ABSTRACT

The discussion proposed in this paper takes as a starting point the implementation of large eucalyptus monoculture projects in the municipality of Imperatriz (MA), especially the context of the implementation of SuzanoPapel e Celulose in 2014. This discussion was articulated to the problematization of strategies undertaken by the aforementioned company through the creation of sectors classified as "social" and "environmental". This work seeks to reflect on the different situations represented by Suzano Pulp and Paper in social units in which I have experienced specific insertions, especially highlighting the points of view that emerge from different "associative and organizational" forms. These social agents construct their views from the "associative" and "organizational" bond, which in turn reflects a need to distinguish the aforementioned links. The research in this sense, turned to the distinction of organizational and associative forms, the former are autonomous in relation to the business point of view, while the latter have relations with the business sectors. Through the identification of different strategies, we sought to reflect the implications directed mainly to the organizational plan of the groups referred to the territories around which the company was building its factory. These implications refer to the impositions made by the company, among which stands out the imposition of a model of associativism that he listed as necessary to come to discuss with families the effects that have been causing since its implementation. The creation of this associativism that dialogues with the business sectors, has been instigating the reaction of groups that seek to position themselves combatively and autonomously to the corporate action, which has even resulted in clashes that reflect the intensification of internal conflicts.

Keywords: Business Strategies; Organizational Plans; Distinguish;

LISTA DE SIGLAS

- ACII** – Associação Comercial e Industrial de Imperatriz
- ADA** – Área Diretamente Afetada
- AID** – Área de Influência Direta
- AII** – Área de Influência Indireta
- AMPEB** – Associação de Moradores e Produtores de Esperantina I e Bacaba
- AMPEMA** - Associação de Moradores e Produtores de Esperantina II, Matança e Açaisal
- CELMAR** – Celulose do Maranhão
- CENTRU**–Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural
- CPT**–Comissão Pastoral da Terra
- CVRD** – Companhia Vale do Rio Doce
- DNIT** – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
- EFC** – Estrada de Ferro Carajás
- EIA/ RIMA** – Estudo de Impacto Ambiental,Relatório de Impacto Ambiental
- FASE** – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
- GEPEE**–Grupo de Ensino Pesquisa e Extensão em Epistemologia em Educação
- IBAMA** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis
- IFMA** – Instituto Federal do Maranhão
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- MPF** – Ministério Público Federal
- MST** – Movimento dos Sem Terras
- MIQCB** – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
- PGC** – Programa Grande Carajás
- PNCSA** – Projeto Nova Cartografia Social e Política da Amazônia
- PNRA** – Plano Nacional de Reforma Agrária
- PPGCSPA** – Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia
- RSE** – Responsabilidade Social Empresarial
- RODOBRAS** – Rodovia Belém Brasília
- RPO** – Rede de Percepção de Odor
- SNUC**–Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

STTRI – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Imperatriz

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

LISTA DE TABELAS E DIAGRAMAS

Quadro 1 – Inserções estabelecidas por via da relação com os “principais interlocutores” 33

Quadro 2 – Pesquisas de campo realizadas nas “Comunidades” da Estrada do Arroz em janeiro de 2017 46

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Pontos de Interação nas "Comunidades" da Estrada do Arroz e "P.A" Vila Conceição I..... 74

Mapa2 – *ELES ESTÃO FAZENDO TERRORISMO: Situação do acampamento Viva Deus – Estrada do Arroz - Imperatriz* 168

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. A REFLEXIVIDADE NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA: (re)pensando o processo de construção do objeto de estudo e das relações sociais de pesquisa	22
2.1 Refletindo o processo de construção das primeiras relações estabelecidas mediante o estudo realizado sobre a situação de implantação da empresa Suzano Papel e Celulose.....	23
2.1.1 A participação no Seminário “Territorialidades, Frentes de Expansão e Grandes Projetos” enquanto contexto de interação para a construção das primeiras relações.....	23
2.1.1.1 Os “principais interlocutores”: a interação com agentes sociais referidos a trajetórias diferenciadas	29
2.1.2 A inserção em São José da Matança e “P.A” Vila Conceição I a partir do estudo dos efeitos de implantação da empresa Suzano Papel e Celulose.....	33
2.1.2.1 A inserção em São José da Matança e as dificuldades vivenciadas durante a expansão das relações sociais de pesquisa.....	34
2.1.2.2 A inserção no classificado “Projeto de Assentamento” <i>Vila Conceição I</i>	39
2.2 Da análise das relações de contrato estabelecidas com as <i>gatas</i> ao estudo das estratégias empresariais: as redefinições processadas a partir da realização de novas pesquisas de campo	43
2.2.1 As (re)inserções nas classificadas “comunidades” da <i>Estrada do Arroz</i> mediante a problematização das relações de contrato com as <i>gatas</i>	45
2.2.1.1 A reinserção em São José da Matança, Nova Bacaba, Esperantina I e II e a posição dos agentes sociais	46
2.2.1.2 A minha inserção em Coquelândia a partir da participação em uma reunião realizada pelo conhecido Fórum da <i>Estrada do Arroz</i>	51
2.2.1.3 Quando a inserção é provocada pelos próprios agentes sociais: as relações estabelecidas no Acampamento Viva Deus	54
2.2.1.4 A pesquisa de campo em Petrolina: das relações com a Celmar às relações com a Suzano Papel e Celulose	57
2.2.2 Desdobramentos analíticos processados a partir do retorno às “Comunidades” da Estrada do Arroz: a delimitação do objeto de pesquisa ao estudo das estratégias empreendidas pela empresa Suzano Papel e Celulose	60

3. ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS EM CONTEXTO DE IMPLANTAÇÃO DA EMPRESA SUZANO PAPEL E CELULOSE EM IMPERATRIZ (MA).....	69
3.1 Pensando a empresa Suzano Papel e Celulose enquanto agente que produz estratégia	70
3.2 Os “processos de territorialização”: A desarticulação das formas de produção, a venda das fazendas, o deslocamento e a situação dos <i>acampados</i>	72
3.3 As primeiras reuniões com as famílias e a atuação de setores da classificada área “social” e “ambiental”.....	81
4. POR UMA ANÁLISE DO PLANO ORGANIZATIVO: AS “FORMAS ASSOCIATIVAS” QUE SE RELACIONAM COM A EMPRESA E AS “FORMAS ORGANIZATIVAS” DE MOBILIZAÇÃO.....	90
4.1 Pressupostos para uma distinção das “relações associativas” e comunitárias em contexto de estratégias empreendidas pela Suzano Papel e Celulose.....	91
4.2 Distinguindo as “relações associativas” e comunitárias mediante o estabelecimento de relações com a empresa Suzano Papel e Celulose.....	98
4.3 A criação impositiva de um associativismo que se relaciona com o setor empresarial.....	103
4.3.1 A criação de Associações Locais mediante a pretensão empresarial de estabelecer as ditas relações de “parcerias”.....	105
4.3.2 <i>nós estamos com o joelho pelado de rezar (...) tu já viu a fé sem as obras?</i> : A criação do conhecido Fórum da <i>Estrada do Arroz</i> mediante a ação da empresa Suzano Papel e Celulose.....	119
4.3.3 <i>a gente aceitou conversar e eles disse que vieram querendo ser vizinhos: A criação do denominado Conselho de Desenvolvimento Comunitário das Quebradeiras de Coco Babaçu</i>	126
5. A NOÇÃO DE COOPTAÇÃO ACIONADA POR AGENTES SOCIAIS VINCULADOS A “FORMAS ORGANIZATIVAS” QUE SE POSICIONAM AUTONOMAMENTE À LÓGICA EMPRESARIAL.....	140
5.1 A noção de <i>cooptação</i> acionada por <i>quebradeiras de coco babaçu</i> vinculadas ao MIQCB e pequenos agricultores que se posicionam combativamente à ação empresarial.....	143

5.2	A denominada situação de <i>conflito político</i> vivenciada por <i>quebradeiras de coco babaçu</i> a partir do contexto de atuação uma forma associativa criada pela empresa.....	149
5.3	<i>Nossos assentamentos (...) estão sendo combatidos pelo desenvolvimento dos grandes projetos de papel e celulose</i> : a situação dos assentados referidos à “P. A” Vila Conceição I..	153
5.4	A noção de cooptação acionada pelos <i>acampados</i> vinculados à Associação Viva Deus..	159
5.4.1	Representações sobre a denominada ação de terrorismo direcionada aos acampados e as estratégias de permanência no acampamento Viva Deus.....	165
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	172
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	175

1. INTRODUÇÃO

A perspectiva com a qual busquei construir este trabalho dissertativo, esteve alinhada à reflexão de que a problematização das situações relativas aos chamados povos e comunidades tradicionais referidos à Imperatriz, município este localizado no oeste do estado do Maranhão, deve estar articulada a uma leitura reflexiva sobre imposições que desde a década de 90, são direcionadas aos seus territórios mediante a implantação de projetos ditos de desenvolvimento.

Considerando tal perspectiva, reflito que a década de 90 demonstrou que a agenda econômica governamental, que esteve inspirada por diretrizes neoliberais, concedeu abertura à implantação de empreendimentos de beneficiamento de minério de ferro e de monocultura de eucalipto que foram atraídos para os municípios sobre os quais a Estrada de Ferro Carajás (EFC)¹ esteve percorrendo. Dentre os empreendimentos atraídos para Imperatriz, destaca-se aqueles que introduziram em meio a descontinuidades², o monocultivo de eucalipto para fins de produção das chamadas *commodities* (papel e celulose), as quais seriam escoadas pela estrutura ferroviária da EFC que desemboca no Porto de Ponta da Madeira, em São Luís (MA).

Em Imperatriz, nesse sentido, marca-se a implantação de empreendimentos de monocultura de eucalipto viabilizados por interesses de uma agenda econômica neoliberal, que passou a se apropriar dos recursos naturais que se encontram articulados às formas de viver de diferentes grupos, com base na perspectiva de um “discurso protecionista” que os submetem aos interesses de políticas ditas de crescimento econômico (ALMEIDA, 2012). Além do mais, este discurso vem sendo potencializado a cargo de estratégias construídas por estes empreendimentos, que buscam justificar por diferentes mecanismos, a desestruturação de modos de vidas que vem sendo refletidas por suas ações que devastam os recursos da natureza.

¹ Os empreendimentos que inseriram a dinâmica da monocultura do eucalipto no Maranhão, especificamente em Imperatriz, passam a ser implantados após o governo brasileiro idealizar o Programa Polos Florestais em 1990. Este programa teve como objetivo principal fomentar a produção de matéria prima (madeira do eucalipto) para abastecer as indústrias que seriam instaladas nas chamadas áreas de abrangência da Estrada de Ferro Carajás. O referido programa visava concretizar em aproximadamente dez anos, um milhão de hectares de eucalipto plantado entre as cidades de Açailândia e Santa Inês, que seriam destinados exclusivamente para a produção da celulose (CARNEIRO, 2013).

² O uso da classificação descontinuidades, está empregado para destacar que antes da implantação da empresa Suzano Papel e Celulose, ocorreu parciais implantações de empreendimentos que ao longo da dissertação estarei discutindo o contexto por meio do qual estiveram atuando de maneira nociva àqueles que tiveram suas formas de permanência no território confrontadas pelo processo de concentração de terras que está articulado às atividades de monocultivo.

Nesse sentido, compreendo que a dinâmica de implantação destes projetos em Imperatriz, tem realçado novas nuances aos conflitos que antes eram em sua maioria motivados por práticas de “grilagem”³ e pela ação de latifundiários em função da criação de gados bovinos. Consistem em “novos” conflitos que são ocasionados por uma agenda governamental coadunada com setores privados que entrega os territórios aos interesses de mercado. Esta dinâmica vem refletindo em ameaças às específicas formas de uso e apropriação dos recursos naturais mantidas por *quebradeiras de coco babaçu*⁴, *pescadores*, *pequenos agricultores* e famílias que se encontram em distintas situações em relação a territórios que passam a ser disputados com a lógica de monocultura de eucalipto.

Nesse sentido, exponho que a problematização dos efeitos e as situações decorrentes da implantação dos empreendimentos de monocultura de eucalipto em Imperatriz, contemporaneamente representado pela implantação, no ano de 2014, do empreendimento da empresa Suzano Papel e Celulose, instigou um conjunto de reflexões que esteve condicionando a construção deste trabalho dissertativo, que toma como objeto de análise, as estratégias que são construídas mediante a tentativa empresarial de “compensar” os efeitos ocasionados pela construção e funcionamento de uma fábrica de produção de papel e celulose.

A realização de um estudo que se propõe a refletir as estratégias construídas pela empresa Suzano Papel e Celulose ao implantar sua fábrica no município de Imperatriz (MA), traz o desafio de analisar as condições e as relações sociais por via das quais vem encontrando suporte para a construção e imposição de diferentes estratégias, que se revestem em concepções como “social” e “ambiental”. É considerando tal percepção, que no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA/UEMA), estive empenhado na construção deste trabalho dissertativo que tem como título: “*EU NEM QUERIA, MAS EU ESTOU VENDENDO QUE É OBRIGADA A GENTE QUERER*: uma análise das estratégias empresariais empreendidas pela Suzano Papel e Celulose em Imperatriz (MA)”.

A escolha de posicionar um trecho⁵ das narrativas de uma agente social⁶ no título desta dissertação, tem o objetivo de neste primeiro momento, trazer ao leitor a reflexão de que

³ Asselin (2009) em seu livro “Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás”, compreende a categoria *grilagem*, enquanto uma ação de apropriação de terras instrumentalizada de forma “indébita e inescrupulosa”.

⁴ Para fins de organização da escrita, estarei utilizando a formatação em itálico para me referir às categorias utilizadas pelos próprios agentes sociais. Em aspas estarei utilizando para destacar concepções teóricas ou que sejam externas aos grupos.

⁵ Narrativa de Antônia Oliveira, de *nova* Bacaba.

⁶ Ao longo desta dissertação utilizarei a categoria “agente social” para classificar aqueles com os quais estive em interação durante a realização das pesquisas de campo em Imperatriz. Tal classificação tem influência da teoria bourdieusiana, por meio da qual considera-se “agente social” aqueles que se posicionam e constroem seus pontos

o estudo das estratégias construídas pela empresa Suzano Papel e Celulose, coaduna-se a análise de representações expressas por diferentes agentes sociais que estão referidos a planos organizativos, nos quais, vivenciam as tensões ocasionadas por estratégias da empresa, dentre as quais àquela em que impôs a criação de associações locais como condição para o estabelecimento de pretensos diálogos com as famílias referidas aos territórios no entorno dos quais passou a atuar.

A narrativa em destaque, nesse sentido, descreve a situação de uma agente social que busca soluções para os problemas vivenciados após o deslocamento das famílias de Bacaba, que foi provocado pela implantação da empresa, mas que para buscar possíveis soluções ou mesmo discuti-las com os setores designados a tal finalidade, se percebe na condição de ter que assumir a associação local que naquele contexto encontrava-se sem lideranças. Sua percepção permite identificar que tal estratégia, condiciona o necessário estabelecimento de relações com os setores da empresa a partir de “formas associativas” que são reconhecidas enquanto critérios para serem ouvidos.

Sob essa perspectiva, os direcionamentos analíticos dispostos ao longo da dissertação, estarão guiados pelo objetivo de destacar a ação de uma empresa que além de provocar diferentes efeitos que foram ocasionados pelo processo de construção de sua fábrica, vem se apoiando na produção de estratégias que são direcionadas ao plano organizativo de grupos que vivenciam o enfraquecimento de relações e o acirramento de conflitos internos que são estabelecidos por discordâncias em se aproximar das “formas associativas” que se relacionam com a empresa. Consistem em reflexões que estão baseadas em investimentos em relações sociais de pesquisas já estabelecidas em pesquisas de campo realizadas em 2014, 2015 e 2016⁷ e que no âmbito de ingresso ao PPGCSPA, pude aprimorá-las mediante a oportunidade de novas (re)inserções e reformulações do objeto de pesquisa.

Nesse sentido, exponho que para a realização deste trabalho, estive apoiado em diferentes processos de interação com agentes sociais que viabilizaram processuais (re)inserções em unidades sociais localizadas no entorno ou *beira*⁸ da rodovia estadual (MA-123), socialmente conhecida por *Estrada do Arroz*⁹, sendo elas: São José da Matança,

de vistas a partir da incorporação das estruturas objetivas do mundo social. É na relação coletivamente estabelecida que os “agentes sociais” acumulam e projetam a maneira por meio da qual buscam se posicionar diante da realidade a que estão inseridos.

⁷ A realização de pesquisas de campo durante os referidos anos, se deu no contexto em que cursava a graduação em Ciências Sociais (2012-2016).

⁸ A categoria *beira* é representada pelos agentes sociais enquanto referência às margens da rodovia que os interligam a outras unidades sociais e outros municípios.

⁹ De acordo com Franklin (2008) *Estrada do Arroz* consiste em uma classificação socialmente convencionalizada em contextos passados, os quais remontam para a grande produção de arroz naquela região. Atualmente a ação

*Nova*¹⁰Bacaba, Esperantina I e II, Olho d'água dos Martins, Coquelândia, Acampamento Viva Deus, Petrolina e no “Projeto de Assentamento”¹¹ Vila Conceição I, que está localizado às margens da rodovia federal BR 010, conhecida como Rodovia Belém-Brasília ou Bernardo Sayão¹².

A realização das pesquisas de campo nas diferentes unidades sociais, permitiram a interação com agentes sociais que se encontram referidos a situações em relação ao território diferenciadas. Consistem em famílias que sofreram processo de deslocamento ocasionado pela implantação da empresa Suzano Papel e Celulose; que se encontram na situação de posseiros; aquelas encontram-se acampadas reivindicando intervenção do Estado; aquelas que já vivenciaram lutas de reivindicação da dita política de reforma agrária e que atualmente encontram-se em áreas classificadas enquanto “assentamento”; e aquelas famílias que estão referidas à condição de estarem vivendo entre a cerca das grandes propriedades pertencentes a à referida empresa ou dos chamados *fazendeiros* e o asfalto da *Estrada do Arroz*.

Diante das específicas inserções identifiquei a existência das associações locais criadas por imposição empresarial sendo elas: Associação de Moradores e Produtores Rurais de Esperantina II, São José da Matança e Açaizal (AMPEMA) e Associação de Moradores e Produtores Rurais de Esperantina I e Bacaba (AMPEB); o denominado Conselho de Desenvolvimento Comunitário das Quebradeiras de Coco Babaçu criado pela empresa sob a estratégia de reunir *quebradeiras de coco babaçu* em torno de ações de projetos compensatórios; o denominado Fórum de Defesa da Cidadania e do Desenvolvimento das Comunidades da Estrada do Arroz, que reúne lideranças que estão referidas às diferentes unidades sociais localizadas ao longo da rodovia MA-123 e que possui diálogo com os setores da empresa.

de reparo da mencionada rodovia, realizada pelo governo do estado do Maranhão utilizou a classificação Rodovia Padre Josimo. São concepções que terei o cuidado em não reificá-las e que em dado momento neste trabalho estarei as problematizando.

¹⁰O adjetivo *nova* consiste em um termo empregado pelos próprios agentes sociais para designar a localidade para onde foram deslocados.

¹¹ Considerando a discussão realizada por (ANDRADE et al., 1998), os quais problematizaram as classificações Projetos de Assentamento, assentamentos e assentados, enquanto categorias de atribuição construídas no cerne de uma política governamental e externamente à dinâmicas de grupos que se identificam a partir de categorias de autodefinição, irei utilizar as aspas ao mencionar tais categorias numa tentativa de ressaltá-las enquanto categorias construídas pelo Estado.

¹² O acesso ao “assentamento” *Itaciraou Vila Conceição*, é feito pela BR-010, que é conhecida por Rodovia Belém-Brasília ou Bernardo Sayão. De acordo com Franklin (2008, p. 114) “Em 15 de maio de 1958, treze dias após a inauguração da Rodovia Brasília – Anápolis, JK assinou o decreto nº 43.710, criando a Comissão Executiva da Rodovia Belém – Brasília (RODOBRÁS), subordinada à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Pelo próprio Presidente da República, foi escolhido o condutor das obras dessa estrada: o engenheiro agrônomo carioca Bernardo Sayão de Araújo (...) definido e aprovado o projeto, o início da construção da rodovia se deu ainda em 1958. Imperatriz foi escolhida como base da segunda frente de trabalho da área maranhense”.

Além do mais, pude estabelecer relações com aqueles sociais que buscam se posicionar autonomamente e combativamente em relação à ação da empresa Suzano Papel e Celulose. A primeira refere-se ao Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), por meio de tal movimento as autodesignadas *quebradeiras de coco babaçu* recuperam um posicionamento que não está restrito ao período de implantação da empresa Suzano Papel e Celulose, mas de empreendimentos anteriores que acirraram conflitos mediante a derrubada da palmeira do coco babaçu. Além deste movimento identifiquei, como organização que se opõe à empresa Suzano Papel e Celulose, a Associação Viva Deus, que é referida à situação dos *acampados* que buscam a desapropriação de uma denominada *fazenda* que se encontra em posse da empresa Suzano Papel e Celulose, os agentes sociais vivenciam um conflito interno motivado por uma tentativa de acordo realizado pela empresa, por meio do parcial aceite de tal acordo, o grupo de *acampados* encontram-se atualmente divididos.

Além do MIQCB e Associação Viva Deus, pude estabelecer interação com aqueles que se encontram referidos a uma área de “assentamento”. A experiência acumulada em processos de lutas travados por via de movimentos sociais e sindicais contra aqueles empreendimentos que inseriram a monocultura de eucalipto em Imperatriz e contra o processo de concentração fundiária ocasionados por latifundiários que ameaçam a lógica de acesso à dita reforma agrária, buscam se posicionar criticamente à ação da empresa Suzano Papel e Celulose. Consistem em posicionamentos que buscam se distinguir daquelas “formas associativas” que se relacionam com a empresa, além do mais, identifiquei o constante acionamento da noção de *cooptação* como modalidade perceptiva para classificarem aqueles agentes sociais que se encontram relacionados com a empresa.

A maneira como irei problematizar as diferentes estratégias empreendidas pela empresa Suzano Papel e Celulose, será realizada a partir do estudo das relações por meio das quais estive inserido nas mencionadas unidades sociais. Com base em tal pretensão, estarei me articulando a perspectivas analíticas que permitirão realizar o estudo das diferentes formas de organizações mantidas pelos agentes sociais, que mediante o contexto de implantação da mencionada empresa, passam a se diferenciar pela forma como buscam se posicionar diante da imposição de criar ou a se vincular a “formas associativas” criadas pela própria empresa como pressuposto para estabelecer relações ditas de “parcerias” ou mesmo como condição para o acesso aos ditos projetos de compensação.

Em relação à maneira como irei operacionalizar o estudo das diferentes “formas de organização” a que estão vinculados os agentes sociais com os quais estive em interação, exponho que estarei me articulando à discussão proposta por Almeida (2002) ao trazer a ideia

de “formas organizativas e associativas”. Estarei utilizando tais concepções considerando as situações empíricas que identifiquei nas pesquisas de campo, por meio das quais percebi a necessidade de refletir a maneira como os agentes sociais que se opõe à lógica empresarial e que lutam por meio de uma autonomia política, buscavam se “distinguir e mobilizar” (ALMEIDA, 2002) daqueles agentes sociais que estão vinculados às “formas associativas” que se relacionam com a empresa.

Estarei realizando tais discussões a partir de quatro capítulos centrais. No primeiro, ao qual intitulo “REFLEXIVIDADE NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA: (re)pensando o processo de construção do objeto de estudo e das relações sociais de pesquisa”, busquei problematizar as condições sociais por meio das quais tive acesso a um conjunto de informações que possibilitaram construir as análises que estão delineadas nesta dissertação. Esta proposta recupera reflexivamente o contexto das primeiras pesquisas de campo realizadas em Imperatriz, relacionando, inclusive, a ocasião em que pode interagir com Daniel Nascimento e Maria Querobina, que são referenciados como sendo os “principais interlocutores”. Tais reflexões alinham-se também a proposta de relativizar as dificuldades enfrentadas mediante as construções das relações de pesquisa, contexto em que procuro problematizar a minha posição enquanto participante deste processo. Com base nestas reflexões, procuro ainda, apontar o processo por meio do qual redefini e delimito o objeto de estudo.

No capítulo segundo o qual é intitulado “Estratégias empresariais em contexto de implantação da empresa Suzano Papel e Celulose em Imperatriz (MA)”, procuro refletir a empresa enquanto agente que toma como suporte a produção de estratégias visando a legitimação de suas ações. Relacionei a esta reflexão, as ações tomadas no processo de sua implantação, contexto em que produziu estratégias e que refletiu em alterações na territorialidade de grupos mediante a compra ou arrendamento de terras, deslocamento de famílias e ainda, provocou o tensionamento das relações em uma área de acampamento.

Essa reflexão foi realizada de maneira relacional às transformações ocasionadas por empreendimentos anteriores, demonstrando que a implantação da fábrica potencializou um processo que já se encontrava em curso. Além do mais, partindo do pressuposto de que para a produção de estratégias, a empresa se articula ao estabelecimento de relações por via de setores classificados de “social” e “ambiental” e apoiados em concepções como “Responsabilidade Social Empresarial”, refleti as primeiras reuniões como sendo um espaço por meio do qual a empresa busca estabelecer o que classifica de relações de “parcerias”, sob

o pressuposto de viabilizar os ditos projetos de compensação e a impor a criação de “formas associativas” que estejam em relação com os seus setores.

No capítulo terceiro intitulado “Por uma análise do plano organizativo: as “formas associativas” que se relacionam com a empresa e as “formas organizativas” de mobilização”, reflito sobre o processo por meio do qual percebi a necessidade de distinguir as diferentes “formas organizativas” que identifiquei mediante o estabelecimento de relações sociais, as quais buscavam se posicionar criticamente e combativamente em relação às ações da empresa, das “formas associativas” criadas ou que se relacionavam com a empresa. Para tal pretensão, realizei um investimento teórico de modo a reunir condições para distinguir e estudar as relações que se estabelecem no interior das “formas organizativas” e “formas associativas”. Essa distinção tomou como recurso analítico concepções como “relações comunitárias” e “relações associativas” afim de analisar os lugares de fala dos agentes sociais considerando a estrutura que definem suas especificidades.

No quarto capítulo intitulado “A noção de cooptação acionada por agentes sociais vinculados a “formas organizativas” que se posicionam autonomamente à lógica empresarial”, realizei uma análise das diferentes “formas organizativas”, referenciando inclusive, o estudo das “relações comunitárias” e “associativas” que prevalecem no MIQCB e Associação Viva Deus. Além do mais, a discussão que baseia a construção deste capítulo, consiste na problematização e na relativização da noção de cooptação que é acionada enquanto modalidade perceptiva para a elaboração de críticas às estratégias utilizadas pela empresa Suzano Papel e Celulose de modo a provocar o estabelecimento de relações e a criação “formas associativas” que se relacionam e que mantem proximidade com os seus setores.

2. REFLEXIVIDADE NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA: O processo de construção do objeto de estudo e das relações sociais de pesquisa

É considerando a reflexão de que este trabalho dissertativo não se constitui, o que erroneamente poderia apresentar enquanto mero “produto” de uma experiência de campo ou mesmo “resultado” da aplicação de um conjunto de métodos, que procuro por meio deste capítulo, analisar reflexivamente o processo a partir do qual busquei pesquisar questões relativas à maneira como a empresa Suzano Papel e Celulose, que entrou em funcionamento em Imperatriz (MA) nos finais de 2013, vem empreendendo estratégias que se revestem em concepções como “ambiental” e “social”. Não perdendo de vista a análise das implicações que tais estratégias vêm impondo às específicas formas de relação construídas nos territórios no entorno dos quais a empresa passou a atuar, e os efeitos que tais estratégias vêm refletindo ao plano organizativo construído pelos agentes sociais referidos às unidades sociais em que estive sendo inserido.

Procuro, nesse sentido, me posicionar a partir de uma perspectiva que se articule à uma vigilância epistemológica contínua, de modo a não recair em reflexões canonizadas pela tradição positivista, a qual tende a demarcar uma divisão entre teoria e metodologia ou, ainda, descrever a construção da pesquisa a partir daquilo que se convencionou em “manuais de pesquisa”. Tal compreensão, apoia-se na perspectiva de Bourdieu (1998a, p. 24), o qual critica a metodologia enquanto instrumento de “divisão social do trabalho científico” mediante a prática de um pensar relacional, o qual põe a teoria e a metodologia em uma mesma dimensão reflexiva, oferecendo possibilidades de pensar a pesquisa em relação com as próprias dificuldades enfrentadas pelo pesquisador, considerando tal percepção, procuro me inserir dentro do processo de construção da pesquisa enquanto forma de analisar as dificuldades vivenciadas no decorrer da pesquisa.

Além do mais, aproveitarei este capítulo para exercitar reflexões em torno do processo de construção do objeto de estudo, ressaltando que tal processo não ocorre de maneira espontânea, mas baseado em relações sociais gradualmente estabelecidas em contexto de pesquisas de campo, as quais foram realizadas por meio de inserções em

diferentes unidades sociais localizadas no entorno do município de Imperatriz (MA). Nesse sentido, buscarei compreendê-lo, a partir da problematização das condições sociais por meio das quais estabeleci relações sociais de pesquisa com agentes sociais que constroem pontos de vistas com base nas situações cotidianamente vivenciadas e a partir da posição social que ocupam.

Analisarei as pesquisas de campo por meio das quais investi na problematização das estratégias empreendidas pela empresa Suzano Papel e Celulose, ressaltando que tal pretensão analítica esteve inserida em um processo de constantes redefinições, não perdendo de vista, a análise de que a possibilidade de construção deste trabalho dissertativo, foi possibilitada por um conjunto de investimentos em pesquisas e relações sociais estabelecidas em Imperatriz em contexto anterior ao de construção do trabalho dissertativo.

Sob essa perspectiva, buscarei demarcar o processo por meio do qual construí o objeto de pesquisa, referenciando os contextos por meio dos quais pude realizar diferentes pesquisas de campo. Tal pretensão, tomará como ponto de partida, a análise da participação no Seminário “Territorialidades, Frentes de Expansão e Grandes Projetos” enquanto contexto de inserção que possibilitou a construção das primeiras relações de pesquisa, as quais foram estabelecidas com Daniel Nascimento e Maria Querobina e que foram decisivas para a expansão das relações sociais e para a continuidade das pesquisas que foram realizadas a partir do contexto de ingresso no Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA).

2.1 Refletindo o processo de construção das primeiras relações estabelecidas mediante a realização de um estudo sobre os efeitos de implantação da empresa Suzano Papel e Celulose

2.1.1 O Seminário “Territorialidades, Frentes de Expansão e Grandes Projetos” enquanto contexto de interação para a construção das primeiras relações

O processo de construção do objeto de estudo, o qual está ressaltado em reflexões apresentadas nesta dissertação, não teve a sua construção baseada em relações de pesquisa estabelecidas espontaneamente e nem pode ser compreendido somente enquanto baseado às relações que pude estabelecer e expandir em pesquisas realizadas a partir do contexto em que ingressei na pós-graduação. O objeto de estudo, nesse sentido, está diretamente influenciado por um investimento compreendido em relações sociais estabelecidas e pesquisas realizadas

por via da participação de projetos de pesquisas nos quais estive inserido no âmbito da graduação em Ciências Sociais¹³.

A presente dissertação, nesse sentido, está articulada a uma rede de relações estabelecidas em pesquisas realizadas em diferentes unidades sociais, as quais estão localizadas no entorno do município de Imperatriz (MA). A inserção nestas unidades sociais, a exemplo de São José da Matança, Nova Bacaba, Esperantina I e II e Olho D'água dos Martins, partiu de relações estabelecidas no contexto em que passei a participar de eventos e atividades de pesquisa realizadas no âmbito do PNCSA.

Dentre estas atividades de pesquisa e participação em eventos, destaco a minha participação no Seminário intitulado “Territorialidades, Frentes de Expansão e Grandes Projetos”¹⁴, o qual foi realizado no dia 07 de junho de 2014 em Imperatriz. É considerando as possibilidades de investimento em pesquisas que passei a ter, que, nesta seção, busco refletir a participação no mencionado Seminário, enquanto marco a partir do qual realizei sistemáticas pesquisas de campo por meio de um gradual estabelecimento de relações de pesquisa.

Neste evento, tive a oportunidade de estabelecer os primeiros diálogos com lideranças, que por meio de uma mesa redonda¹⁵, apresentavam ou mesmo denunciavam, as formas a partir das quais suas dinâmicas específicas eram ameaçadas mediante os efeitos de implantação de um empreendimento pertencente à empresa Suzano Papel e Celulose. Esta empresa associou a aquisição de extensas florestas de eucalipto, que já haviam sido plantadas na região de Imperatriz por empreendimentos anteriores, à construção de uma fábrica de produção de papel e celulose, que teve o seu processo de implantação iniciado em abril de 2011, sob o aval da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Renováveis¹⁶, que autorizou a construção de sua fábrica, em uma área¹⁷ total de 1,5 milhão de m², sendo 96 mil de área construída.

¹³ Ao cursar a graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Maranhão (2012-2016), nos anos de 2014, 2015 e 2016, estive inserido no Programa de Iniciação Científica, com o plano de trabalho intitulado Mobilização e saberes em áreas de implantação de grandes projetos na região de Imperatriz (MA), o qual era um desdobramento do projeto de pesquisa da Prof. Cynthia Martins intitulado Mobilização e Saberes em comunidades tradicionais no Maranhão.

¹⁴ “A realização do Seminário “Territorialidades, Frentes de Expansão e Grandes Projetos”, que foi organizado pelo PPGCSPA e pelo Centro de Ensino Superiores de Imperatriz/UEMA, teve a sua programação executada durante a manhã do dia 07/06/14, no período da tarde, houve a realização de uma oficina de mapas que teve como objetivo a avaliação de mapas já produzidos pelo projeto Cartografia social dos babaçuais.

¹⁵ A referida mesa redonda, coordenada pela Profa. Dra. Rosa Acevedo, estava composta por representantes do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e de associações locais de unidades sociais localizadas na chamada *estrada do arroz* (MA -123).

¹⁶ De acordo Imirante (2010), a empresa iniciou a construção da fábrica após a emissão da licença ambiental (nº 711/10) pela SEMA.

¹⁷ Dados coletados no artigo *Suzano Papel e Celulose inicia operações da unidade em Imperatriz*, produzido por Caroline Martin e publicado no website da revista *O Papel* em janeiro de 2014.

Atuante em outros estados, a exemplo de São Paulo e Bahia, o grupo Suzano encontra no município de Imperatriz, escolhido com base em estudos iniciados em 2007, infraestrutura rodoviária e ferroviária favorável a construção de uma unidade industrial de processamento da madeira do eucalipto, visando especialmente a produção de papel e celulose. Inicialmente o empreendimento seguiu somente na produção da celulose, que se constitui uma matéria prima demandada pelo mercado externo (POYRY, 2010). A produção de papel veio a ser pensada pela empresa, somente no ano de 2016, contexto em que o empreendimento passa a ser expandido por meio da construção de um novo anexo, que comportou a estrutura de uma fábrica de produção de papel do tipo *tissue*¹⁸, este voltado ao mercado nacional.

Ao se implantar em Imperatriz, a empresa Suzano Papel e Celulose passa, com base na racionalidade de mercado¹⁹, a instituir uma região (BOURDIEU, 1998b), a qual atrela-se às formas de apropriação dos recursos naturais que se diferenciam das formas como povos e comunidades tradicionais, referidos a territorialidades específicas, se apropriam do território. Espaços antes acessados para a coleta do coco babaçu, para a feitura do carvão, para a implantação das *roças*, para a pesca, dentre outras atividades realizadas por extrativistas afim de garantirem a reprodução social de suas famílias, passam a ser confrontados por processos de expropriação guiados pela mencionada empresa, a qual intensifica a expansão de grandes plantações homogêneas de eucalipto, atividade que é executada desde a década de 90, com a idealização do projeto Celulose do Maranhão (Celmar)²⁰ por parte da então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

¹⁸ Conforme matéria publicada por Aquiles Emir (2017) no site Maranhão Hoje, o anexo que teve a sua construção iniciada em 2016, produzirá o conhecido papel higiênico. De acordo com tal publicação, a ampliação do empreendimento estará articulada a investimentos que serão feitos, como contrapartida pela empresa Suzano, ao projeto Escola Digna, o qual foi idealizado pelo Governo do Maranhão para reformar unidades de ensino. O anunciado investimento de R\$ 2,5 milhões de reais pela empresa Suzano, projeta a reforma de quatro escolas, as quais estão localizadas nos municípios de Açailândia, Buriticupu, Sítio Novo e Urbano Santos.

¹⁹ Tal racionalidade está referida ao mercado das chamadas *commodities*, o qual vem se reformulando desde a década de 70 em período nacional-desenvolvimentista, a partir do qual o território amazônico, sob a falácia dos ditos “vazios demográficos”, passa a ser alvo da ação de empreendimentos, os quais vem até os dias atuais, articulando interesses de grupos oligopólios aos interesses governamentais, os quais são compreendidos a partir dos atos de Estado (BOURDIEU, 2014). Tal relação, permite identificar ainda o compartilhamento de interesses entre o mercado e o Estado, relação que se articula curiosamente no dito contexto neoliberal (MESQUITA, 2014).

²⁰ Matias (1994, p. 6) assinala que: “O governo brasileiro lançou em 14.07.1990, na Serra dos Carajás, o “Programa Polos Florestais para a Amazônia Oriental: a Reversão do Processo de Degradação Ambiental”, que foi concebido e será executado pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), empresa que há tempos planeja a implantação de uma vasta floresta de eucalipto destinada à produção de celulose na região de influência da Estrada de Ferro Carajás”. É no calor de tais pretensões que se cria no ano de 1992, em Imperatriz, o projeto Celulose do Maranhão (CELMAR). Segundo Matias (1995, p.137), o referido projeto teve como sócios “os grupos Risipar S.A (55% do capital), Companhia Vale do Rio Doce (30% do capital), e a empresa japonesa NisshoIwai Corporation (15% do capital)”.

Estas representações sobre o processo de implantação da fábrica de papel e celulose, foram constantemente ressaltadas em análises realizadas por pesquisadores e depoimentos de agentes sociais que também participavam do referido Seminário. Estas narrativas, foram construídas especialmente pelos agentes sociais Daniel Nascimento e Maria Querobina, os quais buscavam descrever o cotidiano vivenciado pelas famílias referidas às unidades sociais a que estão referidos e que se encontram localizadas no entorno das *fazendas*²¹e, das plantações de eucalipto, compradas pela empresa Suzano Papel e Celulose em função de sua implantação.

Ao longo de sua participação no Seminário “Territorialidades, Frentes de Expansão e Grandes Projetos”, Daniel Nascimento buscou descrever a existência de específicas situações sociais referidas a São José da Matança, unidade social a que está referido, e, também, situações vivenciadas pelas famílias de Esperantina I e II, Bacaba, Olho d’água dos Martins e Açaizal, as quais estão inseridas em uma teia de relações de parentesco ou mesmo em relações construídas a partir do vínculo associativo a diferentes associações locais, as quais foram criadas sob o discurso empresarial de reivindicar melhorias e acesso aos ditos projetos de compensação.

Já a participação da agente social Maria Querobina, marcou a construção de uma narrativa, que parte de sua experiência enquanto vinculada a movimentos sociais e sindicais, a partir dos quais, naquela ocasião, buscou se posicionar combativamente aos efeitos ocasionados pela implantação da empresa Suzano Papel e Celulose às famílias do “Projeto de Assentamento” Vila Conceição I, ao qual está referida. Além do mais, buscou ressaltar as ameaças sofridas pelas auto autodesignadas *quebradeiras de coco babaçu*, que passaram a ter a continuidade de suas práticas extrativas dificultadas mediante o processo de compras e arrendamento de terras intensificado pela mencionada empresa.

Dessa maneira, compreendo a participação no Seminário “Territorialidades, Frentes de Expansão e Grandes Projetos”, enquanto decisiva para a formulação de um plano de pesquisa a partir do qual passei a problematizar as situações representadas naquela ocasião, a exemplo da situação de deslocamento das famílias de Bacaba e a desestruturação das condições até então dispostas pelas famílias para a continuidade de práticas produtivas e extrativas. São situações que foram constantemente ressaltadas em narrativas tecidas por aqueles agentes sociais com os quais busquei estabelecer relações.

²¹ De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), produzido no âmbito da implantação da fábrica de papel e celulose, a construção da mencionada fábrica, foi realizada por meio de negociações que resultaram na compra das fazendas Saramandaia e Santa Cecília (POYRY, 2010).

As reflexões promovidas pelos pesquisadores vinculados ao PNCSA, que durante o Seminário expuseram suas pesquisas e inclusive naquela ocasião realizaram o lançamento de livros²², possibilitou a interação de agentes sociais com os quais estiveram envolvidos na realização de suas respectivas pesquisas, como assim ocorreu após o momento em que se pronunciou o pesquisador Otávio Velho, o qual pensou no livro “Frente de Expansão e Estrutura Agrária...” (2013), se referindo ao contexto a partir da década de 1950, as especificidades daquilo que classificou de “frentes de expansão”, que podem ser compreendidas pelas correntes migratórias identificadas em específicos estados.

O efeito provocado pelas correntes migratórias que compuseram o que Velho (2013) denominou de “frentes de expansão” no estado do Maranhão, foi apresentado por meio do considerável crescimento demográfico, identificado sobretudo nas denominadas zonas fisiográficas do Baixo Mearim, Pindaré e Tocantins. Diante de tal reflexão, a dinâmica do município de Imperatriz, especificamente as áreas de campo, foram pensadas pelo autor, enquanto formadas pela “frente de expansão” que se articulou às chamadas fronteiras agrícolas. Dado analítico que está diretamente articulado à compreensão da formação social daquelas unidades sociais localizadas no entorno de Imperatriz.

Além do mais, estiveram envolvidos naquela viagem ao município de Imperatriz, realizada por ocasião do referido Seminário, uma equipe de pesquisadores que já possuíam pesquisas realizadas naquela região. Tais pesquisadores, sendo eles: Alfredo Wagner, Cynthia Martins, Helciane Araújo e Jurandir Novaes, estavam referidos a uma rede de relações de pesquisa construída ao longo de suas trajetórias acadêmicas, as quais estão diretamente imbricadas em projetos de pesquisa executados via o PNCSA.

O cronograma de atividades idealizadas no bojo do projeto de pesquisa²³ a partir do qual o mencionado Seminário foi realizado, abrangeu ainda a execução de uma oficina de mapas cujo objetivo era o de avaliar alguns mapas juntamente com os agentes sociais que estiveram inseridos em suas produções. Ao mesmo tempo em que os mapas eram revisados, debates sobre as situações neles expressadas eram resgatados através de reflexões, as quais eram orientadas por agentes sociais e pesquisadores presentes naquela ocasião. Tais reflexões, demonstravam que aqueles mapas carregavam em suas projeções, a situacionalidade vivenciada em diferentes unidades sociais, permitindo assim, perceber a maneira como os

²² Como assim prosseguiu Otávio Velho ao relançar o livro intitulado “Frente de Expansão e Estrutura Agrária: estudo do processo de penetração numa área da transamazônica” (2013) e Helciane Araújo, que lançou o livro denominado “Estado/ Movimentos Sociais no campo: a trama da construção conjunta de uma política pública no Maranhão” (2013).

²³ Cartografia dos Babaquais: mapeamento social da região ecológica do babaçu, realizado no âmbito do PNCSA.

mapas produzidos no âmbito da “Nova Cartografia Social”²⁴ se distinguem daqueles mapas construídos por agentes oficiais, o que por sua vez, reforçava a luta daqueles agentes sociais que buscavam formas de enfrentamento a ação devastadora de empreendimentos na região de Imperatriz.

Dessa maneira, analiso que o Seminário “Territorialidades, Frentes de Expansão e Grandes Projetos”, representa o primeiro contexto de interação a partir do qual pude estabelecer um diálogo preliminar com agentes sociais que estavam referidos a situações que até então, eram por mim analisadas por meio de levantamentos bibliográficos. A interação com estes agentes sociais, aqui representados por Daniel Nascimento e a senhora Maria Querobina, que já possuíam relações estabelecidas com aqueles pesquisadores²⁵ com os quais viajei a Imperatriz, projetou uma gradual construção de relações de pesquisa, as quais foram processualmente aprofundadas e expandidas.

O interesse em estabelecer relações com Maria Querobina e Daniel Nascimento, era cogitado desde as primeiras discussões estabelecidas com minha orientadora, que naquele contexto apontava para as possibilidades analíticas que poderiam resultar mediante a relação com estes agentes sociais, que estão diretamente referidos a uma posição social construída a partir de suas específicas trajetórias em movimentos sociais e sindicais.

As específicas trajetórias de Maria Querobina e Daniel Nascimento, os permitiam construir percepções não só sobre os processos desencadeados pela implantação do empreendimento da empresa Suzano Papel e Celulose, mas das próprias transformações vivenciadas desde a década de 70, contexto a partir do qual processos de expropriação e concentração de terras, foram intensificados mediante a implantação de empreendimentos que vieram no bojo do Projeto Grande Carajás (PGC)²⁶, dos quais se destaca a implantação de

²⁴ Ao trazer a inserção do adjetivo “nova” precedendo o enunciado “cartografia social”, o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia passa a levar um novo significado à operacionalização dos instrumentos pertinentes à chamada cartografia clássica às diversas situações referidas à Amazônia brasileira. Rompendo com os quadros de percepção positivista ou mesmo com as classificações primordialistas, as quais reduzem situações de emergência de novas identidades aos parâmetros estabelecidos pelos critérios cromáticos ou essencialistas, a denominada *nova cartografia social* enquanto um recurso analítico, busca instituir nova região (Bourdieu, 1998b) a partir do ponto de vista dos próprios agentes sociais que também fazem parte do processo de construção de mapas nos quais são expressos as situações sobre as quais estão referidos. Longe de se constituir uma verdade, a chamada *nova cartografia social* passa a encarar o desafio de formular-se enquanto um recurso analítico, o qual assume a pretensão de vestir-se de pressupostos teóricos que possam permitir o fazer cartográfico desvinculado do modo cartográfico clássico (ALMEIDA, 2013).

²⁵ Durante a programação do referido Seminário, os primeiros diálogos com Maria Querobina e Daniel Nascimento foram intermediados pela professora Cynthia Martins e pelo *quilombola* e pesquisador Davi Pereira Júnior.

²⁶ “O Programa Grande Carajás (PGC) foi um desdobramento do Projeto Ferro Carajás, da então estatal Companhia Vale do Rio Doce (hoje privatizada e autodenominada apenas “Vale”), que visava, principalmente, garantir as condições infraestruturais para a exploração e transporte das gigantescas jazidas de minério de ferro

siderúrgicas e extensos plantios homogêneos de eucalipto, este que ganha força sobretudo a partir da década de 1990.

Nesse sentido, a relação que gradualmente passei a estabelecer com Maria Querobina e Daniel Nascimento, abriu possibilidades para a realização de pesquisas de campo em suas respectivas unidades sociais, de modo, que pude aprofundar estas relações percebendo, inclusive, a necessidade em distinguir as formas com base nas quais compreendiam aquelas situações, bem como as formas a partir das quais posicionavam-se diante das situações ocasionadas pela empresa Suzano Papel e Celulose.

Considerando os aspectos referidos à posição social de Daniel Nascimento e Maria Querobina, os identificarei como sendo os “principais interlocutores” desta pesquisa. Tal classificação, expressa a importância representada por suas respectivas experiências as quais estão associadas à uma rede de relações sociais construídas a partir de suas trajetórias, como também a possibilidade em ter acesso às específicas informações. Além disso, visto referenciar com essa classificação, as possibilidades de expansão das relações sociais de pesquisa que passei a ter a partir do contexto em que articularam a minha inserção em suas unidades sociais.

2.1.1.1 Os “principais interlocutores”: a interação com agentes sociais referidos a trajetórias políticas diferenciadas

Antes de pensar os elementos relativos às maneiras com base nas quais Daniel Nascimento e Maria Querobina articularam a minha inserção nas unidades sociais a que estão referidos, ainda nas primeiras pesquisas de campo realizadas no contexto em que cursava a graduação, buscarei por meio desta seção, ressaltar brevemente a trajetória por via da qual, os mencionados agentes sociais acumularam uma experiência que contemporaneamente os possibilitam compreender os processos delineados naquela região.

Por mais que a minha interação com estes agentes sociais, tenha sido articulada por via de um Seminário a partir do qual buscaram ressaltar os efeitos de implantação da empresa Suzano Papel e Celulose, não caberia afirmar que suas percepções analíticas estejam restritas ao contexto de lutas que se estruturam mediante a implantação da mencionada empresa, visto que compreendem a implantação da fábrica de papel e celulose, tomando como referência um contexto de lutas que se estrutura a partir de embates travados contra a ação de

do sudeste do Pará. O PGC foi institucionalizado pelo Presidente da República, João Figueiredo, através Decreto Lei 1813, de 24 de novembro de 1980” (SANT'ANA JÚNIOR, 2014).

fazendeiros e empreendimentos de monocultura de eucalipto, que foram implantados a partir de 1990 em termos de formação de extensas florestas de eucalipto.

Ao classifica-los enquanto “principais interlocutores”, não tenho a pretensão de generalizar os seus pontos de vistas, uma vez que a relação com Daniel Nascimento e Maria Querobina, me abriram possibilidades de expansão destas relações com agentes sociais referidos às suas unidades sociais, ou, referidos às unidades sociais com as quais possuem relações. Passei a refletir tal percepção, à medida em que passei a interagir com estes agentes sociais que faziam parte de suas redes de relações, e que essa expansão, me fez ter contato com diferentes “percepções do mundo social” (BOURDIEU, 2004, p. 157), as quais seriam expressas por meio de diferentes pontos de vista.

Nesse sentido, procuro não perder de vista, a reflexão de que possuir dois interlocutores, aqui classificados como principais, não anulou a possibilidade de expandir as relações de pesquisa, uma vez que os seus pontos de vistas, possuem limites que estão diretamente referidos à posição social que ocupam e articulados a experiências vivenciadas mediante lutas construídas coletivamente. Ao voltar atenção aos elementos que estruturam a posição social a que estão referidos, procuro demarcar as distinções refletidas na própria maneira como se posicionam diante dos embates cotidianamente vivenciados e que foram constantemente representados durante a realização das pesquisas.

Ao refletir sobre a relação estabelecida com Daniel Nascimento e Maria Querobina, implica apontar que suas trajetórias políticas possuem pontos que se distinguem. A trajetória de Daniel aponta para uma inserção inicial em movimentos sindicais e posteriormente para relação com associações que possuem estreita relação com setores da empresa Suzano Papel e Celulose. Entretanto, percebi que esta relação com a empresa não o fazia deixar de tecer críticas à ação empresarial, as entrevistas que com ele pude realizar, o possibilitou exercitar estas críticas, me direcionando inclusive, a agentes sociais que possuíam posicionamento extremamente combativos às ações empresariais.

Daniel Nascimento, desde cedo esteve participando de atividades idealizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Imperatriz (STTRI), o interesse em participar de tais atividades, a exemplo de assembleias, partiu de influências sofridas mediante a relação estabelecida com o então delegado sindical Viana Neto, também referido à *Matança*. Em face a inserção em atividades sindicais, Daniel Nascimento chegou a ocupar por quatro anos, a posição de Diretor da coordenação de jovens do Sindicato, empenhando-se em ações relacionadas à formação políticas de jovens para atuarem em atividades sindicais.

Após se desvincular das atividades desempenhadas no STTRI, Daniel Nascimento, diante de dificuldades enfrentadas pela Associação de Moradores e Produtores Rurais do Povoado Matança, associação criada sob o intuito de reivindicar projetos para os denominados *associados* antes mesmo da chegada da fábrica de papel e celulose, se dispôs a criar uma nova associação por ocasião do processo de implantação da fábrica de papel e celulose iniciado em 2011, contexto em que a própria empresa exigiu a formalização de um associativismo que dialogasse com seus setores. Juntamente com outros agentes sociais, criou a Associação de Moradores e Produtores Rurais de Esperantina II, São José da Matança e Açaizal (AMPEMA), a qual foi criada sob o discurso empresarial estabelecer pretensos diálogos com as famílias face às reuniões organizadas no contexto de sua implantação.

Diante do término do seu mandato na AMPEMA, chegou a ser no ano de 2016, eleito para o cargo de Conselheiro Tutelar, entretanto, por questões burocráticas, não pode permanecer no cargo. Posteriormente, foi convidado por agentes sociais referidos às unidades sociais da *Estrada do Arroz*, para concorrer por meio de processo eleitoral, ao cargo de presidente do Fórum da *Estrada do Arroz*, sendo eleito no mesmo ano e, inclusive, questionado por ocupar essa posição e está ao mesmo tempo, vinculado a um cargo público municipal.

O contexto a partir do qual pude aprofundar as relações com Daniel Nascimento, me fez perceber a necessidade de apontar distinções em relação a sua posição social, visto que buscava analisar a maneira como se posicionava diante da atuação da empresa Suzano Papel e Celulose, no mesmo plano político a partir do qual a senhora Maria Querobina buscava se posicionar. Ao perceber tal necessidade, não significaria que iria prosseguir tais reflexões a partir da desqualificação de um ponto de vista em relação a outro, mas garantir a análise de suas posições sociais com base nas especificidades delineadas em seus lugares de fala.

A senhora Maria Querobina, explicita uma percepção crítica em relação às próprias associações locais e demais organizações que se aproximam do controle exercido pelos interesses da empresa. A partir de sua posição enquanto *quebradeira de coco babaçu* vinculada ao MIQCB, expressa seu sofrimento em face aos reagrupamentos políticos ocasionados pelo desmembramento de companheiras de lutas que passaram a se vincular a organizações criadas pela empresa. Com isso, percebe que a relação com a empresa ou mesmo a construção de organizações notadamente aliadas aos interesses empresariais, abalou relações construídas em contexto de lutas contra megaempreendimentos que precederam a própria Suzano Papel e Celulose (MARTINS e NUNES, 2015).

Maria Querobina, tem sua posição social marcada por uma militância que se constrói a partir de movimentos ligados a igreja, a partir dos quais passou a se vincular a movimentos sindicais e sociais. A luta construída por estes movimentos a possibilita ser reconhecida enquanto uma agente social que detém importantes saberes, tanto relativos aos conflitos vivenciados na região de Imperatriz, quanto relacionados aos saberes e fazeres das autodesignadas *quebradeiras de coco babaçu*, que também se reconhece enquanto uma.

Além do mais, Maria Querobina possui intensa experiência em lutas que confrontaram a concentração de terras nas mãos de latifundiários, os quais eram representados por políticos como também por elites locais. Tais lutas, travadas principalmente no contexto em que na década de 80 esteve à frente do STTRI, foram intensificadas mediante a perspectiva de “reforma agrária” expressa no I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), o qual foi construído a partir de pressões sociais e regulamentado pelo Decreto nº 91.766 de 10 de outubro de 1985.

Diante das lutas travadas por aqueles que reivindicavam a ação do Estado para a regulamentação de ocupações já realizadas e que estiveram inseridos em debates acalorados pelo I PNRA, Maria Querobina, juntamente com outros agentes sociais, a exemplo do camponês Manoel da Conceição, estiveram à frente de ocupações que visavam a desapropriação das chamadas *fazendas* em face a reivindicações que objetivavam a constituição dos chamados “assentamentos”, que são unidades sociais classificadas a partir de uma categoria que pressupõe a ação oficial do Estado e que também, demarca a imposição de categorias censitárias como “beneficiários” e *assentados*, as quais tendem a sobrepor categorias relativas a grupos que se autodesignam enquanto *quebradeiras de coco*, *posseiros* ou mesmo *pequenos agricultores*, os quais estão diretamente inseridos em processos que visam a constituição de “assentamentos” (ANDRADE; CARNEIRO; MESQUITA.1998).

É nesse contexto que Maria Querobina insere-se no processo de luta pela desapropriação da Fazenda Itacira, na qual se constituiu, por meio de sucessivas ocupações e despejos, o Projeto de “Assentamento” Itacira²⁷. Mesmo estando inserido na dita política de reforma agrária, percebe-se que a mencionada área classificada de “assentamento”, não está livre da existência de situações de conflito, visto que a denominada *Vila Conceição*, está

²⁷ De acordo com Gomes (2016, p. 42), o “assentamento Itacira I que passou a ser chamado de Vila Conceição I, teve a sua primeira *ocupação* datada no dia 16 de julho de 1987. As *ocupações* que favoreceram a conquista da terra contaram com a participação de diversas entidades, tais como o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), militantes e integrantes de famílias que estiveram empenhados na conquista daquela área (...) O decreto de desapropriação, que se constitui um instrumento utilizado pelo Estado para iniciar o processo de *assentamento* das famílias, foi assinado em maio de 1989, contudo o Projeto de Assentamento foi reconhecido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) somente em maio de 1992”.

inserida em uma área vislumbrada pelo capital econômico e que os próprios *assentados* identificam transformações ocasionadas pela implantação de empreendimentos que estiveram associados à monocultura do eucalipto, o qual está presente em grandes extensões de terras que se avizinham ao “assentamento”.

A construção desta seção, portanto, visou refletir de maneira está estruturado os lugares de fala de Daniel Nascimento e Maria Querobina, os quais viabilizaram a minha inserção nas unidades sociais a que estão referidos. Como ressaltado, esta inserção se deu no contexto em que cursava a graduação e que estive empenhado na construção de um estudo que se articulou às representações com as quais tive contato a partir das entrevistas realizadas nas pesquisas que sucederam a relação com os mencionados agentes sociais.

2.1.2 A inserção em São José da Matança e “P.A” Vila Conceição I a partir do “estudo dos efeitos” de implantação da empresa Suzano Papel e Celulose

Conforme refletido anteriormente, a relação com Daniel Nascimento e com a senhora Maria Querobina, estabelecida por via do Seminário “Territorialidades, Frentes de Expansão e Grandes Projetos” (2014), possibilitou a execução de sistemáticas pesquisas de campo nas unidades sociais a que estão referidos. Sob a perspectiva de sistematizar estas primeiras pesquisas, que refletem a minha inserção e a expansão das relações sociais, inclusive, a outras unidades sociais, aponto no quadro abaixo, as datas de realização destas pesquisas as relacionando ao contexto de inserção, às unidades sociais para as quais fui direcionado por via da rede de relações pertencente a Daniel Nascimento e os agentes sociais com os quais pude realizar entrevistas no contexto destas inserções:

Quadro 1 – Inserções estabelecidas por via da relação com os “principais interlocutores”

UNIDADE SOCIAL	DATAS	CONTEXTO DE INSERÇÃO	EXPANSÃO DAS RELAÇÕES	AGENTES SOCIAIS ENTREVISTADOS
1º - São José da Matança	08 a 12 de junho de 2014	Esta pesquisa de campo foi realizada a partir da interação estabelecida com Daniel Nascimento na ocasião do Seminário realizado em Imperatriz no mês de junho. A ida a São José da Matança se deu um dia após o Seminário.	Daniel me direcionou a Esperantina I e II, Nova Bacaba e Olho D’agua dos Martins.	Maria do Tibério, Rosinete Martins (Rosa), Sr. Santana, Francimar Moura (Cimar), Jozivan dos Santos, Daniel Nascimento, Viana Neto, Antônio Silva, Alexandre Nascimento.
2º - “P.A” Vila Conceição I	03 a 07 de agosto de 2015	Este trabalho foi realizado a partir da relação que vinha estabelecendo com a senhora Maria Querobina. Além da interação estabelecida no Seminário realizado em Imperatriz no ano de 2014, contei com a articulação da pesquisadora Cynthia Martins, que já		Maria Querobina, Luiz Vaz, Valdinar Barros, Zé Luís Rocha.

		possuía relações com a mencionada agente social e que intermediou o diálogo a partir do qual combinei a ida ao “P.A” Vila Conceição I.		
3º - “P.A” Vila Conceição I	04 a 06 de março de 2016	Esta pesquisa se articulou a uma atividade de pesquisa a partir da qual, juntamente com outros pesquisadores, realizamos um conjunto de entrevistas que seriam direcionadas à confecção de materiais para a realização do Seminário Internacional Centro de Ciências e Saberes e pela Exposição Saberes Tradicionais e Etnografia, realizada em São Luís.		Maria Querobina

FONTE: PESQUISAS DE CAMPO

A realização das pesquisas de campo nas unidades sociais apontadas no quadro 1, especificamente aquelas realizadas em 2014 e 2015, em contexto das primeiras pesquisas realizadas em minha trajetória enquanto pesquisador, não esteve condicionada a execução de um roteiro fixo ou pré-estabelecido. Entretanto, procurei conduzir as observações e realizar as entrevistas, sob a perspectiva de levantar informações sobre as situações vivenciadas mediante a implantação da fábrica de papel e celulose. Exponho que esta pretensão, teve como influência os depoimentos dos “principais interlocutores”, que naquele contexto buscavam reiterar os efeitos que a chegada da empresa Suzano Papel e Celulose, vinha impondo às famílias referidas aos territórios ao redor dos quais a planta da fábrica veio a ser construída.

2.1.2.1. A inserção em São José da Matança e as dificuldades vivenciadas durante a expansão das relações sociais de pesquisa

A inserção em São José da Matança no dia 08/06/14, articulada por Daniel Nascimento, que se dispôs a me receber nesta unidade social no dia seguinte ao Seminário realizado em Imperatriz, foi inicialmente baseada em uma conversa realizada na residência de seus pais, *seu* Alexandre e *dona* Gertrudes, onde fiquei hospedado ao longo dos cinco dias em que estive empenhado na realização daquela que consistiu a minha primeira pesquisa de campo. A conversa estabelecida com Daniel, me possibilitou a exposição dos pontos que gostaria de aprofundar mediante a relação com a situação de implantação da fábrica de papel e celulose. Diante de tal pretensão, o agente social esteve construindo critérios que orientaram a escolha de nomes de agentes sociais que ao longo daqueles dias deveria procurar.

Os critérios utilizados por Daniel Nascimento, nesse sentido, orientaram a indicação de agentes sociais que detinham saberes relativos ao processo de territorialização referido não só a São José da Matança, mas também de Esperantina I e II, *Nova Bacabae Olho D'agua dos Martins*, unidades sociais localizadas nas proximidades da rodovia estadual (MA-123), conhecida como *Estrada do Arroz*. Os nomes listados por Daniel Nascimento, consistiam em lideranças e integrantes de famílias com as quais possui estreitas relações e que vivenciam cotidianamente os efeitos de implantação daquele empreendimento, que foi construído no entorno de suas unidades sociais. Além do mais, fui orientado a procurar agentes sociais inseridas em práticas extrativistas tradicionalmente realizadas, a exemplo do extrativismo do coco babaçu, prática que se relaciona com as maneiras de viver daquelas famílias.

Com relação ao levantamento de informações específicas ao processo de implantação da empresa Suzano Papel e Celulose, Daniel apontou nomes de agentes sociais que estavam vinculados às associações locais criadas no contexto de implantação da fábrica e que estiveram participando das primeiras reuniões realizadas por agentes da empresa, os quais possuíam informações sobre as discussões estabelecidas no contexto em que estes agentes, vinculados a setores denominados de “social” e “ambiental”, buscavam estabelecer relações com as famílias sob a proposta de discutir os efeitos intensificados com a progressão da construção da fábrica.

A construção dos mencionados critérios por Daniel Nascimento e que foram utilizados para a indicação de agentes sociais, esteve diretamente influenciada pela posição social que ocupa enquanto professor da escola municipal localizada em S. J da Matança, à de integrante do conhecido Fórum da *Estrada do Arroz* e de presidente da AMPEMA, associação criada sob a pretensão de estabelecer discussões com representantes do chamado setor “social” da empresa Suzano Papel e Celulose. Nesse sentido, a experiência acumulada a partir de sua posição, o possibilitou construir uma rede de relações que atualmente está estruturada para além dos limites territoriais da unidade social a que é pertencente e que a partir dela pode expandir as relações de pesquisa.

Ressalto que estas entrevistas ou mesmo conversas informais, não ocorreram de maneira espontânea, visto que enfrentei específicas dificuldades para conquistar a confiança destes agentes sociais durante as ocasiões em que me dirigia a suas residências e me apresentava enquanto um pesquisador. Na maioria destas interações, Daniel Nascimento não se fazia presente, pois as tarefas pertinentes ao seu cotidiano, o impedia de me acompanhar em todas as vezes que buscava o primeiro contato com os agentes sociais por ele indicados.

Com isso, compreendo a minha inserção nestas unidades sociais a partir de enfrentamentos a diferentes dificuldades.

A inserção em S. J. da Matança, Esperantina I e II, *Nova Bacaba* e Olho D'água dos Martins, se deu em um contexto marcado pela então recém implantação da fábrica de papel e celulose. Com tal implantação, a presença de agentes da empresa passou a ser frequente nestas unidades sociais, visto que os quais passaram a fiscalizar as chamadas *reservas*²⁸ de posse da empresa e a promover sucessivas reuniões que refletiam o estabelecimento de relações com as famílias. Tais reuniões, a exemplo do que apontam os agentes sociais referidos à *Nova Bacaba*, carregavam a proposta de estabelecer diálogos relacionados às específicas situações que seriam ocasionadas pelo seu processo de implantação, como foi o caso das negociações que visavam a execução do processo de deslocamento das famílias da então *antiga Bacaba*:

Eu tava na Imperatriz esses dias, mas eu lembro muito bem, eu participei das reuniões no início aí (...) fizeram uma reunião de início, da possível realocação né, não garantiram a realocação, mas disseram que existia a possibilidade da Bacaba ser realocada, bem antes deles começarem a trabalhar. Acho que um ano antes, em dois mil e dez, se eu não me engano, foi a primeira reunião (Jozivan dos Santos, 33 anos, entrevista realizada em sua residência na comunidade *Nova Bacaba* em 09/06/14).

Fazia sim, reunião por cima de reunião, quase todo mês eles fazia reunião, era uma coisa, era do jeito que a gente queria casa, fazia reunião, qual a cor da casa, chamava nós para dizer que cor nós queria, só se visse!, tudo era reunião (Eva Carneiro, 55 anos, entrevista realizada em sua residência em *Nova Bacaba* em 19/01/17).

Diante de tal situação, a presença de um agente externo aos laços de amizade ou de parentesco daquelas famílias, poderia ser seguramente associada à presença de um agente da empresa Suzano Papel e Celulose ou mesmo de um técnico vinculado a órgãos do Estado, os quais estão frequentemente transitando naquelas unidades sociais em busca de informações. Sob essa perspectiva, analiso que a frequência com a qual percebiam a presença de agentes externos caminhando nas vias de acesso às suas unidades sociais, os condicionaram a sucessivas vezes me confundir com um destes agentes da empresa, e, inclusive, com um recenseador vinculado a um órgão governamental.

²⁸ No bojo das classificações construídas pela empresa Suzano Papel e Celulose, as chamadas *reservas* se referem a extensas áreas que se encontram sob o seu domínio. Nas *reservas*, nenhuma atividade é realizada pela empresa, entretanto, estas áreas são frequentemente vistoriadas pelos chamados *agentes florestais*, os quais são funcionários contratados pela empresa, para executarem a vigilância destas áreas, nas quais são proibidas a prática da *caça*, como também a implantação das *caeiras*, técnica de queima da casca do coco babaçu para a feitura do carvão, impedindo assim, a manutenção de uma atividade tradicionalmente realizada pelas *quebradeiras de coco babaçu*.

Ao caminhar pelas unidades sociais portando objetos que me auxiliavam na realização da pesquisa de campo, a exemplo de um gravador e uma câmera, percebia que a minha presença causava certo estranhamento, principalmente naqueles agentes sociais que não residiam nas proximidades da residência onde fiquei hospedado ou mesmo em outras unidades sociais para as quais fui direcionado por via da rede de relações de Daniel Nascimento.

Tal estranhamento, não foi minimizado de maneira espontânea, mas sim à medida em que através de entrevistas, estive reforçando informações relacionadas à minha presença naquela região, a qual havia sido viabilizada por “atividades da universidade” e também, articuladas por Daniel Nascimento, “o professor da escola da *Matança*”, “o presidente da AMPEMA” e o “o filho de seu Alexandre e *dona* Gertrudes”. A ênfase em tais informações, muitas delas relacionadas à posição social ocupada por Daniel, permitiam processualmente, desvincular a minha imagem dos estereótipos inicialmente apontados.

Me (re)afirmar enquanto um estudante pesquisador em um universo social intensamente frequentado por agentes externos àquela realidade, consistiu em uma prática constante. As tentativas que reforçavam tal pretensão, eram realizadas por meio da utilização de uma camisa na qual continham informações de um evento de pesquisa com o símbolo da universidade a qual era vinculado. Além do mais, atendi a recomendação²⁹ para evitar a utilização de camisas de cor azul³⁰, numa tentativa de distinguir a minha imagem à de um agente da empresa Suzano Papel Celulose, com quem fui em algumas situações, confundido.

Diante de tais dificuldades, prossegui a realização das entrevistas operacionalizando aquilo que Gerald Berreman (1975), em “Etnografia e controle de impressões em uma aldeia da Himalaia”, classificou de “controle de impressões”. Tal perspectiva, possibilita compreender que toda interação é marcada por um jogo de impressões, ocasião em que os agentes inseridos na interação assumem o controle da impressão que melhor o convém para a construção de uma relação.

Ao querer me (re)afirmar enquanto um estudante pesquisador, estive empenhado em assumir o controle da impressão que queria passar aos agentes sociais, inclusive, optando por não iniciar as entrevistas a partir de questionamentos sobre as situações ocasionadas pela implantação da empresa Suzano Papel e Celulose, visto que estaria me aproximando da pauta

²⁹ Durante encontro realizado na sede provisória do MIQCB em Imperatriz, a assessora do mencionado movimento, apontou que a utilização de camisas de cor azul, era característica do fardamento dos agentes da empresa Suzano. Mesmo entendendo o seu ponto de vista, que partia da vivência em áreas de intenso conflito com a empresa, resolvi seguir sua recomendação a fim de evitar inconvenientes ao transitar pelas unidades sociais.

³⁰ As vestimentas de cor azul eram características do fardamento da empresa Suzano Papel e Celulose.

de perguntas frequentemente direcionadas às famílias por agentes da empresa, reforçando, assim, o surgimento de indagações a partir das quais me confundiam com agentes da mencionada empresa.

Nesse sentido, a pretensão de conduzir as entrevistas para a obtenção de percepções sobre os efeitos de implantação daquela empresa, passou a se redefinir mediante novas situações representadas por aqueles agentes sociais com os quais passei a interagir. Estes agentes sociais ampliaram minha percepção mediante representações que tratavam das formas como a empresa passou a impor transformações ao plano organizativo mediante a exigência de criação de associações locais e um denominado Conselho criado para agrupar *quebradeiras de coco babaçu*.

Além do mais, pude ter acesso a representações que trataram de descrever a maneira como o processo de deslocamento das famílias de Bacaba havia sido conduzido mediante reuniões realizadas pela empresa. Descreveram também, os efeitos que as negociações de compra e arrendamento de terras, vinha impondo àquelas famílias, sobretudo àquelas que não possuíam terras e se submetiam às relações de sujeição firmadas em *fazendas* localizadas no entorno das unidades sociais e que foram compradas pela empresa. São situações que refletiu na desestruturação das condições até então dispostas para a implantação de *roças* e práticas extrativas, o que de certa forma condicionava a saída de integrantes daquelas famílias para outros lugares ou mesmo a busca por contratos temporários em empresas terceirizadas que prestavam serviços à Suzano Papel e Celulose.

Eram percepções que, de certa forma, me fazia perceber o obstáculo epistemológico (BACHELARD, 1996) que havia construído mediante o objetivo de realizar um estudo sobre os efeitos, os quais eram compreendidos pelos agentes sociais a partir da problematização de situações cotidianamente vivenciadas nas unidades sociais, ou seja, o efeito não era representando enquanto um fim, mas um meio que vinha refletindo transformações nas específicas formas de manutenção e reprodução das famílias.

Controlar a exposição dos específicos objetivos da pesquisa e a minha imagem enquanto pesquisador que buscava estabelecer relações, conforme analisou Berreman (1975), não significaria mentir para aqueles que se dispuseram a responder as perguntas por mim direcionadas, mas sim garantir sob uma estratégia de pesquisa, condições para o levantamento de dados mediante a realização das pesquisas de campo, não perdendo de vista os entraves que se sucederam na interação com os agentes.

O próprio processo de interação estabelecido com Daniel Nascimento, esteve marcado por um jogo de impressões que eram constantemente controladas. Tal controle,

partia de situações nas quais o mencionado agente social desviava-se de indagações referidas a sua relação com a empresa Suzano Papel e Celulose, a qual esteve idealizando um projeto de criação de galinhas que foi recebido por alguns agentes sociais, dentre os quais Daniel. A ação de se desviar de indagações que buscavam aprofundar sua relação com a empresa, pode ser compreendida pela imagem de militante que Daniel queria a mim transparecer, um agente externo às relações sociais prevalecente no interior daquela unidade social e que naquele momento buscava pesquisar as transformações ocasionadas pela implantação da fábrica de papel e celulose.

Além do mais, as entrevistas realizadas com os agentes sociais, demonstraram a impossibilidade de seguir um questionário pautado no objetivo de reconstituir os fatos mediante uma lógica diacrônica, como também, apontavam os riscos do uso de um questionário aos moldes das pesquisas quantitativas (BOURDIEU, 1973), uma vez que as representações que partiam do ponto de vista dos agentes sociais, demarcavam uma atemporalidade em relação às situações vivenciadas e, também, a impossibilidade de aplicar um mesmo questionário a todos os agentes sociais.

Tal reflexão se deu à medida em que pude compreender a existência de diferentes domínios de saberes, ou seja, analisei que a imposição de um mesmo questionário aos agentes que eram indicados pelos “principais interlocutores”, poderia igualar suas percepções ou mesmo gerar questionáveis consensos, deixando assim escapar, as especificidades delineadas em diferentes pontos de vistas, os quais me auxiliavam em constantes redefinições do objeto de estudo que, naquele contexto, partia da problematização das situações vivenciadas pelas famílias mediante os efeitos de implantação da empresa Suzano Papel e Celulose.

A pesquisa de campo mediante relações sociais que refletem distintos domínios de saberes, sugere, nesse sentido, um posicionamento reflexivo que permita perceber a necessidade de se distanciar das ditas metodologias que regem a construção de possíveis questionários padronizados, o que admite ao pesquisador construir suas pesquisas a partir de questionamentos que se alinhem à própria posição social dos agentes sociais que entrevista. Tal análise está também, diretamente referida à maneira a partir da qual Maria Querobina, esteve me inserindo no “Projeto de Assentamento” *Vila Conceição I*.

2.1.2.2 A inserção no classificado “Projeto de Assentamento” *Vila Conceição I*

Tal inserção, ocorreu entre os dias 03 a 07 de agosto do ano de 2015. Durante os cinco dias em que fiquei hospedado em sua residência, Maria Querobina, me orientou na

construção de um roteiro de pesquisa, buscando ressaltar os nomes daqueles agentes sociais mais antigos, os quais estão diretamente referidos a domínios de saberes relacionados às primeiras ocupações que resultaram na desapropriação da fazenda sobre a qual o *assentamento* foi constituído. Sob a perspectiva de me aproximar a percepções que tratavam das relações de trabalho estabelecidas entre *assentados* e os empreendimentos implantados naquela região, estive indicando nomes destes agentes sociais que se relacionavam com os contratos temporários.

Nesse sentido, interação estabelecida com os agentes sociais indicados a partir da rede de relações de Maria Querobina, permitiu a construção de relações com aqueles que estiveram à frente de movimentos sociais e sindicais, por meio dos quais, engendraram processos de resistência sobretudo a partir da década de 80, mediante as consequências acarretadas à região de Imperatriz por uma agenda governamental que priorizou investimentos aos setores da pecuária, minero-siderúrgico e agronegócio, este último, que dinamizou a monocultura do eucalipto associada a um intenso processo de expropriação e concentração de terras, que veio a ser reforçado em 2011, com a implantação da fábrica de papel e celulose pertencente à empresa Suzano Papel e Celulose.

A expansão das relações mediante a interação com agentes sociais indicados por Maria Querobina, possibilitou a realização de entrevistas com agentes sociais que possuíam posição social construída a partir de inserções em movimentos que se posicionavam combativamente aos processos de implantação de empreendimentos ditos de desenvolvimento em Imperatriz. Estas interações me fizeram perceber, que de certa forma, a percepção dos *assentados* se diferenciava daquelas com as quais pude dialogar durante as pesquisas realizadas por via da relação com Daniel Nascimento. Os *assentados* representavam o processo de conquista do “assentamento”, a partir de uma percepção crítica e relacional à ação dos chamados *fazendeiros* e daqueles empreendimentos de monocultura de eucalipto. Tais percepções consideravam a ação destes agentes, enquanto nocivas à dita reforma agrária e às lutas que reivindicam autonomia produtiva e política aos pequenos produtores rurais e às autodesignadas *quebradeiras de coco babaçu*.

Diante da multiplicidade de pontos de vistas, refleti que o fato da *Vila Conceição I* estar em uma área conquistada por lutas que reivindicaram a dita reforma agrária, elemento que a diferencia daquelas primeiras unidades sociais nas quais fui inserido por Daniel Nascimento, não os distanciava dos efeitos ocasionados pelos empreendimentos implantados em Imperatriz, especialmente pelos efeitos ocasionados pela implantação da fábrica de papel e celulose, a qual demandou a utilização da rodovia que dá acesso ao “assentamento” (BR-010),

para o escoamento das chamadas *toras* de eucalipto advindas das *fazendas* de plantio localizadas nas proximidades dos municípios de Açailândia, Santa Luzia, Buriticupu e São Pedro da Água Branca.

Além do mais, pude identificar percepções que trataram a falta de assistência técnica e de financiamento aos *assentados*, enquanto fator que atualmente vem condicionando a busca de empregos nas empresas que prestam serviços terceirizados à Suzano Papel e Celulose. Esta percepção partiu principalmente daqueles agentes sociais que participaram das primeiras ocupações que visavam a desapropriação da *fazenda* a partir da qual conquistaram o “assentamento”, com base no qual buscam se posicionar a favor de investimentos em atividades produtivas. Entretanto, o cotidiano vivenciado pelos *assentados* vem sofrendo desestruturas das condições para a continuidade de atividades produtivas, mediante os efeitos de um contexto neoliberal marcado pela diminuição de investimentos na agricultura em detrimento da prevalência de altos investimentos no setor do agronegócio (MESQUITA, 2011).

Já a segunda pesquisa de campo realizada no “assentamento” *Vila Conceição I*, foi realizada entre os dias 04 a 05 de Março do ano de 2016, ocasião em que estive participando, juntamente com o pesquisador João Damasceno e com a pesquisadora Patrícia Portela, de uma atividade de pesquisa idealizada no âmbito do projeto de pesquisa “Centro de Ciências e Saberes: Experiências de criação de Museus Vivos na afirmação de saberes e fazeres representativos dos povos e comunidades tradicionais”, cuja discussão era a de se articular a experiências de criação de “pequenos museus”, os quais passaram a ser pensados enquanto “Centros de Ciências e Saberes”, denominação que permite refletir os espaços nos quais os chamados povos e comunidades tradicionais, inseridos no mencionado projeto de pesquisa, passaram a organizar com o objetivo de elaborar acervos de itens específicos a partir dos quais recuperariam suas lutas, que são entendidas como imbricadas em seus específicos “processos de territorialização”(PACHECO DE OLIVEIRA, 1998).

Nesse sentido, a segunda pesquisa de campo no “assentamento” *Vila Conceição I*, buscou a realização de entrevistas que nos possibilitaram levantar informações sobre a multiplicidade de práticas e saberes relacionadas aos agentes sociais que compõe o “assentamento”. O levantamento de tais dados, foi executado afim de reunir informações que foram utilizadas na composição da exposição “Saberes Tradicionais e Etnografia”³¹, a qual foi

³¹ Realizada entre os meses de abril e maio do ano de 2016 no prédio denominado “Casa do Maranhão”, localizado na área classificada de “Praia grande” na cidade de São Luís (MA). A exposição permitiu o

inaugurada enquanto parte da programação do “Seminário Internacional Centro de Ciências e Saberes: trabalho etnográfico e cartografia social” realizado entre os dias 06 a 09 de Abril de 2016 em São Luís (MA).

Chamo atenção para o fato de que a participação da Vila Conceição Inoprojeto de pesquisa “Ciências e Saberes...”, se tornou possível a partir de um investimento já realizado pelos próprios *assentados*, uma vez que no dia 20 de julho do ano de 2013, contexto em que comemorava-se o 26º aniversário do “assentamento”, foi inaugurado o denominado *Museu Casa Branca*, o qual foi estruturado na chamada *Casa Branca*, local que marcou o ponto de encontro dos acampados durante as primeiras ocupações realizadas.

Ao apontar brevemente a realização de duas pesquisas de campo no “P.A” *Vila Conceição I*, as quais se deram a partir de inserções distintas, procuro analisa-las a partir de uma perspectiva que as coloquem em relação, visto que a reflexão promovida pela realização das duas pesquisas, permitiu identificar que os saberes referidos aos *assentados*, estão diretamente relacionados aos seus processos de lutas e resistência. Além disso, as relações sociais de pesquisa construídas no “assentamento”, foram fortalecidas com a realização da segunda pesquisa de campo, momento em que pude reencontrar os agentes sociais com os quais pude estabelecer relação, na pesquisa de campo realizada no ano anterior.

Os desdobramentos reflexivos que foram construídos mediante a inserção e as pesquisas de campo realizadas nas unidades sociais anteriormente referenciadas, desembocaram na construção do trabalho monográfico intitulado “A Noção de Desenvolvimento e a Implantação da Suzano Papel e Celulose em Imperatriz – MA” (2016), a partir do qual centrei na crítica ao discurso desenvolvimentista investido na implantação da fábrica de papel e celulose, relacionando tal crítica, ao ponto de vista dos agentes sociais com os quais estabeleci relações e que representaram o processo de concentração de terras, a desestruturação de atividades produtivas, de caça, além do deslocamento de famílias ocasionadas pela implantação do empreendimento.

Além do mais, exponho que a análise dos efeitos ocasionados pelo processo de implantação da fábrica de papel e celulose, se deu de maneira relacionada aos processos de mobilização construídos pelos agentes sociais que se posicionavam mediante o vínculo em diferentes formas representativas, que naquele contexto já se distinguiam e refletiam conflitos internos mediante o posicionamento de grupos os quais criticavam as ações empresariais que se articulavam ao estabelecimento das ditas relações de “parcerias”.

intercâmbio de específicas situações sociais, que se relacionavam no aspecto de lutas pelo fortalecimento identitário e pela garantia de condições para a reprodução social de povos e comunidades tradicionais.

A inserção em diferentes unidades sociais e o estabelecimento de relações sociais de pesquisa, os quais foram analisados neste tópico, influenciou o surgimento de novas perspectivas analíticas que pude aprofundar neste trabalho dissertativo. As possibilidades analíticas com as quais passei a trabalhar, estão refletidas em sucessivas redefinições do objeto de estudo, o qual tem influência direta das inserções iniciais e das relações que estabeleci nesse contexto em que estive realizando sistemáticas pesquisas de campo por via da relação com os denominados “principais interlocutores”.

Sob essa perspectiva, seguirei no seguinte tópico, refletindo os desdobramentos analíticos estruturados a partir do ingresso no Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA), por meio do qual construí um projeto de pesquisa considerando as relações sociais já estabelecidas e, também, as possibilidades analíticas que se processaram mediante a realização de novas pesquisas de campo.

2.2 Da análise das relações de contrato estabelecidas com as *gatas* ao estudo das estratégias empresariais: as redefinições processadas a partir da realização de novas pesquisas de campo

A inserção no processo seletivo por meio do qual ingressei no PPGCSPA, se deu a partir da construção do projeto de pesquisa denominado “Agricultura e emprego em face a implantação da Suzano Papel e Celulose em Imperatriz (MA)”. Tratou-se de um projeto de pesquisa por via do qual, busquei problematizar as situações vivenciadas por agentes sociais que conciliavam o trabalho nas *gatas*, como assim classificam as empresas prestadoras de serviços terceirizados à Suzano Papel e Celulose, com as atividades produtivas desenvolvidas nas denominadas *roças*.

Consistia em um projeto de pesquisa baseado em elementos analíticos identificados em pesquisas realizadas por via da relação estabelecida com Daniel Nascimento e Maria Querobina. Os elementos analíticos estão relacionados a representações que trataram das dificuldades vivenciadas mediante a concentração de terras potencializada com a implantação da Suzano Papel e Celulose, que intensificou ações de compra e arrendamento de terras para a construção da fábrica e para a expansão das plantações de eucalipto.

Tais dificuldades eram representadas a partir da desestruturação das condições até então dispostas para a permanência no território, onde famílias que viviam em terras de *fazendeiro* ou que venderam suas terras mediante a alta especulação do preço da terra, passaram a se deslocar para outras unidades sociais, para bairros periféricos de Imperatriz, para outros municípios ou mesmo para outros estados vizinhos, a exemplo de Pará e

Tocantins e, ainda, famílias que viviam em uma classificada área de “assentamento”, na qual sofriam com a falta de políticas de incentivo a assistência técnica e financiamento de atividades produtivas.

Diante dos contratos de venda e arrendamento firmados pela empresa Suzano Papel e Celulose, com famílias que detinham reservas de terras e com *fazendeiros* que estabeleciam relações de sujeição³² com aquelas famílias que não possuíam terras, sobretudo àquelas referidas a Esperantina I e II, Nova Bacaba, S.J. da Matança e Olho D’água dos Martins, a permanência em seus territórios vinham implicando severas dificuldades. Estas dificuldades são vivenciadas devido a regulações e até mesmo proibições de acesso àquelas áreas antes frequentadas para a realização de atividades produtivas, mas que atualmente encontra-se de posse da empresa Suzano Papel e Celulose, o que de certa forma os condicionam a procurar os contratos oferecidos pelas chamadas *gatas* ao mesmo tempo em que se organizavam para buscar formas para a implantação de *roças*.

Nesse sentido, o projeto de pesquisa inicial, buscava problematizar a situação dos agentes sociais que tiveram seus meios de produção e reprodução desestruturados em face à implantação da empresa Suzano Papel e Celulose, que, inclusive, buscava legitimar o processo de concentração de terras mediante a imposição de discursos³³ de geração de emprego. Diante de tais situações, visava realizar um estudo considerando a percepção daqueles agentes sociais que, de alguma forma, se articulavam para conciliar suas funções nos chamados subempregos nas empresas terceirizadas, com as atividades relativas à *roça*.

A maneira com a qual busquei executar o mencionado projeto, considerava, portanto, questões analíticas levantadas em pesquisas já realizadas e as relações de pesquisas por meio das quais, fui inserido em São José da Matança, Esperantina I e II, Nova Bacaba, Olho D’água dos Martins e “P.A” Vila Conceição I. Longe da pretensão de construir uma

³² Em relação às relações estabelecidas entre agentes sociais e os *fazendeiros*, tomo como exemplo a função desempenhada enquanto *vaqueiro*, o qual é responsável por fiscalizar os rebanhos de gado bovino, os quais são diariamente direcionados do *curral*, que é uma área cercada onde ficam em repouso, para as áreas de *pasto*, as quais são entendidas como sendo a base da produção dos rebanhos, os quais nelas se alimentam do capim que é plantado diretamente pelas pessoas fichadas na *fazenda* ou mesmo pelas famílias que *arrendam* faixas de terras, uma vez que se comprometem em plantar capim no final das colheitas provenientes das *roças* implantadas nas áreas *arrendadas*.

³³ Sousa e Matos (2018) ao estudar os noticiários locais em relação ao contexto inicial e de finalização da implantação da fábrica de papel e celulose, perceberam que o discurso empresarial foi constantemente ressaltado nos próprios títulos de matérias impressas em jornais da região. Títulos como “nasce mais uma semente de desenvolvimento em Imperatriz” reforçavam e assumiam a estratégia de positivar o processo de implantação. Analisaram, inclusive, o discurso do então prefeito do município, que em pronunciamento alardeou que “O Brasil descobriu Imperatriz”, fazendo referência a implantação de empreendimentos naquele município. Além do reforço a implantação do empreendimento, apontaram também títulos que reforçavam as potencialidades da fábrica, que segundo os autores, “são aspectos discursivos bastante enfatizados, justamente como estratégia de produzir o sentido de que Imperatriz acolheu simplesmente a segunda maior empresa de papel e celulose do mundo” (Ibid. 2018, p.4).

espécie de continuidade das reflexões que já havia desenvolvido, passei a investir na releitura de transcrições feitas a partir de entrevistas realizadas com agentes sociais referidos às mencionadas unidades sociais. Este exercício se deu no contexto em que minha perspectiva analítica se alinhava às discussões propiciadas pelas disciplinas que cursei ao longo do mestrado, o que por sua vez, me possibilitava perceber aquelas situações a partir de novos prismas analíticos.

Sob essa perspectiva, parti para a realização de novas pesquisas de campo considerando as pretensões do projeto de pesquisa que refletiria a construção da dissertação. A realização destas novas pesquisas, foi viabilizada por Daniel Nascimento, com quem mantive permanente contato após a inserção em São José da Matança e que diante de uma conversa realizada por um telefonema, concordou em me hospedar novamente na unidade social a que está referido.

2.2.1 As (re)inserções nas classificadas “comunidades” da *Estrada do Arroz* mediante a problematização das relações de contrato com as *gatas*

A interação com os agentes sociais com os quais estabeleci relação nas pesquisas de campo realizadas em junho de 2014, pôde ser fortalecida na ocasião em que, entre os dias 18 a 24 de janeiro do ano de 2017, tive oportunidade de retornar a São José da Matança, onde novamente fiquei hospedado na residência dos pais de Daniel Nascimento. Diferentemente da maneira como realizei as primeiras pesquisas de campo, nas quais estive apoiado na realização de entrevistas com agentes sociais indicados a partir de critérios estabelecidos pelo mencionado agente social, nesta, pude centrar no levantamento de informações que se alinhavam a proposta analítica inicialmente formulada no projeto de pesquisa e que foi utilizada como critério para a escolha dos agentes sociais com os quais poderia realizar entrevistas.

Ao partir de uma certa autonomia para elaborar critérios de escolha dos agentes sociais aos quais iria me dirigir, não estive me desvinculando da rede de relações sociais de Daniel Nascimento, que me direcionou a específicos agentes sociais que poderiam me ajudar na problematização das situações, a partir das quais, firmavam-se os contratos com as denominadas *gatas* ao mesmo tempo em que, sob diferentes estratégias, buscavam implantar as *roças*. Consistiu em uma situação reforçada por Daniel Nascimento durante uma conversa que foi realizada após o desembarque na rodoviária de Imperatriz, ocasião em que me direcionei ao seu trabalho na Secretaria Municipal de Educação, afim de discutir com mais

profundidade, as pretensões que haviam me levado a realizar novas pesquisas naquelas unidades sociais.

Como forma de sintetizar as informações sobre as pesquisas de campo que foram realizadas durante os sete dias em que estive hospedado em S. J. da Matança, descrevo por meio da construção do seguinte quadro, as informações relativas às datas em que realizei estas pesquisas tomando como referência as unidades sociais em que tive a oportunidade de ser (re)inserido, não perdendo de vista a relação por via da qual estas (re)inserções foram estabelecidas. Saliento que estarei pensando as unidades sociais por via das quais realizei estas pesquisas de campo, a partir da expressão “comunidades” da *Estrada do Arroz*.

A noção de “comunidade” empregada na referida expressão, toma como referência a discussão realizada por Gusfield em “Community: A Critical Response” (1975), o qual relativiza a compreensão de “comunidade” enquanto estruturada a partir de duas dimensões, sendo a territorial/geográfica e a relacional. A perspectiva territorial/geográfica concebe o uso do termo “comunidade” enquanto referido a uma delimitação de fronteiras físicas construídas pelos próprios agentes que percebem o espaço. Já a sua utilização em termos relacionais, está diretamente referida às relações sociais que se estabelecem para além de fronteiras territoriais, a compreensão da noção de “comunidade”, nesse sentido, estrutura-se com base na compreensão das interações que são firmadas pelos agentes.

Sob essa perspectiva, utilizo a expressão “comunidades” da *Estrada do Arroz*, considerando a compreensão de “comunidade” pensada pelo sociólogo norte-americano em seu sentido relacional. Ou seja, não utilizo tal expressão numa tentativa de esgotar o seu sentido aos limites geográficos das unidades sociais que se encontram ao longo da rodovia denominada *Estrada do Arroz*, mas sim visando a percepção de que as diferentes unidades sociais em que estive realizando as pesquisas de campo, encontram-se interligadas a partir de uma rede de relações sociais posicionadas em constante interação.

Quadro 2 – Pesquisas de campo realizadas nas “Comunidades” da *Estrada do Arroz* em janeiro de 2017

Datas		Unidades sociais	Inserção
18-24/2017	“Comunidades” da <i>Estrada do Arroz</i>	S.J. da Matança, Esperantina I e II, Nova Bacaba	A reinserção nestas unidades sociais se deu a partir do retorno à S. J. da Matança, a partir da qual pude me dirigir às residências daqueles agentes sociais, inclusive das unidades sociais vizinhas, que estiveram sendo escolhidos a partir das discussões realizadas com Daniel.
21/01/2017		Coquelândia	A inserção nesta unidade social foi viabilizada por Daniel Nascimento, que me convidou para participar de

		uma reunião realizada pelo conhecido Fórum da <i>Estrada do Arroz</i> .
22/01/2017	Acampamento Viva Deus	Ao tomar conhecimento sobre a pesquisa que estava desenvolvendo, o agente social Félix Lima, referido ao Acampamento Viva Deus, em conversa com Daniel Nascimento, sinalizou o interesse em me receber naquele acampamento.
23/01/2017	Petrolina	Inserção articulada a partir de relações de pesquisas estabelecidas por pesquisadores vinculados ao PNCSA.

Fonte: Pesquisas de Campo

2.2.1.1 A reinserção em São José da Matança, Nova Bacaba, Esperantina I e II e a posição dos agentes sociais

Estarei descrevendo o que estou classificando de reinserções, a partir das interações que pude estabelecer mediante a realização de entrevistas com aqueles sociais com os quais já possuía uma certa aproximação e com novos agentes sociais que pude estabelecer contato nesta nova pesquisa de campo.

Ao chegar em São José da Matança e formular um cronograma de atividades que deveria realizar, resolvi iniciar a realização de entrevistas a partir daquela unidade social. Parti inicialmente em direção da residência do casal Josilene Nascimento e Francisco Isidório, os quais são vinculados à associação local Associação de Moradores e Produtores Rurais de Esperantina II, Matança e Açaizal (AMPEMA), que foi criada justamente no contexto de implantação da Suzano Papel e Celulose.

A interação com os mencionados agentes sociais, tornou-se possível a partir do interesse em entrevistar Josilene Nascimento, *quebradeira de coco* que estava vinculada à uma das empresas que prestavam serviço à Suzano Papel e Celulose. Josilene, nasceu no município de João Lisboa, mas logo cedo se deslocou juntamente com sua família, para *Matança*, onde conheceu Francisco Isidório, o qual desempenhava a função de *tratorista*³⁴ na *fazenda* do Zuzinha e posteriormente na *fazenda* do Valdimar, onde permaneceu até ser vendida para empresa Suzano Papel e Celulose. Atualmente, Francisco se dedica juntamente com sua esposa, ao plantio de macaxeira, mandioca, milho e feijão, que é realizado nas terras da mãe de Josilene, além disso, possuem pequenas criações de galinhas, porcos e uma casa de farinha, que tem o seu uso compartilhado com outras famílias.

³⁴ Francisco Isidório apontou que na função de *tratorista*, realizava plantios de capim, conduzia os rebanhos de gado bovino às áreas de pasto e outras atividades que poderiam ser estabelecidas pelo *fazendeiro*.

Em seguida, me direcionei à residência de Iomar Nascimento, 37 anos, que é irmão de Josilene e também vinculado à AMPEMA. Em seu depoimento, que não permitiu ser gravado, apontou que esteve inserido na *roça* desde o contexto em que acompanhava o seu pai em atividades desempenhadas nas *fazendas*, onde também mantinha uma *roça*. Desde o processo de implantação da empresa Suzano Papel e Celulose, passou a ser *fichado*³⁵ na empresa “Construcap”, na qual desempenhou a função de *auxiliar de pedreiro*. O salário recebido durante o período em que esteve inserido na empresa, ajudava no pagamento de diárias a alguns agentes sociais que eram designados a realizar a manutenção de sua *roça*, que é plantada nas terras de sua família.

Além de Iomar, Daniel Nascimento me indicou o nome de sua irmã, Simone Nascimento, que também nasceu em S. J. da Matança. No contexto das pesquisas de campo, a mencionada agente social desempenhava na empresa *Evolux* a função de *líder de turma*, a qual sugere a supervisão de outros trabalhadores no âmbito de suas funções. Em seu depoimento, aponta que já trabalhou durante três anos e um mês na empresa *CLASI*, a qual é responsável pelos serviços de vigilância da fábrica, nesta empresa desempenhava a função de serviços gerais.

Em *Matança*, percebi um expressivo número de agentes sociais vinculados às empresas terceirizadas que prestam serviço para a Suzano Papel e Celulose. Entretanto, a interação com o agente social Dinael Assis, estabelecido na unidade social há seis anos, possibilitou o identificar enquanto o único agente social a está diretamente vinculado aos cargos oferecidos pela empresa Suzano Papel e Celulose. A função que desempenha, a de *guarda florestal*, pressupõe a fiscalização das chamadas *áreas de reserva*, que são terras compradas ou arrendadas pela empresa.

A sua chegada na *Estrada do Arroz*, se deu no ano de 2001, contexto em que se deslocou do município de João Lisboa para gerenciar a *fazenda* de sua irmã, que era localizada na *antiga* Bacaba. Contudo, no contexto de implantação da fábrica de papel e celulose, tal fazenda foi comprada pela empresa para a construção da planta fabril, desarticulando a implantação de *roças* que além de serem mantidas por Dinael, eram também mantidas por moradores da então *antiga* Bacaba, os quais realizavam os plantios por meio de contratos verbais de arrendamento.

³⁵ A categoria *fichado* foi percebida enquanto uma condição dos agentes sociais que desempenhavam funções nas empresas que prestavam serviços terceirizados à Suzano Papel e Celulose, podendo ser aproximada à ideia de “contratado”.

Já em *Nova Bacaba*, pude retornar às residências de Francimar, que possui um bar na unidade social e Jozivan, que por um tempo presidiu a Associação de Moradores e Produtores Rurais de Esperantina I e Bacaba (AMPEB), também fundada no contexto de implantação da fábrica de papel e celulose. A conversa estabelecida com estes agentes sociais, recuperou reclamações em torno de projetos ditos de compensação que foram prometidos às famílias, mas que até aquele contexto, não haviam recebido. Apontaram inclusive, que o local concedido pela empresa para a implantação de uma horta comunitária, vem sendo aproveitada para a construção de novas residências para agentes sociais que estão construindo novas famílias.

Após a conversa com Francimar e Jozivan, me direcionei à residência da professora Antônia Oliveira, moradora da *antiga* Bacaba há 20 anos, onde ajudou na criação de uma escola de alfabetização. O vínculo à AMPEB a possibilitou acompanhar as reuniões que tratavam do processo de deslocamento e que vem se preocupando com a fragilização de tal associação mediante a desistência dos *associados*. O seu posicionamento mostra-se combativo às ações da empresa, inclusive, consistiu em uma das agentes sociais que contestou processo de deslocamento devido à impossibilidade apontada pela empresa em construir uma escola no local para onde as famílias foram deslocadas, esta situação resultou na ampliação da escola municipal localizada em S. J. da Matança, onde os estudantes da então *Nova Bacaba* passaram a frequentar.

A segunda agente social indicada em *Nova Bacaba* foi a Sr. Eva Carneiro, agente social que por muito tempo viveu na *antiga* Bacaba, onde criou seus filhos trabalhando nas *fazendas* localizadas no entorno das residências. Após o processo de deslocamento a agente social passou a estar vinculada, em meio a contratos temporários, à empresa *Bom Apetite*, na qual desempenhava no contexto da pesquisa de campo, a função de *serviços gerais*. Atualmente dois dos seus três filhos estão vinculados à uma das empresas terceirizadas, fato que a possibilita positivar a implantação daquele empreendimento.

Já em Esperantina I, pude retornar à residência de Maria do Tibério, que se constitui uma das moradoras mais antigas da unidade social. A conversa que pude estabelecer, recuperou uma mobilização organizada pelas famílias na ocasião em que se revoltaram contra as condições da *rodovia* sob a margem da qual vivem. Devido a intensa poeira provocada pelas *carretas* que transportam a madeira do eucalipto em direção a fábrica, interditaram a via sob a pretensão de exigir o asfaltamento, pauta que um ano depois foi atendida pelo governo do estado do Maranhão.

Após a conversa com Maria do Tibério, segui em direção à residência de Deuseline Radiola. Esta agente social é conhecida naquela unidade social enquanto detentora de importantes informações sobre o processo de formação da unidade social. Deuseline Radiola foi casada com o falecido João Radiola, considerado o primeiro *fazendeiro* a chegar naquele lugar. Apontou que em suas terras, mantinham relações com aqueles moradores que iam fixando moradia na *beira* da estrada, tal relação desdobrava-se em contratos verbais de *arrendamento* de terras utilizadas para o plantio de *roças*. A prática de *arrendamento* não foi mais continuada, atualmente somente seus filhos mantém pequenas plantações em algumas áreas da *fazenda* e a criação de gados bovinos.

Já o retorno à Esperantina II, foi marcado pela interação com Eliomar Tibério, agente social que naquele contexto conciliava as atividades relacionadas à *roça* com a função de *servente* que era desempenhada em uma das empresas prestadoras de serviços à Suzano Papel e Celulose. De acordo com o depoimento de Eliomar, o qual é filho de Maria do Tibério, sua trajetória está relacionada tanto aos trabalhos na *roça* como também ao trabalho em uma das *gatas* da Suzano. Apontou algumas informações sobre sua infância, momento em que acompanhava o seu pai em suas atividades em uma *fazenda* onde desempenhava a função de *vaqueiro*³⁶. Além do mais, apontou também informações sobre as dificuldades enfrentadas para viver naquela unidade social, dificuldades essas, ocasionadas, sobretudo, pela falta de terras.

Além de Eliomar, Daniel também indicou Jocildo Gonçalves, agente social que por muito tempo esteve inserido na mesa diretora da AMPEMA desempenhando a função de *conselheiro fiscal*. O agente social, que é morador da unidade social há 17 anos, acompanhou diversas reuniões organizadas pela empresa Suzano Papel e Celulose, inclusive, reuniões realizadas dentro da fábrica, ressalta que tais reuniões eram realizadas para tratarem de assuntos que interessava a empresa

Por três vezes Jocildo foi contratado por empresas terceirizadas, tais contratações assumiam um caráter temporário, visto que eram encerradas no término de específicas construções. No diálogo estabelecido com o agente social, apontou que no início do processo de implantação da fábrica de papel e celulose, a empresa Suzano iniciou intensas investidas para a compra de terras, tal ação foi articulada à supervalorização do preço da terra, que

³⁶ Na *fazenda*, o *vaqueiro* desempenha a função de fiscalizar os rebanhos de gado bovino, os quais são diariamente direcionados do *curral*, que é uma área cercada onde ficam em repouso, para as áreas de *pasto*, as quais são entendidas como sendo a base da produção dos rebanhos, os quais nelas se alimentam do capim que é plantado diretamente pelas pessoas fichadas na *fazenda* ou mesmo pelas famílias que *arrendam* faixas de terras, uma vez que se comprometem em plantar capim no final das colheitas provenientes das *roças* implantadas nas áreas *arrendadas*.

inclusive foi contestada por seus irmãos que atualmente vivem em uma área da família utilizada também para a implantação de *roças*, condição que impulsionou a rejeição de propostas de compra manifestadas pela empresa.

Tal situação, vivenciada tanto nas “Comunidades” da *Estrada do Arroz*, quanto no *assentamento Vila Conceição I*, foi delineada por duas circunstâncias, a primeira refere-se às poucas oportunidades em entrevistar os agentes sociais *fichados* nas empresas, uma vez que somente durante o horário da noite ou somente nos finais de semana, poderia encontra-los. A segunda circunstância, está relacionada à desconfiança com a qual era recebido pelos agentes sociais que trabalhavam nas empresas, em algumas situações, tal desconfiança, impediu a gravação de entrevistas, ficando-as restritas somente a anotações no diário de campo.

Diante da exposição dos elementos referidos às pesquisas de campo, chamo atenção para o fato de que as percepções dos agentes sociais, sobretudo as daqueles com os quais já havia estabelecido relações de pesquisa e que se encontravam inseridos nas empresas terceirizadas, diferenciavam-se das percepções expressadas em entrevistas realizadas em 2014. A mencionada distinção, foi identificada mediante depoimentos que se desvinculavam do discurso de geração de emprego o qual fundamentava a positivação do megaempreendimento.

Esse olhar mais crítico, originou-se em face à “sazonalidade” relativa aos empregos oferecidos pelas empresas terceirizadas, visto que os agentes sociais apontaram a compreensão de que a insegurança em relação à permanência naqueles empregos, os colocavam em situações desvantajosas. Diante desse contexto, a *roça* foi percebida pelos *fichados* enquanto elemento para assegurar a reprodução das famílias, percepção essa não identificada nas primeiras pesquisas de campo, ocasião em que as empresas terceirizadas absorviam, com grande intensidade, a mão de obra referida às “Comunidades” da *Estrada do Arroz*.

Além do mais, pude identificar com base no ponto de vista dos agentes sociais, a diminuição de reuniões promovidas pela empresa Suzano Papel e Celulose, condição que dificultava a reivindicação de acordos não cumpridos pela empresa, a exemplo da área de plantio que seria concedida às famílias da *nova Bacaba* e a interrupção da linha de ônibus mantida pela mencionada empresa entre os anos 2013 e 2014. E ainda, diferentes situações conflitivas ocasionadas pelo diálogo com a empresa ou mesmo pela instrumentalização dos ditos projetos de compensação, a exemplo da construção de uma unidade de beneficiamento de coco babaçu que acirrou conflitos internos entre as *quebradeiras de coco* de Coquelândia.

2.2.1.2 A inserção em Coquelândia a partir da participação em uma reunião realizada pelo conhecido Fórum da *Estrada do Arroz*

A minha inserção em Coquelândia, se deu a partir de uma reunião realizada pelo conhecido Fórum da *Estrada do Arroz*, que naquele contexto tinha Daniel Nascimento como presidente. A oportunidade em assistir a mencionada reunião, foi dada pelo mencionado agente social, que durante uma conversa realizada na residência de seus pais, me convidou para acompanhá-lo naquela que seria a primeira reunião do ano de 2017, por meio da qual iriam discutir as atividades que seriam inseridas no planejamento anual.

No dia seguinte (21/01/17), nos dirigimos a Coquelândia, unidade social que está localizada entre Olho D'água dos Martins e São Félix. O trajeto feito até Coquelândia, foi percorrido através de uma motocicleta, por meio da qual enfrentamos 15 quilômetros por via da *Estrada do Arroz*. Ao longo do trajeto pude observar grandes propriedades pertencentes aos chamados *fazendeiros*. Tais propriedades, congregam extensas faixas de terra, parte das quais destinadas a áreas de pastos, onde observei gados bovinos transitando entre uma palmeira de coco babaçu e outra. Por vezes esta paisagem é modificada pela densidade das extensas plantações de eucalipto, o que remonta para uma situação que vem se tornando comum, que são os estabelecimentos de contratos de compra e arrendamento de terras firmados entre empresas privadas e os *fazendeiros*, os quais direcionam suas propriedades aos interesses do agronegócio.

As *fazendas* que estão localizadas ao longo da *Estrada do Arroz*, dividem espaço com pequenas moradias, as quais se encontram posicionadas nas chamadas áreas de servidão ou alagação da estrada, ou seja, estão “espremidas” pela estrada e as cercas do *fazendeiro*. Nestes pequenos espaços nos quais constroem suas moradias, observei o plantio de pequenas *roças* de milho, mandioca e abóbora, seja ao lado, ou mesmo, atrás das residências, alguma das quais feitas pela técnica conhecida por *taipa*³⁷. Consiste em uma paisagem que reflete a ação econômica avançando seja pela frente da pecuária ou pela frente da monocultura do eucalipto.

A chegada no local da reunião, no salão paroquial da Igreja Católica de Coquelândia, se deu por volta de nove horas da manhã. Esse primeiro momento, proporcionou as primeiras interações com agentes sociais que se apresentavam a partir de diferentes posições sociais. Ao longo daquela manhã, as compreendi enquanto elementos que faziam o Fórum da *Estrada do Arroz* ser composto por uma multiplicidade de pontos de vistas, o que

³⁷ A taipa reflete uma técnica de construção de moradias, as quais são erguidas por meio da utilização de argila e estacas extraídas de palmeiras.

de certa forma, afastou qualquer tentativa de compreendê-lo a partir de consensos estabelecidos entre os agentes sociais a ele vinculados.

Ao final das atividades realizadas durante a reunião, combinei com Daniel Nascimento a minha permanência em Coquelândia para a realização de entrevistas, o que caberia a mim retornar à São José da Matança no último ônibus que partiria no final do dia. A realização de entrevistas, se deu a partir do interesse em obter informações, especialmente sobre a situação vivenciada pelas *quebradeiras de coco babaçu* daquela unidade social, visto que Daniel Nascimento já havia me informado sobre a existência de um conflito interno motivado pela ação da empresa Suzano Papel e Celulose.

Diante da pretensão de realizar entrevistas com as autodesignadas *quebradeiras de coco babaçu*, me dirigi inicialmente às residências de Maria do Carmo e Judite Santos. A entrevista realizada com as mencionadas agentes sociais, puderam recuperar suas trajetórias enquanto militantes na luta pela defesa dos territórios. Conforme apontaram, suas trajetórias partem inicialmente do vínculo ao MIQCB, por meio do qual vem enfrentando a ação dos chamados *fazendeiros* e empreendimentos de monocultura de eucalipto implantados desde a década de 90. Atualmente buscam se distinguir de um segundo grupo de *quebradeiras de coco babaçu*, que também possuem vínculos ao Fórum, mas que está diretamente referido a relações estabelecidas com os ditos projetos de compensação que são executados pela empresa Suzano Papel e Celulose.

A interação inicialmente estabelecida na reunião organizada pelo Fórum da *Estrada do Arroz*, não afastou as possibilidades de vivenciar dificuldades durante a realização das entrevistas. Tal dificuldade foi expressa por meio de questionamentos sobre a finalidade da pesquisa que estava realizando, situação que inicialmente ocasionou a obtenção de curtas respostas às perguntas que eram por mim direcionadas. Diante de tal dificuldade, busquei a exercer o “controle de impressões” (BERREMAN, 1975) ressaltando a minha posição enquanto estudante e vinculado a atividades de pesquisas realizadas no Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), projeto que está em constante diálogo com o MIQCB, movimento ao qual são vinculadas.

A menção ao PNCSA possibilitou a minha aproximação com as agentes sociais, especialmente a Judite Santos, que imediatamente mencionou o nome do pesquisador Alfredo Wagner (PNCSA) por ter estado com ele dias atrás em um evento realizado pelo MIQCB na capital maranhense, São Luís. O diálogo com Judite Santos, me fez compreender que a dificuldade que estava vivenciando, se dava em função de desconfianças que as faziam pensar que as possíveis respostas àqueles questionamentos poderiam ser direcionados aos setores da

empresa Suzano Papel e Celulose, empresa que condicionou a ruptura do grupo de *quebradeiras de coco* de Coquelândia, mediante a criação do denominado Conselho de Desenvolvimento Comunitário das Quebradeiras de Coco Babaçu, o qual agrupou aquelas mulheres que passaram a participar de diversas ações realizadas a partir do contexto de atuação do mencionado Conselho.

Ao perceber que estava inserido em uma unidade social que tinha o seu plano organizativo marcado por um conflito interno, busquei prosseguir as entrevistas sob o cuidado de não promover uma “comunicação violenta” (BOURDIEU, 2008), a qual poderia dificultar ainda mais, o estabelecimento de relações de confiança. Essa circunstância consistiu em uma dificuldade que me exigiu, um distanciamento de perguntas por meio das quais pretendia identificar suas percepções em torno do conflito vivenciado naquela unidade social, mas nesse primeiro contato, qualquer pergunta que incidisse diretamente naquela situação conflitiva, poderia impossibilitar o diálogo que naquela ocasião já se encontrava dificultoso. Nesse sentido, preferi seguir buscando informações sobre suas posições sociais de maneira que a situação de conflito surgiu relacionalmente à descrição das situações por meio das quais passaram a se relacionar ou a se opor ao recebimento dos projetos ditos de compensação.

Sob essa perspectiva, após entrevistar as *quebradeiras de coco* que mantinham vínculos ao Fórum da *Estrada do Arroz* e ao MIQCB, me direcionei à residência da senhora Zuleide Souza, que integra e preside o segundo grupo de *quebradeiras de coco* de Coquelândia. A procura por Zuleide Souza, se deu a partir da indicação de Daniel Nascimento, o qual ressaltou a sua posição enquanto presidente do denominado Grupo Barroquinas, que é um grupo fundado por *quebradeiras de coco* que atualmente possui vínculos ao socialmente conhecido Conselho das Quebradeiras de Coco Babaçu criado pela empresa Suzano Papel e Celulose.

A entrevista realizada com Zuleide, tratou de levantar informações sobre sua trajetória enquanto inserida na luta pelo livre acesso às áreas de incidência da palmeira do coco babaçu, a qual partiu de sua inserção no MIQCB, movimento no qual esteve vinculada até a criação do Grupo Barroquinas. Além do mais, seu depoimento apontou aspectos relacionados aos ditos projetos de compensação executados pela empresa Suzano Papel e Celulose em Coquelândia, na qual ganha destaque a construção da Unidade de Beneficiamento de Coco Babaçu do Grupo Barroquinas, atualmente frequentada tanto por *quebradeiras de coco* associadas por meio de um cadastro, quanto por aquelas que pagam uma taxa estipulada para o uso da estrutura e dos maquinários presente na *casa das quebradeiras*, como assim classificam em Coquelândia.

A permanência em Coquelândia foi finalizada por meio de uma visita à *casa das quebradeiras*. Esta visita foi guiada por Zuleide, que mostrou os cômodos e os maquinários entregues pela empresa Suzano Papel e Celulose para a realização das atividades de beneficiamento do coco babaçu. Percebi que a minha visita naquele ambiente, a fez exercitar críticas à maneira como a empresa vinha impondo regras às atividades que tradicionalmente realizavam. Apontou o recebimento de tambores de ferros, numa tentativa que a empresa fez para impedir a colocada das denominadas *caeiras* em áreas a partir das quais coletam o coco, parte das quais pertencentes à empresa. Diante de tal situação, Zuleide descreveu sua discordância e o não cumprimento daquela imposição, que visava restringir a produção do carvão da casca do coco babaçu em tambores posicionados nos fundos da Unidade de Beneficiamento.

2.2.1.3 Quando a inserção é realizada a partir de um convite realizado pelos próprios agentes sociais: a pesquisa de campo no Acampamento Viva Deus

Conforme destacado no título deste tópico, a inserção ao Acampamento Viva Deus não ocorreu por via de interesses de pesquisa previamente estabelecidos. A oportunidade em realizar a pesquisa de campo no mencionado acampamento, se deu a partir da ocasião em que Daniel Nascimento referiu-se ao agente social Félix Lima, com quem mantém contato por meio de reuniões realizadas pelo Fórum da *Estrada do Arroz*, sobre a pesquisa que vinha realizando e que se relacionava a situações ocasionadas pela ação da empresa Suzano Papel e Celulose.

Ao tomar conhecimento sobre a pesquisa que estava realizando, Félix Lima, em conversa com os demais agentes sociais que formam o acampamento, sinalizaram por meio de uma ligação telefônica a mim realizada, o interesse em me receber para fins de uma reunião, por meio da qual, se dispuseram a expor as situações vivenciadas mediante a ocupação da *fazenda Eldorado*, organizada desde o ano de 2003 sob o objetivo de conquistarem por meio da dita política de reforma agrária, a sua desapropriação para fins de construção de um denominado “Projeto de Assentamento”. Entretanto, desde a implantação da fábrica de papel e celulose, suas lutas vêm sendo confrontadas pelos interesses da empresa Suzano Papel e Celulose, a qual efetuou a compra de extensas plantações de eucalipto que já haviam sido plantadas na *fazenda Eldorado* pelo Projeto Celmar, o qual era vinculado a então estatal

Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) em 1992 e posteriormente administrada pela Ferro Gusa Carajás (2008)³⁸.

A interação por meio da qual iniciei o estabelecimento de relações de pesquisa com os agentes sociais referidos ao Acampamento Viva Deus, tornou-se possível após percorrer aproximadamente 13 quilômetros por via da *Estrada do Arroz* em um ônibus que diariamente realiza o trajeto Imperatriz - Petrolina. A possibilidade de estabelecer os primeiros diálogos, ocorreu por meio da reunião que foi realizada na sede da Associação Viva Deus, a qual está construída na *beira* ou na *área de servidão* da *Estrada do Arroz*, especificamente ao lado dos *barracos*³⁹ pertencentes aos demais agentes sociais, os quais encontram-se acampados entre a mencionada estrada e a cerca da *fazenda* Eldorado.

A participação naquela reunião, que foi marcada justamente por ocasião de minha visita, possibilitou a realização de um longo debate, por meio do qual, os agentes sociais vinculados àquela associação, expuseram as estratégias por meio das quais resistiam mediante lutas vivenciadas desde as primeiras ocupações, ressaltando especialmente o embate travado com o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e com a empresa Suzano Papel e Celulose, a qual desde que assumiu a área da *fazenda* Eldorado, vem empreendendo ações de intimidação, despejos e denúncias visando os criminalizar. Destaco que o início da mencionada reunião, foi marcado por questionamentos a mim direcionados, os quais buscavam informações sobre a minha posição social e quais os motivos que me levavam a pesquisar as situações de conflito ocasionadas pela empresa Suzano Papel e Celulose.

Diferentemente das demais unidades sociais nas quais fui inserido, o controle de impressões (BERREMAN, 1975) exercido no Acampamento Viva Deus, foi conduzido ao expor abertamente o interesse em estudar as situações ocasionadas pela ação da empresa Suzano Papel e Celulose, referenciando inclusive a relação que vinha estabelecendo em outras unidades sociais. No acampamento, esta empresa é percebida enquanto uma das principais responsáveis pelo acirramento e rupturas políticas no interior de seu plano organizativo,

³⁸ De acordo com Carneiro (2008), o processo de concentração fundiária engendrado pelos empreendimentos de monocultura de eucalipto decorre a partir do planejamento do projeto Celmar, que se constitui “um conjunto de atividades florestais e industriais (fabricação de celulose) (...) concretizou apenas seu componente florestal, que, posteriormente, teve o seu uso voltado para a produção de carvão vegetal para fins siderúrgicos, com a criação pela Vale, em 2003, da empresa Ferro Gusa Carajás” (ibid, 2008, p.54). Expõe que a criação da empresa Ferro Gusa Carajás ocorre por meio de acordo *Joint Venture* entre a empresa Vale e a empresa norte-americana NucorCorporation.

³⁹ Na ocupação da *fazenda* Eldorado, especialmente no *acampamento* Viva Deus, o *barraco* consiste em uma estrutura que construída a partir de saberes dos próprios agentes sociais. Estes saberes refletem técnicas a partir das quais utilizam a madeira e palhas extraídas da natureza para fins de construção de locais de reuniões e de abrigo. Possui um caráter temporário, uma vez que a sua permanência está diretamente restrita ao período em que se aguarda a ação oficial do Estado para a constituição do *assentamento*.

situação por meio da qual originou-se a Associação Viva Deus, que é composta por agentes sociais que não aceitam o estabelecimento de relações com os agentes vinculados aos setores da mencionada empresa, a qual os procurou para firmar supostos acordos de uso daquela propriedade.

A ação de expor a realização de pesquisas que tratavam das situações ocasionadas a partir da implantação daquele empreendimento, foi executada numa tentativa de me aproximar daqueles agentes sociais, que se encontravam ansiosos para apresentarem os seus pontos de vistas acerca das situações vivenciadas mediante a disputa pela desapropriação daquela *fazenda*. Nesse sentido, exponho que ao longo da reunião, tive a oportunidade de estabelecer, de forma gradual, diálogo com diferentes agentes sociais, com os quais, ao final da reunião, pude realizar específicas entrevistas.

A realização de entrevistas iniciou durante a própria reunião, por meio da qual aproveitei para direcionar perguntas a Silvio Sousa, agente social que está presente no acampamento desde as primeiras ocupações realizadas no ano de 2003 e que naquele contexto ocupava a presidência da Associação Viva Deus. Em seu depoimento, esteve voltado à descrição do conflito interno que foi acirrado mediante a implantação da empresa Suzano Papel e Celulose, a qual passou a frequentar o acampamento sob o pressuposto de estabelecer um diálogo que posteriormente refletiu em uma proposta de acordo que não foi aceita por parte dos agentes sociais, o que motivou, conforme apontado anteriormente, a cisão da primeira associação em detrimento da criação da Associação Viva Deus, resultando assim, em duas associações.

Finalizada a reunião, fui orientado a acompanhar Félix Lima, agente social inserido ativamente nas lutas desempenhadas por via daquela ocupação e que iria me conduzir a uma visita que seria realizada nos designados *lotes*. Os *lotes* consistem em espaços demarcados pelos próprios agentes sociais no interior da *fazenda* Eldorado, especialmente por aqueles vinculados à Associação Viva Deus. A decisão em demarca-los, que confronta uma proibição feita pela empresa Suzano Papel e Celulose, partiu de um acordo entre os próprios agentes sociais, que buscavam formas de garantirem a produção de alimentos a serem utilizados na dieta cotidiana.

Além do mais, a visita aos lotes foi realizada sob o pressuposto de me apresentar a situação em que as *roças* plantadas, os poços construídos e os *barracos* construídos, ficaram após o que classificaram de *ações de terrorismo*. Tais ações, foram realizadas durante a ocasião em que uma empresa vinculada à Suzano Papel e Celulose, se direcionou ao acampamento visando o despejo daqueles agentes sociais que mantinham atividades

produtivas no interior da *fazenda* Eldorado. Na ocasião em que percorri por alguns *lotes*, aproveitei para realizar a marcação de pontos por meio de *gps* visando construir um mapa a partir do que foi narrado por Félix Lima.

Após a visita aos *lotes*, guiada por Félix Lima, pude realizar a última entrevista da tarde, que foi com o agente social Domingos Brandão, o qual tratou de representar a situação vivenciada durante a *classificação de terrorismo*. O seu depoimento foi construído a partir de representações que descreveram a destruição das *roças* por meio da pulverização de venenos, inclusive em *poços*. Além do mais, apontou que a utilização da força física por parte de seguranças armados, foi o que garantiu o prosseguimento daquela ação.

2.2.1.4 A pesquisa de campo em Petrolina: das relações com a Celmar às relações com a Suzano Papel e Celulose

A pretensão de realizar uma pesquisa de campo em Petrolina, se construiu a partir de discussões estabelecidas com minha orientadora, ocasião em que levantamos a possibilidade de procurar, nas próximas pesquisas que poderia realizar naquela região, a *quebradeira de coco babaçu* Terezinha de Sousa, que tem sua posição social marcada por inserções em movimentos por meio dos quais buscou a defesa do livre acesso às áreas de coleta do coco babaçu em Petrolina, sobretudo na década de 90, contexto em que esteve enfrentando a ação dos *fazendeiros* que impediam a coleta do coco, o que veio a agravar com a implantação do projeto Celulose do Maranhão (CELMAR) em 1992, o qual passou a comprar ou arrendar as áreas de *fazenda* para implantação de plantações de eucalipto.

As possibilidades de inserção à Petrolina, foram dadas a partir das relações sociais já estabelecidas por pesquisadores vinculados ao PNCSA, especificamente por Cynthia Martins, a qual havia realizado atividades de pesquisa naquela unidade social no contexto em que assessorava o MIQCB entre os anos de 2001 a 2002 e Helciane Araújo, que naquela unidade social havia realizado um estudo⁴⁰ sobre a situação das *quebradeiras de coco babaçu* que a partir de suas específicas organizações, buscavam construir estratégias para a manutenção de suas atividades extrativas. Considerando tais experiências, buscava me apresentar enquanto um aluno destas pesquisadoras, com quem Terezinha Cruz já havia estabelecido relações.

Nesse sentido, aproveitei o penúltimo dia em que estaria naquela região, para ir em busca de Terezinha Cruz. Por duas vezes adiei a ida a Petrolina, pois devido às intensas

⁴⁰“As diferentes estratégias de organização para a produção assumidas por mulheres, quebradeiras de coco, na denominada microrregião de Imperatriz” (ARAÚJO, 2000).

chuvas comuns ao mês de janeiro, fiquei impossibilitado de sair de São José da Matança, momento em que aproveitava para organizar anotações e planejar novas atividades que poderiam complementar alguma entrevista.

O embarque ao ônibus por meio do qual me dirigi à Petrolina, foi realizado no ponto de ônibus localizado em Esperantina II, em direção do qual caminhei por 15 minutos. Ao chegar naquela unidade social, após percorrer aproximadamente 29 quilômetros, me dirigi ao primeiro grupo de pessoas que avistei para perguntar qual seria a residência de Terezinha Cruz. Sob olhares desconfiantes, que claramente me identificava enquanto um sujeito estranho àquele grupo, me indicaram a direção por meio da qual chegaria até à agente social. A minha chegada em sua residência, a deixou surpresa, pois por se tratar de uma agente social sempre procurada por pesquisadores, era comum receber ligações telefônicas a avisando sobre possíveis atividades de pesquisas.

A interação inicial foi marcada por minha apresentação, ocasião em que me identifiquei enquanto aluno de um programa de pós-graduação vinculado à UEMA, por via do qual havia tomado conhecimento de sua atuação política naquela unidade social. À medida em que apresentava elementos relacionados a minha posição, especialmente ao mencionar ser aluno de Cynthia Martins e Helciane Araújo, percebia suas expressões afirmando lembrar destas pesquisadoras, principalmente por recordar do professor Alfredo Wagner e Joaquim Shiraishi, os quais também estiveram realizando pesquisas em Petrolina.

A relação inicialmente estabelecida com Teresinha, possibilitou realizar uma entrevista na qual recuperou sua trajetória política em associações e movimentos sociais mediante a atuação de *fazendeiros*, empreendimentos de monocultura de eucalipto e a ação das siderúrgicas por via do incentivo à queima do coco babaçu. Consistem em agentes que até os dias atuais confrontam a lógica de beneficiamento do coco babaçu defendida pelas autodesignadas *quebradeiras de coco babaçu*.

Além do mais, Terezinha Cruz ressaltou sua atuação na criação da Associação das Quebradeiras de Coco do Povoado de Petrolina em 1998, à qual foi criada no contexto em que buscavam se organizar para enfrentar a ação de *fazendeiros* que ameaçavam o impedimento da coleta do coco em suas pretensas áreas, e, também, para enfrentar a ação do projeto Celmar, o qual passou a comprar *fazendas* localizadas no entorno de Petrolina para a implantação de plantios de eucalipto. Tal percepção foi aprofundada ao mencionar o estabelecimento de relação com o projeto Celmar, que passou a regular o acesso àquelas áreas nas quais já eram acostumadas a acessar, por meio de relações contratuais, menção que a fez

buscar o contrato assinado em 26 de fevereiro de 1999, momento em que permitiu que fotografasse aquele documento.

A entrevista também recuperou elementos referidos ao contexto em que esteve vinculada ao MIQCB, movimento que por meio do qual esteve atuando até a ocasião em que se vinculou ao Conselho de Desenvolvimento Comunitário das Quebradeiras de Coco criado pela empresa Suzano Papel e Celulose. O motivo do vínculo ao mencionado Conselho, de seu em função do objetivo de receber os ditos projetos de compensação, especificamente uma Unidade de Beneficiamento de Coco Babaçu, a qual é fruto de ações idealizadas pelo conhecido Conselho das Quebradeiras de Coco.

Após a entrevista Terezinha Cruz me convidou a observar o quintal de sua residência, para onde levava o coco coletado na mata, pois naquele espaço sentia-se mais confortável por conseguir conciliar a quebra do coco com os afazeres domésticos. Além do mais, me direcionou à referida Unidade de Beneficiamento construída pela Suzano Papel e Celulose, ocasião em que mostrou os maquinários recebidos e, ainda, críticas ao modo como a empresa vinha tentando impedir a quebra do coco nas áreas em que a coleta era realizada.

Além de Terezinha, pude estabelecer relação com Francisco Silva, conhecido pelas famílias como *Piaba*. O contato com o mencionado agente social se deu na ocasião em que me direcionei às margens da *Estrada do Arroz* para que pudesse embarcar de volta a São José da Matança, entretanto, ao chegar às margens daquela rodovia, fui informado pelo agente social que o próximo ônibus só iria partir no início da noite, situação que me proporcionou permanecer ao longo de toda a tarde naquela unidade social, especificamente no *alpendre*⁴¹ da residência do senhor Francisco Silva.

Diante das perguntas a mim direcionadas, pude apontar ao senhor Francisco Silva os motivos que tinham me levado à Petrolina, em face aos aspectos apontados sobre a pesquisa que ali realizava, mostrou-se interessado em expor suas percepções sobre as transformações ocasionadas pelos empreendimentos implantados naquela região. No breve diálogo a partir do qual tomei conhecimento sobre sua posição social, passou a apontar por meio de uma solicitada entrevista, sua trajetória política mediante a atuação enquanto presidente da Associação de Lavradores de Petrolina, por meio da qual na década de 90, reivindicou áreas de plantios de *roças* que eram implantadas em consórcio com as plantações de eucalipto.

⁴¹ O *alpendre* consiste em uma estrutura que pode ser coberta de palha ou telhas feitas de argila. A sua estrutura é aproveitada pelas famílias que o constroem à frente de suas residências para dar abrigo ao sol ou à chuva. É um ponto de encontro nos finais das tardes, podendo até mesmo servir de espaços para a realização de partidas de dominó ou baralho.

Segundo Francisco Silva, o arrendamento destas áreas consistiu em uma prática reivindicada ao projeto Celmar (1992) tanto pelas famílias quanto pelos próprios trabalhadores que estavam inseridos nas atividades de plantio de eucalipto, reivindicação que foi atendida mediante o pagamento da *renda*, a qual era destinada a escolas daquela região. À medida em que as plantações de eucalipto passaram a ser adquiridas por empreendimentos posteriores, a exemplo da Ferro Gusa Carajás (2003), que assumiu as plantações de eucalipto para fins de produção de carvão a ser direcionado às siderúrgicas localizadas em Açailândia e atualmente com a implantação da fábrica de papel e celulose pertencente à Suzano Papel e Celulose (2014), tais relações não foram mais continuadas.

Mesmo que tenha vivenciado as limitações de realizar rápidas entrevistas ao longo de um dia, pude identificar por meio da relação com Terezinha Cruz e Francisco Silva, distintas perspectivas que acresceram informações acerca da maneira a ação daqueles empreendimentos de monocultura de eucalipto, contemporaneamente representado pela empresa Suzano Papel e Celulose, passaram a refletir transformações no plano organizativo das *quebradeiras de coco babaçu* e imposições que confrontam suas formas de manejo tradicionalmente realizadas.

2.2.2 Desdobramentos analíticos processados a partir do retorno às “Comunidades” da *Estrada do Arroz*: a delimitação do objeto de pesquisa ao estudo das estratégias empreendidas pela empresa Suzano Papel e Celulose

Início este tópico, salientando a reflexão de que a pesquisa não pode ser compreendida enquanto inserida em um processo delineado por questões engessadas. Consiste em uma reflexão que pude realizar mediante a sistematização das pesquisas de campo, especialmente aquelas que foram realizadas no que classifiquei de “Comunidades” da *Estrada do Arroz*. O contexto inicial destas pesquisas, ancorava-se em pretensões analíticas de um projeto de pesquisa direcionado a levantar específicas questões sobre as relações de contrato firmadas com as denominadas *gatas*, de certa maneira, foi um tema que baseou questionamentos durante a realização de entrevistas. Entretanto, à medida em que tais entrevistas eram realizadas mediante o acesso a novas situações, compreendia que a pauta do dia por meio da qual aqueles agentes sociais construam suas percepções, era formulada a partir de outras questões que julgavam importantes destacar.

A experiência vivenciada em pesquisas de campo e que foi acrescida durante os sete dias nos quais realizei entrevistas, observei reuniões, estabeleci conversas informais, momentos em que informações sigilosas eram a mim confiadas, me fez perceber que o

ofício da pesquisa é sempre composto por surpresas, principalmente quando se parte para a realização das pesquisas de campo, momento em que se tem oportunidade de estar em constante interação com os interlocutores e a perceber que o objeto de pesquisa não é previamente formulado ou construído partir de imposições analíticas do pesquisador aos agentes sociais, mas sim baseado em um processo de constantes redefinições que se articulam na interação com os agentes sociais, nos termos de Bourdieu (1998, p. 26-27), é um processo que “se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções, de emendas”.

É no contexto da pesquisa de campo e das interações com os agentes sociais que podemos ser surpreendidos em termos de contínuos redirecionamentos no curso de nossas pesquisas, ainda mais quando se trata de um campo de pesquisa já considerado “familiar”, situação que me impôs o equivocado sentimento de segurança para individualmente formular um projeto de pesquisa a partir do qual delimitei questões analíticas, que, ao chegar na pesquisa de campo, foram reformuladas mediante novas situações representadas pelos agentes sociais. Vivenciei ainda, a situação de os próprios agentes sociais apontarem quais questões iriam discutir, como assim ocorreu ao ser convidado para participar da reunião no Acampamento Viva Deus, onde os próprios agentes sociais conduziram a programação de pesquisa a partir do que julgavam ser relevante discutir e visitar naquela ocasião.

Por mais que tenha percebido que as questões analíticas, construídas a partir de situações problematizadas em pesquisas anteriores, não estivessem alinhadas às discussões reivindicadas naquele contexto pelos agentes sociais, não cabe aqui afirmar, que havia desinteresse em discutir as situações que condicionavam a procura pelos contratos temporários oferecidos pelas *gatas*, pois tal situação é cotidianamente problematizada sobretudo por aqueles agentes sociais que se posicionam combativamente em relação às ações empresariais, visto que permanecem vivenciando dificuldades em reunir condições para a garantia da permanência em seus territórios, sobretudo a partir de práticas produtivas e extrativas que antes eram realizadas por meio de relações estabelecidas em terras que atualmente encontram-se sob o domínio da empresa Suzano Papel e Celulose.

Entretanto, a percepção com base na qual problematizam a situação dos contratos firmados com as *gatas*, apontou para a necessidade de investir no exercício de se compreender a empresa Suzano Papel e Celulose enquanto uma agente que toma como suporte a produção de estratégias, visto que a oferta de contratos e outras ações que processualmente passei a identificar mediante a realização de novas pesquisas de campo, são percebidas por aqueles agentes sociais que possuem inserções em lutas contra empreendimentos na região de

Imperatriz, enquanto estratégias que tem por finalidade a legitimação dos efeitos de seu processo de implantação e a construção de um cenário, por meio do qual, possam garantir o funcionamento de sua fábrica e a imposição das formas por meio das quais busca se apropriar dos recursos naturais presentes nos territórios.

Nesse sentido, passei a ter como pretensão de estudo, as implicações ocasionadas pelas estratégias empresariais que são implementadas em diferentes unidades sociais. Em relação às estratégias identificadas, destaco as seguintes: a incorporação de agentes sociais como trabalhadores nas empresas terceirizadas, a imposição de criação de associações locais, construção de relações com “formas associativas” já existentes e a criação de uma “forma associativa” que passou a manter atividades junto às *quebradeiras de coco babaçu*. São estratégias que se sustentam na ideia de uma pretensa “parceria” com os agentes sociais.

Ao investir em análises que se articularam à reflexão de que a empresa Suzano Papel e Celulose busca garantir condições para a sua atuação a partir da formulação e imposição de estratégias, compreendi que tal percepção analítica deveria ser explorada a partir da problematização das relações que a empresa buscou estabelecer nas diferentes unidades sociais no entorno das quais passou a atuar, especialmente no contexto de implantação de sua fábrica, ocasião em que as próprias famílias reivindicavam medidas de amenização dos efeitos que passaram a alterar seus cotidianos.

Refletindo essa nova pretensão de estudo, busquei reposicionar minha percepção analítica, ao estudo das relações sobre as quais estava inserido, de modo a perceber as diferenciações que eram realçadas mediante as relações que se firmavam com ou construídas pela própria empresa Suzano Papel e Celulose. Pretendi, dessa maneira, analisar os mecanismos por meio dos quais a empresa construía suas estratégias, considerando a multiplicidade⁴² de pontos de vistas que eram construídos a partir do vínculo àquelas “formas associativas” que mantinham relações com a empresa e a partir de pontos de vistas pertencentes àqueles agentes sociais que buscavam se posicionar de maneira combativa e autônoma em relação às ações empresariais.

Consistiu em um momento da pesquisa em que vivenciei certa angústia, pois percebi que deveria investir em um exercício de analisar de que maneira os lugares de fala condicionavam a percepção dos agentes sociais ao, representarem, a própria condição de

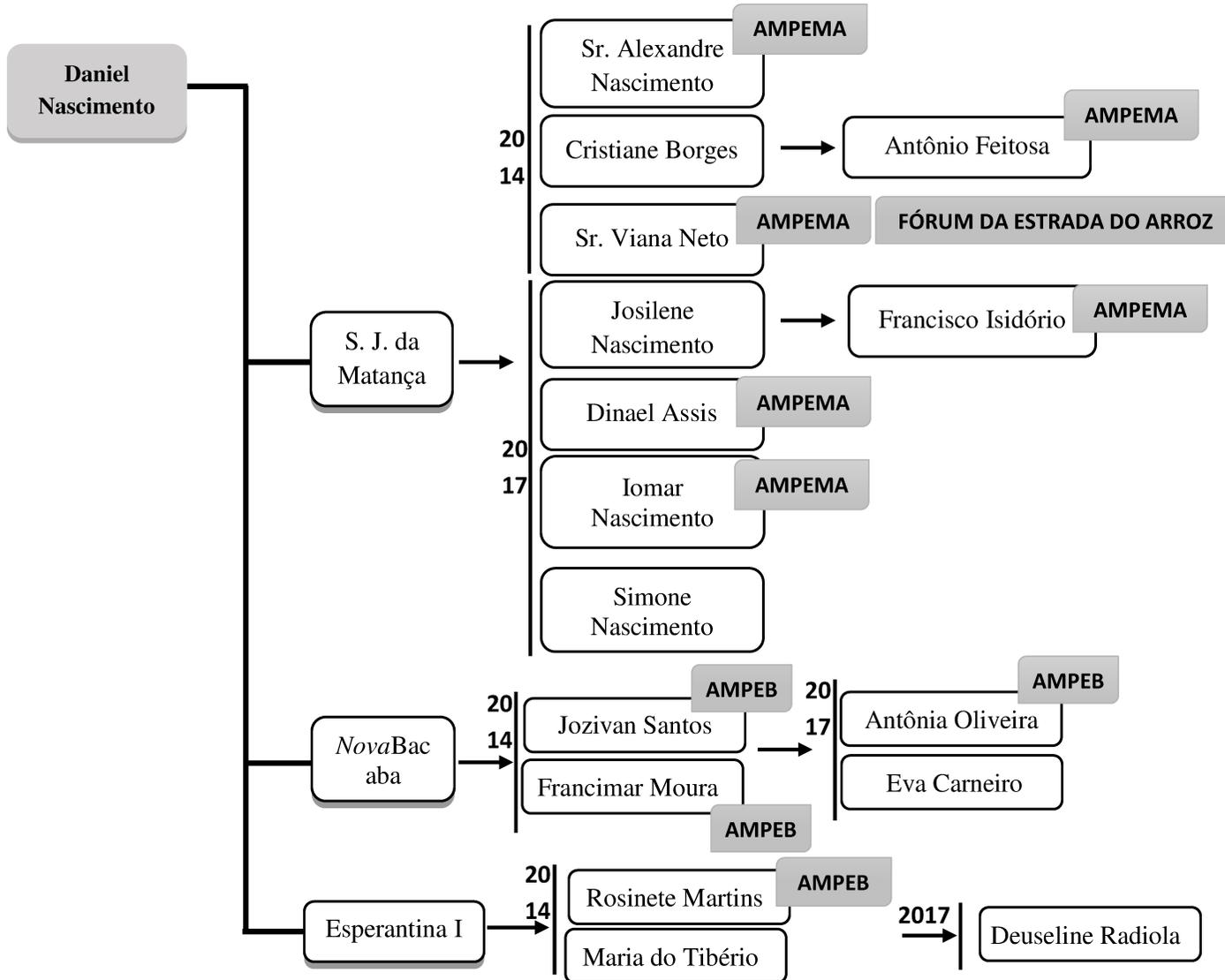
⁴² Voltar atenção ao caráter múltiplo a partir do qual as percepções acerca das situações são expressas, possibilita problematizar, apoiado na perspectiva Bourdieu (2004), a maneira a partir da qual se tenta objetivar as situações observadas, visto que tais situações não devem ser analisadas somente enquanto um mero “empreendimento individual” (ibid. 2004, p. 157), mas sim analisadas com base na reflexão de que as realidades são produtos de uma construção coletiva, a qual está diretamente relacionada a pontos de vistas diferenciados ou mesmo antagônicos.

estarem sujeitados a relações com a empresa, e por outro lado, trazer para reflexão de que maneira o plano organizativo construído pelos agentes sociais passou a se posicionar mediante a inserção da empresa que buscou implementar estratégias visando construir sua imagem enquanto “parceira” para tratar dos efeitos que sua própria implantação havia ocasionado.

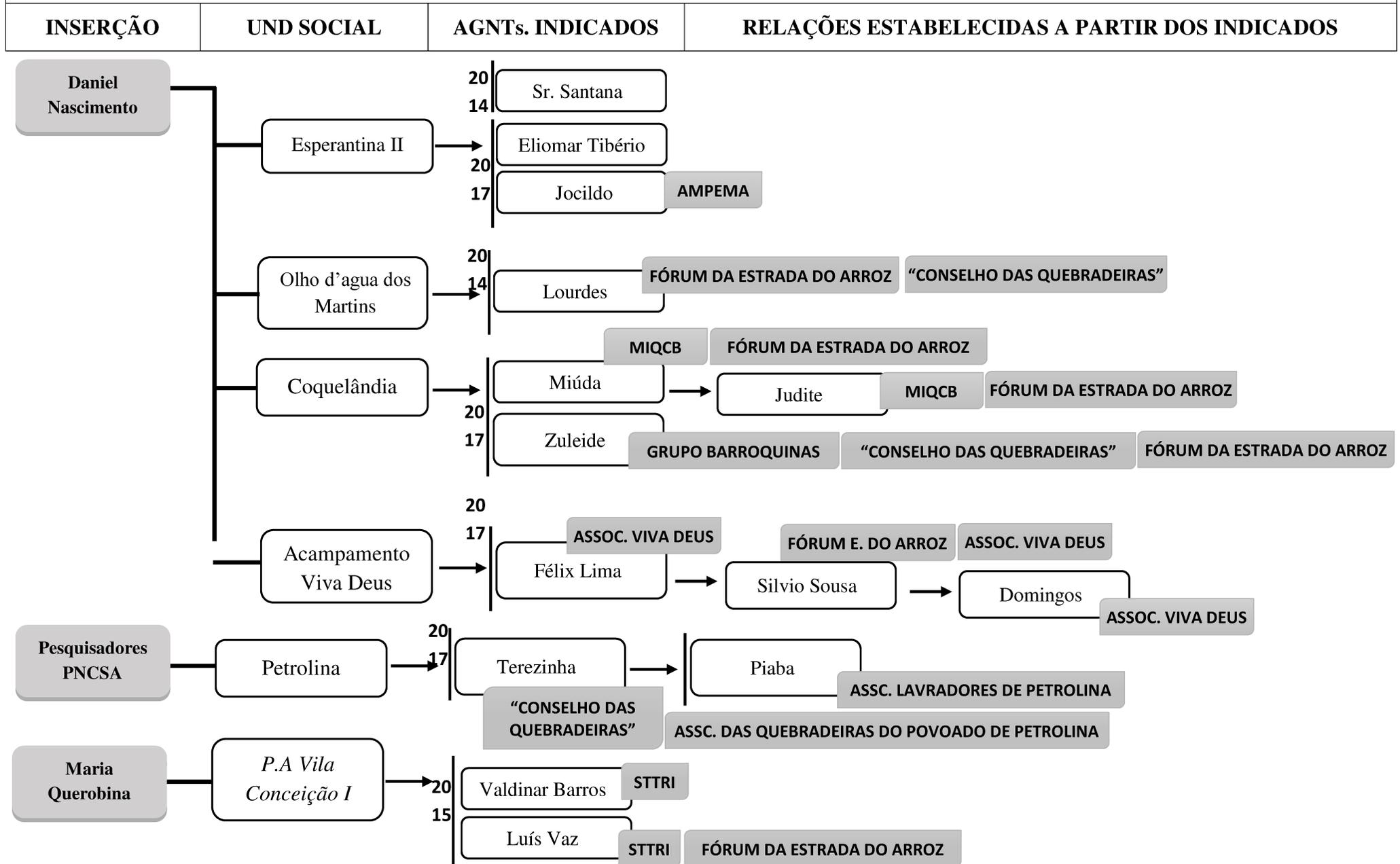
Sob essa perspectiva, estive empenhado na construção de um diagrama, localizado na página seguinte, que teve por base a sistematização da rede de relações construída e expandida a partir das pesquisas de campo realizadas nas classificadas “Comunidades” da *Estrada do Arroze “P.A” Vila Conceição I*. Ressalto que tal diagrama traz como pretensão analítica, o estudo dos elementos referidos à posição social dos agentes com os quais estive em interação, a partir do qual, buscarei refletir, nesta dissertação, a maneira como representam as implicações ocasionadas pelas diferentes estratégias criadas pela empresa Suzano Papel e Celulose, considerando os diferentes lugares de falas a que estão referidos:

REDE DE RELAÇÕES SOCIAIS DE PESQUISA

INSERÇÃO	UND SOCIAL	EXPANSÃO DAS RELAÇÕES E OS PERTENCIMENTOS ORGANIZATIVOS E ASSOCIATIVOS
----------	------------	--



REDE DE RELAÇÕES SOCIAIS DE PESQUISA



Conforme se pode analisar a partir da leitura do diagrama localizado em páginas anteriores, a rede de relações que pude construir a partir da relação com Daniel Nascimento, Maria Querobina e a relações que construí a partir da influência das relações que já haviam sido estabelecidas por pesquisadores vinculados ao PNCSA, reflete em sua estrutura, uma multiplicidade de posições sociais e conseqüentemente diferentes pontos de vistas que são construídos a partir dos vínculos destacados a cima dos diferentes nomes.

Com base nessa perspectiva, compreendo que a construção do presente trabalho demandou um esforço no sentido de desnaturalizar categorias que foram incorporadas pela empresa, a exemplo da ideia de compensação, e, também, de refletir a maneira como os agentes sociais vinculados às as “formas organizativas” e “associativas” buscam se mobilizar e distinguir⁴³ (ALMEIDA, 2002) podendo assim, problematizar a complexidade relativa às relações políticas existentes e que se encontram em tensão.

A possibilidade de prosseguir a pesquisa mediante o redirecionamento das pretensões de pesquisa, me fez perceber o surgimento de novos desafios, os quais estão caracterizados pela tentativa de compreender um plano organizativo marcado por relações de disputa que estão expressas no interior e relacionalmente entre “formas organizativas” criadas pelos grupos, a exemplo do MIQCB, Associação Viva Deus e organizações que possuem relação com a empresa Suzano Papel e Celulose, das quais aponto as associações locais, sendo elas: Associação de Moradores e Produtores Rurais de Esperantina II, São José da Matança e Açaizal (AMPEMA) e Associação de Moradores e Produtores Rurais de Esperantina I e Bacaba (AMPEB), o Fórum de Defesa da Cidadania e do Desenvolvimento das Comunidades da *Estrada do Arroz* e também aquelas criadas pela própria empresa, como é o caso do Conselho de Desenvolvimento Comunitário das Quebradeiras de Coco Babaçu.

As duas associações locais, AMPEMA e AMPEB, representam uma amostra de “formas associativas” criadas no contexto de implantação da fábrica de papel e celulose. A constituição de tais associações, insere-se no contexto em que a mencionada empresa passa a exigir a criação de associações sob a perspectiva de dialogar com as famílias referidas às unidades sociais afetadas pelo seu processo de implantação e, também, sob o pressuposto de executar os chamados projetos de compensação. Tais associações possuem estreito diálogo com representantes da empresa, situação que ocasiona o desdobramento de relações

⁴³ A distinção proposta no campo político referido às unidades sociais nas quais pude ser inserido, permite, conforme aponta Almeida (2002), distinguir as formas organizativas, as quais são entendidas como criadas pelos próprios grupos, das “formas associativas” criadas pela empresa e que utilizam de categorias acionadas pelas próprias formas organizativas.

conflituosas entre os próprios agentes sociais mediante o aceite parcial do diálogo com a mencionada empresa.

O socialmente conhecido Fórum da *Estrada do Arroz*, constitui-se uma “forma associativa” criada sob a pretensão de reivindicar o melhoramento nos serviços públicos básicos como também melhorias das condições de trafegabilidade da *Estrada do Arroz*. O seu processo de criação foi representado como tendo sido acalorado pelas transformações ocasionadas pelo processo de implantação da fábrica de papel e celulose, situação que o mantém em diálogo com representantes da empresa Suzano Papel e Celulose a fim de reivindicar intervenções para o reparo de problemas por ela ocasionadas. As ações por ele desenvolvidas coadunam a representatividade de unidades sociais que estão localizadas ao longo da mencionada rodovia, das quais aponto: Embiral, Esperantina I e II, São José da Matança, Açaizal, Olho D’água dos Martins, Coquelândia, São Félix, Petrolina, “Projetos de Assentamentos”, Altamira e Acampamento Viva Deus.

O Conselho de Desenvolvimento Comunitário das Quebradeiras de coco babaçu⁴⁴ ou o Conselho das Quebradeiras de Coco, como assim é conhecido, representa uma organização criada pela própria empresa Suzano Papel e Celulose. As ações desenvolvidas a partir do mencionado Conselho, as quais são orientadas pela mencionada empresa, envolve a participação de *quebradeiras de coco babaçu* referidas às “Comunidades” da *Estrada do Arroz*. Sob o pressuposto de levar “empreendedorismo” e “desenvolvimento comunitário” àquelas mulheres que tradicionalmente realizam sua prática extrativa, articulam a criação de específicos projetos que são classificados como sendo de compensação, a exemplo da construção de Unidades de Beneficiamento de Coco Babaçu, as quais reúnem quebradeiras de coco a elas associadas para a produção do azeite, óleo e mesocarpo, produtos que são obtidos a partir da quebra do coco babaçu.

Já o MIQCB, representa uma forma organizativa que possui atuação na região de Imperatriz que é anterior à implantação da fábrica de papel e celulose e que, inclusive, acompanhou os conflitos ocasionados pela implantação de projetos de monocultura de eucalipto em Imperatriz. O mencionado movimento, reúne *quebradeiras de coco babaçu* empenhadas na promoção de discussões que estão para além da prática extrativa em si, uma vez que as condições sociais para a realização de tal prática são constantemente discutidas em

⁴⁴ Em pesquisa realizada no website do portal Celulose Online, a matéria cujo título diz “Suzano Papel e Celulose leva empreendedorismo social às quebradeiras de coco babaçu”, apresenta elementos que fundamentam o discurso utilizado pela empresa ao criar o *Conselho das quebradeiras de coco*. A ideia de sustentabilidade e desenvolvimento local, se constitui um dos principais pilares que embasam a criação do Conselho. (CELULOSEONLINE, 2014)

face à devastação historicamente representada pela pecuária e por projetos de monocultura. Nesse sentido, as *quebradeiras de coco* associadas a este movimento, possuem uma visão mais crítica, combativa e que se encontra autônoma a qualquer prática realizada pela empresa Suzano Papel e Celulose, gerando assim, um consenso estabelecido em não entrar em relação com as atividades realizadas pela empresa.

Em termos sobre a Associação Viva Deus, exponho que é estruturada a partir de agentes sociais referidos a uma situação em relação ao território que se diferencia das demais unidades sociais. Tal situação é delineada pela existência de uma ocupação que visa a desapropriação de uma fazenda que se encontra de posse da empresa Suzano Papel e Celulose. Atualmente os *acampados* vivenciam um embate político mediante a atuação da mencionada empresa, situação essa que vem abalando as relações políticas do próprio acampamento, uma vez que o diálogo com a mencionada empresa ocasionou uma ruptura que se expressou em um reagrupamento político, resultando no posicionamento de duas associações.

Sob essa perspectiva, estarei, nos próximos capítulos, prosseguindo o exercício de problematização das diferentes estratégias empresariais construídas pela empresa Suzano Papel e Celulose, considerando o estudo das maneiras como os agentes sociais posicionam-se em um plano organizativo marcado por intervenções da empresa Suzano Papel e Celulose, o que diante de tais relações, vem se intensificando o acirramento de conflitos internos e reagrupamentos que apontam para o fortalecimento dos elementos por meio dos quais aqueles agentes sociais que não se relacionam com os setores empresariais utilizam para se distinguir.

Ressalto que ao longo da dissertação, estarei recorrendo a classificações como *acampados*, para ressaltar a condição daqueles agentes sociais referidos ao Acampamento Viva Deus e que consistem em agentes sociais que não possuem terras, e que hoje possuem uma interpretação mais radical em relação à ação da empresa Suzano Papel e Celulose. *Associados*, para ressaltar as “relações associativas”, que será pensada a partir da teoria weberiana da ação social, buscando refletir e distinguir as “formas associativas” posicionadas relacionalmente no plano organizativo. Estarei ainda, utilizando a classificação *assentados*, para além de ressaltar a condição de acesso à terra por via de uma política pública, considerar os elementos referidos a suas posições, que consistem em agentes sociais que já passaram por processos de luta pelo território, e que hoje possuem posições críticas em relação à implantação de megaempreendimentos.

3. ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS EM CONTEXTO DE IMPLANTAÇÃO DA EMPRESA SUZANO PAPEL E CELULOSE EM IMPERATRIZ (MA)

A discussão a que me proponho desenvolver neste capítulo, será norteada pelo estudo das estratégias empresariais, as quais foram identificadas a partir da interação com agentes sociais referidos às situações sociais ocasionadas pela implantação da empresa Suzano Papel e Celulose em Imperatriz (MA). O recorte contextual de implantação da mencionada empresa, servirá de base para a compreensão do modo como um empreendimento privado formula condições para o prosseguimento e legitimação de suas ações por meio da formulação de estratégias, para tanto, estarei buscando perspectivas teóricas para a partir das quais pensar a mencionada empresa enquanto agente que produz estratégias.

As intervenções que se distribuem a partir do processo de construção de sua fábrica de papel e celulose, em 2011, serão discutidas dentro de um quadro analítico visando ultrapassar as limitações daquilo que foi empiricamente observado nas pesquisas de campo. Trazendo para reflexão, as distintas situações referidas à “territorialidade” dos agentes sociais nas quais predominam situações variáveis, considerando, inclusive, a maneira como empreendimentos de pecuária, de beneficiamento de minério e de monocultura de eucalipto, dando ênfase à implantação da empresa Suzano Papel e Celulose, vem historicamente confrontando formas de viver e fazer mantidas por famílias referidas às “Comunidades” da *Estrada do Arroze “P.A” Vila Conceição I*.

As reflexões que estão articuladas ao longo deste capítulo, ressaltam que as estratégias empreendidas pela empresa Suzano Papel e Celulose, estão diretamente condicionadas à criação de setores direcionados à tratativa de assuntos ora manifestados por reivindicação dos agentes sociais, ora por reivindicação da própria agenda empresarial. A partir de setores denominados de “social” e “ambiental”, a empresa formula estratégias mediante reuniões nas quais buscam se posicionar como “parceiros” ou mesmo como “preocupados” com as situações locais. À medida em que tal “preocupação” é manifestada, agentes vinculados aos mencionados setores, estabelecem relações com lideranças locais ou agentes sociais que contingencialmente positivam a implantação da fábrica de papel e celulose.

A problematização das metodologias e práticas que fundamentam as estratégias empreendidas por setores da empresa de papel e celulose, não será dissociada de uma discussão que é linha tênue entre os estudos que problematizam a implantação de

empreendimentos públicos e privados. Que é a de se problematizar a ideia de compensação “social” e “ambiental” ou como Bronz (2016) classificou, ao estudar os “bastidores do licenciamento ambiental”, o “posicionamento socioambiental” registrado em ações e projetos elaborados pelos próprios setores empresariais. O modo como o discurso socioambiental é utilizado pela empresa, será constantemente relacionado à discussão sobre a criação de projetos os quais são recorrentemente ventilados sob uma lógica de compensação dos efeitos que o seu próprio funcionamento ocasiona.

Além do mais, o exercício empreendido neste capítulo, estará reflexivamente articulado ao ponto de vista dos agentes sociais amparado por uma descrição crítica da maneira a partir da qual os setores vinculados à empresa, encontram meios para garantir o controle e o domínio da produção de discursos os quais encontram sustentação no direcionamento de ações concretas às famílias considerando inclusive poder representado pela força econômica do empreendimento.

A implementação de projetos ou mesmo a execução de ações com famílias referidas aos territórios nos quais a fábrica e plantações de eucalipto foram implantados, serão discutidas como estratégias empresariais que se apoiam em discursos midiáticos que objetivam, dissonantemente, aliar a imagem da mesma empresa que desmata a floresta nativa para a plantação de eucalipto e que desestrutura meios de vida e práticas de agricultura e extrativas tradicionalmente realizadas, à ideia de agente que preserva o meio ambiente ou mesmo a que se preocupa com as situações vivenciadas pelas famílias. São práticas que buscam legitimar ou moralizar (BRONZ, 2016) as ações empresariais as quais serão discutidas sob o ponto de vista dos agentes sociais e sob a compreensão de que ocorrem no cerne e por via das relações sociais que se estabelecem com os setores empresariais.

3.1 Pensando a empresa Suzano Papel e Celulose enquanto agente que produz estratégias

Pensar a situação de implantação da empresa Suzano Papel e Celulose, dentro de um contexto no qual é percebida enquanto uma agente que formula estratégias, exigiu um esforço teórico-analítico que encontrou base na teoria de Pierre Bourdieu (2004). Trazer para esta reflexão o ponto de vista do mencionado sociólogo, reforçou o exercício de manutenção de uma constante postura relacional, a qual permitiu analisar as relações sociais estabelecidas ao longo das pesquisas de campo, como ponto de partida para o estudo das estratégias empresariais. Que na situação refletida neste trabalho, são empreendidas na relação

estabelecida entre setores de uma empresa multinacional e agentes sociais referidos a diferentes lugares de enunciação bem como a específicas situações sociais.

Ao destacar a empresa como agente que formula estratégias, trato de analisar tal assertiva, em conformidade ao ponto de vista de Bourdieu (2004), o qual possibilita refletir que a noção de estratégia, não diz respeito a esquemas de intervenção previamente estabelecidos ou mesmo pensada enquanto ação tomada fora das relações sociais, uma vez que tal categoria “é instrumento de ruptura com o ponto de vista objetivista e com a ação sem agente que o estruturalismo supõe” (ibid, 2004, p. 81).

A noção de estratégia, nesse sentido, permite compreender as relações dispostas no plano organizativo, enquanto marcadas por um jogo no qual não operam simplesmente regras, tal como impõe o entendimento objetivo estruturalista, mas sim a partir de relações sociais nas quais são construídas estratégias com base em regularidades que visam a produção e a reprodução social de um grupo, no caso específico, de um grupo representado pela empresa Suzano Papel e Celulose. Tal reflexão, parte do pressuposto de que “é preciso inscrever dentro da teoria o princípio real das estratégias, do sentido prático e do sentido do jogo” (BOURDIEU, 2004, p. 79), ou seja, apreender as regularidades que são formuladas e impostas na relação entre os agentes, que neste estudo, são representados por *associados*, *acampados*, *assentados* e uma empresa que se articulada ao agronegócio.

O leque analítico delineado pelo estudo das estratégias, o qual encontra sustento na teoria de Bourdieu (2004), provoca a reflexão de que é no âmbito das relações sociais, que as estratégias são formuladas afim de sustentar ou garantir a reprodução ou a legitimação da ação de um dos agentes. A noção estratégia, que ainda está sendo pensada em seu sentido teórico, passa a ser convergida reflexivamente às relações estabelecidas entre a empresa Suzano Papel e Celulose e os agentes sociais, que neste trabalho, estão analiticamente classificados como *associados*, *acampados* e *assentados*. Ressalto que essas classificações não se desvinculam da multiplicidade de pontos de vistas identificados a partir das relações de pesquisa, as quais representam tomadas de posições dentro de um plano organizativo, no qual o relacionamento com a dita empresa, vem ocasionando conflitos internos e reagrupamentos políticos mediante os dissensos sobre o estabelecimento de tal relação.

As estratégias que partem, nesse sentido, da empresa Suzano Papel e Celulose, devem ser pensadas em plena relação com a discussão proposta por Bronz (2016), que ao estudar os “bastidores do licenciamento ambiental”, entendeu que as práticas que fundamentam as estratégias direcionadas a partir dos empreendedores, encontram fundamento no que classificou de “posicionamento socioambiental”.

Tal posicionamento é compreendido enquanto “ferramenta de planejamento que tem a função de estabelecer o roteiro da performance de consultores e empreendedores em contextos específicos, adequando-os aos pressupostos morais da ética empresarial da responsabilidade social e da sustentabilidade” (ibid, 2016, p.65). Sob essa perspectiva, a análise das estratégias empresariais, conflui-se com o estudo do “posicionamento socioambiental” adotado pelas empresas, as quais, conforme Bronz adotam constantemente justificativas morais ou psicológicas que reforçam ações tomadas em contexto de um capitalismo intensamente fortalecido pelos grandes projetos.

3.2 Os “processos de territorialização” mediante a ação empresarial: A desarticulação das formas de produção, a venda das fazendas, o deslocamento e a situação dos *acampados*

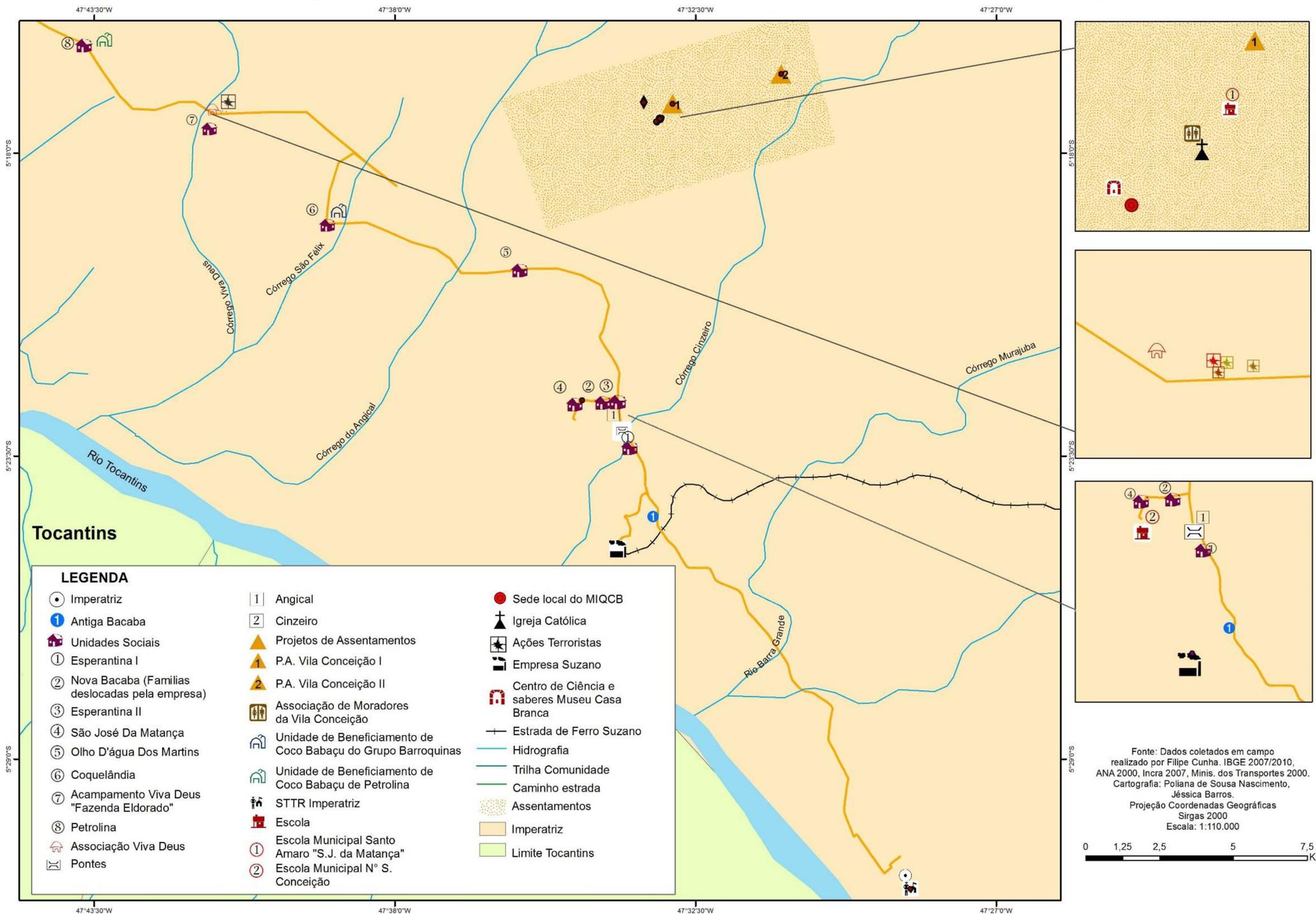
As condições sociais por meio das quais pude ser inserido nas “Comunidades” da *Estrada do Arroz* e “P.A” *Vila Conceição I*, estiveram diretamente referidas às relações que estabeleci com Daniel Nascimento e Maria Querobina. A partir de tais inserções compreendi que as dinâmicas por meio das quais as famílias se relacionam com os territórios, encontram-se ameaçadas pelas constantes intervenções ocasionadas pelo empreendimento da empresa Suzano Papel e Celulose. Para refletir sobre estas ameaças, procuro pensar suas dinâmicas a partir das relações sociais que pude construir e problematiza-las como integrantes de um mesmo processo que é potencializado pela ação de um empreendimento privado, o qual busca impor suas formas de uso e apropriação dos recursos naturais a partir de ações revestidas por diferentes estratégias.

Além do mais, apoio-me ao ponto de vista de Pacheco de Oliveira (1998) ao estudar os processos formativos que desencadeiam os “processos de territorialização”, buscando relacionar tal perspectiva à problematização dos processos adaptativos que refletiram diferentes condições de acesso à terra, o que vem sofrendo transformações mediante a constante reestruturação do capital encabeçada inicialmente por empreendimentos de pecuária, de beneficiamento de minério de ferro e de monocultivo de eucalipto. Estes empreendimentos, contemporaneamente representado pela empresa Suzano Papel e Celulose, vem ocasionando a desestruturação das formas até então encontradas pelas famílias para a permanência no território.

Para tal reflexão, investi na construção de um mapa, o qual denominei “Pontos de Interação nas “Comunidades” da *Estrada do Arroz* e “P.A” *Vila Conceição I*”. A proposta de construção deste mapa, esteve articulada à reflexão de que durante a realização das pesquisas

de campo, estive inserido em diferentes unidades sociais, que a partir da construção do mencionado mapa, passei pensá-las enquanto pontos de interação. A inserção nestes pontos de interação, me fez perceber a necessidade de procurar formas para pensar os diferentes “processos de territorialização”, tomando como referência os efeitos que a Suzano Papel e Celulose vinha impondo. Diante de tal necessidade, busquei refletir os diferentes pontos de interação a partir de uma mesma base reflexiva, buscando ressaltar nestas reflexões as especificidades de cada territorialidade.

Pontos de Interação nas "Comunidades" da Estrada do Arroz e P.A. "Vila Conceição I



Ao pretender refletir os diferentes pontos de interação em uma mesma base analítica e relacional, busquei apontar as distinções acerca da maneira como procuro conceber as diferentes situações sociais representadas pelos agentes sociais, da maneira como a empresa percebe estas unidades sociais a partir de divisões estabelecidas no âmbito de construção do Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto Ambiental (POYRY, 2010).

Ao observar a listagem de unidades sociais presentes em áreas que foram classificadas pelo EIA/RIMA enquanto “área de influência do empreendimento”, ou seja, quais unidades sociais estariam em áreas que seriam reconhecidas pela empresa enquanto afetadas pela implantação da fábrica de papel e celulose. Percebi que o mencionado documento, esteve baseado na instituição de uma região (BOURDIEU, 1998b), que passou a ser percebida pela ótica empresarial enquanto “Área Diretamente Afetada (ADA), Área de Influência Direta (AID) e Área de Influência Indireta (AII)”⁴⁵. Estas divisões realçadas no mencionado documento, divergem da maneira como os próprios agentes sociais percebem a região afetada pelo empreendimento, suas percepções não estipulam variações de intensidade do efeito.

A inserção nas diferentes unidades sociais ao longo da pesquisa, mostrou que específicas situações, sejam elas referidas às unidades sociais próximas ou distantes do empreendimento, ou mesmo, relacionadas a unidades sociais inexistentes no mencionado documento, possuem relação com a atuação da empresa Suzano, ao, sofrerem de alguma forma, os efeitos advindos de transformações sociais, as quais foram representadas para além de mecanismos que as colocassem em diferentes graus de intensidade, assim como está expresso no EIA/RIMA, ao direcionar classificações que dão conta de áreas que iriam sofrer influência “direta” ou “indireta”.

As classificações orientadas pelo EIA/RIMA, as quais vieram a ser disseminadas a partir do processo de implantação da fábrica de papel e celulose, representam a imposição de formas de percepção e apropriação do território que se diferenciam daquelas representadas pelos grupos referidos às unidades sociais nas quais realizei pesquisas de campo. A

⁴⁵ De acordo com o EIA/RIMA, a ADA, refere-se àquelas áreas “que sofre diretamente as intervenções de implantação e operação da atividade desenvolvida pela SPC” p.44, com isso, as duas fazendas compradas pela empresa para construção da fábrica, as quais somam 808, ha de terras, são as únicas que recebem tal classificação. Em relação à AID, refere-se à “área sujeita aos impactos diretos do empreendimento” p. 44, a qual é calculada pelo raio de cinco quilômetros, os quais incluem Bacaba, Esperantina, Embiral e São José da Matança. Já a AII, “é considerada aquela real ou potencialmente sujeita aos impactos indiretos na implantação e operação da Suzano Papel e Celulose” p. 44, tal classificação inclui diversos municípios vizinhos, sendo eles: Cidelândia, Davinópolis, Imperatriz, João Lisboa, Senador La Rocque, São Miguel do Tocantins (TO) e Praia do Norte (TO) (POYRY, 2010).

problematização de tal situação, permite recuperar o próprio processo de territorialização das “Comunidades” da *Estrada do Arroz*, como também do “P.A” *Vila Conceição I*, os quais encontram-se estritamente relacionados às transformações ocasionadas por diferentes antagonistas, sejam eles representados pelos latifundiários ou mesmo pela ação do agronegócio, os quais possuem forte atuação na região da conhecida *Estrada do Arroz*.

Socialmente conhecida como *Estrada do Arroz*, a rodovia MA-123 que interliga Imperatriz a Cidelândia, passou a receber tal denominação em meados da década de 1950, contexto a partir do qual a produção do arroz, impulsionada por migrantes nordestinos que se instalavam ao longo da mencionada rodovia, protagonizaram o alavanque da economia local e regional em face a negociação do excedente da produção. Diante de tal contexto, a denominação *Estrada do Arroz*, passa a ser consolidada mediante a intensa utilização desta rodovia por produtores de arroz referidos às unidades sociais territorializadas em estradas vicinais ou mesmo às margens da mencionada estrada, tal utilização assumia a função de escoar o excedente que era vendido para comerciantes e usinas de beneficiamento de arroz localizadas em Imperatriz (FRANKLIN, 2008).

Para além do dado meramente logístico, Santos (2015) em seu trabalho intitulado “O bicho está em todo lugar”: Estratégias, políticas de resignação e resistências na *Estrada do Arroz*”, permite compreender que a denominação *Estrada do Arroz* foi construída em função das condições que naquele contexto favorecia a alta produtividade do grão. Para o mencionado autor, o mencionado cereal passa a ser percebido por aqueles que estão inseridos em sua produção, enquanto um elemento identitário, o qual está inserido relacionamente nos modos de fazer e viver de agricultores.

Ressalto que as denominações referidas à rodovia MA-123, podem se dar de maneira diversa, tal compreensão se coloca após uma intervenção finalizada pelo governo do estado do Maranhão no ano de 2016, a qual refere-se ao asfaltamento de toda a extensão da rodovia, tal obra é fruto de intensas pressões manifestadas pelos agentes sociais referidos às unidades sociais localizadas ao longo da *Estrada do Arroz*. Diante de tal intervenção, foram fixadas em suas extremidades, placas informativas acrescentando a denominação “Rodovia Padre Josimo”, a qual se dá por via oficial sob o pressuposto de homenagear Padre Josimo, que foi um líder eclesiástico assassinado em contexto de conflitos fundiários nos quais se posicionava a favor de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

O evento de inauguração da intervenção idealizada pelo governo do estado do Maranhão, o qual reforçou a denominação “Rodovia Padre Josimo”, permite recuperar a reflexão de que as situações sociais nela vivenciadas, não se resume a tempos áureos de

produção de arroz. Tal denominação, dá margem à discussão sobre as transformações vivenciadas na então *Estrada do Arroz*, a qual vem sendo historicamente, palco de intensos conflitos ocasionados não só pela concentração de terras encabeçada por empreendimentos de monocultivo de eucalipto⁴⁶, mas também pela ação de latifundiários, os quais estiveram diretamente articulados a ações de grilagem (ASSELIN, 2009), como também, a ações nas quais a pistolagem buscava desarticular a luta no campo (TEIXEIRA, 2016).

As representações que orientaram a minha compreensão sobre os “processos de territorialização”(PACHECO DE OLIVEIRA, 1998) das “Comunidades” da *Estrada do Arroz*, apontaram a intensa atuação dos chamados *fazendeiros*, os quais encabeçaram processos de concentração de terras ao longo da mencionada rodovia, contexto em que a pecuária disputava espaço com práticas extrativas como também atividades executadas por via da agricultura familiar. Tal contexto é percebido ainda, como sendo marcado por relações de sujeição aos *fazendeiros*, que com o agressivo processo de concentração de terras, deixavam, conforme aponta Almeida (2015, p.7), “famílias sitiadas entre a cerca e a estrada”.

As relações de sujeição aos *fazendeiros* foi marcada por relações de trabalho em suas pretensas propriedades, sobretudo com a aquelas famílias que não possuíam terras, onde integrante destas assumiam específicas funções na *fazenda*, a exemplo de *tratorista*⁴⁷, *vaqueiro* ou *serviços gerais*, sob condições que poderiam manter certa regularidade ou por meio de uma condição de contrato eventual, como assim fazem os *diaristas*⁴⁸. São funções que abriam possibilidades de conquistas pequenas terras no interior das *fazendas* para a implantação de *roças*. Tal percepção é descrita pela agente social Maria do Tibério, referida à Esperantina I e aponta sua angústia ao ver que *afazenda* onde morou com sua família e inclusive onde mantinha atividades de *roça*, foi comprada pela empresa Suzano Papel e Celulose para fins de construção da planta fabril:

Ali onde tá aquela sede dela ali assentada, nós moremos naquela fazenda ali que meu marido era vaqueiro, ali eu conhecia pé de pau por pé de pau, agora se soltar eu lá dentro, se não tiver quem tire, eu não saio mais, porque eu não sei nem o que foi que virou, bem ali onde tá aqueles negócio grande, era local da gente botar roça, aí eu não sei pra onde é que vai pro Alonso mais, não sei mais nada ali dentro, tá tudo

⁴⁶ Em decorrência das grandes plantações de eucalipto localizadas ao longo da MA-123, *estrada do arroz*, é comum ouvir de agentes sociais referidos às unidades sociais localizadas nas proximidades da mencionada rodovia, a utilização da expressão “estrada do eucalipto”, a qual foi construída em referência a intensa expansão de plantações de eucalipto ao longo desta rodovia.

⁴⁷ Nos serviços desempenhados na *fazenda*, o *tratorista* é o encarregado de dirigir o *trator*, maquinário que possui a função de *gradear* a terra, atividade que prepara a terra para o plantio.

⁴⁸ O *diarista* tem a possibilidade de firmar relações com o *fazendeiro* a partir do trabalho realizado por dia. Consiste em eventuais necessidades apresentadas pelo próprio *fazendeiro*.

infeliz do jeito que tá. (Sra. Maria do Tibério, entrevista realizada em sua residência na comunidade Esperantina I em 10/06/14).

Percepções como a de Maria do Tibério, permite compreender de que maneira a própria implantação da Suzano Papel e Celulose desestruturou as condições de permanência no território antes dispostas pelas famílias. É um contexto em que a empresa investiu em estratégias para o estabelecimento de contratos de compra e arrendamento de terras, como assim descreveu o senhor Francisco Lins, que em entrevista realizada e que foi cedida por Daniel Nascimento, apontou que, por ser *conhecedor da região*, trabalhou para a empresa no sentido de intermediar a compra terras, de *fazendeiros* e inclusive de famílias referidas à São José da Matança:

Em dois mil e nove chegaria a empresa Suzano né isso?.Me convidaram pra ajudar como conhecedor da região e já fui apresentado por outra pessoa e daí comecei a trabalhar pra eles ajudando a comprar as propriedades em que hoje pertence a Suzano Papel e Celulose (...) É, muitos deles acabaram vendendo. Os últimos compradores ali foram pessoas da Suzano né, os últimos comprador que afastaram toda aquela comunidade praquela região ali..Ali veja bem, se a gente fosse analisar mesmo, pensar bem pensadinho mesmo, quantas pessoas a gente num tirou dali. Porque, veja bem, porque nós num falamos só da Suzano que tirou gente dali, nós falamos do Valdimar porque, veja bem, aquelas propriedades que o Valdimar vendeu aí cerca de quatrocentos e poucos alqueires de terra, ali entrou muito proprietário, ali entrou muito proprietário naquele meio, eai ele vendeu só essa propriedade pra Suzano. (Francisco da Silva Lins, São José da Matança).

A estratégia utilizada pela empresa Suzano Papel e Celulose para a compra de terras, nesse sentido, vem refletindo a desestruturação de condições para a permanência nos territórios. Esta situação é vivenciada, inclusive, pelas famílias de Bacaba, que foram deslocadas para uma área na qual ficaram encurraladas por terras que se encontram de posse da empresa, diariamente vivenciam imposições que proíbem o acesso àquelas áreas, entretanto, mesmo sob proibição, adentram para a coleta de coco babaçu e para realizarem a produção de carvão feito a partir da implantação de *caeiras*.

De acordo com a Sr. Eva Carneiro, a situação hoje vivenciada em *nova* Bacaba, os condicionam a procurar seja os contratos oferecidos pelas *gatas* ou empregos no centro de Imperatriz. Inclusive, no contexto da pesquisa de campo estava fichada em uma das *gatas*, na qual desempenha a função de *serviços gerais*. A sua percepção em torno da falta de terras para a realização de atividades produtivas, foi acrescida por uma crítica à Suzano Papel e Celulose, que os deslocaram para uma área que não atende a dinâmica de reprodução das famílias, visto que mediante a falta de terras e o estabelecimento de novas relações matrimoniais, estão impossibilitados de continuarem suas vidas perto de seus familiares:

Aqui quem não trabalha, se não achar um serviço na Suzano, tem que ir para Imperatriz, trabalhar lá em Imperatriz e, não é fácil não, negócio de você pagar passagem todo santo dia para ir trabalhar em Imperatriz é cansativo. Então é igual nós estávamos falando, as pessoas devem fazer reunião, se ajuntar, ó, porque aqui tem tanta gente, que depois que nós estamos aqui, os filhos já casaram, aí todo mundo jogados, todo mundo quer ficar aqui perto dos parentes, mas não tem como né, não tem aonde fazer casa aí. Essas terras aí de traz são tudo da Suzano. (Eva Carneiro, 55 anos, entrevista realizada em sua residência em Nova Bacaba em 19/01/17).

Além das situações anteriormente refletidas, identifiquei também, a situação daqueles que estiveram envolvidos na organização de ocupações que reivindicavam o acesso à dita política de reforma agrária, para a desapropriação de *fazendas* para a constituição de “Projetos de Assentamento”. Suas lutas recuperam embates travados desde os finais dos anos 80, contexto em que aprofundam-se relações de desigualdade envolvendo povos e comunidades tradicionais na Amazônia, contexto em que o planejamento econômico nacional, influenciado pelas diretrizes estabelecidas por agências multilaterais, expressas no Consenso de Washington (1989), estabelece a emergência das forças de mercado enquanto protagonista na orientação de planos econômicos, transferindo assim, a ação do Estado para segundo plano.

No estado do Maranhão, estas reformulações orientadas pela ótica neoliberal, encontram forças a partir da década de 90. Os anos 90 devem ser entendidos a partir de uma perspectiva que os considere enquanto um marco histórico, nos quais intensifica-se a emergência de conflitos ocasionados por empreendimentos que se articularam à abertura das forças de mercado em associação com o capital privado e internacional, o qual privilegiou investimentos em siderúrgicas de beneficiamento do minério extraído das Serras dos Carajás e no setor agroexportador das chamadas *commodities*, que no estado do Maranhão é representado diminuição de investimentos na agricultura familiar em detrimento de altos investimentos no setor do agronegócio (MESQUITA, 2011).

Diante de tal contexto, as famílias localizadas no entorno do município de Imperatriz, dentre as quais destaco aquelas referidas às “Comunidades” da *Estrada do Arroze* em áreas classificadas de “*assentamentos*”, passam a disputar espaço com extensas plantações homogêneas de eucalipto, as quais estão articuladas a empresas privadas que objetivam atender demandas do mercado internacional.

Em vista disso, compreendo que o poder econômico relativo às empresas que vieram inserir e expandir a monocultura do eucalipto em Imperatriz, seja a Celmar em 1992, a Ferro Gusa Carajás em 2003 ou a Suzano Papel e Celulose em 2010, intensificou a saída de

famílias daquela região mediante um contexto já marcado por conflitos ocasionados pela ação dos denominados *fazendeiros*, pela ação das siderúrgicas e indústrias de cerâmica as quais patrocinam a queima do coco babaçu inteiro e que tal situação vem somando-se à agressiva concentração de terras que se apoia em estratégias empresariais.

Os conflitos e a concentração de terras ocasionada pela pecuária, pela ação das siderúrgicas e atualmente pelo agronegócio, abre margem ao exercício de identificação de um encadeamento entre tais práticas, visto que as áreas utilizadas pelo agronegócio, vem sendo adquiridas por meio da compra como também atos de arrendamento de grandes *fazendas* antes posicionadas em função de unidades de produção de carvão do coco babaçu e da pecuária. Tal constatação torna claro a situação social sobre a qual estão inseridas àquelas famílias que hoje se encontram fixadas entre a cerca e a estrada e que antes se articulavam às atividades de sujeição aos *fazendeiros* para conquistarem espaços arrendáveis a fim de implantarem roças.

É possível ainda identificar a existência de ocupações que visam a desapropriação de *fazendas*, como é o caso dos *acampados* referidos ao acampamento Viva Deus, os quais ocupam a *fazenda* Eldorado desde 2003, localizada às margens da *Estrada do Arroz* e que se encontra de posse da empresa Suzano Papel e Celulose. Tal situação caracteriza a existência de lutas que buscam confrontar a lógica de apropriação dos recursos naturais praticadas pela mencionada empresa e que muitas vezes encontram dificuldades em continuarem tais lutas em decorrência de estratégias empresariais que visam estabelecer *consensos* dentro de um plano organizativo marcado por diferentes posições sociais.

Atualmente as situações das famílias se complexifica em face às diferenciações internas dentro e entre as próprias unidades sociais, como é o caso das famílias das unidades sociais localizadas na *beira* da *Estrada do Arroz*, onde parte das quais estão fixadas na chamada *alagação* ou *área deservidão da estrada*, a qual compreende o espaço resultante entre a *Estrada do Arroz* e a cerca das *fazendas* e que atualmente estão forçadas a buscar empregos nas chamadas *firmas* prestadoras de serviço à Suzano Papel e Celulose, as quais oferecem contratos sazonais para a ocupação dos chamados subempregos.

Nesse sentido, os “processos de territorialização”(PACHECO DE OLIVEIRA, 1998) referidos às “Comunidades” da *Estrada do Arroz*, como também das áreas classificadas de “assentamento”, são compreendidos como sendo marcados pela atuação de antagonistas historicamente representados tanto pelos chamados *fazendeiros* quanto pelas siderúrgicas e agronegócio, os quais acarretam relações de desigualdade, deslocamento de famílias e também a reformulação das condições para a realização de atividades extrativas e produtivas, como é o caso das *quebradeiras de coco*, as quais disputam o livre acesso em

áreas de *fazenda* para a coleta do coco babaçu e também daquelas famílias que não possuem terras e que hoje buscam pequenas áreas para a implantação de *roça* em terras daquelas famílias que conseguiram conquistar pequenas propriedades.

3.3 As primeiras reuniões com as famílias e a atuação de setores da classificada área “social” e “ambiental”

Compreender as estratégias formuladas mediante relações estabelecidas pela empresa Suzano Papel e Celulose, está diretamente ligado à necessidade de se problematizar os seus principais aspectos que estão fortemente distribuídos e fundamentados na criação por parte da empresa de setores denominados de “social” e “ambiental”. Tais setores, com um quadro técnico da própria empresa, e guiados por uma concepção de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) se responsabilizaram em direcionar ações ditas “compensatórias” às famílias consideradas “afetadas”.

Sob essa perspectiva, compreendo que as maneiras a partir das quais a empresa Suzano Papel e Celulose buscou estabelecer “diálogo” com os agentes sociais, se desdobram em estratégias que tem por função a garantia de condições para a tomada de intervenções objetivando a grosso modo, a construção de um ambiente marcado a partir do que classificam de Responsabilidade Social Empresarial (RSE).

A minha compreensão em torno da noção de “responsabilidade social” ou RSE, como assim denominam os estudos da área da administração empresarial, não muito diferente os meios de comunicação de propriedade da empresa Suzano Papel e Celulose, está diretamente baseada na discussão proposta por Pitombeira (2017). A autora menciona que a noção de RSE emerge mediante “denúncias dos efeitos do capitalismo predatório e das profundas transformações que afetam o trabalho por meio da crítica (...) revelando um tipo de crítica endógena ao capitalismo” (ibid, 2017, p. 37). Complementa sua compreensão apontando que o mencionado termo, caracteriza um engajamento dos setores empresariais em relação às questões, ou poderia dizer, problemas por eles impostos ao plano “social” e “ambiental”, que são elencados como intrínsecos à suas atuações.

Nesse sentido, apoio-me à essa perspectiva sob a pretensão de torna-la ponto de partida para o estudo das maneiras a partir das quais a empresa Suzano Papel e Celulose vem atuando em Imperatriz, município onde ações ditas de compensação e notadamente guiadas pela ideia de RSE, são adotadas sob a pretensão de legitimar ações de um empreendimento que devasta a floresta nativa e desestrutura meios de vida em detrimento de extensas

plantações homogêneas de eucalipto. Além do mais, seguirei refletindo que a construção de ações que carregam a ideia de “responsabilidade social”, consiste em nada mais do que o próprio reconhecimento empresarial de que suas ações são nocivas aos territórios.

Refletir as estratégias empresariais identificadas a partir da análise da situação de implantação de uma fábrica de papel e celulose, exigiu um aprofundamento crítico no exercício de problematização das relações que foram estabelecidas por via das primeiras reuniões nas quais, a empresa Suzano Papel e Celulose, exigiu a criação de meios participação políticas formalizados, sob o discurso de promover pretensos diálogos com os agentes sociais referidos aos territórios nos quais passou a atuar.

A análise de tal imposição, que se desdobrou na criação de associações locais, Conselhos e Redes, será refletida sob a compreensão de que a produção de representações do mundo social, exercida a partir do vínculo a estas organizações, acabaram que instituindo um crivo no tocante ao poder de fala dos agentes sociais, contrastando com meios de participação política prevaletentes e não reconhecidos pela empresa, o que por sua vez ocasionou o rompimento de relações mediante divergências manifestadas em relação ao estabelecimento de relações com a empresa.

A análise de tais interferências, encontra-se diretamente relacionada ao estudo do processo a partir do qual, agentes da mencionada empresa, elencaram a criação de “formas associativas” como exclusiva condição para a tratativa das situações, que naquele contexto, eram delineadas pelos efeitos decorrentes do processo de implantação da fábrica de papel e celulose. Pensarei essa condição estabelecida pela empresa, enquanto imposição que se desdobrou na criação de diferentes “formas associativas”.

A imposição de um associativismo defendido pela empresa Suzano Papel e Celulose, a qual se apresentou enquanto interessada em estabelecer diálogo com as famílias referidas aos territórios afetados por sua implantação e funcionamento, ocorre no contexto em que a realização de reuniões, exerceu a função de intermediar assuntos de interesse dos empreendedores. Tal situação foi recorrentemente acionada nos discursos representados por agentes sociais que vivenciaram esse processo. O depoimento que segue, representa uma situação recorrente na fase inicial de construção da fábrica de papel e celulose, que foi a presença constante de técnicos, que naquele contexto, interessavam-se em estabelecer relações com as famílias:

Aqui eles fizeram assim: colocaram pessoas deles mesmo que era da área social e essa pessoa ficou rodando aqui direto nas comunidades, roda direto, é conhecido por todo mundo, eles rodava aqui e andava, marcava reunião com os pessoal,

conversava e eles falava da empresa, foi assim, não foi mesmo da comunidade né. Na comunidade não foi ter ninguém né pra fazer isso. (Daniel Nascimento, entrevista realizada na residência de seus pais, em São José da Matança, em 08/06/14)

O depoimento de Daniel Nascimento, agente social vinculado a “formas associativas” que mantêm diálogo com a empresa Suzano Papel e Celulose, abre margem à compreensão de que, como estratégia inicial, a empresa se apropriou de relações que foram estabelecidas em visitas realizadas por técnicos vinculados a uma denominada área social. Conforme descreve, a recorrência dessas visitas, representava diferentes interesses, quais sejam a convocação de famílias para reuniões que naquele momento, tratavam unicamente de apresentar as ditas vantagens que a empresa traria à região, ou mesmo, centrar em outras discussões que positivavam a implantação do empreendimento, ação que foi criticada pelo agente social mediante a compreensão de que o discurso empresarial, com base no qual as reuniões foram inicialmente realizadas, tratavam de suplantar e legitimar os transtornos camuflados nos ditos “benefícios”:

Como eles vieram logo no início e falaram pras pessoas que a empresa era muito boa e que ia trazer desenvolvimento e tal. Aqui num ia ter nenhuma rejeição pra receber eles ou pra está com eles junto de reunião. Eles foram tudo muito bem aceitos. Porque eles falavam assim, que ia aumentar os transportes, porque ia ser muito caminhão pra poder carregar essa madeira, mas num disseram assim: vai ser duzentos caminhão, vinte e quatro horas rodando com poeira e deixando pedaço de pau na estrada, gente caindo de moto por cima dos pau, num disseram né, só disseram que ia aumentar , ia vim desenvolvimento e ia aumentar. (Daniel Nascimento, entrevista realizada na residência de seus pais, em São José da Matança, em 08/06/14)

O depoimento reforça a constatação de que a interação estabelecida inicialmente pelos técnicos da empresa Suzano Papel e Celulose, foi baseada na produção de discursos que visavam positivar o empreendimento. A maneira como essa positivação foi construída, é notadamente criticada no depoimento de Daniel Nascimento, que ao compreender a estratégia empresarial, ressalta os efeitos decorrentes do que foi apresentado como “desenvolvimento”. A crítica apresentada em seu relato, é articulada à representação de transtornos cotidianos os quais baseiam diferentes situações que são vivenciadas pelas famílias que transitam ou que moram às margens das rodovias *Estrada do Arroz*(MA-123)e BR-010, a partir das quais a madeira do eucalipto é conduzida das áreas de plantio e corte por meio de *treminhões*⁴⁹ à fábrica em Imperatriz.

⁴⁹ O *treminhão* é uma espécie de automóvel utilizado exclusivamente para o transporte de madeiras de eucalipto. Sua carroceria é conhecida por ter três eixos, nos quais cargas de eucalipto são pilhadas e amarradas por espécies de cintas.

A compreensão sobre a maneira como a empresa foi estabelecendo relações com as famílias, está diretamente ligada ao estudo das representações que tratam das primeiras reuniões realizadas pela empresa diante de discussões que tratavam da insatisfação em relação aos transtornos vivenciados. A reunião nesse contexto, assumiu a função de aglutinar diferentes agentes sociais em torno de discussões gerenciadas pelos próprios técnicos da empresa, os quais buscavam reunir condições para garantir a plena construção da planta fabril, e ainda, elevar o perfil empresarial ao de “parceiros” daquelas famílias.

Conforme explicam os agentes sociais Eva Carneiro e Francimar Moura, ambos moradores de *nova* Bacaba, unidade social que teve suas famílias deslocadas no ano de 2013 em decorrência da implantação da fábrica de papel e celulose, a realização de reuniões foi a principal estratégia para o estabelecimento de negociações com as famílias que seriam deslocadas do território de onde saíram, agora denominado de *antiga*⁵⁰ Bacaba. O discurso dos empreendedores, que buscavam justificar o deslocamento das famílias a partir dos riscos que correriam em decorrência da pequena distância entre as unidades sociais e as duas denominadas *fazendas* adquiridas para a implantação da fábrica, era frequentemente reiterado nestas reuniões, que conforme depoimentos seguintes, eram realizadas com intensa frequência:

[a empresa Suzano Papel e Celulose] Fazia reunião por cima de reunião, quase todo mês eles fazia reunião, era uma coisa, era do jeito que a gente queria casa, fazia reunião, qual a cor da casa, chamava nós para dizer que cor nós queria, só se visse!, tudo era reunião (...) demorou um pouco mas aconteceu, Lá nós morava na nas nossas casas mesmo, era terreninho, pequeno igual esse aqui, o terreno tinha dono, era tudo do Valdimar, de um lado era do Valdimar, do outro lado era do Sabino, então, lá nós não tinha quase quintal, já era logo o arame, que já era as terras do Valdimar. Mas morava só na alagação assim, entre uma vaguinha da fazenda e a estrada. Mas só que todo mundo que chegava tinha o direito de comprar, sabe?, aquele pedacinho ali. (...) Ah eu quebrei muito coco, quando eu saí da escola, ainda na antiga Bacaba, quando eu saí da escola e fiquei desempregada, eu vendia em Imperatriz, quando eu mexia com roça, no tempo que eu mexia com roça, eu não mexia com coco, né, porque no tempo que eu mexia com roça eu trabalhava na escola, foi no tempo dos cadastros da Suzano, a Suzano vai vim, vai tirar vocês, vai dá emprego, nós não tinha nem fé, aí nesse tempo, aí quando eu mexi com coco, foi depois que eu sair da escola, que eu fiquei desempregada aí eu fui viver do coco, aí foi quando eu quebrei muito coco aí depois que eu arrumei um serviço em Imperatriz, aí eu não mexi com o coco mas não (Eva Carneiro, 55 anos, entrevista realizada em sua residência em “Nova” Bacaba, em 19/01/17, *grifos meus*)

Ah eles começaram a fazer reunião com a gente, a Suzano, começou a fazer reunião dizendo que ia sair né (...) eu mesmo falei, os outros não se importaram muito não, só quem falou que não queria sair era eu e a professora né, que era diretora da escolinha que nós tinha lá né, eu e ela, nós falava que não ia sair de lá, lá eu não queria sair, já tava acostumado, tinha meu ponto comercial lá né, tinha meus colega

⁵⁰ Em contraposição ao termo que classifica o local para onde foram deslocados, agentes sociais empregam o adjetivo *antiga* sob a compreensão de remontar à localidade de onde foram deslocados.

que vinha todo dia que passava lá na porta da gente, achava que se mudasse de lá, eles não ia visitar mais a gente né, pra comprar as coisinhas da gente. Aí eu falava que não ia sair não. Resultou saindo, eles chegaram a falar pra mim, se você não sair, vamos entregar pro governo do estado, o governo do estado vai vim vai só lhe indenizar, bote tempo pra você receber a indenização. A indenização daquele tamanhozim, ele dizia. Aí a gente ficou com medo. (Francimar Moura, 46 anos, entrevista realizada em seu comércio/bar em “Nova” Bacaba em 09/06/14).

As narrativas destacadas, expressam que o processo de deslocamento das famílias de Bacaba, as quais moravam, conforme Eva Carneiro, “entre a vaguinha da fazenda e a estrada”⁵¹, não foi realizado de maneira espontânea, tão pouco distante de dissensos em relação à saída das famílias de um território no qual modos tradicionais de vidas eram mantidos. Como visto em relato de Eva Carneiro, as condições vivenciadas na *antiga* Bacaba, eram marcadas pela concentração de terras engendrada pelos chamados *fazendeiros*, que cercavam as famílias em uma área que lhes restavam, a denominada *alagação da estrada* ou “área de servidão”⁵². Em seu depoimento, Eva Carneiro aponta que a permanência em Bacaba se articulava a práticas que delineavam a resistência das famílias no território. A permanência no território se articulava a atividades extrativas, empregos em uma escola mantida pela Secretaria de Educação de Imperatriz, pela sujeição a serviços oferecidos pelos *fazendeiros* e pela busca de empregos no centro de Imperatriz.

O deslocamento das famílias para o novo território que passou a ser classificado, por reivindicação dos agentes sociais, de *nova* Bacaba, foi realizado sob dissensos que partiram de agentes sociais que se contrapuseram ao deslocamento, como assim expressa

⁵¹ Tal expressão é recorrentemente utilizada pelos agentes sociais referidos à *nova* Bacaba. O seu uso diz respeito ao modo como as unidades sociais eram posicionadas no território. Morar entre a cerca da *fazenda* e a rodovia estadual, condicionava-os à condição de *posseiros*, uma vez que o território ocupado era de propriedade do governo. Além de designar a maneira como as unidades sociais eram posicionadas, tal expressão aponta para a situação de concentração fundiária engendrada pelos ditos *fazendeiros*, que sob a força econômica expressada em transações de compra de pequenas propriedades, encurralaram famílias que resistiram a investidas de compra e aquelas que aproveitaram áreas desocupadas, a exemplo da área classificada por “alagação da estrada” ou a que fica “entre a cerca e a estrada”.

⁵² A expressão “Entre a cerca e a estrada”, recorrentemente acionada pelos agentes sociais para se referirem ao modo como suas residências estão posicionadas, caracteriza a ocupação de uma área pertencente ao Estado, que por meio do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) a classifica enquanto “faixa de domínio” e a define como “a base física sobre a qual assenta uma rodovia, constituída pelas pistas de rolamento, canteiros, obras-de-arte, acostamentos, sinalização e faixa lateral de segurança, até o alinhamento das cercas que separam a estrada dos imóveis marginais” (DNIT, 2009). A expressão “entre a cerca e a estrada”, recorrente em depoimentos colhidos em pesquisas de campo em Imperatriz, remete a uma situação em relação ao território constantemente identificada em produções acadêmicas que tratam de situações localizadas no estado do Maranhão, sobretudo em regiões marcadas por processos de intensa concentração fundiária, como assim podemos identificar em estudos realizados por Araújo (1996) e Adaildo (2016). A ocupação dessas denominadas *áreas de alagação*, *área de servidão* ou como se observa, “entre a cerca e a estrada”, deve-se a fatores que giram em torno da força econômica representada por investidas dos chamados *fazendeiros* ou mesmo de *empresas* que se utilizam de estratégias para a compra pequenas propriedades por valores que não coincidem com novos projetos de vida, situação que (re)força a ocupação dessas áreas, e, também, pela chegada de grupos familiares que se deslocam de outras regiões, seja por convite de famílias já estabelecidas nestas áreas ou mesmo por via das chamadas *frentes de expansão* (VELHO, 2013).

Francimar Moura, em relato que demonstrou sua preocupação em relação aos laços afetivos mantidos no território de onde saíram. Considerando as informações apresentadas, compreendo que de maneira impositiva, o processo de deslocamento foi realizado sob discursos como o de que “se você não sair, vamos entregar pro governo do estado, o governo do estado vai vim vai só lhe indenizar, bote tempo pra você receber a indenização” e “a Suzano vai vim, vai tirar vocês, vai dá emprego”. Tais discursos, nesse sentido, reforçaram o processo de deslocamento que de maneira impositiva foi realizado no dia 15 de julho do ano de 2013.

Conforme depoimento de Daniel Nascimento, que consiste em um agente social assiduamente participante das reuniões realizadas pela empresa desde o contexto de sua implantação e que ainda ocupou a cadeira de presidente em uma das associações locais criadas sob imposição empresarial, a denominada área social é uma via utilizada pela empresa para estabelecer negociações com as famílias. Em sua narrativa, esclarece que as relações estabelecidas com as famílias que residem no entorno das fazendas nas quais a planta fabril foi construída, se deu no contexto em que a empresa buscava condições para a efetivação de seu processo de implantação. O agente social menciona que ao ser finalizado o processo de implantação, a empresa desacelerou ações que vinha realizando nas unidades sociais, ocasionando um movimento inverso, pois na presença de qualquer transtorno, já não era mais a empresa que procurava as famílias, mas sim estas que procuravam meios para reivindicar a solução de prejuízos causados pelo funcionamento da fábrica:

Na verdade só tem um setor da Suzano que faz conversa com as comunidades, só o da área social, outros setores não procuram, só se você procurar, mas tem o meio ambiente que ainda procura, mesmo que dificilmente, pela questão do odor, que a fábrica tá soltando nas comunidades, mas a área social é quem procura mais, muito timidamente agora, porque no início do processo de implantação eles procuravam a gente, faziam reuniões, agora não, se a gente procurar e solicitar eles comparecem, mas se a gente não procurar, eles ficam tudo quietinhos como estão. (Daniel Nascimento, entrevista realizada na residência de seus pais, em São José da Matança, em 21/01/17)

O depoimento de Daniel Nascimento, avaliza a compreensão de que os agentes da denominada área social da empresa Suzano Papel e Celulose, estiveram fortemente presentes no contexto em que os efeitos de sua implantação, integravam exclusivamente a pauta de discussões em reuniões realizadas no início da implantação, ou seja, o interesse empresarial em garantir a plena implantação de seu empreendimento, condicionou a assídua transição de agentes da empresa unidades sociais que sofreriam os efeitos. O agente social, aponta ainda, a presença de um outro setor pertencente à empresa, um setor responsável por assuntos relativos

ao meio ambiente. A presença de tal setor, é referenciada a partir da representação de uma situação que se delineou após o início do funcionamento da fábrica, situação que se refere aos sucessivos vazamentos de gases que passaram a incomodar as famílias, que durante as pesquisas de campo, como assim se pode observar no depoimento de Francimar Moura, representavam tal situação, a partir da expressão *cheiro ruim*:

“Eles falaram que o deslocamento era por causa do impacto né, impacto ambiental, por causa da estrada que ia ser muito movimentada, ia ter mil carros passando diariamente, e nós corria risco de ficar na beira da estrada, corria risco de ser acidentado né, com os caminhão e com a poluição da Suzano né que ia ter, disse que a Suzano ia ter uma certa poluição que ia incomodar né, inclusive que agora ta incomodando agente, não mudou nada não, ta incomodando, tem hora que a gente acorda de noite, uns quinze dias atrás eu acordei de noite com aquele cheiro mas ruim do mundo, um cheiro assim de esgoto né, mais tarde vinha um cheiro de foguete, foguete queimado, aí assim não achei que mudou não negócio de impacto não ambiental” (Francimar Moura, 46 anos, entrevista realizada em seu comércio/bar na em “Nova” Bacaba em 09/06/14)

Ao caracterizar os efeitos decorrentes dos vazamentos expelidos pela estrutura da fábrica de papel e celulose, Francimar Moura em seu depoimento, questiona os próprios motivos utilizados pela empresa para justificar o processo de deslocamento das famílias de Bacaba, que mesmo na localidade para onde foram deslocados, sofrem com os efeitos decorrentes da implantação da fábrica. Nesse sentido, o discurso de que o processo de deslocamento teria sido imposto às famílias sob a perspectiva as proteger dos ditos efeitos ambientais que seriam ocasionados, é notadamente desconstruído pelo agente social, que cotidianamente tem o seu bem-estar afetado pelas situações causadas pelo funcionamento da fábrica de papel e celulose.

O denominado setor do meio ambiente, que segundo Lopes (2004) ao problematizar a “Ambientalização dos conflitos em Volta Redonda” o constata enquanto um componente “indispensável nos organogramas de todas essas grandes empresas antes consideradas como agressoras” (ibid, p 228), pode ser notadamente percebido enquanto uma tentativa de a empresa compartimentar os meios instituídos para a discussão de problemas por ela criados, ocasionando assim, uma maior burocratização na tratativa de problemas que o seu próprio funcionamento ocasiona e, ainda, criando instâncias responsáveis por ditar conforme aponta Lopes (2004, p. 228) “a condução da política ambiental e a vigilância do exercício de uma produção ambientalmente correta”. Tal proposição é recorrentemente assimilada às estratégias adotadas pela empresa Suzano Papel e Celulose, que toma medidas ditas de preservação do meio ambiente e ainda, institui funções como a “agentes florestais”, os quais são encarregados de fiscalizar o processo de plantio e corte da madeira do eucalipto e ainda as

chamadas *reservas*, que são áreas nas quais não se realizam atividades, mas que se encontram cercadas pela empresa sob a perspectiva de desenvolver ações que se aliam a dita preservação do meio ambiente.

Dessa maneira, compreendo que a presença de um setor ambiental no organograma da empresa Suzano Papel e Celulose, acarreta a efetuação de um “posicionamento socioambiental” (BRONZ, 2016) baseado em incoerências, ou seja, é o agente que devasta⁵³ a floresta nativa para a implantação de plantios de eucalipto, que busca instituir um setor que incorpora o discurso de preservação ambiental e que acaba formulando, a partir do ponto de vista empresarial, políticas de gerenciamento do meio ambiente⁵⁴ que acabam confrontando modos tradicionais de uso e apropriação dos recursos naturais. Tal ação é entendida por Martins e Nunes (2015), enquanto estratégia empresarial que legitima a monopolização de territórios nos quais (re)existem saberes tradicionais e que se encontram sob a ameaça da ação de megaempreendimentos que se vestem de um discurso ambiental, que em suas palavras:

“O discurso ambiental parece prerrogativa e só se faz necessário para empreendimentos monopolizadores das terras, dos recursos naturais e que empregam a mão de obra dos expropriados. Ou seja, quem precisa falar em meio ambiente são aqueles que devastam e precisam aparentar serem líderes da preservação” (MARTINS E NUNES, 2015, p. 54)

Como analisado, as vias iniciais a partir das quais a empresa passou a elaborar estratégias para o estabelecimento de um diálogo preliminar com as famílias, se desdobraram em setores empresariais chamados de social e ambiental. Refletir tal constatação, sinaliza a

⁵³ A maneira como a empresa Suzano Papel e Celulose expande suas extensas plantações de eucalipto no estado do Maranhão, vem evidenciando práticas que atestam formas nocivas ao meio ambiente e a reprodução social de povos e comunidades tradicionais. Tal constatação, além de estar baseada em narrativas expressas ao longo desta dissertação, produções acadêmicas realizadas pelo PNCSA, a exemplo do caderno “Devastação e lutas sociais na Amazônia maranhense” (PNCSA, 2014), ampara-se também, a uma denúncia formulada pelo Ministério Público Federal do Maranhão contra a empresa Suzano Papel e Celulose S.A., ao estado do Maranhão e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), sob número de processo 178725920164013700. A denúncia que foi realizada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) e mantida pelo Supremo Tribunal Federal, ressalta os impactos que os plantios de eucalipto vêm acarretando ao cerrado maranhense, especialmente na região do baixo Parnaíba, no qual prevalecem os municípios Santa Quitéria do Maranhão, Urbano Santos e Mata Roma (MPF, 23/06/2016).

⁵⁴ Ao se implantar em Imperatriz, a empresa Suzano Papel e Celulose passou a promover ações baseadas a partir de discursos que pairam sob a ideia de sustentabilidade e preservação do meio ambiente. Práticas realizadas tradicionalmente, a exemplo da caça ou mesmo o processo de feitura do carvão a partir da queima da casca do coco babaçu, são constantemente confrontadas por técnicos ou agentes florestais da mencionada empresa. A proibição de tais práticas põe em xeque saberes tradicionalmente praticados por agentes sociais que encontram nos recursos da natureza, meios para garantir a permanência no território. Essa proibição é formulada a partir de reuniões ditas de educação ambiental ou mesmo por meio da coerção representada pela ação de técnicos ou pelos denominados agentes florestais, os quais exercem o poder de fiscalizar as chamadas áreas nas quais realizam o plantio de eucalipto e naquelas áreas onde não são realizadas nenhuma atividade, sendo estas classificadas de *áreas de reserva*.

permanente necessidade de distinguir o próprio discurso empresarial, que incorpora concepções como a de “preservação ambiental” e “sustentabilidade”, as quais integram pautas reivindicatórias de “formas organizativas” e associativas que se posicionam enquanto combatentes a políticas econômicas ditas de desenvolvimento que ameaçam e fragilizam o meio ambiente.

É justamente a partir da incorporação de um léxico produzido no interior de lutas travadas por grupos sociais autônomos, os quais se posicionam combativamente aos efeitos das políticas de intervenção impostas aos seus territórios, que setores do governo ou mesmo setores de empresas privadas denominados de “social” e “ambiental”, como assim identifique a partir de ações de setores da empresa Suzano Papel e Celulose, vem formatando estratégias sob a pretensão de aproximar a povos e comunidades tradicionais referidos a diferentes formas de apropriação dos recursos naturais, os agentes que poluem, que desmatam, que desmobilizam, que expulsam famílias para as periferias de centros urbanos ou que expropriam o direito à permanência nos territórios.

As relações estabelecidas a partir de ações executadas por setores da empresa Suzano Papel e Celulose, se desdobraram na formulação de estratégias que fortaleceram tal aproximação. Como discutido neste tópico, a formulação de estratégias, das quais dei ênfase àquela implementada no contexto de implantação da fábrica de papel e celulose, a partir da qual impuseram a criação de “formas associativas” sob o pressuposto de promoção de diálogo e formulação de políticas compensatórias com as famílias referidas aos territórios afetados por suas ações, resultou no surgimento de específicas denominações que evidenciam a existência de diferentes “formas associativas” que mantem diálogo com a empresa.

4. POR UMA ANÁLISE DO PLANO ORGANIZATIVO: AS “FORMAS ASSOCIATIVAS” QUE SE RELACIONAM COM A EMPRESA E AS “FORMAS ORGANIZATIVAS” DE MOBILIZAÇÃO

Refletir as estratégias empresariais identificadas a partir da análise da situação de implantação de uma fábrica de papel e celulose, exigiu um aprofundamento crítico no exercício de problematização das relações que foram estabelecidas por via das primeiras reuniões nas quais, a empresa Suzano Papel e Celulose, exigiu a criação de meios participação políticas formalizados, sob o discurso de promover pretensos diálogos com os agentes sociais referidos aos territórios nos quais passou a atuar. A análise de tal imposição, que se desdobrou na criação de associações locais, Conselhos e Redes, será refletida sob a compreensão de que a produção de representações do mundo social, exercida a partir do vínculo a estas organizações, acabaram que instituindo um crivo no tocante ao poder de fala dos agentes sociais, contrastando com meios de participação política prevalentes e não reconhecidos pela empresa, o que por sua vez ocasionou o rompimento de relações mediante divergências manifestadas em relação ao estabelecimento de relações com a empresa.

A imposição de criação de associações locais ou mesmo a criação de Conselhos e redes por parte da própria empresa Suzano Papel e Celulose, será ressaltada enquanto estratégia empresarial que influenciou transformações ao plano organizativo referido aos agentes sociais. As transformações empreendidas ao plano organizativo, longe de serem identificadas por via do plano empírico, serão refletidas a partir do ponto de vista de diferentes agentes sociais vinculados à essas associações, Conselhos e redes, como também, por meio do ponto de vista de agentes sociais referidos à movimentos sociais e associações que se posicionam combativamente em relação à ação empresarial.

Para que seja realizada a análise do panorama, que comporta o estudo das estratégias empresariais incidentes sobre o plano organizativo referido aos *associados*, *acampados* e *assentados*, as reflexões seguintes, não perderão de vista as dificuldades relacionadas à distinção contemporânea dos meios a partir dos quais tais agentes sociais se posicionam, que são identificados a partir de Associações, Conselhos, Redes, Fórum e Movimentos Sociais. A análise desse panorama, será guiada por uma vigilância epistemológica a qual não recairá na construção de pares de oposição mediante o exercício de distinguir, ou seja, como composto por organizações que se relacionam com os setores

empresariais e aquelas que rejeitam tal relação. O elemento de distinção, nesse sentido, será pensado não a partir de um marco opositor, mas sim a partir do *modus operandi* que traduzem as especificidades dessas organizações.

Sob essa perspectiva, compreendo que o exercício de distinguir os lugares de fala dos agentes sociais, parte do pressuposto de não os homogeneizar em uma mesma base analítica. Procuo refletir a maneira a partir da qual a empresa Suzano Papel e Celulose vem desmobilizando lutas que partem de formas de “relações comunitárias” em detrimento da imposição de criação de associações, Conselhos e redes, nas quais prevalecem “relações associativas” e a incorporação de um léxico socialmente construído no interior de lutas empreendidas por grupos que se posicionam autônoma e criticamente à ação empresarial, os quais compreendem estas relações que se estabelecem com a empresa, a partir do que classificam como *cooptação*, noção que merece atenção e que não será reificada nas reflexões seguintes.

Sob a maneira de dar visibilidade ao processo a partir do qual percebi a necessidade de distinguir os diferentes lugares de enunciação, que foram identificados mediante o aprofundamento do estudo das relações sociais que estabeleci nas pesquisas de campo. Seguirei no seguinte tópico, descrevendo o trajeto analítico percorrido para a construção da reflexão que se articulou ao ponto de vista de Weber (1994) e Almeida (2012). Tal reflexão está diretamente relacionada às dificuldades enfrentadas para distinguir as diferentes “formas organizativas” e “associativas” prevaletentes em um plano organizativo tensionado por estratégias formuladas pela empresa Suzano Papel e Celulose.

4.1 Pressupostos para uma distinção das “relações associativas” e comunitárias em contexto de estratégias empreendidas pela Suzano Papel e Celulose

A discussão provocada neste tópico, elenca como ponto de partida a compreensão de que a empresa Suzano Papel e Celulose vem impondo desde o seu processo de implantação, transformações ao plano político organizativo referido às “Comunidades” da *Estrada do Arroze assentamento Vila Conceição I*, no qual prevalecem *associados*, *acampados* e *assentados*. Trato de apreender tais transformações, como para além do alcance empírico, ou seja, a partir de lutas que se colocam nas relações estabelecidas entre os agentes sociais e entre estes e a empresa. Tal constatação, foi sucedida de um aprofundamento teórico-analítico diante de uma tentativa de (re)pensar as relações sociais em face a um conflito tensionado pela mencionada empresa, que a partir de seu processo de implantação,

percebe as relações sociais como uma via para o estabelecimento de relações ditas de “parcerias” e a produção e imposição de discursos.

O estudo das maneiras a partir das quais a empresa Suzano Papel e Celulose impôs interferências ao plano político organizativo referido aos agentes sociais, está antes de tudo, ligado à necessidade de compreender o modo como estas relações sociais estão dispostas no interior do plano organizativo a partir do qual se posicionam. Compreender um plano organizativo composto por distintas relações, exige uma reflexão que encontrará base no ponto de vista de Max Weber (1994), que ao propor a análise das diferentes ações sociais, organiza seu pensamento a partir do exercício de tipificar os espaços sociais no interior dos quais as ações são pensadas e tomadas, isto é, compreende que as ações sociais são empreendidas a partir do que classifica de “relações associativas” e comunitárias.

Em termos conceituais apresentados por Weber (1994), podemos entender que uma relação social comunitária, é definida “quando e na medida em que a atitude na ação social – no caso particular ou em média ou no tipo puro – repousa no sentimento subjetivo dos participantes de pertencer (afetiva ou tradicionalmente) ao mesmo grupo” (WEBER, 1994, p. 25), já as “relações associativas”, são definidas “na medida em que a atitude na ação social repousa num ajuste ou numa união de interesses racionalmente motivados (com referência a valores ou fins)” (Ibid., 1994, p.25). É justamente a partir do ponto de vista do mencionado autor, que buscarei compreender as relações dispostas no plano organizativo referido a situação social discutida neste trabalho.

A decisão de relacionar o ponto de vista de Weber (1994) à análise do plano político organizativo sobre o qual este estudo se propõe a pensar, é fruto de um amadurecimento teórico a partir do qual pude compreender o modo como estas relações estão posicionadas e dispostas. Entretanto, cabe aqui descrever, que a utilização desse instrumental teórico não foi compreendida de maneira espontânea, uma vez que por detrás de tal decisão, existiu um processo analítico com base no qual passei a utilizar processualmente, categorias analíticas advindas de levantamentos bibliográficos indicados por minha orientadora.

Ao mencionar a necessidade de refletir o percurso analítico em que pude dialogar com diferentes frentes teóricas, a partir das quais estudei as relações sociais e os meios por meios dos quais se posicionavam, compreendo a necessidade de explicitar o modo como esse trajeto foi percorrido. Tal proposta, foi inicialmente incitada pelo prisma analítico construído por Almeida (2012), o qual instiga a reflexão de que a “distinção e a mobilização”, é percebida enquanto um desafio enfrentado por grupos sociais que se posicionam autônoma e criticamente às políticas oficiais de intervenção. De acordo com o autor, tais políticas, que

podem partir do Estado, grupos privados e agências multilaterais, vêm tencionando relações políticas mediante a produção de discursos os quais incorporam noções utilizadas pelos próprios grupos que criticam suas intervenções, em suas palavras:

Antes de mais nada, importa fazer uma distinção elementar. Há um conjunto de termos e expressões, designativos da políticas oficiais de intervenção, que devem ser repensados criticamente, porquanto refletem as novas formas de que se reveste o discurso da dominação. Expressões como “participação comunitária”, “comunidade solidária”, “gestão participativa”, “ação solidária” e “parceria” podem ser encontradas como pré-requisitos tanto nas iniciativas de planejamento governamentais, quanto naquelas das agências multilaterais (...) A primeira impressão é que o discurso da dominação se apropriou de categorias que até então eram de uso dos movimentos sociais, das entidades sindicais e das associações voluntárias de oposição às políticas governamentais. O léxico da interlocução dessas agências da sociedade civil com os aparatos de poder teria sido formalmente apropriado por estes últimos. (ALMEIDA, p. 6, 2002).

O interesse em estudar o plano organizativo a partir do qual percebi específicas situações sociais, está diretamente calçado na perspectiva de Almeida (2002), que permite compreender a situação relativa ao modo como empreendimentos de infraestrutura, inspirados pela iniciativa pública ou privada, condicionam a criação de uma agenda de ações nas quais são incorporados, discursos tecidos por movimentos sociais e outras organizações que se posicionam autonomamente ao modo como desenvolvem suas ações. Essa reflexão evidencia uma dificuldade enfrentada ao distinguir os discursos que se relacionam no plano organizativo tensionado pelas estratégias empreendidas pela empresa Suzano Papel e Celulose, a qual vem implementando ações em que se apresenta e é apresentada por meios de comunicação, enquanto preocupada com as situações locais ao executar ações que prometem levar “empreendedorismo comunitário”, “Conselhos de desenvolvimento comunitário” ou a que promove a “participação comunitária” na discussão de suas atividades⁵⁵.

A reflexão sobre o modo como a “distinção e a mobilização” são operacionalizadas em um plano organizativo tensionado pela ação de uma empresa que tem como matéria prima a madeira do eucalipto, encontra-se articulada a crítica sobre as políticas oficiais que transitam no que Almeida (2012) denominou de “entre a proteção e o

⁵⁵ A incorporação do termo “comunidade” e flexões como “comunitário”, expressa uma tentativa da empresa se aproximar das próprias famílias e lideranças locais. O emprego de tal termo, sobretudo em projetos executados pela empresa nas unidades sociais, revela uma estratégia de incorporar palavras comuns ao vocabulário de lideranças, associações e movimentos sociais que se posicionam criticamente a sua ação, além de buscar, estrategicamente, a construção de um cenário em que seus técnicos possam firmar relações de confiança com as famílias. Em pesquisa na internet, pode-se identificar sites e blogs divulgando estas ações, como assim publicou o blog Celulose Online (28/12/2014), com a matéria: “Suzano Papel e Celulose leva empreendedorismo social às quebradeiras de coco babaçu”, o próprio blog da empresa: Suzano Blog (10/02/2015) “Quebradeiras De Coco Babaçu Apresentam Conselho De Desenvolvimento Comunitário No Maranhão” e matéria que apresenta a imagem da empresa como agente que mobiliza: “Suzano Papel e Celulose cria rede de percepção de odor com participação de comunidades” publicada pelo site jornalístico Folha do Bico (03/12/2013).

protecionismo” ao questionar os novos critérios de classificação que confluem aspectos econômicos e ambientais. A compreensão do mencionado autor, revela que essas políticas oficiais, que por vezes estão em conexão com os interesses de grupos privados, vem produzindo novos discursos sobre o espaço material e social, tencionando relações sociais mediante a execução de ações que elevam o discurso de preservação do meio ambiente a um patamar no qual os recursos naturais são servidos aos interesses comerciais.

A crítica elaborada por Almeida (2012) ao modo como os discursos de dominação são construídos, é tecida a partir da discussão sobre a incorporação de categoriais utilizadas por povos e comunidades tradicionais a esses discursos produzidos por vias oficiais, que chegam a ressignificar a concepção de território para fundamentar a execução de projetos e ações oficiais que põe em risco, a reprodução social de agentes sociais referidos a territorialidades específicas e que mantem estreitas relações com os recursos da natureza. O autor argumenta que essas políticas, baseadas em discursos que prometem a proteção do meio ambiente mediante a garantia de um protecionismo comercial, abrem condições para a produção de *commodities* bem como ações que flexibilizam direitos de povos e comunidades tradicionais, enfatiza:

O resultado mais perceptível desse conjunto de iniciativas diz respeito ao aumento das extensões de terras passíveis de transações de compra e venda ou à disponibilização de terras públicas aos grandes empreendimentos, removendo os obstáculos jurídico-formais que impediam sua livre comercialização. A ação oficial objetiva ampliar o estoque de terras comercializáveis e reestruturar o mercado de terras por meio da incorporação das terras “liberadas” pelas alterações no Código Florestal, pela redefinição da faixa de fronteira ou pelos condicionantes dispostos no texto de novos decretos de titulação de quilombos (...) Os povos e comunidades tradicionais encontram-se premiados entre a inocuidade das políticas de “proteção” – regularização fundiária das Resex, desintrusamento das terras indígenas, titulação das terras de quilombos, pleno reconhecimento das demais terras tradicionalmente ocupadas (faxinais, fundos de pasto, babaçuais livres, comunidades ribeirinhas) e em dirimir os conflitos em situações classificadas como de sobreposição – e a ofensiva sobre seus recursos básicos desencadeada pelas medidas “protecionistas”. (Almeida, 2012, s/n)

A discussão realizada por Almeida (2012) reúne elementos analíticos que permitem a problematização de situações decorrentes dessas ações direcionadas pela ótica do Estado e de empreendimentos privados. Tais situações estão referidas ao efeito prático decorrente de intervenções que partem dos mencionados agentes interventores, que nesta reflexão está fortemente representado pela empresa Suzano Papel e Celulose, a qual vem estabelecendo relações com lideranças locais, presidentes de associações e demais agentes sociais que ocupam posições de autoridade, sob a forma de construir estratégias que buscam legitimar a implantação e as atividades de seu empreendimento, que integra um conjunto de

empreendimentos implantados no Maranhão e que vem afetando territórios nos quais prevalecem agentes sociais referidos a categorias de auto identificação, como é o caso dos *indígenas, pescadores, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu* e agentes sociais que são compreendidos a partir da situação em relação ao território, como é o caso dos *acampados e assentados*.

O efeito prático, identificado a partir do estudo das situações sociais localizadas, não pode ser compreendido de maneira espontânea, tal reflexão encontra-se diretamente articulada ao exercício de descortinar o modo como esses empreendimentos conduzem o estabelecimento dessas relações bem como as estratégias que se seguem a partir delas. É com base nessa discussão que se processa o interesse em investigar o modo como a empresa Suzano Papel e Celulose passou a intervir nos territórios em que atua de modo a garantir a tomada de intervenções e a continuidade destas. Tal proposição não perde de vista a construção de um olhar aguçado às disputas que se colocam nas relações entre os próprios agentes sociais, que marcadamente se distinguem a partir dos lugares de enunciação a que estão referidos.

A análise das estratégias, aqui articulada com a reflexão sobre as relações sociais que estabeleci em contexto de pesquisas de campo, as quais buscavam compreender as situações sociais vivenciadas mediante a implantação de projetos de monocultura de eucalipto em Imperatriz, permitiu encarar o desafio de descortinar as entrelinhas de relações políticas dispostas em um mesmo plano organizativo, o qual é constituído por pontos de vistas diversos e que estão referidos a diferentes lugares de enunciação, que na fase inicial de investigação passei a classificá-los de “organizações políticas”⁵⁶. Investir fôlego investigativo a esse objetivo permitiu refletir a posição social dos agentes sociais, bem como o seus lugares de fala dentro desse plano organizativo, que é marcado pela instituição de estratégias que partem tanto dos agentes sociais, os quais não podem ser percebidos sob uma ótica de passividade, quanto da empresa Suzano Papel e Celulose, que por meio de sua força econômica, impõe estratégias para a garantia e legitimação de suas ações.

O exercício de pensar as relações sociais mediante as estratégias empreendidas pela empresa Suzano Papel e Celulose, enfatiza a necessidade de apontar as especificidades dos elementos que integram o plano organizativo referido aos *acampados, associados e assentados*, isto é, as convenções e decisões que se processam a partir das relações sociais e

⁵⁶ O uso das aspas na expressão Organizações Políticas, visa ressaltar o cuidado em empregar o seu sentido que, mais a frente, será objeto de discussão mediante uma autocrítica em relação ao seu uso. O uso inicial de tal expressão, remonta a uma etapa do trabalho na qual aglutinava em uma mesma base compreensiva, as especificidades relativas a associações locais, fórum, Conselhos e um movimento social.

suas variadas formas de organização. Essa necessidade foi percebida em pesquisas de campo nas quais buscava compreender de que maneira o conflito com a empresa Suzano Papel e Celulose se delineava, uma vez que as primeiras pesquisas de campo ocorreram no contexto em que a ideia ou afirmação de existência de um conflito⁵⁷, poderia ser questionada ao levar em consideração somente o ponto de vista daqueles agentes sociais vinculados a “organizações políticas” que se relacionavam com os setores da mencionada empresa, os quais aproveitam estas relações, para a construção de ambientes favoráveis à implementação de estratégias que fundamentam a lógica de mitigação dos efeitos, buscando assim, construir um ambiente distante da ideia de conflito.

Pensar as relações sociais e suas distintas “organizações políticas”, exigiu a confecção de uma postura analítica que me permitisse dialogar relacionalmente com os diferentes pontos de vistas. Tal exercício, resultou na construção de um panorama reflexivo no qual as diferentes organizações, puderam ser pensadas a partir dos elementos que revelam suas especificidades, estejam elas relacionadas com a empresa ou não. Esta compreensão foi construída à medida em que adotei um posicionamento crítico sobre as relações por meio das quais fui inserido no campo empírico, onde inicialmente contei com o intermédio de Daniel Nascimento, o qual é vinculado a organizações que mantinham relações com a mencionada empresa, quando somente em outro momento, pude estabelecer relações com a senhora Maria Querobina, vinculada a organizações posicionadas criticamente em relação a ação empresarial.

A adoção de um posicionamento crítico diante do estudo de relações sociais no interior das quais dinâmicas específicas estruturam e influenciam tomadas de posição mediante o vínculo em específicas “organizações políticas”. Exigiu um olhar aguçado sobre o *modus operandi* a partir do qual as especificidades relativas a essas dinâmicas poderiam ser identificadas. A construção de um olhar afinado ao modo como estas relações se relacionam em um mesmo plano organizativo, impôs o surgimento de dificuldades que se traduziram na construção de esquemas de compreensão binária, os quais compreendiam as relações sociais a partir de grupos contrários, ou seja, a partir daqueles que se relacionavam ou não com a empresa. Na medida em que buscava compreender a complexidade de um plano organizativo

⁵⁷ O interesse em analisar o conflito estabelecido entre as famílias e a empresa Suzano Papel e Celulose, traz em seu processo de investigação, uma dificuldade por mim enfrentada. Tal dificuldade se impôs no contexto das primeiras pesquisas de campo, nos quais procurava legitimar a existência de um conflito empiricamente identificável. Naquele momento estava envolvido com a ansiedade da visão primeira (BACHELARD, 1997), deixando passar por despercebido os embates que se estabeleciam nas entrelinhas das relações sociais. Com isso, a ideia de conflito estabelecido se esvaía mediante atenção concentrada no ponto de vista de certos agentes sociais que possuíam relações com agentes da empresa e que estavam envolvidos com estratégias que aparentemente neutralizavam o conflito ocasionado pelos efeitos da implantação da fábrica de papel e celulose.

marcado por intervenções de uma empresa, percebi que esta modalidade binária pensamento, provocaria o surgimento de uma análise calçada em equívocos os quais não dariam conta dos elementos que estruturam as especificidades destas organizações.

A ação de opor binariamente as “organizações políticas” que processualmente identifiquei, incide sobre o que Bachelard (1997) classifica de obstáculo proveniente da experiência primeira, pois a partir das primeiras pesquisas de campo, as quais foram realizadas durante cinco dias do mês de junho de 2014, passei a perceber esse plano organizativo a partir de um marco dualista que estabelecia oposição entre organizações que negavam a relação com a empresa e aquelas que aceitavam se relacionar com a empresa, as quais chegaram a ser por mim classificadas como “organizações controladas”, pois naquele contexto a minha percepção analítica estava diretamente condicionada à equívoca reflexão de que o aceite da relação com a empresa as faziam ser controladas pela perspectiva empresarial. Pensar esse plano organizativo estabelecendo um marco opositor entre as organizações que firmam relações com setores da empresa Suzano Papel e Celulose e aquelas que rejeitam tal relação, seria reduzir a complexidade desse campo político desbotando as estruturas que traduzem os elementos que definem suas distinções.

Proceder a distinção das organizações que compõe o campo político analisado, sem recair na construção de pares de oposição binária, como assim prossegui inicialmente, me exigiu a percepção de que aquelas organizações que possuem relação com a empresa Suzano Papel e Celulose, não caberiam ser classificadas como “controladas”, pois a continuidade de tal classificação, ignoraria a base social que dá sustento a essas organizações, e, ainda, impediria construir a percepção de que é a própria capacidade político mobilizatória dessa base social, que atrai os setores empresariais os quais buscam legitimar suas ações. Nesse sentido, tomo o cuidado de não reduzir estas organizações a meros redutos utilizados para manobras empresariais, reconhecendo assim, a capacidade política que lideranças e demais *associados* vinculados a essas organizações possuem, e que mesmo com tal relação, podem tecer posicionamentos críticos a certas ações da empresa bem como, podem, por vezes, subverter imposições que partem de seus setores.

Refletir as especificidades dos lugares a partir dos quais, tomam posições, produzem discursos e representações sobre suas realidades, me impõe o desafio de repensar o termo, “organizações políticas”, que vinha empregando para classificar os diferentes lugares de enunciação assentado nos quais os agentes sociais se posicionam. A necessidade de repensar tal termo, surge mediante a realização de pesquisas de campo no âmbito da pós-graduação, momento em que passo a ter contato com um maior número de agentes sociais

vinculados a diferentes organizações, as quais precisamente são detentoras de especificidades que até então vinha genericamente identificando e aglutinando no termo “organizações políticas”.

Compreendi que, em certa medida, o termo “organizações políticas” sugere uma visão genérica ou auto vidente dos específicos lugares de fala dos agentes sociais. O uso de tal termo, mediante a tentativa de entender a complexidade de um plano organizativo tensionado pela ação de diferentes agentes, impediria a construção de uma visão detida acerca das especificidades inerentes às Associações locais, do chamado Fórum da *Estrada do Arroz*, do conhecido Conselho das Quebradeiras de Coco e do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, os quais se constituem denominações que até então se encontravam homogeneizadas na noção de “organizações políticas”, mas que passei a identificar a necessidade de apontar distinções (ALMEIDA, 2002) mediante a posição que ocupam na situação de conflito com a empresa Suzano Papel e Celulose.

Nesse sentido, proceder ao uso do termo “organizações políticas” seria endossar o que o epistemólogo Gaston Bachelard classifica de “obstáculo epistemológico” (BACHELARD, 1996), ou em suas palavras, “oferecer uma satisfação imediata à curiosidade” (ibid, p.36), pois assim prosseguindo, deixaria de me posicionar reflexivamente diante de um plano organizativo complexo e composto por elementos que merecem distinções, nutrindo uma “satisfação imediata” ao aglutinar diferentes formas políticas em um termo notadamente genérico.

4.2 Distinguindo as “relações associativas” e “comunitárias” mediante o estabelecimento de relações com a empresa Suzano Papel e Celulose

Os pressupostos analíticos com base nos quais compreendi a necessidade de se operacionalizar um instrumental teórico que me permitisse refletir a maneira como, a distinção e mobilização (ALMEIDA, 2012), se processava em um plano organizativo composto por “relações associativas” e comunitárias e, ainda, tensionado pela atuação de uma empresa de papel e celulose, representa um horizonte reflexivo em que dificuldades epistemológicas foram processualmente rompidas. Essas dificuldades estiveram relacionadas às formas com a quais vinha buscando refletir os lugares de enunciação a que estavam referidos os agentes sociais.

O rompimento com as dificuldades enfrentadas durante o processo de pesquisa, resultou no fortalecimento e amadurecimento de uma base teórica a partir da qual tomei como princípio analítico, como assim referenciei no início do tópico anterior, a perspectiva de Max

Weber (1994). Relacionar a perspectiva do mencionado autor ao estudo de um plano organizativo tensionado por estratégias empreendidas por uma empresa de papel e celulose, permitiu a reflexão de que para analisar as relações sociais a partir de suas específicas nuances, deveria dispor atenção aos princípios que norteiam as maneiras como os agentes sociais se posicionam socialmente. Como meio para identificar e analisar tais princípios, Weber busca compreender as relações sociais a partir do que tipifica de “relações associativas” e comunitárias.

A análise do processo de implantação da empresa Suzano Papel e Celulose em Imperatriz (MA), aponta para uma efervescência política com base na qual o plano organizativo vivenciou transformações motivadas por estratégias empresariais as quais elevaram o contraste entre as “relações associativas” e comunitárias (WEBER, 1994). As “relações comunitárias”, que traduzem relações sociais firmadas a partir do sentimento de pertença afetiva ou tradicional a um mesmo grupo, passaram a se distinguir daquelas relações que foram firmadas sob o acordo racional de intermediar demandas reivindicativas com os setores da empresa Suzano Papel e Celulose. Estas relações são pautadas por um associativismo já prevalecente nas unidades sociais, mas que passa a ser potencializado mediante a imposição de criação de associações afim de estabelecer “diálogo” com os interesses da mencionada empresa, que é fortemente defendido por estratégias construídas mediante as relações sociais estabelecidas.

Entendo por efervescência política, a tensão que se firmou entre os agentes sociais referidos a trajetórias que influenciam tomadas de posições críticas e combativas em relação as ações empresariais, e, aqueles que de alguma forma passaram a se relacionar com a empresa sob o pressuposto de dialogar ou acessar os projetos que são fundamentados pela lógica de mitigação dos efeitos. Se faz necessário esclarecer, que a discordância em se relacionar com a empresa Suzano Papel e Celulose, se constitui um dos aspectos acionados pelos próprios agentes sociais para se distinguirem mediante o conflito estabelecido com a empresa, o que ocasiona por sua vez, o acirramento de conflitos internos.

Tal constatação evidencia elementos relacionados a maneira como parte dos agentes sociais passaram a se distinguir e mobilizar (ALMEIDA, 2002) a partir de uma postura crítica e autônoma às condições instituídas pela empresa Suzano Papel e Celulose ao se implantar naquele município, como assim procedeu a Associação Viva Deus e o MIQCB, que conforme Almeida (2002), podem ser classificados enquanto “formas organizativas”, visto que tal concepção possibilita a compreensão de que se tratam de organizações

empreendidas a partir de lutas que traduzem luta de grupos que reivindicam direitos e que se posicionam autonomamente à ótica empresarial.

A Associação Viva Deus, notadamente instituída a partir de “relações associativas” estabelecidas por agentes sociais referidos à condição de *acampados*, empreende uma luta que tem relação com a ocupação de uma *fazenda* na qual, empreendimentos de monocultura de eucalipto implantados a partir da década de 90, mantinham uma plantação de eucalipto, atualmente comprada pela empresa Suzano Papel e Celulose. Os *acampados* vinculados a mencionada associação, se posicionam combativamente ao processo de concentração fundiária intensificado pela empresa Suzano Papel e Celulose, o que vem tornando dificultoso o processo de reivindicação da dita reforma agrária.

Já o MIQCB, movimento social empreendido a partir de “relações comunitárias” construídas pelas autodesignadas *quebradeiras de coco babaçu*, tem como marco, a luta pela garantia de seus direitos, os quais são construídos na busca pelo livre acesso às áreas de incidência da palmeira do coco babaçu, de modo a assegurar sua autonomia produtiva e a continuidade de suas atividades extrativas, que são constantemente ameaçadas pelas formas como a empresa Suzano Papel e Celulose vem se apropriando dos recursos naturais. A mobilização construída por meio de tal movimento, se expressa em encontros realizados por idealização das chamadas diretorias, que estão divididas nos estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins, articulações com pesquisadores universitários e por meio de atividades desenvolvidas cotidianamente nas diferentes unidades sociais a que estão referidas.

O olhar sobre as “formas organizativas”, nesse sentido, deve se ater à maneira específica como atuam e buscam se distinguir das formas a partir das quais, os agentes sociais referidos a relações estabelecidas com a empresa Suzano Papel e Celulose, se posicionam. Essas relações que dialogam com os setores empresariais, estão referidas a “relações associativas” já prevalentes nas unidades sociais e que passam a se posicionar enquanto responsáveis por intermediar o acesso aos ditos projetos de compensação, ou mesmo, negociar ações de reparo de prejuízos ocasionados pela implantação e funcionamento da fábrica de papel e celulose.

A análise das “formas associativas”, especificamente aquelas que se relacionam com a empresa Suzano Papel e Celulose, atêm-se inicialmente à identificação daquelas associações criadas por imposição da própria empresa no contexto em que foi implantada, sendo elas: Associação de Moradores e Produtores Rurais de Esperantina II, São José da Matança e Açaizal (AMPEMA) e Associação de Moradores e Produtores Rurais de Esperantina I e Bacaba (AMPEB). Estas associações, compostas por agentes sociais e

lideranças locais, são caracterizadas pelo poder de mediação de discussões instigadas tanto pelos setores da empresa, quanto pelos próprios *associados*. Além do mais, procuro analisá-las a partir da proposta de meio para a aquisição de projetos ditos de compensação, discurso reforçado pela própria empresa no contexto em que impuseram a criação destas “formas associativas”.

Além das associações locais, prevalecem também, “relações associativas” que empreendem o chamado Fórum de Defesa da Cidadania e do Desenvolvimento das “Comunidades” da *Estrada do Arroz*, que foi fundado sob o pressuposto de reivindicar direitos básicos ao poder público e ações de reparo de prejuízos causados pela empresa Suzano Papel e Celulose. O chamado Conselho de Desenvolvimento Comunitário das Quebradeiras de Coco, o qual se trata de uma organização criada pela própria empresa sob a ideia de estabelecer parceria e de levar empreendedorismo às quebradeiras de coco babaçu.

As relações que se estabelecem a partir de um associativismo que eleva a imagem da empresa Suzano Papel e Celulose como uma agente que se preocupa em manter as famílias mobilizadas para tratar de suas específicas situações, como discutido, não estão baseadas em lutas que reivindicam pertencimento, como assim se pode observar no *modus operandi* relativo às Associações Locais criadas por imposição empresarial, ao conhecido Fórum da *Estrada do Arroz*, fundado por agentes sociais e que mantem relação com a empresa e ao denominado Conselho de Desenvolvimento Comunitário das Quebradeiras de Coco criado pela empresa, que integra uma política empresarial de criação de Conselhos comunitários a partir dos quais a empresa se apropria de pautas reivindicadas por “formas organizativas” submetendo-as à lógica de mercado, como assim se pode observar nas atividades do conhecido “Conselho das Quebradeiras de Coco”, no qual o elemento designativo quebradeira de coco babaçu, passa a ser sobreposto pela categoria empreendedora.

Já as “relações comunitárias” prevaletentes nas unidades sociais e que refletem tomadas de posições dentro do plano organizativo, são compreendidas a partir de elementos que fogem de formas burocráticas e que se estruturam a partir de um sentimento subjetivo que leva em consideração as maneiras de fazer e viver dos agentes sociais, os quais estruturam um sentimento de pertença a um mesmo grupo levando em consideração suas identidades específicas bem como seus sentimentos coletivos que reforçam a ideia de comunidade, o que possibilita pensá-las para além das restrições burocráticas vivenciadas nas relações de associativismo, nas quais as identidades específicas são suplantadas pela categoria *associado* e onde as tomadas de posições encontram-se restritas somente àqueles que se submetem às condições estabelecidas no ato de se associar, em estatutos formalizados e a elementos que

estabelecem hierarquias que monopolizam a fala e que ainda delegam o poder de decisão à um agente, que é percebido na figura do líder ou, como usual, do presidente da associação.

Conforme aponta Bourdieu (2004), a “delegação e o fetichismo à figura do líder”, são elementos complexos que merecem ser problematizados mediante o estudo das relações sociais. Tal problematização, permite refletir a situação na qual os grupos elegem um único agente social para representar o coletivo, condicionando a existência ou a representação daquele grupo à uma única figura, a do líder. Chamo atenção para esta reflexão, pois mesmo que seja comumente identificar processos de hierarquização das relações nas Associações Locais, no Conselho das Quebradeiras de Coco e no denominado Fórum da *Estrada do Arroz*, os quais mantêm “relações associativas”, é possível identificar também, processos hierárquicos em “formas organizativas” que se estruturam a partir de “relações comunitárias”, como assim observo a própria associação Viva Deus e o MIQCB, que aqui os classifico como “formas organizativas” que se distinguem daquelas “formas associativas” mediante a forma como estão posicionadas no plano organizativo.

As reflexões sobre a maneira como as “formas organizativas” (Almeida, 2012) e as “formas associativas” estão dispostas em um mesmo plano organizativo, não podem ser percebidas como uma tentativa de esgotar o debate sobre a sua complexidade. A distinção dos lugares a partir dos quais os agentes sociais anunciam suas posições, ou mesmo os “não lugares”, como assim podemos entender o modo como estão posicionados aqueles agentes sociais que não estão vinculados a nenhum dos lugares de enunciação a que venho classificando de “formas organizativas” e associativas, instiga novos questionamentos os quais nos direcionam a um aprofundamento sobre as situações geradas mediante a implantação da empresa Suzano Papel e Celulose, a qual passa a formular estratégias mediante o estabelecimento de relações sociais com agentes sociais que se vinculam a associações criadas sob imposição empresarial.

Saliento que o vínculo a uma das “formas associativas” anteriormente destacadas, não anula a possibilidade de se associar a uma segunda ou terceira forma associativa. Tal constatação está baseada no processo de interação estabelecido com aqueles agentes sociais referidos às “formas associativas” que mantêm diálogo direto com os setores da empresa Suzano Papel e Celulose. A transitoriedade do vínculo às Associações Locais, ao conhecido Conselho das Quebradeiras de Coco e ao socialmente denominado Fórum da *Estrada do Arroz*, é facilmente identificada e aceita pelos agentes sociais. Além do mais, a transitoriedade do vínculo estabelecido entre as “formas associativas”, foi identificada também, entre “formas organizativas” e associativas, especificamente entre *quebradeiras de coco* vinculadas ao

MIQCB e que estabelecem vínculo, também, com o dito Fórum da *Estrada do Arroz*. Um vínculo baseado em posicionamentos críticos e que recorrentemente se contrapõe a negociações estabelecidas com a empresa.

Ao impor a criação de “formas associativas” como pressuposto para estabelecer pretensos diálogos com as famílias e agentes sociais que ocupam posições de liderança, a empresa acaba instituindo uma ideia de associativismo que notadamente se contrapõe às “formas organizativas” prevaletentes. Rompendo com a ideia de analisá-las a partir do binarismo de se relacionar ou não com o ponto de vista empresarial, proponho aprofundar analiticamente tal situação, a partir da problematização dos elementos que fundamentam o associativismo empreendido pela empresa, que no tópico seguinte, é pensado enquanto uma estratégia empresarial formulada a partir do seu contexto de implantação.

4.3 A criação impositiva de um associativismo que se relaciona com o setor empresarial

Se faz importante salientar, que o associativismo defendido pela empresa Suzano Papel e Celulose, entremeia-se a concepções que não estão restritas somente ao objetivo de mobilização ou participação política. Tal associativismo está, também, relacionado a concepções que são definidas no cerne de negociações situadas em transações capitalistas, recorrentes no discurso dos empreendedores os quais formulam projetos ditos de compensação que assumem a função simbólica de tornar os agentes sociais, que são vinculados a esse associativismo, enquanto participantes de um processo lucrativo, onde os supostos benefícios, que segundo Bronz (2016) são dispostos a partir de metodologias que moralizam as práticas empresariais, buscam suplantar os transtornos e os efeitos causados em detrimento de “patrocínios”, “ganhos” ou lucros atribuídos a participação em projetos compensatórios formulados pelos setores empresariais.

Sob essa perspectiva, aponto que as “relações associativas” se constituíram uma via que a empresa Suzano Papel e Celulose passou a se apropriar por meio da atuação de seus setores. Essa apropriação é compreendida a partir de estratégias empresariais que criam ou impõe a criação de “formas associativas” como espaços para a formulação de políticas compensatórias que combinam seus interesses com demandas apresentadas por aqueles agentes sociais vinculados a estas “formas associativas” que se relacionam com os seus setores.

Perceber a combinação de interesses entre os agentes sociais e a empresa, permite expandir as possibilidades analíticas relativas às próprias formas com base nas quais se

estruturam as Associações Locais, o Conselho das Quebradeiras de Coco Babaçu e o dito Fórum da *Estrada do Arroz*. Visto que no interior destas “formas associativas”, prevalecem também, estratégias que são formuladas pelos próprios *associados*, que buscam garantir condições para o prosseguimento de suas atividades e permanência no território, mesmo com a ameaça representada pelos efeitos impostos a partir do processo de implantação da fábrica de papel e celulose, e, ainda, conflitos internos que são acirrados mediante a formulação destas “formas associativas”.

A maneira como estas relações estão estruturadas, coincide com a própria definição apresentada por Weber (1994), quando este menciona as “relações associativas” como engendradas por ações sociais que racionalmente unem e ajustam interesses. A racionalidade que baseia o estabelecimento de “relações associativas” que dialogam com os interesses empresariais, nesse sentido, ressalta a posição social dos *associados*, como agentes que definem estratégias, visando sobretudo a permanência no território, uma vez que o ajustamento de interesses convencionados no diálogo e acordos firmados com os setores empresariais, os fazem resistir a um processo em que seus saberes e práticas tradicionais de viver e fazer, são frequentemente questionados por saberes técnicos os quais entremeiam-se a uma lógica agroexportadora, fortemente atendida pela infraestrutura construída pela Suzano Papel e Celulose.

Ressalto ainda, que o ajustamento de interesses entre a empresa Suzano Papel e Celulose e aquelas famílias que estão referidas às “relações associativas” que dialogam com os setores ambiental e social, reflete um histórico de relações contingenciais⁵⁸ que se estabeleceram com aqueles que de certa forma, exerciam o domínio das situações a partir de suas forças econômicas, como assim se pode entender as situações de conflito com os ditos *fazendeiros* ou mesmo com aqueles empreendimentos⁵⁹ que em contextos passados se instalaram na região de Imperatriz. A contingencialidade de tais relações, está diretamente relacionada a representações que ora classificam *fazendeiros* ou empresas, como os que detém o poder de melhorar a realidade, como assim representam aqueles que se sujeitaram a relações

⁵⁸ A contingencialidade das relações que se estabelecem seja com empresas ou com os ditos *fazendeiros*, aprofundam a complexidade em torno da compreensão das situações de conflito com estes agentes. Reforço a minha vigilância em não reificar estas relações à compreensão tecida por agentes sociais que se posicionam combativamente em relação às ações empresariais ou dos chamados *fazendeiros*. Recorrendo a esta forma de compreensão, que a sustento enquanto um potencial equívoco, deixaria de identificar formas de resistência e permanência nos territórios, que são frequentemente formuladas a partir da estratégia de se “aliar” com os agentes que provocam os efeitos.

⁵⁹ O estabelecimento de “relações associativas” com empreendimentos de monocultura de eucalipto, constitui-se estratégia já utilizada desde a década de 90, na ocasião de implantação do Projeto Celmar. Tal estratégia, ainda recorrente, será discutida em tópicos posteriores a partir da própria representação dos agentes sociais bem como a partir de estudos já realizados naquela região.

de trabalho temporários, ou, como os que ameaçam e desestruturam modos de vidas, como assim classificam aqueles agentes sociais detentores de pontos de vista mais críticos e que buscam se distinguir daqueles que aceitam o diálogo com os ditos opositores a partir de reivindicações que buscam autonomia.

Buscarei salientar nas reflexões seguintes, o caráter impositivo que será compreendido enquanto elemento corrente nas ações conduzidas pela empresa Suzano Papel e Celulose desde o seu processo de implantação. Tal constatação é reiterada tendo em vista a maneira como a situação de criação de associações locais, foi imposta às famílias no contexto de sua implantação. Considero tal imposição, enquanto uma das primeiras intervenções encabeçadas pela empresa, que continuamente, passou a adotar medidas visando o controle das estruturas objetivas no plano organizativo por meio da exigência de criação de formas de participação política formais, a exemplo de associações locais.

Aliada a esta reflexão, ressaltarei que a instituição de “formas associativas” enquanto única maneira de estabelecer diálogo com as famílias que buscaram reivindicar soluções mediante os efeitos de implantação da fábrica de papel e celulose, define a exclusão daqueles agentes sociais que não se posicionam por via das “formas associativas” reconhecidas pela empresa, mas que possuem saberes relativos às situações sociais. A lógica empresarial, nesse sentido, alinha-se à reflexão de que o elemento de reconhecimento político, está diretamente condicionado ao vínculo com as “formas associativas” que atendem os moldes por ela requisitados ou que aceitem a relação com representantes de setores por ela criados, a exemplo de uma chamada “área social”.

4.3.1 A criação de Associações Locais mediante a pretensão empresarial de estabelecer as ditas relações de “parcerias”

A discussão realizada no tópico anterior, empenhou-se em tecer reflexões sobre o que considero enquanto estratégia empresarial realizada pela empresa Suzano Papel e Celulose e que se volta ao plano organizativo referido às “Comunidades” da *Estrada do Arroz*. Sob essa perspectiva, analiso que a implantação da mencionada empresa, marcou a mobilização de um associativismo que pode ser caracterizado a partir do estreito diálogo que se estabeleceu com os seus setores, e, ainda, provocador de conflitos internos a partir de discordâncias sinalizadas por aqueles agentes sociais que possuem posição combativa em relação a ação empresarial e que se negam a integrar tais relações. Dessa maneira, considero que a mobilização de um associativismo que se empenha em estabelecer relações com uma empresa de papel e celulose, realça a tarefa de explorar analiticamente, uma situação em que

se estrutura um associativismo requerido a partir da imediaticidade das transformações impostas face a implantação de um empreendimento.

As associações locais, nesse sentido, constituem-se inicialmente em um desdobramento desse associativismo elencado pelo ponto de vista empresarial como condição para estabelecer diálogo e negociações com as famílias, sobretudo aquelas referidas às “Comunidades” da *Estrada do Arroz*, as quais desde o processo de implantação, passaram a vivenciar transtornos ocasionados pela implantação da empresa. Nesse processo os agentes sociais constroem narrativas que representam de que maneira o plano organizativo foi afetado. A percepção de Daniel, por exemplo, está centrada em um panorama que traduz as transformações ocorridas em São José da Matança mediante a implantação da fábrica de papel e celulose. Em sua narrativa recupera a ação de uma associação já desativada para apontar o contexto em que a nova associação foi criada:

Já tinha uma associação aqui, que ela foi criada já bem antiga, mas como o objetivo dela era conseguir um trator, quando a aquisição do trator não deu certo, os associados se desmotivaram e acabaram que desistindo da associação, aí a receita federal baixou essa associação. Quando surgiu a conversa da Suzano pra cá, eu já tinha vindo do sindicato, depois que eu assumi a secretaria de juventude e fiz várias formações de lideranças sindicais, lideranças comunitárias, de associativismo, cooperativismo, agroindústria, então eu sai desse processo, deixei de ser diretor do sindicato e assumi uma associação na comunidade que havia se acabado. Eu já estava com a ideia de reformular essa associação, incentivar nós a se organizar pra ver se a gente conseguia um processo de produção agrícola, melhorar a geração de renda das famílias. Com a chegada da Suzano, forçou a fazer isso mais rapidamente ainda (...) Ela só disse que a gente precisava se organizar em associação, porque ela queria conversar com pessoa jurídica, daí então, convidei gente que era do movimento, pra orientar a gente. Porque eu ficava assim, gente, essa associação com vínculo com a Suzano, será se ela não vai atender só os objetivos dela?, então a gente teve esse cuidado. Então, a gente convidou um advogado do movimento onde ela fez todo o estudo do estatuto, conseguimos aprovar um estatuto da gente mesmo, sem intervenção da Suzano. (Daniel Nascimento, entrevista realizada na residência de seus pais, na comunidade São José da Matança, em 21/01/17)

Daniel em sua narrativa, aponta para a existência de uma associação criada em contexto anterior à implantação da fábrica de papel e celulose, a partir da qual, conforme conversas informais, se combinavam interesses de agentes sociais que se reconhecem enquanto *pescadores, pequenos agricultores, quebradeiras de coco babaçu* e outras categorias auto designativas. A aquisição de maquinários e projetos de incentivos à produção agrícola, constituía-se os principais motivos com base nos quais se criou a denominada Associação de Produtores Rurais da Matança, que, diante do insucesso em adquirir tais projetos governamentais e, ainda, devido a proporção em que os *associados* desistiam de frequentar ou manter em dia os pagamentos das taxas associativas, foi desativada.

No tocante às transformações vigentes no contexto em que a fábrica de papel e celulose foi implantada, Daniel Nascimento aponta para a imposição realizada pelos empreendedores em firmar “relações associativas” com as famílias dos territórios nos quais os efeitos decorrentes do processo de implantação, refletiram alterações não somente na paisagem natural e nas condições de manejo das atividades de agricultura e extrativas, mas também na estrutura que define o seu plano organizativo. Considera a sua própria posição social enquanto inserido em atividades sindicais, para caracterizar sua participação enquanto membro ativo em discussões realizadas para a criação de uma nova associação. Ação que segundo sua narrativa, foi forçada mediante a chegada da empresa.

As pesquisas identificaram duas associações criadas nesse contexto, e que passaram a manter diálogo circunstanciais com setores da empresa Suzano Papel e Celulose sob o intuito de reivindicar a solução de problemas por ela ocasionados, ou, pleitear, a participação dos *associados* em projetos ditos de compensação recorrentemente prometidos pela empresa. A maneira com base na qual as denominadas associações foram criadas, reflete uma sistemática específica e que se combinou a decisões discutidas entre os próprios agentes sociais, a qual diz respeito a aglutinação de diferentes unidades sociais em uma única associação, como assim ocorreu com a criação da Associação de Moradores e Produtores Rurais de Esperantina II, São José da Matança e Açaizal (AMPEMA) e Associação de Moradores e Produtores Rurais de Esperantina I e Bacaba (AMPEB).

A interação com agentes sociais que detém conhecimento sobre o processo de criação das associações AMPEMA e AMPEB, revela uma limitação desta pesquisa, uma vez que naquela região, prevalecem outras associações que também se relacionam com a empresa dentro deste processo. Dessa maneira, assinalo que a compreensão sobre o processo de criação das associações mediante a implantação da fábrica de papel e celulose, não está articulada à necessidade de se apoiar em uma extensa amostra, mas sim apontar para o ponto de vista de agentes sociais ora denominados de *associados* e que estão referidos a relações sociais estabelecidas a partir da interação com lideranças que estiveram à frente do processo de criação das mencionadas associações.

O caráter impositivo, que aqui procuro reiterar e indicar como manifestado pela empresa no decorrer do seu processo de implantação, sobretudo no que se refere ao contexto de criação dessas associações locais, se caracteriza em depoimentos que apontam para a obrigatoriedade de se associar ou mesmo de criar “formas associativas”, para que assim, pudessem continuar discussões que tanto a empresa quanto as famílias interessavam-se em manter, como assim explica o agente social referido à *Nova Bacaba*, Jozivan dos Santos:

Ela foi criada a partir da primeira reunião que a Suzano fez apontando a possibilidade da realocação e que era necessário ter a associação porque num tratava com pessoa física. Aí foi a partir desse momento que a gente começou a criar a associação (...) ela é vinculada com a Esperantina I (...) a atual presidente é a Rosa, ela mora lá na Esperantina, num bazim (...) as vezes a gente se reúne é com eles mesmo, até mesmo pra reclamar alguma coisa, tipo a estrada aqui, o acesso né, que tava difícil de passar o carro aí, aí foi chamado eles, nós se reunimos, conversamos com o rapaz, que no caso é o representante da Suzano (...) é o Antony, do setor socioambiental. Tem a chefe dele que é a Adriana, mas aí ele quem tá presente aqui, é sempre a pessoa quando precisa liga pra ele resolver. (Jozivan dos Santos, 33 anos, entrevista realizada em sua residência na comunidade *Nova Bacaba* em 09/06/14).

O depoimento de Jozivan dos Santos, resgata o contexto em que as discussões para tratarem sobre o processo de deslocamento das famílias de Bacaba, esteve diretamente ligada à exigência de criação de uma forma associativa, condição notadamente estabelecida pela empresa Suzano Papel e Celulose e que revela a restrição de fala somente àqueles que se encontram formalizados em uma associação, o que nesse sentido, exclui a possibilidade de fala daqueles que se negam a integrar tais “relações associativas”. Ao descrever tal contexto, o agente social menciona que esse processo foi iniciado a partir de reuniões realizadas pela empresa, as quais tiveram continuidade por via da criação da AMPEB, que contou com uma chapa representativa inicialmente encabeçada por Jozivan dos Santos, ocupando a função de presidente e Rosinete Martins, que ocupou a vice-presidência.

Ainda em seu depoimento, o agente social Jozivan, retrata ações que foram tomadas mediante o vínculo à associação criada para fins de negociações com a empresa. Seu ponto de vista, esclarece uma solicitação feita para a recuperação de uma estrada vicinal que dá acesso à *Nova Bacaba* e a São José da Matança. Demonstra que a empresa Suzano Papel e Celulose, passou a ser considerada uma instância de reinvidicação para a solução dos problemas recorrentemente enfrentados, mesmo alguns dos quais sendo de competência dos poderes públicos.

O dado analítico relativo à percepção de Jozivan dos Santos em relação a empresa enquanto uma instância de reinvidicação, permite refletir de que maneira o diálogo entre as associações e os setores empresariais passaram a ser estabelecidos, e, ainda, a transferência de responsabilidades dos poderes públicos aos empreendedores em um movimento oportuno à Suzano Papel e Celulose, visto que tal transferência permite aos interesses empresariais a tomada de ações oriundas a partir da noção de compensação, a exemplo da reforma de uma estrada e a ampliação de uma escola⁶⁰ em São José da Matança.

⁶⁰Em virtude do deslocamento das famílias de Bacaba para às proximidades de São José da Matança, a Escola Municipal Santo Amaro, que é mantida pela secretaria de educação do município de Imperatriz e localizada em São José da Matança, teve sua estrutura reformada e ampliada pela empresa Suzano Papel e Celulose no ano

A transferência de responsabilidades do poder público a um empreendimento privado, conforme Lopes (2004) ao pensar as ações de compensação dirigidas pelas usinas nucleares de Furnas/Eletronuclear em Angra dos Reis (RJ), além de circunstanciar ações meritórias aos empreendedores, refletem também, ações sistemáticas e muitas vezes exigidas e esperadas por gestores municipais, os quais por meio de audiências e outras ferramentas de discussão, buscam legitimar a presença desses empreendimentos a partir dos projetos ditos de compensação.

Procuo refletir, nesse sentido, que as associações locais são compreendidas pelos *associados*, enquanto meio a partir do qual se pode discutir com setores da empresa Suzano Papel e Celulose, os problemas ocasionados pelas ações necessárias ao funcionamento da fábrica, a exemplo dos transtornos gerados pelo transporte da madeira ou como os agentes sociais denominam, das *toras*⁶¹ de eucalipto. Tal compreensão é construída mediante representações tecidas por Rosinete Martins, referida à Esperantina I e que participou juntamente com representantes da empresa, de reuniões cuja proposta foi a de estabelecer regras sob a perspectiva de amenizar os efeitos causados pela intensa frequência e velocidade com a qual as *carretas* transitavam pela rodovia sob a margem ou à *beira* da qual estão construídas as unidades sociais de Esperantina I:

Devido os caminhões, é muito perigoso. Aí as crianças vão pro meio da estrada, e a gente sai pra rua preocupada, mas também eles nunca fizeram alguma melhoria aqui, pra esse local aqui da Esperantina I eles nunca fizeram nada de benefício, eles só colocam o carro pipa porque eles são obrigados mesmo (...) Não pode ultrapassar, nas reuniões que eles faziam, eles disseram que os caminhões não podiam ultrapassar, não podia passar mais de vinte quilômetros por hora, e agora eles ultrapassam bem aqui na frente, eles passam numa carreira enorme, mais de quarenta por hora tem vez, carregada ou sem ser carregada, não respeitam ninguém, quem tiver no meio que saia, senão eles passam por cima, o pessoal desses caminhões não

de 2013. Tal reforma e ampliação se deu em virtude da concretização do deslocamento das famílias de Bacaba, o que aumentou o número de alunos que passariam a frequentar a escola Santo Amaro.

⁶¹ A denominação *tora* é constantemente empregada para classificar a madeira do eucalipto já em seu estado de corte e que é transportada pelas chamadas *carretas*, uma espécie de automóvel classificado de *treminhão* devido a sua carroceria robusta com grande capacidade de armazenamento. O transporte é realizado das áreas de plantio para a fábrica localizada em Imperatriz. Devido ao intenso fluxo provocado pelo transporte do eucalipto, as famílias residentes ao longo das rodovias utilizadas pela empresa, tem vivenciado situações de perigo ocasionadas pelo desprendimento das *toras* de eucalipto das carretas. Em face a tal situação, acidentes são contabilizados ao longo das estradas por onde o eucalipto é transportado. São fatos que são frequentemente noticiados “Acidente com caminhão que transportava toras de eucalipto foi registrado em Açailândia” (IMIRANTE, 22/04/2015) “Caminhão carregado de madeira tomba na BR-010”(IMIRANTE, 24/07/2014) e, ainda, motivos de denúncias que são formuladas junto ao Ministério Público Federal, como assim prosseguiu o MIQCB em denúncia assinada pela coordenadora executiva Eunice da Conceição Costa e encaminhada no dia 08/06/2015, na qual dizia: “Dessa vez os resultados foram computados em mortes. Foram 08 pessoas, sendo que 5 dessas morreram atropeladas por toras de madeiras que caem dos carros que transportam a madeira de eucalipto para a Suzano Papel e Celulose (2 pessoas em Vila Nova dos Martírios, 1 em São Pedro d’Água Branca e 2 pessoas em Imperatriz) (...) Sabe-se que outras mortes já ocorreram, pessoas foram encontradas mortas por atropelamento a beira das estradas por onde passam os caminhões carregados de madeira de eucalipto” (Denúncia, 2015, p.1)

respeitam. (Rosinete Martins, entrevista realizada em sua residência na comunidade Esperantina I em 07/08/15).

A narrativa da agente social é marcada por representações que descrevem a maneira como o funcionamento da fábrica de papel e celulose, vem refletindo transtornos ao cotidiano das famílias que estão referidas aos territórios por meio dos quais a empresa Suzano Papel e Celulose criou um sistema de logística e construiu sua planta fabril. Ressalta os riscos impostos pelo transporte da madeira do eucalipto, sobretudo às crianças, que após a implantação da fábrica, ficaram restritas a determinados espaços para realizarem atividades de lazer. Sua posição enquanto vice-presidente da AMPEB, a influenciou participar de reuniões nas quais denunciavam os transtornos ocasionados, a exemplo daqueles advindos do transporte do eucalipto, iniciativa que resultou no firmamento de regras que deveriam ser obedecidas pelos motoristas. Entretanto, conforme seu depoimento, tais regras foram recorrentemente desrespeitadas.

As situações vivenciadas pelas famílias mediante o transporte das *toras* de eucalipto, são frequentemente representadas em entrevistas, sobretudo naquelas realizadas em contexto recente à construção da fábrica de papel e celulose. Conforme depoimento da agente social Maria do Tibério, também moradora de Esperantina I, a situação vivenciada já no período de construção da fábrica, impôs dificuldades para realizar atividades cotidianas, essa situação é notadamente contrastada com a tranquilidade vivenciada em contexto anterior à chegada do empreendimento:

Tá ruim meu irmão, aqui não dá não, a poeira é de dia e de noite, a gente fica sufocada dentro de casa, menino eu vou te contar, o nariz da gente é ardendo direto, a cabeça dói, tudo dói, aqui de poeira, olha, aqui tem hora que passa quatro, cinco, seis carros, um atrás do outro, aqui fica tudo coberto, aqui não para nada mais limpo, meu nariz ta aqui chega está doendo, não é de outra coisa não, é só de poeira. E quando é de noite meu amigo, é a noite todinha os carros passando bem aqui, e a gente fica sufocado da poeira, se não tiver o ventilador, a gente não dorme não, a poeira não deixa (...) pensava que vinha alguma coisa boa pra cá, mas a única coisa boa que veio pra nós foi só a poeira, só a poeira mais nada. No começo, esses carros incomodou muita gente, eles fizeram um quebra-molas, foi eles mesmo que fizeram, quando esses carros batiam nesses quebra-molas aí, ave maria!, era a mesma coisa de ta batendo na cabeça da gente. Assim que eles começaram aqui, nós passamos oito dias ou mais sem dormi, por que não conseguia. Eu passei uns quinze dias sem dormir, porque aqui era tudo quieto, a gente ficava tranquilo, não tinha zuada, não tinha nada, era tudo quietinho, era bom de mais pra dormir, com a zuada a gente custou acostumar. (Sra. Maria do Tibério, entrevista realizada em sua residência na comunidade Esperantina I em 10/06/14).

A narrativa de Maria do Tibério, expressa uma revolta em relação aos transtornos que acompanharam a implantação do empreendimento constantemente alardeado, inclusive

pelo discurso governamental⁶², como responsável por levar benefícios à região de Imperatriz. A intensidade com a qual o transporte do eucalipto é realizado, somada às condições das rodovias por onde o trajeto até a fábrica é percorrido, sobretudo da Rodovia MA-123, que naquele contexto ainda não havia recebido camada asfáltica, acarretou em uma manifestação organizada por *associados* e agentes sociais não vinculados a essas associações, que inconformados com os transtornos vivenciados, interditaram um trecho da *Estrada do Arroz*(MA-123), precisamente em Esperantina I, onde, segundo Maria do Tibério, exigiram intervenção tanto do poder municipal, estadual quanto da empresa, objetivando uma forma de amenizar a poeira e os riscos provocados pelas *carretas*, e, ainda, que as obras de asfaltamento da estrada fossem concluídas:

No tempo da poeira, quando esses carros grandão passava aí, principalmente de tardezinha, pra seis horas, menino aqui ficava tudo truvo, ninguém via nada, por causa da poeira. Na época eu estava operada, eu não podia, mas os meninos ajuntaram tudinho aí, a sogra do meu menino, interditaram da estrada até o canto da casa aqui, ninguém entrava e ninguém saía, ainda veio dois policial, um ficou na viatura, aí o outro entrou no meio dos meninos, aí começou falar coisa, mas aí os caminhoneiros estavam do lado dos meninos, aí os caminhoneiros tudo conversando com eles, na mesma da hora ele foi pro lado dos meninos, moço tinha mais de uns sessenta caminhão, os caminhão da Suzano aqui, carregado de pau, aqueles bi-trem, tudo carregado, ficou uma fila daqui até a ponte grande. Nós estava pedindo a estrada, porque estava demais aqui, tinha gente que estava adoecendo da poeira, aí com tudo que nós fizemos ali, aí os caminhoneiros vieram de pés lá da ponte, aqui ficou cheio, cheio de gente (...) Aí vieram um povo da Suzano, uns forte da Suzano, aí chegaram aí, conversaram e disseram pra eles: - Olha bem aqui tem uma mulher operada, uma senhora de idade, a mulher tá passando mal por causa da poeira, aí parece que eles deram até vinte de setembro, uma coisa assim, dizendo que a estrada ia sair, eu só sei que saiu ligeiro. Veio prefeito (...) A estrada foi liberada quase onze horas da noite, aí também quando liberou, despencou carro pro resto da noite, bem devagazinho, porque tinha deles que passavam aqui, vou te contar!, a poeira chega fazia assim, eles passavam avechado demais, e não podia, porque no meio das casas era pra passar devagar (...) Nós quer a estrada e quer respeito, que eles não tem respeito pela gente, porque aqui eles passam é como quem mora um bocado de cachorro na beira da estrada, mora cachorro mas mora gente também. Aí começaram a arrumar, jogaram terra aí, ainda hoje tem terra descida nas casas dos outros, aí depois ajeitaram tudo aí, vida nova agora. Menino foi bem conversado o negócio,

⁶² Em documento publicado pelo Governo do estado do Maranhão “O Maranhão e a Nova Década”, argumentos acompanhado de cifras, buscam legitimar a implantação do empreendimento da empresa Suzano Papel e Celulose em Imperatriz, conforme segue: “A Suzano Papel e Celulose é o carro-chefe do novo polo industrial de Imperatriz. A Suzano pretende investir R\$ 4 bilhões e iniciar em 2011 a construção de sua fábrica de celulose no estado. A nova unidade terá capacidade de produzir 1,5 milhão de toneladas de celulose de eucalipto por ano e deve gerar 3,5 mil empregos diretos, sendo mil na área industrial, além de 15 mil postos de trabalho indiretos. Oito mil empregos deverão ser gerados durante a fase de construção da fábrica. A produção deverá ser toda voltada para exportação. A escolha da cidade de Imperatriz para abrigar a nova unidade permitirá à Suzano a utilização da Estrada de Ferro Carajás - EFC para escoar a produção pelo terminal portuário a ser construído em São Luís. A nova fábrica deverá ser transformada na principal referência em produção de celulose no mundo. Além disso a Suzano criou uma nova empresa - Suzano Energia Renovável - que já iniciou negociações para a implantação, no interior do estado, de duas unidades de produção de pellets de madeira com capacidade de 1 milhão de toneladas/ano, cada” (MARANHÃO, p.10, 2010)

agora está bom, agora eles passam devagar, tranquilo, os carros de tora passam tranquilo, outros carros deles mesmo, passam tranquilo, ah aqui agora está bom demais, bom mesmo. (Sra. Maria do Tibério, entrevista realizada em sua residência em Esperantina I em 20/01/17).

O seu depoimento demonstra a necessidade de se problematizar o próprio discurso empresarial e governamental, os quais buscam legitimar a implantação da fábrica em Imperatriz sob a perspectiva de melhoramento e “desenvolvimento” das condições regionais. Como visto em seu depoimento, tal situação é representada sob a classificação *poeira e zuada*, fatores que não coincidem com os ditos “benefícios” constantemente midiáticos pela empresa. Além do mais, Maria do Tibério, *associada* à AMPEB, demonstra que o fato de estar vinculada a uma associação criada por imposição empresarial, não a faz anular um posicionamento combativo em relação aos efeitos que a empresa vem ocasionando em Esperantina I, resultando, assim, na organização de uma manifestação que exigiu o cumprimento de regras constantemente desrespeitadas pelos motoristas das *carretas* que fazem o transporte do eucalipto e, ainda, a conclusão das obras de asfaltamento da MA-123.

Além das representações que tratavam de denunciar os efeitos que o transporte do eucalipto leva às famílias, pude identificar também, representações referidas a reivindicações realizadas mediante o surgimento de um denominado *cheiro ruim* identificado após a implantação da fábrica de papel e celulose. As discussões realizadas sobre os transtornos provocados pela percepção desse *cheiro*, foram travadas em reuniões realizadas por via das Associações Locais, que a partir da relação estabelecida com os técnicos da empresa Suzano Papel e Celulose, passaram a contar com uma denominada Rede de Percepção de Odor⁶³ criada pela empresa, a qual, conforme depoimento de Viana Neto, que é *associado* à AMPEMA, estabeleceu a proposta de treinar agentes sociais para identificar o odor dos produtos expelidos pela estrutura fabril e informar os setores responsáveis por meio de um número:

Ah é, tem isso, então, é a coisa que mais a Suzano está preocupada, é com isso. É tanto que ele mandou uma pessoa aqui, que vez em quando ela manda uma pessoa, passa o dia todinho bem aí, no carrinho aí pra vê se tem mal cheiro. Então, aqui

63 Conforme matéria intitulada “Suzano Papel e Celulose cria rede de percepção de odor com participação de comunidades”, publicada no blog Folha do Bico, em 03/12/2013, a denominada Rede de Percepção de Odor, “será composta por 30 voluntários das comunidades de Embiral, São José da Matança, Bacaba, Açaizal, Olho D’Água dos Martírios e Esperantina; além dos bairros de Imperatriz que ficam mais próximos da fábrica como Ouro Verde, Sumaré e Santo Amaro. A Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), o Instituto Federal de Educação do Maranhão (IFMA), o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Imperatriz, Associação Comercial e Industrial de Imperatriz (ACII), a Fundação Rio Tocantins e Associações Comunitárias também serão parceiras na RPO”.

acolá, as vezes passa assim aquele vento com mal cheiro, que a gente diz que é da Suzano né, mas não é de prejudicar tanto, e aí quando a gente vai lá, eles diz, olha minha gente, se der um mal cheiro lá, vocês podem telefonar, que “se possível, até a fábrica para pra resolver esse negócio”, pra cuidar disso, porque num pode acontecer isso. Porque lá nós tem, nós vamos em reunião lá, aí tem um treinamento pra perceber o cheiro forte. Ele derrama lá um pouquinho, “olha! Se o cheiro que vocês sentir ser esse aqui, é daqui de nós”, porque vez aparece outro cheiro, não é a Suzano, mas num é, um bicho morreu pra colá, mas o cheiro da Suzano é diferente. (Sr. Viana Neto, entrevista realizada em sua residência em São José da Matança em 08/06/14).

O depoimento do agente social Viana Neto, que se voluntariou a participar da Rede de Percepção de Odor, demonstra um perceptível alinhamento ao discurso empresarial, que por meio da criação da mencionada rede, buscou conforme matéria publicada em um blog⁶⁴, legitimar a ideia de responsabilidade social recorrentemente embutida em seu “posicionamento socioambiental” (BRONZ, 2016). Tal percepção pode ser compreendida por estar diretamente inserido em uma ação idealizada pela empresa, a qual mantém o controle das estruturas de produção do discurso baseado em ações que buscam legitimar os efeitos ocasionados por seu funcionamento a partir do que classificam de “progresso” e “desenvolvimento”.

Com relação a proposta de criação das associações locais para fins de aquisição de projetos ditos de compensação, pressuposto que também marca as narrativas que descrevem os motivos a partir dos quais criaram estas “formas associativas”, me apoio no depoimento de Daniel Nascimento como forma de compreender a maneira com base na qual esta situação foi gerenciada pela empresa Suzano Papel e Celulose e percebida pelos próprios *associados*. O agente social, em narrativa destacada a seguir, aponta que o discurso de oferta de projetos de compensação esteve recorrentemente sendo disseminado em contexto de implantação da fábrica, articulado a esta percepção, critica os efeitos ocasionados pela implantação da fábrica de maneira a mencionar a desassistência sofrida pelas famílias referidas às “Comunidades” da *Estrada do Arroz*:

Teve, promessas teve muitas, foi igual época de campanha política, era roça, melhoramento de estrada, muita coisa, é tudo, tudo o que tu imaginar de promessa teve, mas na realidade, projeto de compensação social assim pra nós, de impacto, não tivemos, muito pelo contrário, foi tirado daqui e aplicado no Mirador, mais de dez milhões, que era pra ser aplicado aqui e que inclusive dava pra criar uma reserva aqui na *Estrada do Arroz*, e até hoje nunca se retornou esse dinheiro. (Daniel Nascimento, entrevista realizada na residência de seus pais, na comunidade São José da Matança, em 21/01/17).

⁶⁴ “De acordo com o gerente Executivo Industrial da Suzano no Maranhão, Volnei Hilbert, a iniciativa da Suzano pretende desmistificar mitos e propor sempre uma melhoria contínua nos processos industriais. “A fábrica de Imperatriz atende aos mais altos padrões ambientais e já é compatível com exigências de vários países ao redor do mundo. Queremos mostrar para a sociedade que estaremos causando o mínimo de impacto possível e trazendo progresso e desenvolvimento para a região”, enfatiza” (FOLHA DO BICO, 2013).

A narrativa de Daniel Nascimento, critica o posicionamento empresarial em relação aos acordos feitos em contexto de criação das associações locais, alguns dos quais relacionados aos projetos definidos a partir da lógica de mitigação dos efeitos. Além de ressaltar o não cumprimento de tais acordos, aponta a situação de transferência para outro município de uma quantia referente a R\$ 10.289.847,44 disponibilizada pela empresa Suzano Papel e Celulose como forma de recursos de compensação ambiental. Tal crítica relaciona-se ao que é estabelecido pela lei nº 9.985/2000 no seu artigo 36⁶⁵, que define a responsabilidade de empreendimentos que causam impactos ambientais em disponibilizar recursos para a implantação e manutenção das denominadas Unidades de Conservação. Conforme o agente social, o recurso disponibilizado e que deveria ser aplicado em sua região, foi destinado⁶⁶ ao município de Mirador (MA), especificamente ao Parque Estadual do Mirador, localizado a 546 km de Imperatriz (MA), o que ocasionou, nesse sentido, em fortes críticas ao modo como a quantia foi utilizada.

Sob esse prisma, saliento que o contexto delineado após a implantação da fábrica de papel e celulose, foi marcado pela reinvidicação de projetos de compensação prometidos em reuniões realizadas por setores da empresa Suzano Papel e Celulose. Ao discutir a atuação da empresa em Esperantina I, especificamente as discussões estabelecidas com agentes da empresa os quais tratavam de específicos projetos a serem destinados às famílias, a agente social Rosinete Martins, em depoimento destacado a seguir, ressalta um dos únicos projetos dito de compensação viabilizado pela empresa, o qual se trata de um projeto de avicultura:

Veio um pessoal de São Paulo, Adelina, aí eles implantaram um projeto de frango, aí mas eles deram a ração também, aí no segundo, com noventa dias, já era a própria pessoa que ia comprar pra continuar entendeu, deram os material tudo, mas aí parou (...) O meu marido ganhou, o Daniel ganhou, e o menino lá da Bacaba, o Ozias, aí veio a segunda etapa, aí a comadre Francidalva, teve algumas pessoas por aí que ganharam, o Paulo lá do açazal também ganhou aí eles não continuaram mais. (Rosinete Martins, entrevista realizada em sua residência em Esperantina I em 07/08/15).

⁶⁵A mencionada lei, regulamentada por meio de decreto presidencial nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, aponta em seu Art. 36 que “Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei” (BRASIL, 2000).

⁶⁶As críticas tecidas à transferência dos recursos estabelecidos no cerne da lei que define o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) para o município de Mirador (MA), ocasionou embates que resultaram em investigação sobre o que consideraram de “possível irregularidade na aplicação de recursos” (MARANHÃO, 2015). Tal situação pode ser aprofundada em matéria publicada no site do governo do Estado do Maranhão intitulada “ Governo investiga irregularidade em compensação ambiental”.

Conforme Rosinete Martins, o projeto que incentivou a criação de frangos, foi definido a partir de duas etapas, as quais assistiram agentes sociais de Esperantina, Bacaba, São José da Matança e Açaizal. A primeira etapa do projeto que, conforme conversas informais, deveriam necessariamente atender famílias que possuíssem um espaço que correspondesse aos padrões definidos pela equipe técnica, contou com incentivos disponibilizados pela empresa Suzano Papel e Celulose. Tais incentivos consistiram em filhotes de aves e rações necessárias ao crescimento destas. Rosinete Martins ressalta que a permanência das famílias em tal projeto, requeria uma maior autonomia financeira, entretanto, diante de dificuldades enfrentadas, não deram continuidade.

Além de Rosinete Martins, Daniel Nascimento, que também participou do projeto de avicultura disposto pela empresa Suzano Papel e Celulose, expõe em narrativa destacada a seguir, que os critérios definidos para a participação das famílias em tal projeto, não estiveram restritos somente aos *associados*, mas também às famílias que estavam vivenciando dificuldades mediante a falta de empregos. Considera ainda, o principal motivo que inviabilizou a continuidade de tal projeto, que foi a alta do preço das rações utilizadas na criação dos frangos, o que forçou, nesse sentido, algumas famílias a optarem pela criação de frangos caipiras:

As famílias mais carentes que não estavam trabalhando, era o critério principal. Mesmo que não participasse da associação, e fosse da comunidade, não tivesse trabalhando e precisando de uma geração de renda, ele seria os primeiros (...) alguns largaram o projeto do frango e continuaram com a caipira mesmo, porque ficou muito caro o custo, por causa da ração. Aí como a soja subiu, subiu o concentrado e ficou muito difícil o projeto. (Daniel Nascimento, entrevista realizada na residência de seus pais, em São José da Matança, em 21/01/17).

As narrativas que apontam a confecção de um projeto de avicultura, ofertado às famílias pela empresa Suzano Papel e Celulose sob a dita forma de mitigar os efeitos ocasionados pela implantação de sua fábrica, permite refletir a maneira com base na qual os empreendedores buscam perceber grupos familiares detentores de práticas, saberes e formas de manejo que se distanciam dos saberes técnicos que fundamentam tais projetos e que dependem da utilização de insumos não comuns às práticas de produção e criação já apropriadas pelas famílias. A interrupção de tal projeto ou o redirecionamento que elencou a criação de *galinhas caipiras*⁶⁷ como viável, como assim apontou Daniel Nascimento, ratifica o

⁶⁷ A *galinha caipira*, comuns às criações realizadas pelas famílias referidas às “Comunidades” da *Estrada Do Arroz*, não exige formas técnicas elaboradas e que dificultam sua produção e reprodução. O processo de criação baseado em insumos naturais, precisamente sementes e rações feitas de milho, valorizam o quilo da *galinha caipira*, o que torna uma prática realizada por famílias que podem destinar tais criações ao consumo da unidade

caráter genérico das políticas formuladas a partir da noção de “compensação ambiental” (LOPES, 2004) e que não confere autonomia aos agentes sociais, que, sob essa perspectiva, são vistos e pensados a partir de elementos externos às suas realidades.

Os projetos de compensação ambiental prometidos pela empresa para *Nova Bacaba*, não foram implantados. Tais promessas davam conta da idealização de projetos de incentivo a produção agrícola, atividade recorrentemente apontada como aque garantia a permanência das famílias no território da então *Antiga Bacaba*, mesmo com as interferências ocasionadas pela pecuária. Conforme depoimento de Jozivan dos Santos, atualmente as famílias de *Nova Bacaba* sofrem com a desestruturação e a falta de condições para a implantação de *roças*, o que veio a ser intensificado após uma ação realizada pela empresa Suzano Papel e Celulose a partir da qual classificaram as famílias como não pertencentes a um perfil de agricultura:

Eles prometeram uma área de plantio, era pra 2013, em 2013 esse projeto era pra ser feito, por falta de informação nossa, quando foi criada essa associação, essa associação foi criada justamente por orientação deles, e o presidente na época que assumiu, ele também desinformado, não atentou pra isso, eu morava na rua [*se refere Imperatriz*] também, não tinha nenhuma orientação a respeito disso, quando eles fizeram uma pesquisa, um levantamento socioeconômico, a *Bacaba* não entrou no perfil de agricultura, e isso não por que as pessoas não tinha costume de plantar, mas que perderam por falta de terra, aí por isso, o que sobrou foi isso aí, esse terreno que acabou sendo doado. Nós não plantamos por que tinha morador querendo casas pra seus filhos, agora eles já cercaram aquele cantinho, na outra vez que você vier aqui já vai ter uma casinha lá. (Jozivan dos Santos, 33 anos, entrevista realizada em sua residência em *Nova Bacaba* em 19/01/17).

As informações dispostas no depoimento de Jozivan dos Santos, apontam elementos que descrevem uma situação *sui generis* às famílias de *Nova Bacaba*. Além de estarem referidas a um processo de deslocamento imposto a partir de discursos que referenciaram a condição em relação ao território, no caso a de *posseiros*, como forma de ameaças e pressuposto para forçar o aceite ao deslocamento para outra área, passaram também a vivenciar dificuldades para a sua reprodução física e social, que vieram a ser ocasionadas mediante a falta de terras a serem destinadas para a construção de novas residências e, também, a serem destinadas a implantação de *roças*. Conforme o agente social, a impossibilidade de implantação de *roças* veio a ser reforçada por meio de um questionário realizado pela empresa que definiu o perfil das famílias como de não predispostos a atividades de agricultura, o que vem reunindo elementos utilizados pelos agentes sociais para a

familiar ou mesmo vender tal excedente na própria unidade social ou em locais específicos no centro de Imperatriz, a exemplo das feiras realizadas nos finais de semana.

elaboração de críticas à própria associação, visto que esta veio a ser criada sob o intuito de viabilização de projetos.

A crítica à empresa, sobretudo ao descumprimento de acordos feitos para a elaboração de projetos ditos de compensação, constituiu-se elemento tênue em narrativas dispostas por via das pesquisas de campo realizadas em agosto de 2015 e janeiro de 2017, especificamente em entrevistas realizadas junto aos *associados*. Percebi que o contexto de realização das mencionadas pesquisas de campo, foi marcado pela intensa discussão estabelecida a partir das associações locais, que buscavam tanto do poder público quanto da própria empresa, a viabilização de projetos que refletissem melhorias ou solução aos problemas enfrentados, seja pela falta de condições para a implantação de *roças*, aquisição de fardamento escolar aos estudantes ou mesmo, conforme depoimento de Rosinete Martins, reivindicações para a continuidade dos serviços prestado por uma empresa de ônibus mantida pela Suzano Papel e Celulose no início de sua implantação, mas que tal serviço veio a ser interrompido:

Nem o transporte de qualidade nós não estamos tendo, a Suzano assim que chegou colocou um ônibus, abriu uma linha da Aparecida, até aqui em casa. Agora tirou, e as pessoas tem que levantar de madrugada pra poder ir pra Imperatriz. O pessoal fizeram abaixo assinado por causa dos alunos entendeu?, porque é muito aluno, aí vão onze horas pra rua porque as aulas deles começam uma e pouco né, aí o horário era onze e pouco que o ônibus levava, aí voltava seis e meia de Imperatriz pra cá com os alunos, sendo que tem outros horários pra carregar as pessoas, aí agora até esses ônibus eles tiraram. O ônibus que vem da rua [*centro de Imperatriz*] ele vai até Petrolina que são a trinta quilômetros daqui pra Petrolina ainda, e vem super lotado com aluno, não tem ônibus de aluno, de jeito nenhum, agora os alunos começaram a estudar em imperatriz e tá a pior confusão porque os ônibus estão passando dez horas da noite, tem dia que os ônibus quebra, tem dois dias seguidos que quebrou, aí nós estamos vendo se a gente consegue que eles coloquem pelo menos o ônibus pra gente, porque o ônibus tá fazendo muita falta, o ônibus que eles colocaram no começo, foi um ônibus bom, agora tão colocando um micro-ônibus bem pequenininho que vai super lotado pra imperatriz, só daqui dos cinco povoados, tirando o olho d'água pra lá que tem os outros dois ônibus, eles estão colocando os piores pra cá. Disseram que nós tem que ir na secretaria de não sei de que, não sei aonde mais pra exigir o ônibus, e eles sabendo da situação todinha, nós vamos no pessoal da Suzano, eles dizem que é com o pessoal da prefeitura, nós vamos no pessoal da prefeitura eles dizem que estão esperando a Suzano depositar o dinheiro na conta pro ônibus voltar, está a pior confusão, porque está sendo difícil pras pessoas, sendo que os alunos tem um monte de passe da aparecida e que não pode rodar na outra, aí está difícil, sei que é muito problema que está tendo, aí eu e o Daniel que é o presidente da outra associação lá, nós estamos querendo reunir eles tudinho pra ver o que vai ser, acontecer. (Rosinete Martins, entrevista realizada em sua residência em Esperantina I em 07/08/15).

O serviço que mantinha uma linha de ônibus que atendia as famílias referidas a Esperantina I e II, *Nova Bacaba* e São José da Matança, que diariamente se deslocam ao centro de Imperatriz, consistiu em um reivindicação feita e que a partir de 2013 veio a ser

oferecido mediante o pagamento individual de uma taxa por viagem realizada. O depoimento de Rosinete Martins, considera os efeitos decorrentes da interrupção de tal serviço, o qual no início do ano de 2015 passou a ser oferecido somente por transportes particulares, mas que não suprem a demanda das famílias. A reivindicação feita por via das associações para o restabelecimento do transporte coletivo, o qual consiste em uma política de compensação disposta pela empresa, enfrenta embates estabelecidos entre a prefeitura e a Suzano Papel e Celulose, ambas imbuídas em uma transferência de responsabilidades sob a estratégia de não assumir a continuidade do serviço de transportes.

Os embates vivenciados mediante discussões decorrentes em face a desassistência praticada pela empresa e que são estabelecidos por via das associações locais, que nesta reflexão as penso enquanto “formas associativas” que concentram o poder de mediação entre os *associados* e representantes dos setores da empresa Suzano Papel e Celulose, devem ser considerados enquanto elementos que possibilitam compreender a maneira com base na qual se inicia um processo de fragilização do poder de representação desta forma associativa entre os próprios *associados*. Tanto a presença de técnicos vinculados a empresa, quanto ações mantidas pelas associações, foram sofrendo considerável enfraquecimento, o que reflete uma omissão empresarial que pode ser compreendida pela conclusa garantia de condições para a plena implantação de sua fábrica e uma conseqüente desmobilização dos próprios *associados*, que passaram a desistir de frequentar e a estarem vinculados a estas associações.

A compreensão sobre o enfraquecimento das atividades e do próprio poder de representação assumido pelas associações locais, está apoiada em narrativas que trazem para debate, elementos que permitem pensar tal situação. Sob esse prisma, dialogo com Antônia Vieira, agente social referida à Nova Bacaba e que esteve inserida em reuniões realizadas desde as primeiras negociações que trataram do processo de deslocamento das famílias, de modo a refletir contemporaneamente, a atuação das associações locais e, ainda, a própria necessidade de reestruturar as associações:

Era eles queriam associação, aí ele (Dinei) foi e entrou com associação, só que não quis mais, a associação não funcionou, aí quando o Dinei não quis mais, aí ele passou para o Jozivan, aí Jozivan só quis mesmo naquele processo de querer as casas, aí depois que conseguiu não quis mais, entregou, mas não deu baixa na receita, ainda hoje está rolando o nome dele lá, aí eu queria que ele fosse lá dar baixa, porque eu agora queria né, não pode ficar um lugar sem associação né, tem que ter uma associação, porque associação é uma equipe na comunidade que pode estar lutando, então eu vi que sem associação não funciona não, eu nem queria, mas eu estou vendo que é obrigada a gente querer. É uma associação conjunta, é Bacaba e Esperantina. Olha, a associação é para fazer ações, mas não aconteceu, aí eu estou esperando. No início, muita gente se cadastrou, pagou as mensalidades e não viu nada, aí deixaram de pagar, porque você sabe, aonde se mexe com dinheiro, tem que

tá prestando conta. (Professora Antônia Oliveira, 49 anos, entrevista realizada em sua residência em Nova Bacaba em 19/01/17)

O seu ponto de vista, que parte do vínculo à AMPEB, considera dificuldades enfrentadas para manter a associação. Tais dificuldades, inicialmente desdobradas na desistência de um agente social que ocupava o cargo de presidente, foram aprofundadas após o processo de deslocamento, contexto em que as casas foram entregues às famílias da *Antiga Bacaba*. Segundo a senhora Antônia Vieira, a concepção de gestão investida pelo segundo presidente, esteve restrita à associação enquanto meio para conquistar projetos ditos de compensação, posicionamento que se encerrou após finalizado o processo de deslocamento, quando o mesmo veio a desistir. Nesse sentido, a considerável evasão de *associados* ou mesmo a fragilização do poder de mobilização para a participação de ações e reuniões promovidas pelas associações, constituem-se fatores que compreendo enquanto reflexos dessas dificuldades enfrentadas pelas associações locais.

Dessa maneira, considero as dificuldades enfrentados pelas associações locais, sobretudo após finalizado o processo de construção da fábrica de papel e celulose, contexto em que técnicos da empresa Suzano Papel e Celulose diminuíram a realização de reuniões ou mesmo visitas às famílias, enquanto marcado pelo enfraquecimento da própria proposta que fundamentou a criação destas “formas associativas”. Daniel Nascimento, analisa esse contexto em comparação ao delineado no início de construção da fábrica, momento em que havia participação efetiva dos *associados*, situação que conforme sua narrativa, não é mais possível esperar:

No começo quando dizia que era reunião da Suzano, ia todo mundo correndo pra cima, hoje se disser assim, tem uma reunião da Suzano, eles questionam, pra que mesmo essa reunião?, só pra escutar blá, blá, blá?, não acontece nada, dizem: eu mesmo que não vou, a não ser que digam assim: a Suzano está vindo pra ofertar um serviço, aí vai todo mundo. (Daniel Nascimento, entrevista realizada na residência de seus pais, em São José da Matança, em 21/01/17).

Desse modo, compreendo que as informações tecidas em depoimento de Daniel Nascimento, permite refletir o crescimento de uma descredibilidade ao discurso empresarial, sobretudo no que refere ao poder de mobilização dos *associados* por via das associações locais. Tal situação é acompanhada também pela ascensão de posicionamentos críticos por parte dos próprios *associados*, os quais desaprovam o modo como a empresa Suzano Papel e Celulose passou a se portar mediante discussões e acordos que vieram a ser ignorados.

4.3.2 *Nós estamos com o joelho pelado de rezar (...) tu já viu a fé sem as obras?:* A criação do conhecido Fórum da *Estrada do Arroz* mediante a ação da empresa Suzano Papel e Celulose

O trecho que compõe o título deste subtópico, refere-se a uma narrativa de Lourdes Silva, agente social referida a Olho D'água dos Martins e idealizadora do denominado Fórum de Defesa da Cidadania e do Desenvolvimento das Comunidades da *Estrada do Arroz*. A expressão com a qual expõe o desgaste provocado por uma prática milenar referida à fé católica, enuncia possibilidades analíticas para compreender o contexto a partir do qual, o socialmente conhecido Fórum da *Estrada do Arroz* veio a ser criado e posicionado mediante as situações que se estruturaram em face a implantação da empresa Suzano Papel e Celulose.

Além do mais, a mencionada narrativa pertencente a Lourdes Silva, traduz uma autocrítica à sua própria posição social enquanto liderança religiosa e que busca articular o seu posicionamento a lutas que visam o enfrentamento aos problemas vivenciados pelas famílias, problemas estes ocasionados tanto pela invisibilidade política quanto pela própria carência de políticas de infraestrutura esperadas do município de Imperatriz e do governo do estado do Maranhão, o que veio a ser potencializado com os efeitos provocados pela implantação da fábrica de papel e celulose.

A interação estabelecida com a senhora Lourdes Silva, possibilitou reunir elementos analíticos relacionados às situações vivenciadas pelas famílias de Olho D'água dos Martins e, ainda, refletir as situações por ela representadas as quais predisuseram a tomada de posição mediante a idealização do denominado Fórum da *Estrada do Arroz*, que, nesta reflexão, busco analisá-lo enquanto engendrado por “relações associativas” (WEBER, 1994). Nesse sentido, exponho que a proposta de criação da mencionada forma associativa, de acordo com o depoimento destacado a seguir, partiu do interesse de articular a força representada pelas lideranças religiosas a um enfrentamento que viesse ultrapassar a invisibilidade política que até então prevalecia e que refletia o agravamento das situações vivenciadas, sobretudo no que diz respeito às condições de infraestrutura da estrada sob a margem da qual residem:

Foi criado assim, a gente começou ver as coisas ruim e a gente sem falar nada só esperando os políticos, ninguém nunca fez nada. Quando foi um dia, uma noite o padre da paróquia dormia aqui em casa, a igreja fica mais acolá mas de noite quando terminava lá, ele vinha pra cá, dorme aqui em casa. E eu tinha passado a noite passada sem dormir pensando, porque isso era no mês de dezembro, de novembro e eu não dormi de noite pensando na estrada (...) e eu fiquei nesse negócio, e eu não dormia e só via a estrada do mesmo jeito, passou ano e ficou aquela coisa, isso era

um dia de quinta-feira e nós fomos pra, nós fomos pra um Conselho da igreja, a gente faz mensal e toda quinta-feira. Fomos pra lá, chegando lá eu liguei assim aquela... sabe como é que é desânimo, eu fiquei com raiva, foi uma coisa que aconteceu que eu num sei... Ai ela disse ah e o que tu viu que tá assim hoje?, eu falei não, eu não vi nada, não Lourdes o que foi mesmo? Me diz, aí eu falei assim: eu digo porque nós estamos com o joelho pelado de rezar, de fazer santa missão, de fazer tudo e nós não faz nada, porque nós, Deus mandou que agente fizesse, o evangelho não é assim não, o evangelho é tudo, é a palavra e as obra, tu já viu a fé sem as obras? E fiquei assim, aí ela: e o que tu quer dizer com isso? Pelejaram... aí eu falei, e a estrada?, (ela) e nós somos político?, eu disse não, nós não somos políticos. Aí teve duas que pularam lá fora criticando e as outras três que ficou assim equilibrada, sim Lourdes o que tu pensa, e eu falei: a gente pode fazer baixo assinado, porque vocês já pensaram que se essa estrada esse ano vai ficar do mesmo jeito que tá cheio de buraco, e esse ano ela vai acontecer daquele jeito daquele ano, vamos convocar o padre, o padre é pra isso, não é só pra ele rezar não é pra ajudar os pobres também, as pessoas (...) A gente abusou ouvir falar que essa estrada seria feita de dois em dois anos, os políticos prometiam no tempo da política, teve uma época que ficou interditada, desde minha casa, era um lameiro só, em todo lugar, na Matança, Bacaba. A gente sofreu muito, a gente viu gente morrer na estrada, criança doente, mulheres grávidas. Eu tenho quarenta anos que moro aqui, no dia 08 de agosto completa 41 anos que cheguei aqui, vim pra fundar a escola Tomé de Souza, aqui não tinha estrada, nem um ramal, de lá pra cá a gente vem vindo sofrendo. Aqui não tinha padre, pastor. (Lourdes Silva, entrevista realizada em sua residência em Olho d'água dos Martins em 10/06/14).

Considerando o depoimento de Lourdes Silva, agente social que ocupou a presidência do Fórum da *Estrada do Arroz* desde a sua fundação, entre 24 de setembro de 2011 até o ano de 2017, compreendo a inquietação provocada pelas situações descritas e que são cotidianamente vivenciadas pelas famílias mediante a falta de manutenção da *Estrada do Arroz*(MA-123), enquanto um dos fatores condicionantes à criação desta forma associativa. A percepção da agente social acerca do processo de sua criação, alinha-se a uma distinção que é feita em relação ao poder representativo das associações locais. Tal distinção, que não deve ser compreendida enquanto elemento de oposição entre as “formas associativas”, uma vez que se posicionam relacionalmente, baseia-se nos limites político geográficos pertencentes às Associações, que também, diferenciam-se pela estrutura pertencente ao seu organograma e que é descrita em seu depoimento:

A gente fala fórum das comunidades, porque a gente não pode deixar de falar porque é todos, a gente vê que tem as associações em cada povoado, mas ela vai defender a sua comunidade, o fórum não, ele defende uma região, que é de Imperatriz a Cidelândia, todas as comunidades da estrada e vicinais, por exemplo lá no Daniel é uma estrada vicinal, lá também faz parte da *Estrada do Arroz*, na Vila Conceição também faz parte do fórum. O que nós quer na Matança, no Açaizal, que é uma comunidade menor, nós quer em todas as comunidades. Nós somos uma entidade sem fins lucrativos. Temos Conselho fiscal, diretoria, Conselho consultivo, tem os apoiadores e os colaboradores, são 7 advogados que colaboram e um fixo, temos contadora, e pra formar tudo isso foi grátis. Nós se vira por que nem um associado, não tem 10 associados devolvendo seus cinco reais por mês. E já vai fazer três anos. Mas a gente se vira do jeito que pode, pra fazer as coisa, sem dinheiro. (Lourdes Silva, entrevista realizada em sua residência em Olho d'água dos Martins em 10/06/14).

A compreensão da maneira como o Fórum da *Estrada do Arroz* se posiciona relacionalmente no plano organizativo, tem como princípio analítico a reflexão de que os agentes sociais a ele referidos, representam uma força política imbuída em lutas que, em contexto de atuação da mencionada forma associativa, não se restringem a uma única localidade, mas sim a um território representado pelas “Comunidades” da *Estrada do Arroz*. A partir da narrativa destacada, analiso que a sua forma de atuação é posicionada a partir do confluência de diferentes situações em uma única pauta reivindicativa, o que torna o denominado Fórum da *Estrada do Arroz*, uma forma associativa por meio da qual diferentes situações são discutidas e inseridas em reivindicações apresentadas tanto ao poder público quanto a esfera privada, a qual vem a ser representada pela empresa Suzano Papel e Celulose.

A relação do Fórum da *Estrada do Arroz* com a empresa Suzano Papel e Celulose, é delineada em face as situações vivenciadas a partir do seu processo de implantação, contexto em que os efeitos ocasionados pela construção e funcionamento da fábrica, sobretudo as situações impostas pelo transporte das *toras* de eucalipto, passa a alterar o cotidiano daquelas famílias e a provocar o agravamento das condições da rodovia por meio da qual o trajeto até a fábrica é percorrido. Conforme Lourdes Silva, as relações estabelecidas com a empresa, firmaram-se a partir da realização de reuniões que passaram a ser convocadas pelo próprio Fórum da *Estrada do Arroz*, que teve como principal ponto reivindicativo, a busca pela garantia das condições de trafegabilidade da estrada:

É porque a gente está em cima, a gente tem reunião com eles, se não fosse, tava muito mais pior né. (...) é que eles disponibilizaram dois carro pipa, só que não dá conta, quando eles termina de agoar, que passa dez carretas, ta seco. De tanto agoar vai criando cratera. Aí quando a carreta passa cheia [*se refere ao carregamento de eucalipto*] é ruim, e quando passa seca é aquela zuada, pá, pá, pá, pá, pá.... de noite, se for de noite quem é que dorme? Os que estão na beira da estrada não dormem não (...) eles acham muito bom o fórum porque nos estuda com eles e denuncia. Qualquer coisa a gente denuncia. Por exemplo, no dia que pegou fogo aqui, quase todas as casas. Na rua que você desceu e foi lá no eucalipto, o fio telefônico que atravessa a rua, passou uma carreta dessas da Suzano, como é muito alta, pegou os fios e derrubou três portes, a noite, sorte que não tinha ninguém na rua, o pessoal se assombrou, ficou em desespero. Eu comecei a ligar pra eles, que são aqueles três que são os nossos conhecidos. (Lourdes Silva, entrevista realizada em sua residência em Olho d’água dos Martins em 10/06/14).

A narrativa de Lourdes Silva, permite compreender a maneira como se estabelece a relação do Fórum da *Estrada do Arroz* com a empresa Suzano Papel e Celulose. Conforme seu ponto de vista, tal relação se deu a partir de reivindicações realizadas diante dos efeitos e acidentes causados pelo transporte do eucalipto, que é realizado das áreas de plantio e derrubada até a fábrica, uma vez que a *Estrada do Arroz* consiste em uma das vias integrantes

do sistema logístico que se articula ao funcionamento da fábrica de papel e celulose. Além de caracterizar a frequente discussão e convivência com os técnicos referidos aos setores da empresa, a quem direcionam as denúncias formuladas pelos *associados* ao Fórum da *Estrada do Arroz*, a agente social, aponta uma medida paliativa realizada diante dos transtornos ocasionados pela *poeira* intensificada pelas *carretas*, que foi a disponibilização de um carro pipa por parte da empresa, que, segundo seu depoimento, não obteve efeito.

Considerando a relação estabelecida com Lourdes Silva e outros agentes sociais com os quais pude estabelecer diálogo acerca do Fórum da *Estrada do Arroz*, compreendi que o ato de se associar a esta forma associativa, não é percebido enquanto elemento de restrição para se vincular a outra forma associativa ou até mesmo a alguma das “formas organizativas” que se posicionam no mesmo plano organizativo. Sob essa perspectiva, exponho que durante o período em que estive realizando as pesquisas de campo, identifiquei a recorrência de vínculos associativos concomitantes ao Fórum da *Estrada do Arroz* às Associações Locais, ou, ainda, ao Fórum e a alguma das “formas organizativas” identificadas. Tal constatação baseia-se na relação estabelecida com a *quebradeira de coco babaçu* Maria do Carmo (Miúda), referida à Coquelândia e que mantém o concomitante vínculo ao Fórum da *Estrada do Arroz* ao MIQCB, onde frequenta reuniões e ações juntamente com outras trabalhadoras extrativistas.

A relação estabelecida com a senhora Maria do Carmo, permitiu identificar uma relativa flexibilidade nos vínculos associativos e organizativos, os quais enunciam tomadas de posição que merecem um cuidado reflexivo aliado à compreensão das posições sociais, de modo a não recair em possíveis equívocos interpretativos, tal como prossegui inicialmente ao tentar compreender o plano organizativo a partir da oposição equivocadamente estabelecida entre as “formas organizativas” e associativas, que se seguidas, impediriam compreender tal flexibilidade identificada mediante a posição social da mencionada *quebradeira de coco babaçu*.

Nesse sentido, a posição social de Maria do Carmo permite compreender que as relações políticas, que se encontram em tensão em um plano organizativo marcado por interferências dispostas pela empresa Suzano Papel e Celulose, podem assumir diferentes nuances. A compreensão de tais nuances, está diretamente baseada no estudo das posições sociais dos agentes sociais, que podem nutrir o concomitantemente vínculo associativo e organizativo articulado ao seu posicionamento político. Além do mais, se faz necessário salientar a posição crítica que não é anulada diante de tal vínculo, como assim se pode observar no depoimento de Maria do Carmo, que mesmo reconhecendo o apoio dado pela

empresa a um projeto organizado pela igreja, não anula sua crítica em relação ao modo como a empresa passou a se apropriar da rodovia diariamente utilizada pelas famílias para o deslocamento ao centro de Imperatriz:

Eles ajudam a casa familiar rural, ajuda os meninos da casa né. A casa familiar rural é onde tem uma escola de formação de técnicos rural (...) mas eu mesmo não achei muito bom não, porque quantos anos a gente mora aqui, 40 anos, e lutando toda vida por uma estrada, aí a gente ganha uma estrada ocupada de pau, porque daqui pra chegar em imperatriz, você passa não sei por quantas carretas né, carregadas de pau. (Maria do Carmo “*Miúda*”, entrevista realizada em sua residência em Coquelândia, 21/01/2017).

A reflexão tecida mediante o estudo da posição social de Maria do Carmo, não assume a pretensão de construir um dado analítico totalizante, o que demonstra uma limitação reflexiva empenhada em pensar as relações dispostas nas “formas associativas” e entre estas e as “formas organizativas”, não perdendo de vista as implicações causadas pela relação com a empresa Suzano Papel e Celulose. Ressalto que o exercício de refletir relacionalmente os vínculos associativos e organizativos, não retira a necessidade de manter realçada as estruturas que definem suas especificidades, sobretudo no que diz respeito ao ponto de vista de agentes sociais pertencentes a estas “formas organizativas” ou associativas e que não concordam com o vínculo concomitante mantido por alguns, inclusive com a relação estabelecida com representantes da mencionada empresa, o que aprofunda a complexidade destas relações mediante a incidência de conflitos internos.

Afasto, nesse sentido, a possibilidade de compreender o Fórum da *Estrada do Arroz* enquanto uma forma associativa baseada em consensos, uma vez que nestas relações, prevalecem discordâncias que são manifestadas mediante a relação com os setores da empresa Suzano Papel e Celulose. Tal reflexão, baseia-se no ponto de vista do agente social Luíz Vaz, vinculado ao Fórum da *Estrada do Arroz*, referido ao “P.A” Vila Conceição I e que mantém um posicionamento crítico e combativo em relação aos empreendimentos implantados naquela região desde o período em que esteve à frente do STTRI entre 1995 a 1998. O agente social, em narrativa destacada a seguir, aponta sua crítica a um projeto compensatório formulado pela empresa e, ainda, sua discordância em relação ao firmamento de relações entre agentes sociais vinculados ao Fórum da *Estrada do Arroz* com os representantes da empresa Suzano Papel e Celulose:

Olha isso aí é pra vocês ficar iludidos e depois num ter mais nada, dito e feito!, aqueles patrocina as quebradeiras com negócio de, começa a fazer cursinho de floricultura, essas frescurinha, não é muito isso que o pessoal precisa, a pessoa fica iludida que vai ter parceria. Já tão até pulando a cerca aqui agora, que são membro da coordenação do fórum, que eu não tou sabendo, quero saber na próxima reunião, não pode, não quero nem saber se vai ser membro do Conselho na reunião do fórum,

não vou aceitar não!, o fórum é das pessoas. Isso que eu bato de testa com a Adriana, que era representante do IBAMA aqui em Imperatriz. É a pessoa que faz esse papel social, sempre fui no IBAMA brigar mais ela e agora vou brigar por causa da Suzano, o negócio grande, era minha aliada na questão do meio ambiente e agora vou pra lá e ela está defendendo a empresa. (Luíz Vaz, 60 anos, P.A Vila Conceição I, 03/08/15)

A narrativa de Luíz Vaz, recupera uma situação conflitiva estabelecida entre os *associados* ao Fórum da *Estrada do Arroz*. Tal conflito diz respeito ao posicionamento daqueles que buscam estabelecer negociações diretamente com os representantes dos setores da empresa Suzano Papel e Celulose, os quais passam a oferecer os ditos projetos de compensação sob a perspectiva de mitigação dos efeitos, a exemplo da criação de um Conselho cuja proposta seria a de reunir e desenvolver ações voltadas às *quebradeiras de coco babaçu*. Além do mais, o agente social critica uma estratégia utilizada pela empresa, que foi a de incorporar dentro de seu quadro de funcionários, técnicos de órgãos do Estado que mantinham relações com agentes sociais inseridos em lutas travadas anteriormente a implantação da fábrica de papel e celulose, o que traduz uma estratégia empresarial utilizada em uma tentativa de facilitar o diálogo com aquelas famílias que até então mantinham relações com aqueles que passaram a chefiar os setores denominados de “social” e “ambiental”, e, ainda, garantir uma credibilidade por via das relações sociais estabelecidas por aqueles técnicos que até então mantinham relações de confiança com lideranças e famílias locais.

Pensar a atuação do Fórum da *Estrada do Arroz* e, ainda, trazer para debate os elementos que definem suas especificidades, integra um conjunto de possibilidades analíticas voltadas a uma tentativa de compreender esta forma organizativa mediante os embates travados com o Estado e a empresa Suzano Papel e Celulose, a quem, conforme narrativa de Daniel Nascimento, estão se dirigindo para reivindicar medidas de reparos aos efeitos causados pela empresa e que são cotidianamente vivenciados, ressaltando ainda, a necessidade de construção de um documento descrevendo as situações vivenciadas pelas famílias:

Nós vamos cobrar do governo? vamos. Mas vamos também à Suzano, que tem a parte social dela, e tem os impactos que nós estamos sofrendo dela, então qual seria nosso objetivo,? fazer um relatório também pra Suzano, com o que a gente acha que seria possível, a gente só quer pedir o que acha que seria possível, que seja feito pra nós, inclusive a gente tem que sentar com alguém que tenha mais informações, inclusive a universidade poderia ajudar a gente, no sentido de dizer o que a gente tem direito, e cobrar da Suzano, porque as vezes a gente pede alguma coisa pra Suzano e ela só diz que é de competência da prefeitura. Então se nós, saber o que a gente tem direito de cobrar da Suzano, porque as vezes a gente chega pra cobrar o que é de direito nosso e ela só diz que é da prefeitura, então se nós saber o que a gente tem direito dela pra cobrar, a gente ir embasado com o que a gente sabe que é

direito da gente, é mais fácil da gente conseguir. (Daniel Nascimento, entrevista realizada na residência de seus pais, em São José da Matança, em 21/01/17).

O exercício de compreender, baseado nas representações tecidas pelos próprios agentes sociais, a maneira como o Fórum da *Estrada do Arroz* está posicionado no plano organizativo, esteve ganhando novos elementos a partir da pesquisa de campo realizada em janeiro de 2017, momento em que participei da primeira reunião realizada naquele ano, na qual a mesa diretora eleita em 2016, tendo Daniel Nascimento como presidente eleito, era a responsável por guiar as discussões que visavam organizar o planejamento das atividades que seriam realizadas naquele ano. A narrativa do agente social, anteriormente destacada, refere-se a um trecho de seu pronunciamento a partir do qual respondia a questionamento proferidos por outros agentes sociais, que buscavam o aprofundamento de discussões que tratassem da construção de estratégias que deveriam ser adotadas mediante o enfrentamento aos efeitos gerados pelo funcionamento da fábrica.

Ao propor a construção de um relatório composto pela descrição das situações vivenciadas pelas famílias e denunciadas em reuniões do Fórum da *Estrada do Arroz*, Daniel Nascimento caracteriza um embate recorrentemente enfrentado, que é a transferência de responsabilidades travada entre os órgãos municipais e a empresa Suzano Papel e Celulose. A indefinição das instâncias responsáveis pela formulação de ações visando o atendimento das demandas ventiladas pelo Fórum da *Estrada do Arroz*, consiste, segundo seu depoimento, em uma dificuldade enfrentada e que percebe, nesse contexto, a necessidade de articulação com a universidade visando a aquisição de conhecimentos sobre os direitos que possuem mediante a situação em relação com a empresa.

A realização de reuniões, consiste em uma prática sistematicamente realizada pelos *associados* ao Fórum da *Estrada do Arroz*, sendo realizadas em todos os segundos sábados do mês, tendo os locais de realização previamente discutidos, uma vez que a proposta desta forma associativa consiste na realização de reuniões naquelas unidades sociais que fazem parte de seu limite político geográfico, sendo elas: Embiral, Esperantina I e II, São José da Matança, Açaizal, Olho D'água dos Martins, Coquelândia, São Félix, Petrolina, "P.A'S"'s Altamira e Itacira (Vila Conceição) e Acampamento Viva Deus. Inclusive, durante a minha participação nesta reunião, a discussão pautava Esperantina I como local onde seria realizado o próximo encontro, o que contempla a proposta de incentivar a participação das famílias nas discussões estabelecidas nas reuniões.

Dessa maneira, compreendo que a dinâmica relativa à maneira como se estabelece a relação do Fórum da *Estrada do Arroz* com os seus *associados*, parte da realização de

reuniões nas quais ocorre o planejamento de atividades a serem realizadas, a exemplo do apoio a eventos realizados em datas comemorativas. Além do mais, a reunião é um espaço integrativo a partir do qual existem momentos em que cada participante, manifesta situações relativas às unidades sociais que são assistidas pela forma associativa, que se compromete, em levar reivindicações seja aos órgãos do município e do estado, ou mesmo aos representantes da empresa Suzano Papel e Celulose.

4.3.3 *A gente aceitou conversar e eles disse que vieram querendo ser vizinhos: A criação do denominado Conselho de Desenvolvimento Comunitário das Quebradeiras de Coco Babaçu*

Considero o depoimento que tem o seu trecho destacado no enunciado deste subtópico, enquanto ponto de partida para pensar o socialmente conhecido Conselho das Quebradeiras de Coco, que foi criado no ano de 2015 pela empresa Suzano Papel e Celulose. Procuo analisá-lo enquanto uma forma associativa que reflete tomadas de posição em um plano organizativo no qual prevalecem outras “formas associativas” e organizativas. O mencionado depoimento, pertencente à *quebradeira de coco babaçu* Terezinha Cruz, recupera o contexto em que representantes da empresa propuseram a criação desta forma associativa por meio da qual, “ajudas” fossem direcionadas àquelas mulheres inseridas na atividade extrativa do coco babaçu:

Porque quando o pessoal da Suzano chamou pra conversar com a gente, a gente aceitou conversar e eles disse que vieram querendo ser vizinhos, como eles tem essas áreas aqui, queriam ter uma boa vizinhança com a gente, eles queriam propor ajudar no que a gente precisava, aí a gente também sabe, que a Suzano era, não vinha só coisa boa dela, a gente sabe que os impactos da empresa pode causar, mas mesmo assim a gente aceitou a ajuda, porque na época a gente estava muito precisando de fazer nossa casa, porque nós tinha uma casinha que estava caindo, a gente não tava podendo fazer, aí eles se propuseram em fazer, que é aquela dali. (Terezinha de Sousa Cruz, entrevista realizada em sua residência, em Petrolina, em 23/01/17).

Baseado em narrativa de Terezinha Cruz, referida a Petrolina, compreendo o contexto de criação do Conselho das Quebradeiras de Coco, enquanto baseado em relações estabelecidas com representantes da empresa Suzano Papel e Celulose, que buscaram, conforme se expressa a agente social: *querendo ser vizinhos*, estabelecer relações de confiança com aquelas *quebradeiras de coco babaçu* que mantinham acesso a suas áreas, seja para a coleta ou mesmo para realizarem atividades relativas ao beneficiamento do coco babaçu, a exemplo da técnica que envolve a implantação das denominadas *caeiras*, utilizadas

para a feitura do carvão a partir da casca do coco babaçu, uma prática comumente realizada em áreas distante das residências.

Ao descrever o estabelecimento de relações com representantes da empresa Suzano Papel e Celulose, Teresinha Cruz aponta uma estratégia utilizada pelas *quebradeiras de coco babaçu* de Petrolina, que mesmo tendo consciência dos efeitos que seriam causados pela implantação do empreendimento, decidiram firmar tal relação mediante o objetivo de receber os ditos projetos de compensação formulados pela empresa. Tal decisão, que aqui a compreendo enquanto uma estratégia, foi discutida mediante a carência de políticas públicas e condições que dificultavam a continuidade daquela prática tradicionalmente realizada. Nesse sentido, a relação com a empresa sob a proposta de viabilização dos ditos projetos compensatórios, consistiu em uma expectativa nutrida por aquelas mulheres que estiveram empenhadas, estrategicamente, em participar de ações e reuniões realizadas pela empresa.

Baseado no ponto de vista de Terezinha Cruz, passo a reunir elementos interpretativos que se articulam ao exercício de compreensão das situações de conflito enfrentadas pelas *quebradeiras de coco babaçu* referidas à *Estrada do Arroz*. Sua posição social, traduz experiências em lutas que reivindicavam a garantia de condições para o prosseguimento da prática extrativa, as quais eram estabelecidas por via de “formas associativas” e organizativas⁶⁸ mediante a ação de empreendimentos de monocultura de eucalipto implantados em Imperatriz, o que sinaliza a necessidade de relacionar tais processos, à presente discussão a fim de compreender a criação do denominado Conselho das Quebradeiras de Coco pela Suzano Papel e Celulose. Além do mais, a sua posição social reflete um posicionamento político que parte da atuação como presidente da Associação das Quebradeiras de Coco do Povoado Petrolina, registrada no ano de 1998, sob mobilização das próprias *quebradeiras de coco babaçu* de Petrolina, que passaram a construir formas de enfrentamento às ameaças sofridas pela ação de empreendimentos implantados antes de 2013, ano que marca a implantação da Suzano Papel e Celulose:

Em 98 foi criada a associação devido a gente ficar preocupada de não ter aonde pegar o coco. Em 98 a gente quebrava coco em qualquer lugar que você quisesse, alguns fazendeiros não deixava quebrar dentro por causa da casca no pé do gado, mas aí nós dava um jeito de tirar, outros não se importava se a gente tirava. Na verdade, eu já digo, 90 por cento das famílias daqui, porque as que não quebra, compram na mão de quem quebra, compra amêndoa, compra o azeite, compra o carvão, outros tiram a palha pra cobrir a casa, outros tiram o talo pra poder tampar de barro né, tudo da palmeira. Então a criação da associação foi por causa da

⁶⁸ Terezinha Cruz, esteve entre 2001 a 2005 ocupando o cargo de coordenadora regional do MIQCB, tendo como atribuição o acompanhamento de atividades relativas ao movimento na região de Imperatriz. A aproximação com os setores empresariais, a fez se distanciar do referido movimento, o qual não mantém e não concorda com o estabelecimento de vínculos com a empresa Suzano Papel e Celulose.

preocupação de ficar sem ter essa matéria prima, de onde a gente tira o sustento. Então nós se preocupamos em da CELMAR arrendar o babaçu das áreas deles pras carvoeiras, só que eles nem sabiam disso, nós ouvimos falar mas a empresa nem sabia disso, que alguém ia arrendar, foi uma conversa que surgiu e nós chegamos até o representante da empresa e falamos pra ele que nós estava muito preocupadas porque nós estava tirando o sustento daquela área que nós nem sabia que eles sabiam que nós quebrava coco lá dentro, aí nós chegamos pra eles e dissemos que nós estamos sendo prejudicadas, nós estamos numa atividade que sempre trabalhamos quebrando coco nas terras de vocês, então, não sei se vocês sabem, mas se não sabem, vão ficar sabendo agora que nós quebra esse coco nas terras de vocês, nós ouvimos falar que vocês vão arrendar pras carvoeiras, então, nós estamos aqui pedindo pra vocês não deixar que a gente fique sem esse coco porque esse coco é nossa renda, a maioria das famílias aqui da Petrolina vive da renda desse coco, então nós estamos preocupada com isso. (Terezinha de Sousa Cruz, entrevista realizada em sua residência, em Petrolina, em 23/01/17)

Analiso o contexto a partir do qual a agente social representa as situações vivenciadas, a partir de uma percepção analítica que as considere, como não somente vivenciadas pelas *quebradeiras de coco* de Petrolina, mas sim a partir de uma perspectiva relacional que possibilite analisar tais situações, como comuns às lutas enfrentadas pelas *quebradeiras de coco babaçu* referidas às unidades sociais localizadas ao longo da *Estrada do Arroz*, rodovia sobre a qual é possível identificar a transformação da paisagem natural mediante a devastação da mata nativa para fins de expansão do monocultivo de eucalipto, o que vem sinalizando uma considerável desaceleração na atividade de pecuária em face a estratégias empresariais que buscam estabelecer negociações de compra, aluguéis ou mesmo contratos de arrendamento, com os denominados *fazendeiros*, que passam a ter o agronegócio como investimento.

Considerando a discussão sobre a maneira de perceber as situações enfrentadas pelas *quebradeiras de coco* a partir de um ponto de vista relacional, procuro refletir o depoimento de Terezinha Cruz, como ponto a partir do qual recupera a relação com o coco babaçu mantida não só pelas auto designadas *quebradeiras de coco*, mas, também, por famílias que possuem práticas cotidianas que são baseadas na utilização dos derivados da palmeira do coco babaçu. Podemos compreender, nesse sentido, que a relação estabelecida com o coco babaçu entremeia-se às próprias maneiras de fazer e viver daquelas famílias, que diante das intervenções impostas por empreendimentos de pecuária, de carvão vegetal e de monocultura de eucalipto, desencadeiam processos de mobilização que se posicionam em combate às ameaças de devastação da referida matéria prima.

Sob essa perspectiva, reflito que a narrativa de Terezinha Cruz instiga a reflexão de que a compreensão das situações de conflito vivenciadas pelas *quebradeiras de coco babaçu* referidas às “Comunidades” da *Estrada do Arroz*, não pode perder de vista as transformações ocasionadas por empreendimentos de pecuária, os quais são representados a

partir da atuação dos chamados *fazendeiros*. E, por empreendimentos de monocultura de eucalipto implantados em termos de construção de uma extensa base florestal (CARNEIRO, 2013), representado a partir dos efeitos de implantação do projeto Celmar, em 1992, e que após encerrado suas atividades, se implanta por investimento da empresa Vale, o empreendimento Ferro Gusa Carajás (2003). Tais empreendimentos impuseram transformações que ameaçaram as formas de uso e apropriação dos recursos naturais mantidas por aquelas famílias referidas aos territórios, cujas territorialidades específicas, passaram a sofrer intervenções ocasionadas por um acentuado processo de concentração de terras.

Os efeitos ocasionados por aqueles empreendimentos implantados antes da fábrica de papel e celulose, não são representados a partir de um ponto de vista que sinalize uma imobilização política diante das situações vivenciadas. A narrativa de Terezinha Cruz, nesse sentido, aciona o contexto de lutas travadas mediante os efeitos decorrentes da ação dos mencionados empreendimentos, sobretudo no que diz respeito à prática de queima do coco inteiro por via das carvoarias, que foram incentivadas e patrocinadas por empreendimentos minero-siderúrgicos, a exemplo da empresa Ferro Gusa Carajás, a qual esteve empenhada em produzir carvão a partir do eucalipto plantado pela, então, extinta Celmar, para as siderúrgicas de beneficiamento de minério, o que segundo Carneiro (2008), consistiu em uma estratégia utilizada pela empresa Vale em uma tentativa de dissociar a imagem do polo siderúrgico, das fortes críticas que denunciavam a destruição da mata nativa e casos de trabalho escravos denunciados sob a atividade das carvoarias.

A percepção de Terezinha Cruz centra nas intervenções geradas pelos empreendimentos de monocultura de eucalipto (Celmar) e de produção de carvão vegetal (Ferro Gusa Carajás), o que passou a ocasionar situações de ameaça à continuidade da prática extrativa do coco babaçu e, ao mesmo tempo, estratégias de mobilização realizadas pelas próprias *quebradeiras de coco babaçu* mediante ameaça de impedimento da coleta da matéria prima. O que, por sua vez, refletiu na combinação de acordos entre *fazendeiros* e *quebradeiras de coco* mesmo com as empresas, visando, nesse sentido, a garantia de acesso nas áreas em que costumavam coletar o coco, a exemplo do firmamento de um contrato⁶⁹ entre a empresa Celmar e a Associação das Quebradeiras de Coco do Povoado Petrolina:

⁶⁹ As narrativas que retratam o contexto de conflito com os chamados *fazendeiros* e os empreendimentos de monocultura de eucalipto, Celmar (1992) e Ferro Gusa Carajás (2003), enunciam estratégias formuladas por *quebradeiras de coco babaçu* a partir da combinação de acordos discutidos com os próprios *fazendeiros* ou mesmo com setores dos mencionados empreendimentos, que a partir da forma associativa criada por motivo da situação de compra e arrendamento de *fazendas* para o plantio de eucalipto, conseguiram o “livre” acesso na *fazenda Eldorado*, área comprada pela empresa CELMAR S.A, a partir de um contrato registrado em 26/02/1999

A gente quebrava na área deles da CELMAR, tinha o contrato dizendo o que nós poderia fazer dentro da área e o que não podia, o medo que nós tinha de fazer qualquer coisa errada, assim, não era nós, era outra pessoa entrar e fazer, porque nós na verdade só quer proteger, porque como é que você não vai proteger uma coisa que você depende daquilo ali né. (Terezinha de Sousa Cruz, entrevista realizada em sua residência, em Petrolina, em 23/01/17)

O depoimento de Terezinha Cruz, permite compreender as implicações ocasionadas pelo firmamento de um contrato com a empresa Celmar, que formalizou critérios e condições, por via de “relações associativas”, para o acesso a uma *fazenda* para fins de extração do coco babaçu. A criação de uma Associação mediante o processo de concentração de terras e, ainda, a incidência de carvoarias⁷⁰ que ameaçaram a lógica de beneficiamento integral do coco babaçu, praticada pelas *quebradeiras de coco*, reflete elementos que possibilitam compreender tal situação enquanto marcada por estratégias empresariais que assumiam a pretensão de exercer o controle do território afim de prosseguir suas atividades.

Ao estudar “As diferentes estratégias de organização para a produção assumida por mulheres, quebradeiras de coco, na denominada microrregião de Imperatriz”, Araújo (2000) oferece elementos analíticos para se pensar o processo por meio do qual foi estabelecido um contrato entre a Celmar e a Associação das Quebradeiras de Coco do Povoado Petrolina. A autora, por meio de citação destacada a seguir, recupera os efeitos ocasionados pelo monocultivo do eucalipto e pela ação das carvoarias, relacionando ainda, as implicações decorrentes do contrato realizado pela empresa Celmar:

Em Petrolina, a paisagem natural, outrora composta de babaçuais, está praticamente substituída pelo eucalipto, já à beira da estrada, fazendo fronteira com o povoado.

pela empresa, que regulamentou em suas cláusulas, as formas de uso da terra que deveriam ser seguidas, bem como o prazo de vigência do contrato que habilitava as *quebradeiras de coco* adentrarem em suas terras.

⁷⁰ O incentivo à prática de carvoejamento foi propagandeado pelas siderúrgicas de ferro gusa, como um negócio rentável e acessível àqueles agentes sociais que adotavam tal prática como uma atividade principal ou complementar. Tais agentes sociais, classificados de *catadores* no processo de produção do carvão, estão inseridos em um processo onde práticas tradicionais estão em lutas com o dito “moderno” que se reveste em relações de assalariamento, relações de pagamentos relativos ao dia trabalhado ou mesmo por meio relações de pagamento correspondentes às sacas de carvão produzidas. Segundo Almeida (2005, p.44) os *catadores* “com um saco ou um “jacá” – cesto que comporta três quilos – às costas, este trabalhador vai simplesmente apanhando os cocos quaisquer que sejam: verdes ou maduros, nas palmeiras ou pelo chão (...) a seguir amontoando-os para serem recolhidos nos denominados “gaiolões” ou “caçambas” pelos veículos transportadores, cujos donos intermediam a venda ou prestam serviços às industriais de óleos vegetais ou às industriais de ferro-gusa”. A prática de queima do coco babaçu para fins de produção de carvão vegetal, remete a um contexto de conflito interno entre aqueles agentes que praticavam tal ação e *quebradeiras de coco babaçu*, as quais confrontavam tal prática mediante as possibilidades de aproveitamento do coco babaçu e seus subprodutos (mesocarpo, azeite, amêndoa e sua casca), além disso, a prática de produção de carvão vegetal, conforme aponta Carneiro (2013), evidencia relações de trabalho inapropriadas, onde os agentes envolvidos em tal produção, são recorrentemente submetidos a condições de trabalho insalubres.

Ali, um novo agente, a CELMAR, instalou-se e está presente em todos os planos de organização social da comunidade, estabelecendo, por via do instrumento de contratos firmados com associações criadas para tal fim, novas relações de trabalho. O resultado é o seguinte: conflito dentro do grupo de quebradeiras de coco entre os trabalhadores rurais e suas entidades de representação política (...) outro agente presente nessas localidades está representado pelas carvoarias, interessadas em obter o coco babaçu como matéria-prima para a produção de carvão vegetal. Em Petrolina, esse tipo de investimento não contou com o apoio das quebradeiras de coco e estimulou a criação da Associação das Quebradeiras de Coco de Petrolina, que hoje mantém um contrato com a CELMAR. (ARAÚJO, 2000, p. 187)

O estudo realizado por Araújo (2000) possibilita ter uma perspectiva do processo que vem se delineando na região de Imperatriz, a qual vem sendo palco de intervenções geradas por empreendimentos que se relacionam com a lógica do Programa Grande Carajás (PGC) e que vem refletindo transformações ao plano político organizativo referido à agentes sociais que se identificam a partir de identidades coletivas e que mantem relações com os territórios compreendidos como integrantes das áreas de intervenção desses empreendimentos, especificamente aqueles que impuseram a dinâmica de monocultivo de eucalipto a Imperatriz, ora compreendidos como implantados na denominada área de influência da Estrada de Ferro Carajás (EFC).

Estudos como o de Araújo (2000), possibilita estabelecer uma relação entre os processos decorrentes em face a implantação da fábrica de papel e celulose, a qual pertencente a empresa Suzano Papel e Celulose e aqueles processos delineados por empreendimentos anteriores, os quais, conforme excerto destacado anteriormente, provocaram o tensionamento de relações sociais e, ainda, intervenções impostas ao plano organizativo que passou a sofrer controle por via de “relações associativas” estabelecidas por contratos, como assim compreendo a relação estabelecida entre o projeto Celmar e a associação referida às *quebradeiras de coco babaçu* de Petrolina, as quais buscavam a garantia de acesso aos babaçuais para a manutenção de suas práticas.

As reflexões que se articularam aos elementos referidos à posição social de Terezinha Cruz, permitiu analisar que a formulação de estratégias por parte dos empreendedores, consiste em uma prática já realizada naquela região, e que, com a implantação da empresa Suzano Papel e Celulose, tais estratégias passam a ser aprimoradas por via do “posicionamento socioambiental” assumido por seus setores. Em certa medida, o que se percebe diante da atuação da Suzano Papel e Celulose, é uma modernização de tais estratégias, o que nesse sentido, revela o aproveitamento de relações estabelecidas por técnicos e representantes da empresa, alguns dos quais trazidos de instituições governamentais que já possuíam relação nas unidades sociais de atuação da empresa, e que

assumem a tarefa de reforçar o discurso de construção de parcerias, a imposição de criação de “formas associativas”, a exemplo da situação de criação das Associações Locais e, a própria criação de “formas associativas” pela empresa, como é o caso do Conselho de Desenvolvimento Comunitário das Quebradeiras de Coco Babaçu.

A estratégia utilizada pela empresa ao criar uma forma associativa sob a pretensão de atender *quebradeiras de coco babaçu*, nesse sentido, foi elaborada a partir de o aproveitamento das relações que foram estabelecidas por seus representantes antes mesmo de ser iniciado o processo de construção da fábrica de papel e celulose, em 2011. Tal reflexão, articula-se ao depoimento da *quebradeira de coco* Zuleide Sousa, agente social referida a Coquelândia e que consiste em uma das trabalhadoras extrativistas que aceitaram a relação com a empresa Suzano Papel e Celulose, o que a influenciou a participar das reuniões a partir das quais foi criado o Conselho das Quebradeiras de Coco:

Eu conheci o pessoal da Suzano através de um homem chamado Evaldo, aí o primeiro contato que tive com ele foi numa reunião, ele perguntou se eu queria ir lá no Olho d'água, aí eu fui, ela não tinha nem se instalado na verdade, eles fizeram uma reunião lá e eu fui nesse dia. Eles falaram sobre o babaçu, falaram o que ia acontecer, que eles tavam comprando as áreas que tinha perto. Aí eu comecei a participar das reunião, com o pessoal da Suzano, foi indo, até que aí desenvolveu um Conselho, eu faço parte de um Conselho de quebradeiras de coco que envolve conversa com o pessoal da Suzano, aí a gente criou esse Conselho, onde tem desde a Matança, lá onde o Daniel fica, até o Ciriaco tem membro do Conselho. (Zuleide Sousa, entrevista realizada em sua residência, em Coquelândia, em 21/01/17)

O depoimento da *quebradeira de coco babaçu* Zuleide Sousa, nos oferece elementos para compreender que o processo de criação da referida “forma associativa”, havia sido conduzido a partir do ponto de vista empresarial, o qual esteve empenhado na realização de reuniões e ações, que antecederam a data de registro do dito Conselho das Quebradeiras de Coco, o qual, conforme aponta sua narrativa, formalizou o diálogo entre a empresa e aquelas mulheres referidas à prática extrativa do coco babaçu. É importante salientar que as diretrizes que regem tal diálogo, estão estruturadas a partir do que o ponto de vista empresarial entende, conforme matéria publicada em blog mantido pela empresa Suzano Papel e Celulose, enquanto baseado em maneiras de aperfeiçoamento das relações entre as unidades sociais nas quais a empresa possui atuação:

Na última sexta-feira (06/02), as quebradeiras de coco babaçu das comunidades localizadas na região da *Estrada do Arroz*, Reservas Extrativistas Ciriaco e Mata Grande apresentaram a instituições e associações locais o Conselho de Desenvolvimento Comunitário, uma iniciativa da Suzano Papel e Celulose baseada em um modelo participativo de relacionamento entre as comunidades onde a empresa atua, com o principal objetivo de transformar a realidade socioeconômica dessas comunidades, criando uma cultura empreendedora (...) De acordo com Alexandre Di Ciero, Gerente Executivo de Sustentabilidade de Suzano Papel e

Celulose, o modelo adotado reúne todos os elementos para o sucesso. “O Conselho é fruto do aprendizado da empresa ao longo dos anos, um modelo novo e promissor que, de forma participativa entre empresa, comunidade e governo, contribui para o sucesso e progresso no desenvolvimento de ações sociais sustentáveis.” (SUZANOBLOG, 2015)

A análise da citação destacada anteriormente, possibilita refletir que a criação do conhecido Conselho das Quebradeiras de Coco, correspondeu a uma estratégia empresarial baseada em pretensões relacionadas ao estreitamento de relações com trabalhadoras extrativistas que, de alguma forma, mantinham relações com os territórios vislumbrados pela empresa para fins de plantação de eucalipto e formação das denominadas *reservas*. É possível perceber ainda, a unilateralidade das forças com base nas quais, a mencionada forma associativa foi formulada, uma vez que tal processo de criação foi baseado na confluência de concepções de mercado pensadas unicamente pelos empreendedores que, conforme consta na citação, visavam a criação de uma “cultura empreendedora” diante do objetivo de “transformar” uma prática extrativa tradicionalmente realizada e que se relaciona a um processo produtivo autônomo.

A percepção de que o denominado Conselho de Desenvolvimento Comunitário das Quebradeiras de Coco consiste em uma forma associativa, marcadamente pensada pela racionalidade construída pela empresa Suzano Papel e Celulose, reúne elementos para o analisar enquanto erguido por concepções mercadológicas que reduzem as lutas, os saberes práticos e próprio processo de construção da identidade coletiva *quebradeiras de coco babaçu*, à mera concepção “empreendedora”. Ao propor essa “conversão” das dinâmicas prevaletentes nas “Comunidades” da *Estrada do Arroz*, a empresa Suzano Papel e Celulose demonstra uma maneira etnocêntrica de perceber aquelas formas específicas de relação com o território, ao tecer considerações que tratam de transformá-las a partir do que consideram enquanto “cultura empreendedora”.

Além de demonstrar o empenho em impor um novo conhecimento ao processo produtivo guiado pelo extrativismo do coco babaçu, que se articula, conforme aponta Almeida (2005, p. 44) ao estudar os “processos de devastação” na Amazônia, a “saberes práticos sobre o meio físico e sobre os procedimentos de coleta e quebra do coco”, a empresa Suzano Papel e Celulose, por via da criação do Conselho das Quebradeiras de Coco, provoca a construção de uma relativa imobilização política mediante a construção de uma forma associativa que tem no cerne de sua criação, a concepção de “modelo participativo”, o que não ocorre segundo depoimento de Daniel Nascimento:

O que ocorreu na criação desse Conselho foi que eles fizeram o convite pras quebradeiras de coco e eu aqui na Matança representei as quebradeiras nessas reuniões, eu sempre representei elas, participei até um mês na jornada, e antes de sair as casas de São Félix e Coquelândia eu pedi pra sair do Conselho porque eu percebi um grupo muito pequeno que eu tava representando aqui na Matança, então geralmente nas reuniões, eles diziam que iam atender o grupo tal que tinha mais pessoas, então eu senti que o atendimento é por demanda de pessoas, então aqui não ia ser atendido nunca, porque é só um pouquinho aqui na comunidade. Então eu decidi me afastar e se esse grupo aumentar a gente retorna, mas aí foi feito várias conversas, quem organizou foi a Suzano, todo o pensamento, toda a estratégia, toda a logística, foi a Suzano, sempre os técnicos da Suzano, vieram e teve aquele processo de escolha dos membros, dos conselheiros e tudo, mas sempre a Suzano conduzindo todo o processo e sempre dizendo que o Conselho tinha autonomia, mas eles que resolvem tudo até agora, todas as decisões partem deles, se vai ser aplicado algum recurso eles fazem uma análise, se é viável eles mesmos aplicam, o Conselho não tem autonomia de nada ainda, tem o Conselho, ele existe, pra ser aplicado o recurso, mas o Conselho não tem autonomia ainda pra tomar as decisões, a Suzano que está respondendo ainda. (Daniel Nascimento, entrevista realizada na residência de seus pais, na comunidade São José da Matança, em 21/01/17).

Além de criticar a maneira como as demandas apresentadas por aquelas *quebradeiras de coco babaçu*, referidas ao Conselho das Quebradeiras de coco, são atendidas, Daniel Nascimento, representa o processo de criação da mencionada forma associativa, a partir de um descontentamento em relação ao controle exercido pela empresa Suzano Papel e Celulose no processo de tomada de decisões por via da forma associativa, o que vem revelando a estratégia empresarial de destinar os ditos projetos de compensação, somente àquelas unidades sociais em que o contingente de trabalhadoras extrativistas correspondem aos critérios por ela estabelecidos. Condição que desmotivou o agente social, a quem foi delegado o poder de representar as *quebradeiras de coco* de São José da Matança, a continuar frequentando as atividades desenvolvidas pelo Conselho das Quebradeiras de Coco.

As representações relativas ao modo de como atua o Conselho das Quebradeiras de Coco em face a sua proposta de criação, recuperam a expectativa nutrida pelas trabalhadoras extrativistas em contexto de estabelecimento de relações com representantes da empresa, que foi a de articulação dos ditos projetos de compensação que seriam destinados às unidades sociais nas quais a empresa atuava. A análise dos projetos e da maneira como foram viabilizados, encontra base no estudo das representações tecidas por agentes sociais, a exemplo da *quebradeira de coco* Zuleide Sousa, referida a Coquelândia e que aponta elementos relacionados a implantação dos projetos de construção das denominadas Unidades de Beneficiamento do Coco Babaçu:

A casa que nós ganhamos já foi um projeto deles, nós ganhamos a casa, tem a forrageira, tem a balança, aí o projeto já foi com eles, pro povo do Conselho, aí a gente conseguiu essa aqui, no São Félix, aí eles reformaram a casa da Petrolina e lá no Ciriaco foi a máquina de extrair Óleo, que ela tava com problema, a forrageira,

então teve que comprar, se eu não me engano ela foi dezesseis ou dezoito mil reais. A gente junta as mulheres e bota aí, cada uma quebra o seu, só que na hora de vender, o pessoal chega aí, se disserem que quer cinquenta litros pra entregar num final de semana, a gente junta as outras companheiras tudim, a gente quebra e tira o azeite de todo mundo. Sempre a gente faz o grupo, faz e vende. (Zuleide Sousa, entrevista realizada em sua residência, em Coquelândia, em 21/01/17)

A narrativa de Zuleide Sousa, dispõe de elementos analíticos com base nos quais representa a implementação do projeto de construção das denominadas Unidades de Beneficiamento do Coco Babaçu, ou, *casa das quebradeiras*, como comumente se referem os agentes sociais. Tal projeto, executado por via das “relações associativas” dispostas no denominado Conselho das Quebradeiras de Coco, assistiu, conforme consta em depoimento da agente social, as trabalhadoras extrativistas de Coquelândia, São Félix, Petrolina e da Reserva Extrativista do Ciriaco, nas quais houve o financiamento de maquinários e a construção das *casas das quebradeiras*, que são locais designados à realização das atividades relativas ao beneficiamento do coco babaçu.

A maneira como o processo produtivo é conduzido nas *casas das quebradeiras*, é definida a partir de acordos firmados entre os grupos locais. O depoimento de Zuleide Sousa, que parte de sua posição social enquanto vinculada ao grupo local de *quebradeiras de coco* de Coquelândia, denominado *barroquinas*⁷¹, representa a quebra do coco enquanto uma atividade realizada individualmente, mas que tal regularidade pode ser alterada mediante demandas que necessitem do trabalho coletivo.

A implantação do projeto de construção das *casas das quebradeiras* pela empresa Suzano Papel e Celulose, implicou em um posicionamento empresarial que passou a impor regras para a realização da prática extrativa. Tais regras, podem ser entendidas como uma estratégia de disciplinarização das práticas exercidas pelas autodesignadas *quebradeiras de coco babaçu*, que diante da relação com a empresa, passaram a vivenciar a imposição de condições para o uso das terras dentro das quais coletam o coco babaçu, o que resultou também, em regras que impedem a continuidade de uma prática tradicionalmente realizada, que se trata da implantação das denominadas *caieiras*. Tal imposição, conforme aponta Zuleide Sousa, foi discutida em contexto de discussões nas quais tratavam dos acordos para o acesso às áreas da empresa, onde, inclusive, receberam a ameaça de derrubada das palmeiras do coco babaçu:

⁷¹ Em Coquelândia, o grupo *Barroquinas*, foi organizado a partir de um grupo de *quebradeiras* do qual Zuleide faz parte. Tal grupo, reúne todas aquelas *quebradeiras* que participam das atividades realizadas dentro da sede de beneficiamento do coco, a qual conta com uma balança e uma forrageira, que se constitui um maquinário utilizado para a extração da amêndoa.

Na época eu fiquei com medo, eu perguntei se onde eles comprasse que tivesse babaçu eles iam derrubar tudo, eles disseram que sim, aí eu fiquei com medo, depois de outras reuniões que eles disseram que não podiam. Na área deles onde tem coco, nos povoados onde tem quebradeira, nunca importaram não, tem livre acesso pra pegar e quebrar, eles não gostam muito é de fogo dentro, pra fazer a caeira, na verdade não é nem só eles, tem os fazendeiros também, a gente ainda queima de teimosa mesmo. Na época de verão, de seca, eles não gostam, ali é muito perigoso mesmo, é mais fácil do fogo se espalhar. (Zuleide Sousa, entrevista realizada em sua residência, em Coquelândia, em 21/01/17)

A narrativa de Zuleide Sousa, compreende as implicações geradas em face às “relações associativas” estabelecidas com a empresa Suzano Papel e Celulose. Tais implicações, referem-se às interferências impostas à prática extrativa mantida por aquelas trabalhadoras que passaram a se submeter às condições estabelecidas pela empresa. Entretanto, conforme aponta seu depoimento, tais regras, a exemplo de não produzir carvão por via da implantação das *caeiras* dentro das áreas de posse da empresa, não são obedecidas tal como impõe o ponto de vista empresarial, que destinou latões de ferro nos quintais das Unidades de Beneficiamento do Coco Babaçu para realizarem a produção do carvão. A subversão às regras impostas pela empresa e pelos *fazendeiros*, torna-se um elemento constante nas práticas das *quebradeiras de cocovinculadas às casas das quebradeiras*, o que revela uma estratégia que parte das próprias trabalhadoras extrativas afim de manter a continuidade de práticas que se articulam aos seus saberes que refletem formas de manejo específicas.

Além do mais, percebo que a positivação da implantação da fábrica de papel e celulose, passou a se fazer presente nos discursos daquelas *quebradeiras de coco* vinculadas às “relações associativas” por ela construídas. Entretanto, procuro analisar tais relações, considerando o ponto de vista analítico que as perceba como não restritas a uma total imobilização política ou a consensos em relação a positivação do empreendimento, o que poderia me impedir de perceber a construção de críticas e formas de combate às imposições formuladas pela empresa Suzano Papel e Celulose no interior das “relações associativas” por ela instituídas.

As interferências impostas pela empresa à formas de manejo que guiam a prática extrativa do coco babaçu, não se encerram na situação de impedimento de implantação das *caeiras* nas áreas de coleta. Tal percepção, articula-se à narrativa de Terezinha Cruz, ao descrever a situação em que a empresa Suzano Papel e Celulose, no contexto inicial de seu funcionamento, ameaçou a continuidade das atividades em *fazendas* adquiridas nas proximidades de Petrolina e que comumente realizam nas quais, as atividades de coleta e quebra do coco:

Depois que passou pra Suzano, eles nunca doaram nenhuma área pra nós plantar, ela libera pra entrar e sair, mas no início eles não queria deixar a gente entrar pra quebrar lá dentro. Quem tem barraco lá dentro, junta o coco a gente vai quebrar lá, a gente faz o barraco que é pra proteger do sol e da chuva, e eles já chegaram a dizer pra nós que nós não vamos poder ficar fazendo barraco lá dentro, que nós pode tirar o coco, trazer pra casa, quebrar mas não vai poder ficar lá dentro, isso é uma briga que ainda estamos brigando com eles, com a Suzano, porque eles disseram que no futuro a gente não vai poder, eu disse que pois então vocês vão procurar uma alternativa pra nós porque vocês chegaram aqui e acharam nós já fazendo essa atividade, eles tão se baseando também na lei do babaçu livre, eu acho que alguns fazendeiros nem conhecem ou não querem obedecer, por que tem fazendeiro que não quer deixar a gente entrar. (Terezinha de Sousa Cruz, entrevista realizada em sua residência, em Petrolina, em 23/01/17)

As implicações geradas mediante as “relações associativas” com a empresa, expandem-se a outras ameaças de impedimento de continuidade das práticas tradicionalmente realizadas por aquelas mulheres referidas ao extrativismo do coco babaçu. Conforme demonstra a agente social em seu depoimento, a empresa se dispôs a não autorizar a atividade de quebra do coco nas áreas em que a coleta do coco é realizada, o que se articula a ação dos *fazendeiros* que ainda se encontram naquela região. Tal proibição, partiu da situação de impedimento da permanência dos denominados *barracões*, que são estruturas físicas construídas pelas próprias *quebradeiras de coco* sob a proposta de as protegerem do sol ou mesmo de se abrigarem no período chuvoso, para, assim, realizarem a quebra do coco naquele local. É uma ameaça constantemente vivenciada pelas trabalhadoras extrativistas, o que torna a quebra do coco e a permanência dos *barracões* nas áreas de coleta, algo incerto.

Compreendo a situação de impedimento da quebra do coco nas áreas de coleta, enquanto elemento integrante da estratégia empresarial que visa exercer o domínio e o controle dos territórios, o que por sua vez, busca disciplinar e restringir a prática de quebra do coco babaçu aos espaços definidos pela própria empresa, o que evidencia sua indissociabilidade entre a maneira de compreender os territórios apresentadas pelas *quebradeiras de coco*. Essa reflexão se articula ao depoimento de Terezinha Cruz, que explica o processo de beneficiamento do coco babaçu e por conseguinte o território que a ele está referido, a partir das atividades que são realizadas nos denominados *barracões*, em suas residências e na *casa das quebradeiras* localizada em Petrolina:

Quando a gente vem do barracão, já trazemos o coco quebrado. O mesocarpo às vezes a gente tira em casa, que é um produto que a gente não pode fazer em qualquer lugar, aí como também só pode fazer do coco verde, tem dia que a gente sai pra catar só coco verde que presta pra mesocarpo, nem todo coco presta, aí a gente trás pra fazer em casa, hoje a gente ainda está fazendo em casa, porque nosso objetivo era fazer a casa do mesocarpo, mas nós começamos a fazer e nunca terminamos, que é pra gente tirar a matéria prima o brói, agora pra terminar o produto final é lá. O brói é uma feculazinha, uma massa, que a gente tira da

entrecasca do coco, nós descasca o coco, aí tira aquela massinha leva ora lá, tritura naquela máquina, penera, aí vai pra seladora, que é aonde faz os pacotinhos. (Terezinha de Sousa Cruz, entrevista realizada em sua residência, em Petrolina, em 23/01/17)

O embate travado entre as trabalhadoras extrativistas e a empresa Suzano Papel e Celulose, traduz uma luta que se estabelece mediante a imposição de um saber técnico e racionalizado pela lógica de mercado neoliberal de privatização dos espaços, o que coage a realização das práticas e saberes tradicionais nutridos pelas autodesignadas *quebradeiras de coco babaçu*. Compreendo tal coação a partir de condições e critérios pensados em balcões empresariais, os quais se revestem por uma concepção de modernização e progresso para justificar suas práticas e, por consequência, inferiorizar um saber geracionalmente repassado. Procuro analisar tal situação, a partir do que sinaliza Loureiro (2009) em “A Amazônia no século XXI: Novas formas de desenvolvimento”, a qual analisa a imposição desse conhecimento racionalizado pelo mercado neoliberal, sob a perspectiva de reatualização das antigas relações de dominação preexistentes no período colonial e que eram apoiadas em critérios raciais e políticos, para, então, relações de dominação/subordinação sustentadas pelo poder econômico, que nesta situação, está representado pela ação da empresa Suzano Papel e Celulose.

As estratégias empresariais desencadeadas pela empresa Suzano Papel e Celulose por via de imposições estabelecidas nas “relações associativas”, são compreendidas por aquelas *quebradeiras de coco* vinculadas ao Conselho das Quebradeiras de Coco, especialmente por aquelas que tem a sua posição social marcada por contextos de lutas mediante a relação com os empreendimentos anteriores, como é o caso da senhora Terezinha Cruz, a partir de um posicionamento empenhado em garantir a autonomia geracionalmente vivenciada no processo produtivo do extrativismo do coco babaçu:

Só que é assim, mesmo eles ajudando a gente, se um dia, como já aconteceu, deles chegarem e querer fazer uma coisa que não é do nosso agrado, nós não vamos dizer ta bom, já chegamos a dizer pra eles que não é pra fazer do jeito deles. Quando eles disseram que nós não ia poder ficar com aqueles barracos lá dentro, já foi gente lá dentro ver esses barracos, tirar foto, vê como a gente trabalha lá, eles já vieram várias vezes lá, então é assim, enquanto eles não mostrarem uma outra alternativa de trabalho pra nós, quando eles querem que a gente venha trazer o coco ali pra sede, nós não vamos aceitar fazer juntaria de coco aqui, já até falaram de fazer um barracão aqui pra botar, mas nós vamos queimar essa casca aonde?, porque se você fazer uma caeira bem aqui num quintal desse, polui toda essa comunidade. A gente ainda continua fazendo as caeiras lá dentro, mesmo sem eles querer. Querem mudar uma prática que a gente vem trazendo de muito longe, dos nossos pais, nossos avós, uma cultura que por exemplo, se fizer de outra maneira, a gente não sabe nem se vai acostumar, quando eles falaram isso, ficamos todas amendrontadas, como é que vai ser, aí nós procuramos ajuda na igreja, os irmão ainda deram alguma orientação pra

nós, como é que a gente devia ir, nós falamos umas coisas pra eles, mas como eles acharam que iam gastar muito aquietaram. (Terezinha de Sousa Cruz, entrevista realizada em sua residência, em Petrolina, em 23/01/17)

As “relações associativas” prevalentes no Conselho, como visto, confrontam-se com as imposições oriundas da empresa Suzano Papel e Celulose, o que torna o “diálogo” estabelecido por via de tais relações, marcado por embates que se colocam a partir do posicionamento exercido pela empresa ao querer disciplinar práticas tradicionalmente realizadas. Tal situação, além de causar discordâncias no interior das próprias “relações associativas” mantidas pela empresa, vem acentuando a incidência de conflitos internos entre os grupos locais de *quebradeiras de coco babaçu*. Estes conflitos são realçados no plano organizativo a partir da posição que assumem em relação às ditas relações de “parcerias” com a empresa, uma vez que existem grupos que discordam da relação que se estabelece com os setores empresariais e os que se negam a integrar tais relações, como é o caso daquelas *quebradeiras de coco babaçu* que estão vinculadas a “formas organizativas” mantidas por uma mobilização autônoma ao ponto de vista empresarial e que compreendem as relações estabelecidas com a empresa a partir da noção de *cooptação*.

5. A NOÇÃO DE *COOPTAÇÃO* ACIONADA POR AGENTES SOCIAIS VINCULADOS A “FORMAS ORGANIZATIVAS” QUE SE POSICIONAM AUTONOMAMENTE À LÓGICA EMPRESARIAL

As reflexões tecidas nos tópicos anteriores, estiveram relacionadas a análise da maneira como se posicionam aqueles agentes sociais vinculados a “formas associativas” que

são engendradas a partir de “relações associativas” (WEBER, 1994). No interior de tais relações, percebe-se o estabelecimento das ditas “parcerias” com setores da empresa Suzano Papel e Celulose a partir dos setores classificados de “social” e “ambiental”. Essa situação referencia-se às associações locais, ao dito Fórum da *Estrada do Arroz*, e àquela forma associativa criada pela própria empresa, como é o caso do conhecido Conselho das Quebradeiras de Coco. Consistem em “relações associativas” posicionadas em “diálogo” e com aproximação aos setores empresariais. Essa aproximação gera o acirramento de conflitos internos mediante a relacional prevalência, no mesmo plano organizativo, de “formas organizativas” no interior das quais, há a defesa de um posicionamento autônomo e que não se relaciona com ações executadas pela empresa.

A construção do presente tópico, nesse sentido, se articula às representações de agentes sociais vinculados ao Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Associação Viva Deus e, ainda, à percepção de agentes sociais que estiveram inseridos aguerridamente em movimentos sociais e sindicais a partir dos quais posicionavam-se em enfrentamento a conflitos vivenciados anteriormente ao contexto de implantação da Suzano Papel e Celulose. Consistem em saberes e meios de representação que buscarei pensá-los a partir da noção de “formas organizativas” refletida por Almeida (2002) e que busco compreendê-las enquanto formadas por “relações associativas” e comunitárias (WEBER, 1994).

A noção de forma organizativa (ALMEIDA, 2002) enquanto instrumento analítico, permite considerar os elementos que definem a maneira como buscam se distinguir daquelas “formas associativas” que estão posicionadas em relação com os setores empresariais. Entretanto, esta distinção não perde de vista as possibilidades definidas pelos próprios agentes sociais, de manutenção de um vínculo concomitantemente a alguma das “formas organizativas” e a alguma das “formas associativas” que de alguma maneira se relacionam com os setores empresariais, como anteriormente busquei explicar mediante a análise dos vínculos mantidos por *quebradeiras de coco babaçu* vinculadas ao MIQCB e que mantinham vínculo ao dito Fórum da *Estrada do Arroz*. São dinâmicas que ultrapassam os limites reflexivos expressos em pontos de vistas teóricos, demonstrando, nesse sentido, que as próprias situações sociais convidam a ampliação de uma capacidade analítica que compreenda os processos constantemente (re)definidos nas relações sociais.

Penso que a reflexão sobre a atuação das “formas organizativas” mediante a ação da empresa Suzano Papel e Celulose, deve estar atenta ao cuidado de não diluir as especificidades relativas aos “processos de territorialização” e de lutas a que estão referidos

os agentes sociais a elas vinculadas (*assentados, posseiros e acampados*) e, ainda, considerar os elementos referidos ao contexto de lutas travadas pelas autodesignadas *quebradeiras de coco babaçu*, as quais estão referidas a específicas situações de conflito ocasionados pela atuação de diferentes agentes. Tal compreensão possibilita recuperar dados analíticos que traduzem processos de mobilização e enfrentamento já posicionados antes mesmo da implantação da fábrica de papel e celulose iniciada em 2011.

As lutas empreendidas por estes agentes sociais que estão organizados em diferentes “formas organizativas”, refletem a busca pela autonomia em territórios nos quais relações sociais e de produção, são estabelecidas para além de fronteiras geográficas e que apontam para uma construção autônoma de debates acerca das situações vivenciadas e para uma concepção de território que se distingue daquela concebida pela racionalidade econômica neoliberal, fortemente representada pela maneira como a empresa Suzano Papel e Celulose posiciona-se ao estabelecer um forte processo de concentração de terras, o qual está articulado a práticas de exaustão dos recursos naturais e ao questionamento de saberes definidores de específicas formas de manejo, uso e apropriação dos recursos naturais relativos a trabalhadores extrativistas e pequenos agricultores que tradicionalmente se relacionam com os territórios.

A reflexão sobre os elementos referidos à maneira como se posicionam os agentes sociais vinculados ao MIQCB, Associação Viva Deus e agentes sociais referidos a lutas travadas em contextos anteriores, os quais elaboram representações sobre as situações contemporaneamente vivenciadas e que buscam se distinguir das “formas associativas” que se relacionam ou que são criadas pela empresa Suzano Papel e Celulose, está diretamente relacionada a uma rede de relações sociais estabelecida a partir da interação com agentes sociais detentores de saberes e que possuem trajetórias políticas referidas a lutas travadas mediante a ação de projetos desenvolvimentistas em Imperatriz. Ou seja, não possuem percepções restritas somente ao contexto de implantação da mencionada empresa, o que por sua vez sinaliza a necessidade de refletir os contextos anteriores a partir de uma perspectiva relacional às situações contemporaneamente identificadas por meio das pesquisas de campo.

Nesse sentido, exponho que a interação estabelecida com estes agentes sociais que buscam reafirmar suas posições enquanto autônoma aos interesses e ações empresariais, possibilitou identificar o constante acionamento da noção de *cooptação*. Esta noção recupera questões que merecem um aprofundamento reflexivo que se articule à percepção destes agentes sociais, os quais elaboram critérios para definir e direcionar tal classificação, àqueles que se relacionam por via de Associações Locais com a empresa Suzano Papel e Celulose

para fins de aquisição de projetos ditos de compensação, àqueles que se associam a “formas associativas” criadas pela própria empresa ou mesmo àqueles agentes do Estado que foram incorporados aos setores denominados de “social” e “ambiental”. Penso que tal classificação não deve ser mencionada nesta reflexão à maneira de um vício de linguagem meramente reproduzido em discursos, mas sim refletida dentro de um contexto marcado por estratégias empresariais, que refletem o acirramento de conflitos internos e consequentes reagrupamentos políticos dentro de um plano organizativo, no qual, operam tensionadamente, “formas organizativas” e associativas.

A necessidade de problematizar a noção de *cooptação*, nesse sentido, foi compreendida mediante um inicial equívoco em reificá-la neste trabalho. As possibilidades de reificar a noção de *cooptação*, estiveram diretamente relacionadas ao seu recorrente uso na construção de narrativas apresentadas em entrevistas, o que acaba potencializando as chances de o pesquisador construir uma reflexão calçada no emprego de uma categoria pretensamente auto evidente. Dessa maneira, me posiciono a partir de uma vigilância epistemológica que possibilite pensar tal categoria a partir dos elementos que circundam a sua compreensão. Estes elementos, estão relacionados ao ponto de vista de agentes sociais que problematizam as formas a partir das quais a empresa passou a estabelecer relações por via de estratégias criadas para tal fim.

É considerando a discussão realizada no parágrafo anterior, que reflito as tomadas de posições manifestadas por agentes sociais vinculados às denominadas “formas organizativas”. Tal reflexão delinea-se a partir de representações que tratam das investidas realizadas pela empresa Suzano Papel e Celulose a partir do contexto de sua implantação, ocasião em que provocou o estabelecimento de relações com famílias, lideranças locais e a incorporação de agentes até então vinculados a órgãos do governo e que mantinham relações de confiança com aquelas famílias. Considerando esta ação empresarial enquanto uma estratégia criada para fins de controle das relações e, por conseguinte, dos espaços políticos, seguirei nas seguintes seções, buscando analisar de que maneira os agentes sociais vinculados a estas “formas organizativas” e referidos a situações localizadas, compreendem estas estratégias, e, inclusive, de que maneira constroem estas representações a partir da noção de *cooptação*.

5.1 A noção de *cooptação* acionada por *quebradeiras de coco babaçu* vinculadas ao MIQCB e pequenos agricultores que se posicionam combativamente à ação empresarial

As relações de pesquisa estabelecidas com *quebradeiras de coco babaçu* vinculadas ao MIQCB e com os *assentados* referidos ao denominado “Projeto de Assentamento” Vila Conceição I, permitiram identificar diferentes pontos de vistas a partir dos quais buscam representar a maneira como a luta travada por via de seus planos organizativos, vem sendo afetadas mediante estratégias empreendidas pela empresa Suzano Papel e Celulose. Durante a sistematização destas representações, identifiquei que o acionamento da noção de *cooptação* consiste em uma modalidade de percepção socialmente construída por agentes sociais que se posicionam autonomamente às ações empresariais e que, por via do acionamento de tal noção, problematizam as ditas relações de parcerias estabelecidas pela empresa Suzano Papel e Celulose.

Ao considerar a noção de *cooptação* enquanto uma modalidade de percepção, que é construída por agentes sociais que se contrapõe ao ponto de vista empresarial e que a partir de tal ação buscam descrever e problematizar as situações vivenciadas em referência às estratégias empresariais, passei a investir reflexivamente na análise dos elementos descritos pelos agentes sociais vinculados ao MIQCB e aqueles que atualmente não estão vinculados a alguma das “formas organizativas”, mas que endossam esta luta em função de um posicionamento autônomo aos interesses empresariais.

Sob essa perspectiva, recupero narrativa da senhora Maria Querobina, atualmente vinculada ao MIQCB e STTRI e referida a uma extensa experiência em movimentos sindicais, de mulheres e de atuação no *assentamento Vila Conceição I*, sob a pretensão de analisar os elementos utilizados, por via da noção de *cooptação*, para demarcar o que considera enquanto situação de desmobilização que as *quebradeiras de coco babaçu* vinculadas ao MIQCB, vem sofrendo mediante estratégias empreendidas pela empresa Suzano Papel e Celulose:

Aqui na região nós tinha várias entidades que criavam impacto [*ações de enfrentamento aos empreendimentos implantados em Imperatriz*] contra esses dragão [*refere-se aos empreendimentos*] e hoje desabou! Por que a maioria dos nossos parceiros desviaram o caminho, foram cooptados pelos grandes projetos. Muito companheiro nosso, homens e mulheres, foram quase todos cooptados, o que servia de assessoria , servia de ponte, servia pra toda a coisa, pra todos os nosso embates e pra nós estar adquirindo mais e mais, aquele poder de mobilização pra tá lutando, pra continuar esses assentamentos (...) Então contrataram muita gente que trabalhavam com nós na época, do IBAMA que eu te falei ainda gora que era uma companheira muito forte, foi pra secretaria especial da Suzano, ela que apresentava a Suzano na região, tinha muita gente que era tudo amigo nosso. (Maria Querobina Silva Neta, entrevista realizada em P.A *Vila Conceição I*, em 04/08/15, *grifos meus*).

Maria Querobina, em depoimento acima destacado, oferece elementos para analisar que as transformações impostas pela empresa Suzano Papel e Celulose ao plano organizativo referido às “Comunidades” da *Estrada do Arroze* ao “P.A” *Vila Conceição*, especialmente àquelas *quebradeiras de coco babaçu* vinculadas ao MIQCB, partiram da estratégia empresarial de incorporação de agentes de instituições do Estado, os quais mantinham relações de confiança com famílias e lideranças locais e que eram tidos como *parceiros* em processos de mobilização que enfrentavam a ação daqueles empreendimentos implantados na região de Imperatriz. Diante de tal percepção, a noção de *cooptação* é acionada para problematizar estas relações que se estabelecem por via dos interesses empresariais.

Sob a perspectiva de Maria Querobina, analiso que a situação decorrente da mencionada estratégia empreendida pela empresa Suzano Papel e Celulose, vem desencadeando a quebra de relações de confiança por muito tempo mantidas, o que reflete diretamente no enfraquecimento do poder de mobilização mantido por aquelas “formas organizativas” que se posicionam contrariamente ao que é negociado e convencionado nos balcões dos setores da mencionada empresa, o que acirra, ainda, um sentimento de angústia diante da desestruturação destas relações.

A posição social de Maria Querobina, agente social com quem mantive estreita interação ao longo da construção deste trabalho, está relacionada a uma trajetória de militância (SILVA NETA, 2018) referida a enfrentamentos aos efeitos potencializados pelo poder econômico embutido na ação de *fazendeiros* e projetos anteriores de plantios de eucalipto⁷², os quais, respectivamente, mantinham processos de concentração de terras para a formação de áreas de pasto para fins de pecuária extensiva e para a formação de uma extensa base florestal de eucalipto, o que esbarra em sua luta a favor da dita reforma agrária e acesso às áreas de incidência da palmeira do coco babaçu para fins de atividades extrativas. E, atualmente, contra a ação de uma empresa que potencializa um processo de concentração fundiária mediante a aquisição de novas terras para expansão de extensos plantios homogêneos de eucalipto e que vem impondo transformações ao plano organizativo por via da criação de estratégias empresariais que desmobilizam.

Ao recuperar a noção de *cooptação* para tratar sobre a situação de desmobilização política, a qual é estabelecida a partir de estratégias empreendidas pela empresa Suzano Papel e Celulose, Maria Querobina abre margem à compreensão de que tais estratégias consistem

⁷² Projeto Celulose do Maranhão (1992) e Ferro Gusa Carajás (2003).

em práticas já realizadas por um empreendimento de monocultura de eucalipto implantado na década de 90, o denominado projeto Celulose do Maranhão. Em narrativa a seguir destacada, recupera o contexto de discussão marcado pelo denominado Seminário Consulta Carajás, realizado por movimentos sociais e pesquisadores na capital maranhense entre os anos 1992 a 1995, para comparar as estratégias executadas pelos empreendimentos Celmar e Suzano Papel e Celulose:

Nós ficamos sabendo desse projeto de monocultura do eucalipto no encontro grande Carajás que aconteceu a mesa redonda em São Luís que essa mesa redonda tinha participação de três países (...) dessa mesa redonda que aconteceu em São Luís eu era uma das colaboradora das pesquisas Grande Carajás, ah vamos pesquisar aqui na Vila Nova, vamos pesquisar aqui num sei aonde, aquela coisa toda né, aí contando que houve lá nesse encontro da mesa redonda, houve uma eleição, pra eleger três pessoa daqui do Maranhão pra ir pro encontro na Alemanha, que a Alemanha era uma das consumidora do Ferro Carajás, do Grande Carajás (...) Nessa época nós tivemos notícia que tava vindo pro Brasil, inclusive pro Maranhão, uma empresa que trabalhava com a monocultura do eucalipto, mas ela veio aparecer com uns três a quatro anos depois, mas o povo já sabia que ela vinha né (...) Aí a partir disso tomamos conhecimento que vinha uma grande empresa pra comprar maior parte das terras da agricultura familiar aqui no Maranhão, como de fato aconteceu né (...) Aí a CELMAR chega em imperatriz, com muita bagagem, uns técnicos muito famoso, era, como é que chama esse povo que trabalha, nas áreas de preservação (...) , comprou os meios de comunicação todos, que nem a Suzano fez aqui agora, até a igreja entrou no rolo, porque eles deram um carro, carta, uma toyotona grande fechada, foi a CELMAR que deu, um carro pra Cáritas, é construiu um centro, recuperou um centro de treinamento que tem aqui em imperatriz, foi a CELMAR que recuperou, sabe, ele estrutura tudo, que a Suzano fez a mesma coisa né. (Maria Querobina Silva Neta, entrevista realizada em P.A *Vila Conceição I*, em 04/08/15).

Em seu depoimento, caracteriza o contexto em que tomou conhecimento sobre a implantação do projeto Celmar em Imperatriz. Considerando os efeitos de implantação deste empreendimento, que se implantou somente em termos de formação de extensas plantações de eucalipto, Maria Querobina realçou elementos que permitem compreender que, já na década de 90, estratégias que visavam a estruturação de uma atmosfera marcada por relações de parcerias, inclusive, com mencionada *compra* dos meios de comunicação, já eram empreendidas pelo projeto Celmar. Sua narrativa recupera a relação do empreendimento com movimentos de base religiosa e, ainda, ações que patrocinavam construções civis, o que conforme menciona, assemelha-se às práticas adotadas contemporaneamente pela empresa Suzano Papel e Celulose.

As estratégias empreendidas pela empresa Suzano Papel e Celulose, nesse sentido, vêm assumindo a proposta de construção de sua imagem enquanto empresa que se preocupa com o dito social ou mesmo com as situações locais. Tal percepção é atestada mediante ao que observei em pesquisas de campo realizadas nas “Comunidades” da *Estrada do Arroz*,

especialmente entre os dias 08 a 12 de junho de 2014, período em que sua implantação ainda era considerada recente. A positivação da implantação do empreendimento foi manifestada em narrativas sobretudo de comerciantes, agentes sociais que se relacionavam com a empresa por meio de “relações associativas” e por contratos de trabalho temporário firmados por via de empresas terceirizadas, constantemente denominadas de *gatas* pelos agentes sociais. Tal positivação, era revelada por via de entrevistas ou conversas informais, nas quais eram manifestadas expressões tais como: *vai melhorar cem por cento*, *vai trazer emprego*, *vai desenvolver*, notadamente um léxico incorporado a partir do que o discurso empresarial e governamental mediatiza.

Entretanto, percebi que tal positivação, não se desvinculava de uma percepção crítica em relação aos efeitos ocasionados pela implantação da fábrica de papel e celulose, uma vez que era constantemente contraposta por meio da positivação de empreendimentos anteriores que se implantaram em Imperatriz, como foi o caso do projeto Celmar (1992), o qual, diante de pressões elaboradas pelas próprias famílias, mantinha “relações associativas” afim de cadastrarem pequenos agricultores e *quebradeiras de coco babaçu* para realizarem atividades produtivas, a exemplo da implantação de *roças* e a coleta do coco babaçu.

Além de representações que positivavam o contexto de implantação do Projeto Celmar em contraposição ao contemporaneamente vivenciado com a implantação da Suzano Papel e Celulose, identifiquei também, a positivação da ação dos chamados *fazendeiros*, os quais mantinham relações de sujeição com famílias que moravam no entorno ou no interior de suas pretensas propriedades. Estas relações são compreendidas a partir das ocupações que eram exercidas, tais como a *devaqueiro*, *servente*, *diarista* e *tratorista*⁷³. Dependendo do grau de relação com o dito *fazendeiro*, estas relações poderiam ou não, abrir margem à conquista de pequenas áreas arrendáveis aproveitadas pelos agentes sociais para a implantação de *roça* e que posteriormente eram devolvidas, para serem aproveitadas como áreas para o plantio de capim.

Conforme mencionado, a positivação dos empreendimentos anteriores à implantação da empresa Suzano Papel e Celulose, era acompanhada da descrição de situações que são lembradas para contrapor o atual contexto aos anteriormente vivenciados. A narrativa destes agente sociais, buscam criticar a posição da mencionada empresa por não dar prosseguimento a projetos executados pelos empreendimentos anteriores, como assim se

⁷³ Tais categorias dizem respeito a ocupações desempenhadas nas chamadas *fazendas*. O conhecimento de tais ocupações se deu por meio de entrevistas com agentes sociais, principalmente aqueles que no contexto da pesquisa de campo realizada no mês de junho do ano de 2014.

analisa a partir da percepção de Daniel Nascimento, que permite compreender que esta contraposição é realçada sob a perspectiva de recuperar as possibilidades de reprodução social antes encontradas pelas famílias, o que atualmente não é possível devido a chegada da empresa Suzano Papel e Celulose, que veio a desestruturar estas possibilidades antes dispostas:

Ela [*Está se referindo à Suzano Papel e Celulose*] alega que não comprou terra de agricultor familiar, comprou terra de pastagem de gado, mas só que as terras de pastagem que estavam na mão dos fazendeiros, os fazendeiros doavam pro pequeno produtor produzir dentro, depois que passou pra ela, nós não produzimos mais nada aqui, nós produzia quando era da CELMAR, nós ainda chegou a produzir ainda dentro da área da CELMAR, mas agora nós não produzimos mais nada dentro. Então, a CELMAR tinha esse diálogo com as associações, ela doava áreas de terras, inclusive nós aqui tinha uma área pra poder trabalhar. Aqui foi prometido pra nós também pela Suzano, mas não cumpriu. A CELMAR tinha as áreas, o arroz que era plantado tinha uma taxa desse arroz, esse arroz que a gente pagava não era pra empresa, ela fazia a compensação né, a gente pegava e doava pras escolas, pra alimentação escolar. Essa terra ficava aqui próximo, hoje a Suzano alega que essa mesma terra é reserva e não pode mexer. (Daniel Nascimento, entrevista realizada na residência de seus pais, na comunidade São José da Matança, em 21/01/17).

O depoimento de Daniel Nascimento, reforça a compreensão de que os agentes que aqui são representados pela figura do *fazendeiro* e por empreendimentos de monocultura de eucalipto implantados anteriormente à implantação da fábrica de papel e celulose, estabeleciam relações com as famílias que estão localizadas ao longo da *Estrada do Arroze* que não possuíam terras para a realização de atividades produtivas e de extrativismo. Além do mais, sua narrativa concentra na descrição das possibilidades dispostas no contexto do projeto Celmar, o qual, por meio de contratos de arrendamento, reservava⁷⁴ áreas a serem destinadas às famílias para fins de plantio de *roças* de arroz, bem como, conforme aponta Araújo (2000), estabelecer relações contratuais de associativismo com *quebradeiras de cocobabaçu*, as quais buscavam o livre acesso às áreas compradas ou arrendadas pela empresa para garantir a continuidade de suas práticas extrativas.

⁷⁴ Ao refletir sobre estas relações que se estabeleciam com o Projeto Celmar, Araújo (2000) ao estudar “As diferentes estratégias de organização para a produção assumidas por mulheres, quebradeiras de coco, na denominada microrregião de Imperatriz”, aponta para relações de arrendamento de terras nas quais o plantio de arroz era realizado de maneira consorciada aos pés de eucalipto. Utiliza a expressão, *entre um pé de eucalipto e outro*, para expressar a maneira como as pequenas *roças* de arroz eram implantadas por aqueles que conciliavam o trabalho de plantio de mudas de eucalipto, no âmbito das atividades da Celmar, com a implantação destas *roças*. Além do mais, ressaltou relações estabelecidas entre os denominados *catadores* e as siderúrgicas de ferro gusa localizadas no município de Açailândia, as quais incentivaram a coleta e a queima do coco babaçu inteiro para a produção de carvão vegetal, o qual era utilizado como fonte de energia para alimentar os fornos de beneficiamento do minério de ferro extraído das Serras do Carajás (PA).

Penso que o estudo dos contextos marcados pelo firmamento de relações entre famílias e os ditos *fazendeiros* e aqueles empreendimentos implantados anteriormente à fábrica de papel e celulose, consiste em uma das vias que possibilitam compreender que a noção de *cooptação*, acionada pelos agentes sociais vinculados às “formas organizativas”, não deve ser refletida restritamente ao contexto de implantação da fábrica de papel e celulose. Relacionar estes contextos ao contemporaneamente vivenciado pelas famílias, oferece elementos analíticos para refletir que o firmamento de relações, seja associativa ou de sujeição com o que poderia classificar de “agentes opositores”⁷⁵, atualmente representado pela empresa Suzano Papel e Celulose, compõe um contexto que está diretamente referido a (re)estruturação capitalista no estado do Maranhão, e, que na região de Imperatriz é encabeçada pela pecuária e potencializada pelo agronegócio, o qual é representado pela implantação de empreendimentos de monocultura de eucalipto e de produção de papel e celulose.

O contexto a que me refiro e classifico enquanto marcado pela estruturação capitalista, especialmente no município de Imperatriz, aponta nesse sentido, para o firmamento de relações entre aqueles agentes fortemente munidos pelo poder econômico (*Fazendeiros, empreendimentos de monocultura de eucalipto, siderúrgicas*) e famílias que não possuem terras e que sofrem cotidianamente as consequências de um processo de concentração fundiária potencializado pela ação destes diferentes agentes, os quais vem desestruturando as condições para reprodução social e que as impõe contemporaneamente, com a atuação da Suzano Papel e Celulose, a perceber enquanto “alternativa”, a própria subserviência ao que é oferecido e midiaticado enquanto oportunidade às famílias locais ou mesmo com os supostos “benefícios” prometidos por uma forma associativa mantida pela empresa, a qual reúne mulheres extrativistas sob a proposta de “empreendedorismo” e “desenvolvimento comunitário”.

Com base nessa discussão, ressalto que a análise das situações a partir das quais a noção de *cooptação* é acionada por agentes sociais vinculados a “formas organizativas”, enquanto modalidade de percepção para problematizar as relações que se estabelecem por via de estratégias empreendidas pela empresa Suzano Papel e Celulose, não deve perder de vista o

⁷⁵ O uso de aspas na expressão “agentes opositores”, visa pôr em suspenso qualquer tentativa compreensiva de torná-la genérica. A percepção de que os chamados *fazendeiros* ou mesmo os empreendimentos de monocultura de eucalipto consistem em “agentes opositores”, está diretamente ligada ao ponto de vista daqueles agentes sociais vinculados às formas organizativas. Entretanto, esta percepção não é identificada ao levar em consideração o ponto de vista daqueles agentes sociais vinculados às “formas associativas” que de alguma maneira firmam relações com os setores empresariais ou mesmo daqueles agentes sociais que moravam ou estavam referidos às relações de sujeição firmadas no interior das *fazendas*, uma vez que estes agentes sociais buscam realçar a figura do *fazendeiro* ou mesmo da empresa Celmar a partir de expressões que os positivavam.

contexto aqui refletido e que oferece elementos para analisar que, por vezes, a relação com o *fazendeiro* ou com a empresa, se constitui uma forma de permanência nos territórios, mesmo que de maneira conflituosa com aqueles que posicionam-se combativamente ao prisma empresarial e que socialmente constroem critérios para direcionar a noção de *cooptação* a estas relações.

5.2 A denominada situação de *conflito político* vivenciada por *quebradeiras de coco babaçu* a partir do contexto de atuação uma forma associativa criada pela empresa

As “relações associativas” estabelecidas a partir do contexto em que a empresa Suzano Papel e Celulose criou o denominado Conselho de Desenvolvimento Comunitário das Quebradeiras de Coco Babaçu, são compreendidas pela *quebradeira de coco babaçu* Maria Querobina, como as causadoras de um denominado *conflito político*, o que segundo narrativa destacada a seguir, vem aprofundando as dificuldades vivenciadas mediante a luta que visa a defesa e a garantia de condições para a construção de uma autonomia produtiva e política:

Não é só por causa do ambiente, é impacto político social... e tem o ideológico... mesmo estando longe, um impacto muito forte. Agora tem gente que tá aqui que não sabe disso, não acredita nisso, fica se submetendo, por isso que eu não tenho grupo aqui [no “P.A” *Vila Conceição I*], as companheiras acreditaram foi nisso, aí eu disse, então vão pra lá que eu fico sozinha aqui, pode deixar, ainda hoje fico por aí, quebrando coco aí, ajuntando... encheram o carro aí foram pra lá, fizeram um encontro das quebradeiras da *Estrada do Arroz* e região e hoje desembocou na criação desse Conselho da Suzano, das quebradeiras, eles é quem dita a regra, a política do Conselho das quebradeira, que não tem nada, ela não tem autonomia, ela não sabe defender o ambiente das palmeiras, ela não sabe o valor da grande produção, da riqueza que se tem no babaçu, elas não vão aprender mais, porque eles se apoderaram da assinatura das quebradeira pro projeto do BNDS pra eles receberem dinheiro, dizendo que tá trabalhando com os movimento social, e teve companheira nossa que tá lá em Brasília, que viu o projeto do BNDS, entendeu, e as mulheres continua sem nada, ganha um salariozinho quando vai trabalhar plantando eucalipto, etc, etc, quando passa aquele período ela tá fora de novo, fica na beira da casa esperando umas e outras (...) Então são essas coisas que pra mim está sendo muito pior do que o conflito na época que a gente se escondia com medo da espingarda, que esse conflito, esse grande conflito político, esse daí que é o problema sério, é ideológico, os companheiros deixaram de acender a vela para o meio ambiente para acender a vela da grande empresa, é uma das coisas que deixa a gente muito, eu, muito revoltada, que eles tão tomando o espaço das organizações dos trabalhadores aqui na região, o espaço do movimento das quebradeiras. (Maria Querobina Silva Neta, entrevista realizada em P.A *Vila Conceição I*, em 04/03/16, *grifos meus*).

A narrativa tecida pela senhora Maria Querobina, é notadamente marcada por uma angústia que se constrói ao vivenciar situações ocasionadas pela ação empresarial, que vem

instrumentalizando estratégias que refletem a quebra de relações no interior do plano organizativo a que está referida. A angústia com a qual representa a situação vivenciada, torna visível a maneira como a empresa Suzano Papel e Celulose vem desmobilizando grupos que já possuíam atuação naquela região e que mantinham relações de confiança estabelecidas, como assim representa ao iniciar sua percepção descrevendo a dificuldade enfrentada na unidade social a qual está referida.

A maneira como a mencionada empresa estabelece, o que Maria Querobina classifica enquanto *conflito político*, é descrita a partir de representações que recuperam o processo de (des)mobilização gerado a partir da criação de uma forma associativa, denominada de Conselho de Desenvolvimento Comunitário das Quebradeiras de Coco. Esta forma associativa, tem suas relações problematizadas a partir da noção de *cooptação* e é compreendida pela agente social enquanto marcada por uma força econômica que atrai mulheres a partir de promessas de oferta de projetos, maquinários utilizados no processo de beneficiamento do coco babaçu, e, inclusive, pelos empregos temporários oferecidos por empresas terceirizadas:

Nós tinha companheira que participava do MIQCB lá do São Félix, ela se formou e hoje ela vive socada na Suzano, era uma moça nova e etc, ela foi e se enfiou na Suzano. Um grupo de quebradeira lá da Coquelândia acabou o grupo lá, parece que era dezesseis mulher, porque todas era contratada pra trabalhar na empresa, ai disseram pra menina, que estavam mais na coordenação do movimento, mas disseram pra coordenadora do movimento, que está hoje, que elas não tinham montado mais a forrageira, não tava mais montando, porque estavam esperando o recurso da Suzano pra montar o grupo delas lá, então devolvam nossas forrageira, devolvam nossas coisas que vieram pra cá, já que vocês não vão mais precisar do movimento das quebradeiras [*se referindo ao MIQCB*], a Suzano vai mandando e deu pra vocês. Até hoje, nem a faca nem o queijo!.(Maria Querobina Silva Neta, entrevista realizada em P.A Vila Conceição I, em 04/03/16, *grifos meus*).

A percepção da senhora Maria Querobina, em narrativas destacadas anteriormente, dispõe de elementos que se articulam a uma crítica direcionada à maneira como as ações são executadas no âmbito do conhecido Conselho das Quebradeiras de Coco. Segundo o seu ponto de vista, a falta de autonomia àquelas mulheres vinculadas à mencionada forma associativa criada pela empresa Suzano Papel e Celulose, reflete o controle dos espaços pela empresa e que os impossibilitam de discutir as situações vivenciadas sob um ponto de vista autônomo e democrático. É a partir de tal constatação, que Maria Querobina busca se distinguir dos agentes sociais vinculados à mencionada forma associativa, que segundo sua narrativa, tem atuação delimitada aos interesses empresariais, não conferindo, nesse sentido,

autonomia que os possibilite lutar sem está buscando filtros para não estarem desalinhados ao que se convencionou a partir dos interesses dos empreendedores.

As relações que se estabelecem com a empresa Suzano Papel e Celulose, nesse sentido, vem acirrando conflitos internos em decorrência de estratégias que promovem a divisão de grupos que se organizam por via de “formas organizativas”, uma vez que integrantes são atraídos pelos supostos benefícios oferecidos diante dos ditos projetos de compensação, alguns dos quais mantidos por “formas associativas” criadas pela própria empresa. Tal situação, vem desmobilizando a atuação de “formas organizativas”, a exemplo do MIQCB, que é formado por agentes sociais que compreendem criticamente a atuação daqueles empreendimentos na região de Imperatriz, e que estão empenhados a partir de uma luta que demarca a identidade enquanto *quebradeira de coco babaçu* sob a perspectiva política de ampliar estas percepções críticas, que estão diretamente pautadas na reivindicação de uma autonomia produtiva e política.

As formas de mobilização engendradas pelas mulheres vinculadas ao MIQCB, consistiu em um dado analítico reforçado em narrativas apresentadas pela *quebradeira de coco babaçu* Judite Santos. O encontro com a agente social, se deu após uma reunião do Fórum da *Estrada do Arroz*, a qual foi realizada no salão paroquial da igreja católica de Coquelândia, comunidade a que está referida e que, conforme reforçou durante a ocasião estive em sua residência, é palco de um conflito interno ocasionado a partir do contexto em que a empresa Suzano Papel e Celulose construiu uma Unidade de Beneficiamento de Coco Babaçu.

Conforme já discutido, a construção destas Unidades de Beneficiamento, corresponde a uma ação empresarial ventilada como sendo um projeto de compensação. A efetivação desta construção, ocorreu por meio da participação de um grupo de mulheres, que até então participavam das ações mantidas pelo MIQCB, nas atividades realizadas pelo Conselho de Desenvolvimento Comunitário das Quebradeiras de Coco, forma associativa criada pela empresa, e que conforme depoimento de Maria Querobina, já apresentado, vem provocando a divisão dos grupo de mulheres *quebradeiras de coco babaçu* referido às “Comunidades” da *Estrada do Arroz*.

Sob essa perspectiva, Judite Santos descreve em narrativa destacada a seguir, a ação empresarial que desembocou na criação da conhecida *casa das quebradeiras* do grupo *barroquinas*, grupo este referido àquelas mulheres que estão vinculados à forma associativa criada pela empresa:

Eles andam aqui, já fizeram uma casa de uma associação ali, pro rumo da rua da taboca, tem uma no São Félix, tem uma na Petrolina, inclusive é da Terezinha, que é da Suzano. Eles constroem por causa boa, por causa das quebradeiras, mas só que o MIQCB não quer nem saber, pode ser boa, pode ser do jeito que fizer. Eu acho que essas casas que eles fizeram é pra todo mundo achar que eles tão fazendo boa causa, mas no fundo no fundo, tem os problemas, na Petrolina já está começando, porque reservaram um pedaço de terra pras quebradeiras, e agora as quebradeiras não pode quebrar mais coco e nem pode fazer caeira dentro da terra que é da Suzano. E aqui nós não quer por isso. (Judite Santos, 65 anos, entrevista realizada em Coquelândia, em 21/01/2017).

Ao descrever a situação vivenciada mediante a divisão do grupo das mulheres *quebradeiras de coco babaçu* de Coquelândia, Judite Santos ressalta as ações executadas pela empresa Suzano Papel e Celulose sob uma perspectiva crítica que a possibilita compreender que a criação da Unidade de Beneficiamento, consiste em uma estratégia empresarial empreendida sob o objetivo de elevar a imagem da empresa enquanto preocupada com as situações locais. Mediante tal descrição, distingue a ação do MIQCB em referência ao Conselho criado pela empresa, o qual não oferece autonomia àquelas mulheres, que, segundo aponta, tem suas práticas disciplinadas a partir de imposições construídas com base nas formas como a empresa concebe o território.

O posicionamento construído a partir do vínculo organizativo ao MIQCB, diante das situações vivenciadas por aquelas *quebradeiras de coco babaçu*, representa uma forma de resistência aos efeitos ocasionados não só pela implantação da fábrica, mas das próprias estratégias empresariais que buscam disciplinar práticas tradicionalmente realizadas por meio de uma dinâmica que, desqualifica as formas de manejo apreendidas por meio de saberes geracionalmente nutridos, em função de saberes técnicos e que são construídos a partir da racionalidade de mercado, que é refletida por meio das formas como a empresa se percebe e se apropria do recursos dispostos no território.

Nesse sentido, o MIQCB, enquanto forma organizativa, tem investido em processos de mobilização que enfrentam a ação de agentes que ameaçam a continuidade das formas de viver e fazer daquelas mulheres que acionam a identidade enquanto *quebradeira de coco babaçu*. Demarco tal reflexão, a partir da análise da narrativa da senhora Judite Santos, que ressalta a atuação do MIQCB como sendo posicionada, inclusive, contra a ação dos *fazendeiros* localizados em Coquelândia, o que instigou um enfrentamento por meio da mencionada forma organizativa, que assegurou a continuidade da coleta do coco babaçu naquelas *fazendas* em que as mulheres sofriam ameaças:

Teve um tempo que os fazendeiros não queriam deixar as mulheres quebrar coco, aí foi que o MIQCB entrou, daí começaram a liberar as terras. faz muito tempo que eu conheço o MIQCB, primeiro era associação, da associação passou pro MIQCB. Foi

no tempo da Cáritas que começou a associação aqui no coco, era o Evaldo e outros mais, aí foi quem começou a Associação aqui, mas a Associação não foi em frente, aí ficou o MIQCB. Os fazendeiros não deixava a gente quebrar coco, aí quando a gente ia que um fazendeiro dizia: ei não é pra entrar aí não!, a gente perguntava: qual foi a palmeira que você plantou?, qual foi a palmeira que você carregou água pra aguar, a que você aguou pode amostrar que a gente não pega o coco dela, mas se você não plantou nenhuma, nós tem que panhar, aí nós entrava e panhava. Aí o MIQCB começou, aí toda coisa que acontece a gente conversa. (Judite Santos, 65 anos, entrevista realizada em Coquelândia, em 21/01/2017).

A resistência delineada por aquelas mulheres que se posicionam por meio do MIQCB, e que em suas práticas cotidianas vem confrontando imposições de *fazendeiros* e ações empresariais que se colocam por via de diferentes estratégias, tem incorporado a suas lutas, articulações com o denominado Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia sob a estratégia de dar visibilidade aos seus processos de resistência e aos conflitos diariamente vivenciados. Essa estratégia vem sendo construída por estas *quebradeiras de coco babaçu*, a partir da apropriação de tecnologias de geoprocessamento que as possibilitam construir mapas situacionais por meio dos quais expressam, a partir de um conjunto de atividades realizadas para a obtenção do produto final (o mapa), as formas como percebem seus territórios bem como as situações de conflito ocasionadas por aqueles que ameaçam suas formas de viver e fazer.

A relação mantida pelas *quebradeiras de coco babaçu* vinculadas ao MIQCB com o mencionado projeto de pesquisa, vem resultando a construção de diferentes produções⁷⁶, que são compreendidas em fascículos, boletins e cadernos. A possibilidade em continuar suas lutas por via da construção de mapas, que são construídos a partir de elementos interiores às concepções das próprias agentes sociais e que se articulam a narrativas registradas nas mencionadas produções, tem reforçado o enfrentamento contra a ação de grandes projetos de infraestrutura que ameaçam a preservação dos territórios nos quais incidem a palmeira do coco babaçu.

O denominado “Guerra Ecológica nos Babaçuais”, lançado em 2005, é um exemplo dessas estratégias adotadas pelas *quebradeiras de coco babaçu* vinculadas ao MIQCB, que a partir deste mapa vem reforçando suas lutas por meio da ventilação dos conflitos socioambientais ocasionados por diferentes agentes, dentro os quais, os

⁷⁶ As articulações estabelecidas entre as *quebradeiras de coco babaçu* vinculadas ao MIQCB e que estão referidas à região de Imperatriz, desembocaram na criação do Fascículo N° 6, denominado de “Quebradeiras de coco babaçu – Imperatriz” (2005), Fascículo 27 “A luta das quebradeiras de coco babaçu contra o carvão do coco inteiro no Caderno” (2008), Caderno “Devastação e lutas sociais na Amazônia maranhense” (2014) e o Boletim informativo denominado “Guerra do Carvão” (2014). O acesso a estas publicações está disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/>.

empreendimentos de monocultura de eucalipto implantados em Imperatriz por via de incentivos governamentais às atividades relativas ao agronegócio.

5.3 *Nossos assentamentos (...) estão sendo combatidos pelo desenvolvimento dos grandes projetos de papel e celulose: a situação dos assentados referidos à “P. A” Vila Conceição I*

A narrativa em destaque no título desta seção pertence à senhora Maria Querobina, que no contexto das pesquisas de campo realizadas no *Projeto Assentamento Vila Conceição I*, ressaltou a partir de reflexões sucedidas pelo acionamento da noção de *cooptação*, que foi utilizada para problematizar as relações firmadas entre a empresa e o poder público, sua percepção sobre a luta pela dita reforma agrária em referência aos efeitos ocasionados pelos empreendimentos de monocultura de eucalipto implantados em Imperatriz, contemporaneamente representados pelos efeitos do processo de implantação da empresa Suzano Papel e Celulose:

Nos nossos assentamentos, todos eles aqui na região, todos eles estão sendo combatidos pelo desenvolvimento dos grandes projetos de papel e celulose, todos, veja só, os nossos companheiros aqui dentro do assentamento, hoje pedem emprego, ao invés de estar fazendo a sua agricultura, está fazendo o seu plantio e está tentando continuar fazendo as suas coisas aqui, ele está é pleiteando emprego nas gatas, e não é nem na própria empresa, é nas gatas, que tempo está e tempo não está. (Maria Querobina Silva Neta, entrevista realizada em P.A *Vila Conceição I*, em 04/03/16).

Considerando a luta pela terra a partir da qual, juntamente com outras famílias, conquistaram o então “P.A”. Vila Conceição e ajudaram a organizar outras ocupações que reivindicavam o acesso à dita política de reforma agrária, Maria Querobina aponta que a implantação destes empreendimentos, vem refletindo uma lógica que diverge daquela assumida pelos *Projetos de Assentamento*. Esta compreensão parte da situação em que atualmente os *assentados* recorrem aos chamados subempregos oferecidos pelas empresas terceirizadas que prestam serviços à Suzano Papel e Celulose, o que causa divergências internas a partir do posicionamento daqueles *assentados* mais antigos, os quais defendem a permanência de suas famílias no trabalho de agricultura e pequenas criações de animais desenvolvidas nos chamados *lotes*, que são espaços reservados para tal fim.

A busca por trabalho nas empresas terceirizadas, nesse sentido, é um elemento que passa a ser percebido criticamente por aqueles *assentados* que estiveram a frente das primeiras ocupações que reivindicaram a desapropriação da *fazenda Itacira*, hoje “P.A”. Vila Conceição. De acordo com o senhor Luiz Vaz, agente social inserido nas primeiras ocupações e que tem sua posição social marcada pela atuação no STTRI, no qual ocupou por

dois mandatos a vaga de secretário e por um mandato a cadeira de presidente, o *assentamento* a que está referido, vivencia o que denomina de *impacto* decorrente da especulação gerada pela empresa Suzano Papel e Celulose:

Sente impacto porque estão comprando lá, especulando. Querem ficar aqui, hoje a especulação é aqui, porque os caras vende lá e querem comprar aqui porque acha aqui hoje, tem gente que vem aqui: rapaz vocês moram hoje num condomínio... Porque nós temos o privilégio de ser o único assentamento, eu até digo que no Brasil, que tem a cintura de bloquete, casinha, embora tenha todas as porcarias escondidas que você não percebe. Aí os caras vende lá pertinho e querem comprar aqui, e hoje aqui nenhum, nós somos um dos povoados dormitório da cidade de Imperatriz, daqui vai em torno de setenta pessoas todo dia volta como empregador lá na cidade. Então tá, **fugiu aquilo que a gente queria**, que eu queria vamos dizer assim, os outros querem outra coisa hoje, mas eu diria que nós pensa isso, pra que num fosse disputar emprego com ninguém na, que hoje ta todo mundo mais trabalhando lá na rua do que trabalhando no lote aí, quem ta no lote ainda é o chamado leiteiro, o próprio IBGE tem lá a estatística, aqui não é mais uma área de trabalhador rural, área de empregado. (Luiz Vaz, entrevista realizada em P.A *Vila Conceição I*, em 03/08/15).

Tal percepção está diretamente referida aos efeitos decorrentes do processo de concentração fundiária intensificada pela empresa, o que de acordo com Luíz Vaz, tem condicionado o aumento do número de famílias, especialmente aquelas que negociam suas terras com a empresa, que passam a procurar o *assentamento* sob a pretensão de efetuarem a compra de moradias. Entretanto, as negociações que se estabelecem no contexto destas transações, não dão o direito às novas famílias de utilizarem o denominado *lote* para fins de desempenhar atividades produtivas, situação que aumenta o número de pessoas que diariamente se desloca para o centro do município de Imperatriz em busca de trabalho, fato que motiva Luíz Vaz perceber sua unidade social enquanto um *povoado dormitório*.

Em sua narrativa, Luíz Vaz menciona o fato de que as situações vivenciadas no *assentamento*, fugiu da proposta inicialmente nutrida por aqueles que estiveram empenhados na luta pelo acesso a terra. Ao aprofundar o estudo desta situação, tive oportunidade de realizar entrevista com o *assentado* Zé Luís, filho de *assentados* e que naquele contexto, encontrava-se desempregado após trabalhar por seis meses em uma denominada *gata* da Suzano Papel e Celulose, na qual desempenhava a função de motorista. Nos termos do agente social, a situação contemporaneamente vivenciada é marcada por dificuldades que o impede de permanecer trabalhando em uma parte do lote pertencente e que foi cedida por seu pai:

Não tem, é que nem hoje ó, hoje eu precisava de um motor pra puxar água, aquele motorzinho a gasolina mesmo né, simples, e uma engenhoca de cana, pra moer cana, rapaz eu ganhava dinheiro, mas não tenho. Eu não tenho a verba do INCRA, eu não tenho o projeto do PROCERA, do CREDIAMIGO também não tenho, então pra mim que sou filho de posseiro fica complicado entendeu?, e aí o que acontece, a gente sai da roça pra procurar um serviço melhor né, que nem eu que sou motorista,

mas não compensa, aqui no Maranhão não compensa, a não ser que eu entre na SUZANO direto, ou na Vale do Rio Doce ou na Camargo Corrêa direto, então aí sim, mas aqui é muito difícil essa oportunidade. (Zé Luís, 44 anos, entrevista realizada em sua residência no P.A Vila Conceição I, 05/08/15)

A falta de assistência técnica por parte do INCRA e a falta de financiamento para a aquisição de maquinários necessários a manutenção de atividades produtivas, é referenciada enquanto uma das causas que influencia a situação hoje vivenciada pelos *assentados*, principalmente por aqueles que desejam investir em atividades nos *lotes*. Diante de tais dificuldades, são levados a, conforme aponta, sair *da roça pra procurar um serviço melhor*. Ao mencionar tal situação, descreve que os desafios enfrentados nesta procura, é marcada por dificuldades em conquistar contratos diretamente com as empresas, a exemplo Suzano Papel e Celulose. Neste momento, o agente social aproveita para tecer críticas aos contratos oferecidos pelas *gatas*, os quais assumem um caráter temporário diante de condições de trabalho precarizadas:

Rapaz eu entrei dia quatro de maio de dois mil e catorze, fiquei até outubro, que agora vai fazer um ano, só que lá é só seis meses, que nem eu tava falando pra você, eles ficam lá só seis meses pra não pagar o seguro desemprego, corta aí pega outra remessa, esse que é o caos das firmas aqui, aí pra mim ficar assim não compensa, que nem eu falei pra você lá né, tenho um maxixe aqui, um quiabo lá, era bom se eu tivesse um investimento hoje, mas não tenho esse dinheiro pra mim prosseguir né (...) tu já pensou, se eu tivesse uma cesta básica, um vale refeição, uma hora que eles pagam, eles chamam de uma hora in tinere, se tivesse, até que eu ainda ia, mas só que não tem, é aquele seco, é aquele salário seco de 30 em 30 dias, só aquilo e pronto, acabou. E a comida, eles não trocam de comida, sempre é a mesma, uma semana é frango e na outra é carne, as vezes o dicumer não foi esquentado, você pega o dicumer cinco horas da manhã, você não sabe que horas foi feito né, se foi janta que fizeram, ninguém sabe. Aí o que acontece, no outro dia você tem que pegar os funcionários e levar pra almoçar, eu vi muita gente passando mal moço, por causa disso aí, ví muito funcionário passando mal, a mesma coisa, gelado, parecia que saía da geladeira, gelado, gelado, isso quando não azedava né, porque eles falam que aquela caixa de isopor protege, mas aquilo protege é questão de uma hora, duas horas, eu acho que quando sai de cinco da manhã pra onze horas, da seis horas, só aí né, e o horário que foi feito?, não tem condição. (Zé Luís, 44 anos, entrevista realizada em sua residência no P.A Vila Conceição I, 05/08/15)

A narrativa do agente social, possibilita compreender que a desassistência refletida pela omissão do Estado na manutenção dos ditos “P.A’s”, condiciona a saída daqueles *assentados* em busca de empregos na cidade de Imperatriz, muitos dos quais oferecidos pelas empresas prestadoras de serviço terceirizados à Suzano Papel e Celulose, que conforme narrativa tecida a partir de sua experiência, não oferecem segurança de permanência no emprego visto que os contratos estão restritos a seis meses, e, ainda, os submetem a condições precarizadas de trabalho, como assim explica ao mencionar as condições sob as quais eram alimentados. São situações vivenciadas cotidianamente e que se distancia daquilo

que o discurso empresarial prega, que é justamente a geração de emprego como forma de justificar a ação do empreendimento naquela região.

As relações de trabalho precárias e o desrespeito àquelas famílias referidas aos territórios no entorno dos quais a fábrica de papel e celulose foi construída, é um dado recorrentemente mencionado pelo agente social Valdinar Barros, liderança local que esteve à frente das primeiras ocupações que resultaram na conquista daquele *assentamento* e que teve sua posição social também marcada pela atuação enquanto Vereador no município de Imperatriz e Deputado estadual eleito em 2006. Recupera por meio de narrativa a seguir destacada, situações enfrentadas a partir de sua atuação no STTRI onde ocupou a cadeira de presidente, para criticar as relações de trabalho firmadas a partir da ação da empresa Suzano Papel e Celulose, sua crítica é feita sob a perspectiva de que a mencionada empresa tem construído um cenário semelhante àquele em que o projeto Celmar registrou em Imperatriz:

Isso foi a propaganda que eles construíram, na época a CELMAR entrou também por esse mesmo caminho, o projeto de papel e celulose que ia gerar tantos mil empregos, na época a gente tava no sindicato e o sindicato nosso tinha atuação não só em Imperatriz, mas era regional, e aí na época com os trabalhadores, porque eles usavam as empreiteiras para contratar os trabalhadores, a CELMAR, o cara ia reclamar pra ela dizia – Não o problema é com a empresa tal, vocês se virem lá com a empresa. Então na época a gente participou dando apoio a muitas greves dos trabalhadores, porque as gatas, as empresas que a gente chama, contratava a mão de obra e dava muito calote, recebia da CELMAR e não pagava a peãozada. Era transporte de mal qualidade pra carregar os peão pro campo, a alimentação era podre, a alimentação de péssima qualidade, todos nós acompanhava e dava apoio a essas turmas grande de duzentos, trezentos trabalhadores em cada setor (...) agora chegou a Suzano de novo, cheio de gente aí no canteiro de obra, eram dez mil homens, foi dois anos, construiu a fábrica mandou todo mundo ir embora, povo que tinha emprego hoje não tem mais, só os técnicos que vão tocar a fábrica é que estão né, então, é só propaganda falsa, porque em dois anos você não resolve a vida de uma família, em apenas dois, três anos, de um salário mínimo, então é um negócio que não tem fundamentação. (Valdinar Barros, 57 anos, P.A Vila Conceição I, 04/08/15)

O discurso de geração de emprego, conforme apontado por Valdinar Barros, não coincide com os elementos vivenciados cotidianamente por aqueles que se submetem aos contratos oferecidos pelas *gatas*. Recupera o contexto em que apoiou por meio do STTRI, mobilizações de trabalhadores vinculados às gatas prestadoras de serviço ao projeto Celmar, para demonstrar a superficialidade com a qual o discurso construído pela empresa Suzano Papel e Celulose é midiaticizado, e, que situações como a vivenciada pelo *assentado* Zé Luís, desconstrói aquilo que é ventilado enquanto oportunidades às famílias locais.

Além da crítica ao discurso de geração de emprego, Valdinar Barros aponta para situações cotidianamente enfrentadas pelos *assentados*. Tais situações, conforme narrativa a

seguir, estão relacionadas aos efeitos ocasionados pela constante expansão de plantios de eucalipto, os quais vem *sufocando* o território a partir do qual os *assentados* constroem suas específicas formas de fazer e viver:

Nós já estamos sofrendo né os impactos, questão dos riachos, as águas estão secando, um pé de eucalipto consome água por trinta e cinco pé de manga, um pé de eucalipto consome água da terra por trinta e cinco pé de manga, isso é comprovado cientificamente já, então nós já estamos sentindo efeitos, porque nós já estamos cercados por pé de eucalipto, nós já temos dos lados, tem na frente e tem aqui no fundo, então nós já estamos sofrendo já de quatro ano pra cá, os efeitos do plantio do pé de eucalipto, nossas águas secando, nós tinha riacho aqui que não secava durante o verão, hoje no mês de julho, agosto, já está seco, então já é feito disso né. A questão dos impactos da fábrica, a questão do transporte deles do eucalipto, nós somos feliz porque nós quase que caia no laço deles, aqui por algumas pessoas, eles queriam fazer essa estrada nossa aqui asfaltada, porque eles queriam utilizar isso aqui, então graças a Deus a gente não chegou nem a sentar. (Valdinar Barros, 57 anos, P.A Vila Conceição I, 04/08/15)

A narrativa acresce elementos para se pensar de que maneira a ação da empresa Suzano Papel e Celulose vem se refletindo em uma área de *assentamento*. O que demonstra que o estar em uma área conquistada por via de ocupações a partir das quais conquistaram o acesso a uma dita política de reforma agrária, não os afasta da insegurança imposta pela ação de uma empresa que se posiciona ao lado do poder econômico. Conforme aponta, o cotidiano das famílias vem sendo afetado mediante a escassez de água provocada pela expansão do eucalipto, bem como pelos transtornos gerados pelas chamadas *carretas* que transportam o eucalipto por via da rodovia federal BR-010, a qual dá acesso ao “P.A” Vila Conceição.

Essas percepções que buscam problematizar os efeitos ocasionados pela implantação da fábrica de papel e celulose, conforme visto, partem de agentes sociais inseridos em lutas que não se restringem ao contexto de implantação da empresa Suzano Papel e Celulose. São agentes sociais, que detém saberes e que buscam de alguma maneira resistir ao processo desencadeado por estes empreendimentos os quais vem desestruturando meios de vidas e ameaçando a preservação dos recursos naturais. Ressalto que este posicionamento crítico não deve ser analisado enquanto comum aos *assentados*, é importante que se leve em consideração, o próprio contexto sobre o qual estão inseridos bem como as influências decorrentes de lutas anteriores ao contexto contemporaneamente vivenciado.

Conforme analisado em tópicos anteriores, a positivação do empreendimento nas unidades sociais em que estive sendo inserido, é um dado recorrente e que promove conflitos internos e consequentes reagrupamentos políticos. A resistência a esta positivação, que é intensificada mediante estratégias empresariais, parte de atividades cotidianas, bem como por ações coletivas que não se estruturam por agentes sociais de uma mesma unidade social, mas

por agentes sociais de diferentes unidades sociais que vivenciam os efeitos de uma mesma agente causadora, no caso, a empresa Suzano Papel e Celulose.

É sob essa perspectiva que a *quebradeira de coco babaçu* Maria Querobina se posiciona no *assentamento*, a qual engendra uma luta que é fortalecida pelo vínculo organizativo ao MIQCB, e, ainda, pela manutenção de um denominado Centro de Ciências e Saberes Museu Casa Branca⁷⁷, que tem um acervo organizado pelos próprios *assentados* sob a intenção de resgatar a memória referida às lutas desencadeadas no processo de construção do *assentamento*, o qual está diretamente referido a enfrentamentos posicionados contra a ação dos chamados *fazendeiros* e, contemporaneamente, contra a ameaça sinalizada pela ação de empreendimentos de monocultura de eucalipto.

5.4 A noção de *cooptação* acionada pelos *acampados* vinculados à Associação Viva Deus

Como refletido anteriormente, pude identificar mediante a interação com agentes sociais vinculados a “formas organizativas” que buscam se distinguir das “formas associativas” que se relacionam com a perspectiva empresarial, o constante acionamento da noção de *cooptação* para representar as formas com base nas quais a empresa Suzano Papel e Celulose vem construindo uma rede de relações que, de acordo com as narrativas seguintes, vem desestabilizando a luta empenhada pelos *acampados* referidos ao acampamento Viva Deus, o qual está localizado às margens da *Estrada do Arroze* que vem ocupando a *fazenda Eldorado* desde o ano de 2003, sob o apoio do STTRI, articulações realizadas por meio do Movimento dos Sem Terras (MST) e apoio de projetos de extensão⁷⁸ dispostos por professores universitários, os quais reforçam os meios por meio dos quais buscam dar visibilidade àquela luta.

⁷⁷ O denominado Centro de Ciências e Saberes Museu Casa Branca, foi construído por relações de pesquisas estabelecidas entre os *assentados* e o PNCSA, por intermédio da liderança local Maria Querobina. Por meio de tais relações, sinalizaram o interesse em participar do projeto “Centro de Ciências e Saberes”, que atua no reconhecimento de “pequenos museus”, denominados enquanto *Centro de Ciência e Saberes*, que são organizados por povos e comunidades tradicionais buscando visibilizar por meio da estruturação de um acervo, o processo de construção de seus saberes relacionado ao contexto de lutas travadas por específicas dinâmicas e territorialidades. Atualmente o mencionado Centro de Ciências... tem sua estrutura montada a partir de um investimento já realizado pelos *assentados*, os quais inauguraram o chamado *Museu Casa Branca* em 20 de julho de 2013. Esta inauguração fez parte de uma programação feita para a comemoração do 26º aniversário do *assentamento*, o descerramento da placa contou com a participação de visitantes, dentre os quais destaco Manoel da Conceição, que também fez parte do processo de conquista daquele território.

⁷⁸ Atualmente o acampamento conta com o projeto de extensão executados pelo Grupo de Ensino Pesquisa e Extensão em Epistemologia em Educação (GEPEE), o qual é coordenado por professores vinculados à Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz, e que desenvolvem atividades que visam promover a alfabetização no acampamento por meio da denominada Escola Comunidade Viva Deus, o que de certa forma, vem assegurando a continuidade da luta posicionada por aqueles agentes sociais.

Os *acampados* reivindicam a garantia de direitos de acesso à terra com base na dita política de reforma agrária. Diante de tal situação, percebi que a compreensão dos critérios utilizados para o uso da noção de *cooptação*, está diretamente relacionada ao estudo das situações com base nas quais estes agentes sociais estão inseridos e a partir das quais passam a construir representações sobre aquilo que é vivenciado.

Direciono tal perspectiva ao estudo das situações vivenciadas e que foram representadas pelos *acampados* referidos ao Acampamento Viva Deus, especialmente àqueles com os quais estive em interação por meio de uma reunião⁷⁹ realizada pela Associação Viva Deus. Nos discursos manifestados na mencionada reunião, principalmente daquelas lideranças mais antigas, a noção de *cooptação* era frequentemente utilizada para elencar a empresa Suzano Papel e Celulose enquanto criadora de estratégias que são empreendidas por via de sua inserção no plano organizativo, que se dá justamente por meio do estabelecimento de relações com um grupo de *acampados* que, a partir do contexto de implantação da fábrica de papel e celulose, passaram a se relacionar com os agentes de seus setores.

O diálogo estabelecido ao longo da mencionada reunião, foi marcado por um clima de tensão e repentinas interrupções devido a ansiedade de alguns agentes sociais que buscavam representar as situações vivenciadas e as relações conflituosas estabelecidas entre os próprios *acampados* e entre estes e o INCRA. Além do mais, buscaram ressaltar os embates travados contra a empresa Suzano Papel e Celulose, que naquele contexto vinha sendo identificada, enquanto a responsável por sucessivos ataques sofridos no acampamento.

A inserção no acampamento, nesse contexto, me impôs dificuldades para o estabelecimento de uma relação minimamente sólida para que algumas indagações fossem a mim respondidas, o que resultou, inclusive, em frequentes questionamentos sobre a pesquisa⁸⁰

⁷⁹ Ressalto que minha inserção no Acampamento Viva Deus, especialmente a interação estabelecida com os agentes sociais vinculados à Associação Viva Deus, se deu a partir de um convite realizado pelo Senhor Félix Lima, o qual é vinculado à mencionada Associação e vinculado ao Fórum da *Estrada do Arroz* e que juntamente com os *acampados* referidos à Associação Viva Deus, realizaram uma reunião na manhã do dia 22 de janeiro de 2017, sob a perspectiva de me receber e promover uma roda de debates sobre as situações vivenciadas. O convite feito pelo mencionado agente social, foi realizado por via de sua relação mantida com Daniel Nascimento, que ao mencionar a minha presença em São José da Matança por motivo de uma pesquisa que tratava dos efeitos ocasionados pela implantação da fábrica de papel e celulose, foi informado por Félix Lima do interesse de me receber naquele acampamento, no qual foi realizado uma reunião no *barraco* da Associação Viva Deus na qual participou a mesa diretora e os demais *acampados* vinculados àquela associação.

⁸⁰ Nos primeiros momentos de realização da reunião, na qual os *acampados* vinculados à Associação Viva Deus se fizeram presentes, estive sendo recorrentemente questionado sobre os interesses em realizar a pesquisa naquela região. Nesse sentido, a interação inicial se articulou a partir de um controle de impressões (BERREMAN, 1975) a partir do qual busquei me reafirmar enquanto pesquisador e que não possuía vínculo com a empresa Suzano Papel e Celulose ou mesmo ao INCRA, agentes com os quais o conflito no acampamento é estabelecido. Mesmo com o reforço de tais informações, assisti aquela reunião sob a vigilância de uma câmera permanentemente posicionada para o meu rosto, demonstrando um receio por parte do presidente da Associação

que vinha realizando naquela região. Mesmo com tais dificuldades, compreendo que a oportunidade em participar desta reunião, possibilitou estabelecer uma inicial interação com aqueles *acampados*, que continuamente buscavam se distinguir daqueles *acampados* referidos à uma segunda associação constituída dentro do acampamento, o que de certa forma, aponta para uma limitação desta análise, visto que não tive possibilidades de interação com o segundo grupo de *acampados*.

Diante das observações realizadas naquela reunião, exponho que o acionamento da noção de *cooptação*, foi identificado sobretudo em narrativas de Silvio Sousa, agente social que pautou o seu pronunciamento a partir de experiências delineadas desde as primeiras ocupações e do vínculo associativo refletido em sua posição enquanto presidente da Associação Viva Deus. Sua narrativa, a seguir destacada, permite identificar os elementos que circundam a sua compreensão em torno da noção de *cooptação*, classificação utilizada como ponto a partir do qual descreve de que maneira o conflito com a empresa é estabelecido no acampamento:

Essa é a função da Suzano, ela coopta, ela coopta e depois derruba. Ela tem feito isso aqui dentro da comunidade, ela tem feito isso no órgão federal, nos órgãos estaduais, eis o motivo da protelação, da morosidade disso aqui ainda não ter feito. Porque ela tem a pujança econômica, tem o capital. A Suzano já veio prometer até a ajudar fazer o assentamento. Por trás denunciando nós. Ela já levou a gente pro juiz, pra delegado. Intimida dizendo que aqui não tem nada nosso, tudo é deles. Nós sabemos que até o documento daqui não cita a Suzano. Nós estamos aqui há quase 14 anos. Ela quer a qualquer custo usar um meio pra nós sair daqui, pra ela ir lá no governo e dizer, olha eles saíam. E dizer que eles querem a terra porque eles é que tem projeto. E os trabalhadores de lá [*se refere a um outro grupo que se formou após o estabelecimento de negociações com a empresa Suzano Papel e Celulose*] colocaram na cabeça que o projeto da Suzano é maior do que o nosso e não é, aqui nessa terra o projeto é muito maior do que o da Suzano, porque a Suzano tem o maranhão quase todo de terras pra ela plantar eucalipto. Então essa terra aqui, a Dilma decretou, nós temos esse documento aqui. Você sabe o que eles fazem?, eles protelam pra caducar processo, pra caducar decreto, pra Suzano arrumar um meio de depois fazer outra vistoria e da produtiva pra passar pra Suzano. (Silvio Sousa, entrevista realizada por ocasião de uma reunião realizada no *barraco* da Associação Viva Deus, em 22/01/17, *grifos meus*)

Em seu depoimento, o *acampado* Silvio Sousa, centra na descrição de situações vivenciadas no denominado acampamento Viva Deus, mediante interferências dispostas pela empresa Suzano e Papel e Celulose. Esta empresa vem se apresentando enquanto pretensa proprietária da *fazenda* Eldorado e vem travando uma desigual disputa por aquele território, que vem sendo ocupado há 14 anos por agentes sociais que atualmente resistem a diferentes estratégias empresariais, as quais são empreendidas pela mencionada empresa e que vem

Viva Deus que justificava aquela ação a partir do interesse em arquivar as discussões estimuladas por via de minha visita.

refletindo tentativas de desmobilização da luta posicionada pelos *acampados*. Nesse sentido, por meio da ocupação da mencionada *fazenda*, reivindicava sua desapropriação com base na dita política de reforma agrária que regulamenta a criação dos denominados *Projetos de Assentamento*.

O processo de luta engendrado pelos *acampados* referidos ao Acampamento Viva Deus, teve prosseguimento por meio do Decreto de desapropriação publicado em Diário Oficial da União no dia 30 de dezembro de 2014⁸¹, entretanto, esta decisão vem sendo recorrentemente questionada por meio de ações tomadas pela empresa Suzano Papel e Celulose, situação que vem ocasionando o acirramento de conflitos entre os *acampados* e a empresa e, inclusive, conforme dito anteriormente, conflitos internos motivados pela aproximação de um grupo de *acampados* com os setores empresariais.

Ao recuperar as situações vivenciadas, especialmente a partir de 2011, contexto em que a empresa Suzano Papel e Celulose passou a frequentar aquele local por ocasião da compra de uma *floresta de eucalipto em pé*⁸², mantida na área da *fazenda* Eldorado por empreendimentos anteriores, Silvio Sousa caracteriza de que maneira aquela ocupação se posicionou sob o intuito de reivindicar a desapropriação daquela área por via de uma política governamental. Nos termos do agente social, aquela *fazenda* denominada de Eldorado, está diretamente relacionada ao contexto de implantação de empreendimentos de monocultura de eucalipto na região de Imperatriz, uma vez que as atividades inicialmente realizadas naquela área, se deram a partir de contratos firmados para o plantio de eucalipto:

A história aqui começou há 14 anos atrás, se eu não me engano foi em 2003 que o STTRI, sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Imperatriz, fica na rua joao Lisboa lá no bairro da juçara, a sede, ela impetrou aqui, nesse mesmo setor aqui, mais de 300 famílias, depois que botou as famílias nessa beira da estrada, justamente nesse período de 2003, o próprio sindicato com o INCRA se encarregaram de fazer as perícias, então, veio uma perícia primeira do INCRA, deu improdutiva, aí você me pergunta, quem estava ocupando a área?, agora você não está mais vendo, mas até o ano passado, trasado, os eucalipto tava bem ai, pra cá de eucalipto, e ainda tem, eles mesmo tocam fogo, a Suzano é caracterizada pelos trabalhadores, pelos movimentos sociais, pelos defensores da natureza, como a destruidora do ambiente, Suzano, Vale, Ferro Gusa Carajás, Celmar (...) Quando a

⁸¹ “Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Eldorado, situado nos Municípios de Imperatriz e Cidelândia, Estado do Maranhão (...) Art. 1º Fica declarado de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Eldorado, com área registrada de doze mil, duzentos e sessenta e sete hectares, quarenta e um ares e setenta e três centiares, área medida de doze mil, trezentos e quinze hectares e trinta e três ares, e área visada de três mil, duzentos e noventa e sete hectares, e setenta e nove ares, situado nos Municípios de Imperatriz e Cidelândia, Estado do Maranhão, objeto da Matrícula nº 33.658, fls. 188, Livro 2-GT, do Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Imperatriz, Estado do Maranhão (Processo INCRA/SR-12/nº 54234.000089/204-21). (BRASIL, 2014)

⁸² A expressão *floresta de eucalipto em pé* compõe uma linguagem técnica, convencionada sobretudo no mercado do agronegócio. Em tese, diz respeito às plantações de eucalipto já realizadas e que são frequentemente negociadas com as empresas que beneficiam a madeira do eucalipto para fins de produção de papel e celulose.

gente foi ocupar aqui, já tinha eucalipto, tava novo, porque na época a empreiteira da vale, chamada Celmar, isto antes de 2003, eles sondaram e com o apoio do governo eles fizeram uma espécie de contrato que alguém, até trabalhador desinformado aqui do nosso meio, chega a dizer que isso aqui é da vale e da Suzano, mas não é, isso aqui lá no fundo da situação é área da união, o eucalipto tava plantado porque foi através de contrato, se a terra funcionasse bom pro eucalipto, aí a Vale com o apoio do governo, de acordo com as situações, ia poder comprar definitivamente. A área aqui é centrada na fazenda Eldorado, mas na época que o INCRA fez a vistoria com o sindicato junto, anexaram outros pedaços, outras pequenas fazendas, tinha a Fazenda Viva Deus aqui, a Eldorado, tinham várias fazendas em pedaços, e eles juntaram, centraram em uma só pra centralizar o nome, então é por isso que quando a Suzano chega dizendo que a fazenda Eldorado é da Suzano, não é, porque até nos procedimentos não foi só a Fazenda Eldorado, foi ela com a anexação de várias, só que centraram na Eldorado, lá em Brasília está em tudo, no processo. Tinha a viva deus, a Eldorado, tinha mais, tinha mais, aí a gente centrou só em uma, que é a Eldorado, mas as outras foram anexadas, em São Luís, Imperatriz e Brasília, então a gente diz que tá aqui na Eldorado. (Silvio Sousa, entrevista realizada por ocasião de uma reunião realizada no *barraco* da Associação Viva Deus, em 22/01/17, *grifos meus*)

A percepção de Silvio Sousa, está diretamente referida a um contexto de lutas que se estabelece contra os efeitos ocasionados por empreendimentos de monocultura de eucalipto e que se implanta em Imperatriz, por incentivo governamental, a partir da década de 90. Esse contexto aponta para um agressivo processo de concentração fundiária, a partir do qual pequenos e grandes imóveis rurais, inclusive a *fazenda* Eldorado, são incorporados ao agronegócio por via de compras e contratos de arrendamentos. A iniciativa de construir o acampamento por via da ocupação da *fazenda* Eldorado, a qual, conforme aponta, tem sua espacialidade compreendida a partir da anexação de pequenas *fazendas* vizinhas, que também integravam a lógica das atividades de monocultivo, vem enfrentando dificuldades mesmo sendo atestada a improdutividade da terra por via de perícias realizadas pelo INCRA e desde 2014 com a publicação do denominado decreto de desapropriação, um instrumento que em tese deveria resguardar a garantia de acesso à terra àqueles *acampados*.

Com base em sua narrativa, analiso que as estratégias criadas pela empresa Suzano Papel e Celulose, são estruturadas a partir de ações que buscam criminalizar a luta daqueles *acampados* que assumem um posicionamento combativo e que não se relacionam com decisões e propostas convencionadas a partir de seus setores. Um exemplo disso são as frequentes denúncias realizadas pela empresa contra os *acampados* em delegacias de polícia localizada na cidade de Imperatriz e processos judiciais a partir dos quais os colocam na condição de réu. Ao relacionar a análise das “Políticas de desenvolvimento e a criminalização dos movimentos sociais...”, Araújo (2013) compreende que acionamento destes instrumentos jurídicos por parte destes agentes poderosos, reforçam esse processo de criminalização daqueles que lutam pelos direitos humanos, interesses públicos, e, inclusive, aqueles que

lutam pelo acesso à dita reforma agrária a partir de enfrentamentos que ameaçam os processos de dominação e concentração de capital por meio dos quais o dito Estado Democrático de Direito é desenhado.

Além do mais, exponho que o tensionamento das relações no interior do acampamento, veio a ser acirrado por meio da apresentação de uma proposta que atendia diretamente os interesses da empresa, a qual buscou articular um duvidoso acordo que buscava regulamentar o acesso daqueles *acampados* na área da *fazenda* Eldorado. Esta proposta motivou a quebra de relações e o acirramento de conflitos internos ocasionados por discordâncias em relação ao seu aceite, uma vez que parte dos agentes sociais defenderam a espera pelo processo de desapropriação que já se encontrava em curso no INCRA e que mediante aquela proposta, perceberam a influência dos interesses da empresa em sua apresentação.

Conforme narrativa seguintes, analiso que a situação provocada pela apresentação de uma proposta veiculada pelo INCRA, representantes da empresa e que revisava as dimensões do território reivindicado, desembocou a criação de um novo grupo, que passou a ser liderado por Silvio Sousa, agente social que se negou a aceitar aquela proposta devido a uma agressiva redução da área que teriam acesso, a qual confrontava não só a dimensão reivindicada pelos *acampados*, mas também a própria decisão expressa no decreto que logo após foi publicado. Atualmente, por meio da Associação Viva Deus, Silvio Sousa posiciona-se em distinção daqueles *acampados* que estão vinculados à uma segunda associação, a denominada Associação dos Pequenos Produtores e Produtoras Rurais, a qual passou a estabelecer relações com a empresa sob, segundo sua narrativa, o ilusório discurso empresarial de acelerar a construção de uma área de *assentamento*:

Por via de eu não ter abraçado, tipo um acordo, que era só pra enganar, ela [*se refere à empresa Suzano Papel e Celulose*] articulou com alguém do INCRA do Maranhão um acordo pra uma área de doze mil e trezentos e pouco hectares, pra ficar pra nós só três mil e poucos hectares, pra assentar 110 famílias. Sendo que no decreto não está esse acordo, esse acordo ele só ciranda aqui no Maranhão, quando chega lá em Brasília, não se sustenta... (...) então, a Suzano trabalhou na pessoa dessa presidente aí [*se refere à presidente da outra associação existente no acampamento*], que está findando o mandato dela, prometeu mundos e fundos e não cumpriu nada. Aquela associação ali, nós era 44, depois que eles me expulsaram de lá e fundamos essa aqui, chegamos a colocar 44 sócios aqui, reconhecidos e cadastrados, recebendo cestas do INCRA. Depois 20 deles foram pra lá com a ideia dada pela Suzano. Eu disse e digo, não tenho medo de dizer, eles estão igual barata tonta, e nós estamos até hoje firme com nossos direitos. Eles estão no direito deles, mas estão engodados. Eu não saio de onde eu estou, porque onde eu estou é que é meu direito. Ainda bem que ficou esses companheiros que são resolutos pra ficar do meu lado. (Silvio Sousa, entrevista realizada por ocasião de uma reunião realizada no *barraco* da Associação Viva Deus, em 22/01/17, *grifos meus*)

Considerando a situação apresentada pelo agente social, analiso que a situação vivenciada por aqueles *acampados* que buscam construir uma luta baseada em uma autonomia política e distante dos interesses empresariais, vem enfrentando dificuldades mediante a ação da empresa Suzano Papel e Celulose, que por meio de estratégias que visam construir as ditas relações de parcerias, as quais se revestem em propostas de conciliação de interesses, vem ocasionando a desmobilização e reagrupamentos políticos que são encabeçados por aqueles agentes sociais que não aceitam integrar estas relações. Além do mais, estes agentes sociais vêm sofrendo ações, que segundo narrativa a seguir destacada, são praticadas pela própria empresa numa tentativa de intimidar e reforçar o processo de criminalização que já se constitui uma prática recorrente:

Eles passavam aqui, **até que um dia surgiu um fogo**, o fogo queimou o nosso barraco aqui, isso foi depois que eles tiraram os eucalipto. **A Suzano é tão sagaz, que eles tocaram fogo e foram na frente denunciar que foi eu.** Ta aqui meu companheiro que me ajudou, esse daqui, seu Dioclécio. A intenção deles era queimar esses barracos e os documentos. Daqui no começo foi roubado ata nossa, ata de reunião, e depois desse fogo eu denunciei no INCRA, no Ministério Público (...) Sempre quando você vai a delegacia denunciar algo que a Suzano fez contra nós, lá já está uma denúncia da Suzano contra a gente. **Eles tentam nos minar de qualquer forma.** (Silvio Sousa, 51 anos, entrevista realizada por ocasião de uma reunião realizada no *barraco* da Associação Viva Deus, em 22/01/17)

Conforme descrito, a resistência refletida na luta cotidiana dos *acampados*, vem enfrentando ações que visam não só a desmobilização do grupo, mas também a própria eliminação de arquivos que atestam uma mobilização em enfrentamento contra a ação de um empreendimento fortemente munido pelo poder econômico e que vem praticando atos de intimidação, como assim fizeram logo após constatarem a publicação do decreto de desapropriação e que decidiram realizar o corte da plantação de eucalipto localizada no entorno do acampamento. Durante a ação de corte do eucalipto, conforme apontam Silva e Nogueira (2017, p.5), os maquinários pertencentes à empresa contratada pela Suzano Papel e Celulose para realizar o corte da madeira, destruíram as cercas construídas nos fundos dos denominados *barracos* pertencentes aos *acampados*:

Em 2015, logo após a publicação do decreto a Suzano S.A retirou a madeira de Eucalipto das áreas próximas do acampamento, período de pouco sossego para os acampados. Durante a retirada houve a constatação da destruição das cercas dos fundos dos barracos pelas máquinas da Suzano S.A. sem nenhuma satisfação dada as famílias prejudicadas.

Percebi que a continuidade destas práticas violentas, vem ocasionando um clima de medo no acampamento, o que tensiona e potencializa os conflitos nas relações entre os *acampados*, inclusive entre aqueles que se encontram vinculados a uma mesma associação.

Nesse sentido, analiso que as formas com base nas quais o conflito é estabelecido no Acampamento Viva Deus, não podem ser compreendidas somente por via de um olhar crítico às ações praticadas pelos empreendedores. De fato, estas ações são pontos a partir dos quais a empresa, por vezes, desloca o conflito estabelecido no patamar empresa – *acampados*, para a esfera *acampados* – *acampados*, numa notável tentativa de enfraquecer aquela luta por meio da tomada de ações ou tentativas de firmar acordos que refletem o acirramento de conflitos nas relações entre os agentes sociais. Ou seja, sob a estratégia de se fortalecer em cima do enfraquecimento político dos *acampados*, a empresa vem instrumentalizando ações que os dividem e reagrupam numa relação de oposição.

5.4.1 Representações sobre a denominada *ação de terrorismo* direcionada aos *acampados* e as estratégias de permanência no acampamento Viva Deus

A tensão vivenciada no Acampamento Viva Deus, especialmente por aqueles vinculados à Associação Viva Deus, veio a ser potencializada diante de uma série de ataques realizados em dezembro de 2016 por uma empresa de segurança prestadora de serviço à Suzano Papel e Celulose. Estes ataques, nos termos do *acampado* Félix Lima, são compreendidos enquanto *ações de terrorismo*, as quais foram executadas a partir da destruição dos denominados *barracos* e do envenenamento de *roças* e *poços* construídos no interior dos *lotes* que foram demarcados pelos próprios *acampados*. A demarcação dos *lotes* foi uma estratégia empreendida pelos *acampados* vinculados à Associação Viva Deus sob a perspectiva de confrontar a proibição feita pela empresa de não implantar *roças* na área da *fazenda*, inclusive obedecida pelos *acampados* vinculados à segunda associação.

Sob essa perspectiva, exponho que as entrevistas realizadas no Acampamento Viva Deus, sobretudo as discussões realizadas por via da reunião com base na qual estabeleci um processo de interação com aqueles agentes sociais, ressaltavam constantemente a violência sofrida mediante ao que classificaram de *ação terrorista* praticada pela empresa. A discussão por meio desta reunião, foi sucedida por uma programação construída pelos próprios *acampados* da Associação Viva Deus, que após aquela reunião, me guiaram para uma série de visitas aos chamados *barracos* pertencentes aos *acampados* e que estão construídos na *beira da Estrada do Arroz*(MA-386).

A construção do *barraco* na área correspondente à *beira* da estrada, reflete uma estratégia utilizada pelos *acampados* para evitarem possíveis despejos. De acordo com Silvio Sousa, a considerada *beira*, que corresponde a uma faixa de terra pertencente à União e

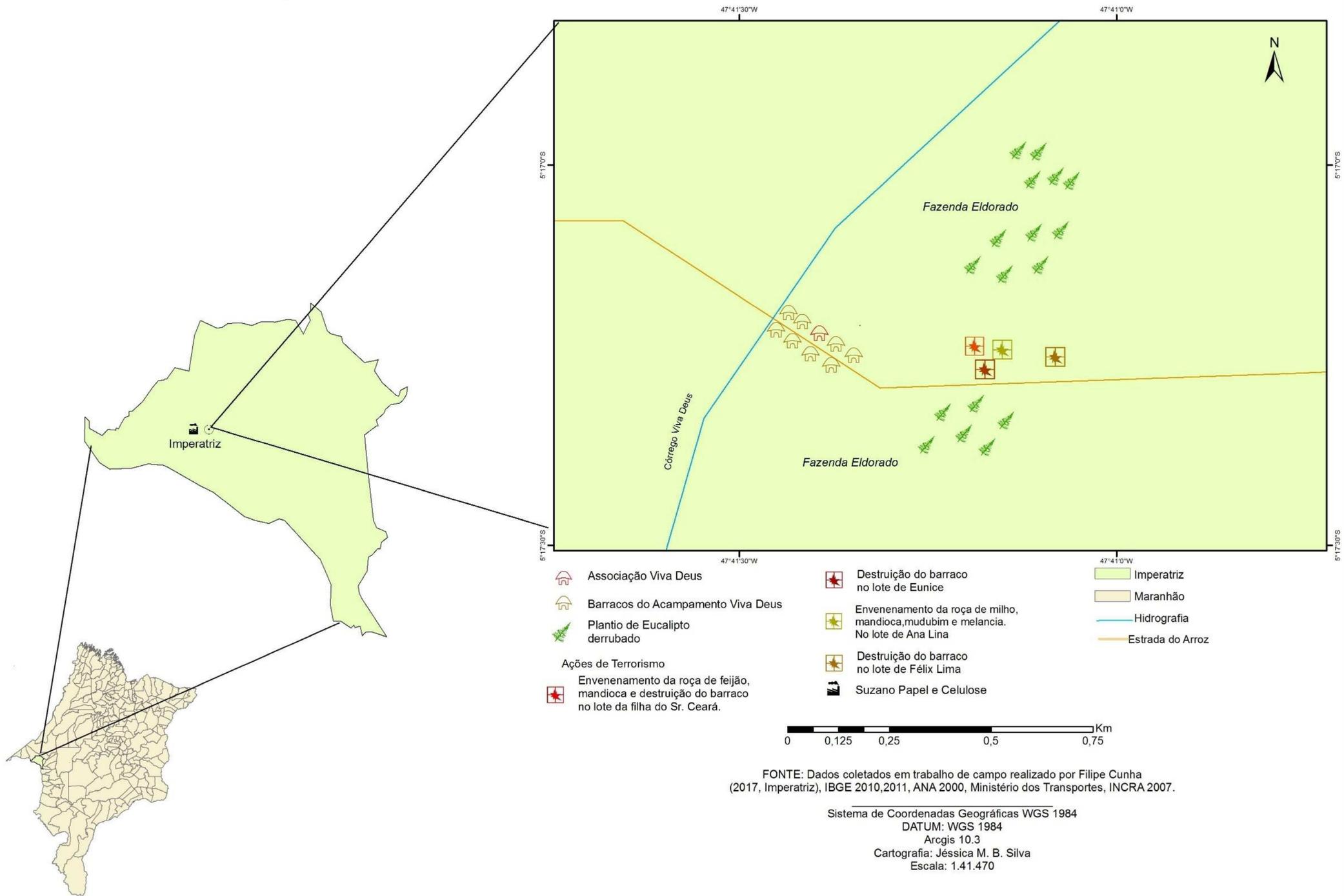
administrada pelo DNIT, é o que assegura a permanência e a resistência naquele território, visto que, dessa maneira, se afastam de possíveis situações nas quais adjetivos pejorativos, tais como “invasores”, podem ser direcionados por aqueles que classificam enquanto *inimigos*, numa tentativa de deslegitimar a ocupação:

A beira da estrada é o que nos salva, no sentido da gente não está dentro, invadido, quando vem nossos inimigos, dizem: ah estão invadindo, eu digo não, nós estamos na beira da estrada esperando acontecer, e isso é um dos trunfos que nós usa pra nossa permanência aqui até nós sermos assentados. (Silvio Sousa, 51 anos, entrevista realizada por ocasião de uma reunião realizada no *barraco* da Associação Viva Deus, em 22/01/17)

Após a visita realizada aos *barracos* localizados na *beira*, nos quais observei a manutenção de pequenas criações de galinhas, pequenas *roças* de feijão, milho, mandioca e pimenta, fui guiado pelo *acampado* Félix Lima, aos denominados *lotes*, demarcados no interior da *fazenda* Eldorado e que deveria ser assegurado aos *acampados* mediante o já publicado decreto de desapropriação. Naquela ocasião, a visita aos *lotes* assumiu um caráter de denúncia à, então recente, *ação de terrorismo* praticada por funcionários de uma empresa de segurança vinculada à Suzano Papel e Celulose. Mediante esta visita, pude realizar por meio da utilização de um GPS, a coleta de coordenadas geográficas sob a pretensão de construir um mapa, a seguir destacado, que viesse expressar a situação narrada pelo senhor Félix Lima, o qual me direcionou a quatro *lotes*, inclusive o seu, que foram alvo da classificada *ação terrorista*.

ELES ESTÃO FAZENDO TERRORISMO

SITUAÇÃO DO ACAMPAMENTO VIVA DEUS - ESTRADA DO ARROZ- IMPERATRIZ- MA



O mapa destacado na página anterior, teve a sua construção baseada a partir da narrativa do agente social Félix Lima, o qual tem sua posição social diretamente referida à luta pelo acesso à terra por via da ocupação da *fazenda* Eldorado, pelo vínculo associativo à Associação Viva Deus e que também, possui vínculo ao denominado Fórum da *Estrada do Arroz*. A utilização do referido mapa enquanto recurso analítico, aponta para o aproveitamento de um investimento de pesquisa, realizado sob a perspectiva de ampliar as possibilidades analíticas que se articularam a partir da análise da narrativa do mencionado agente social, que me direcionou ao seu *lote* e a outros três pertencentes a *acampados* que também estão vinculados à Associação Viva Deus e que foram alvos das *ações terroristas* praticadas por funcionários de uma empresa privada, que fizeram o uso de maquinários pesados para a destruição de *barracos* e *poços*, e ainda, o uso de venenos que foram pulverizados sobre as *roças* plantadas.

Ao longo da caminhada que partiu da sede da Associação Viva Deus até as áreas nas quais os *acampados* realizaram a demarcação dos *lotes*, Félix Lima, conduzido pela ansiedade e ao mesmo tempo pela angústia causada pela tarefa de mostrar os destroços que sobraram no seu *lote* e nos de seus companheiros, reforçou o sentimento de revolta mediante a considerada *ação terrorista* praticada pela empresa, a qual, segundo sua narrativa, não teve embasamento jurídico que justificasse o prosseguimento daquela ação:

Eles derrubaram essa semana já dois barracos bem ali, eu não sabia, ontem quando eu cheguei, eles já tinham feito esse serviço aí, aí chegou aí de tarde, **eu deixei meu barraco todo levantado e agora nem os paus não tão mais lá**, quer dizer os caras que vem aí sem proposta, sem um pedido, eles estão fazendo terrorismo, aquilo que a gente já citou, **que se ele chegasse, tá aqui, ó, tá aqui a ordem da polícia, da justiça que mandou que retire suas coisas que eu vou derrubar aí a gente concorda** né? tá dentro da lei, agora assim, chega um chefe que é esse Flávio que no vídeo tá citando, aquele branco lá dentro daquela roçinha, que é minha roça, autorizando os caras puxar, derrubar barraco, tá tudo puxado lá, enfim, **a gente classificou que é um ato bem terrorista mesmo**, que se o cara pegar pra ficar debaixo ele derruba por cima. Quer dizer, é um crime, como diz, é um crime baseado no que acontecia no século passado, um crime de quase de pistoleiro, os caras tudo armado dando segurança a elas né, eu até disse né eu não estaria vivo se eu estivesse aqui né não aguentava, eu não aguentava. Bem aqui que você vai ver, são duas, uma é da filha do Ceará, eles mataram a mandioca também, e naquela roçinha ali eles jogaram veneno também, eles mataram tudo. (Félix Lima, 65 anos, narrativa extraída de seu depoimento realizado durante a visita aos *lotes* demarcados na área da *fazenda* Eldorado, em 22/01/17)

Conforme visto em narrativa de Félix Lima, a ação considerada *terrorista* e que teve a sua execução resguardada pela presença de homens armados, foi baseada na destruição de *roças* e das estruturas construídas nos denominados *lotes*. Compreendo esta ação, enquanto uma tentativa de intimidação para a interrupção das atividades realizadas no interior da

fazenda Eldorado que se constitui objeto de disputa, mediante o conflito com a empresa Suzano Papel e Celulose. Além do mais, é notável o interesse em desmobilizar a luta destes acampados que não aceitam acordos dispostos pela empresa e que a ela se posicionam combativamente.

Além da visita ao seu *lote*, no qual tratou de ressaltar a ação executada a partir da destruição do *barraco* que construiu ao lado da *roça* que também é fruto de seu esforço. Félix Lima, me guiou ao *lote* pertencente à filha do *acampado* conhecido por Ceará e que teve o seu *barraco* destruído, ao *lote* da *acampada* Ana Lila, que teve suas plantações de milho, mandioca, mudubim e melancia envenenadas e, por fim, ao *lote* da Senhora Eunice, a qual desempenha a função de diretora da Associação Viva Deus e que teve o seu *barraco* destruído.

Além da perspectiva apresentada por Félix Lima, considero também o relato do *acampado* Domingos Brandão, agente social com quem tive oportunidade de realizar uma entrevista após a visita aos *lotes*. A ocasião por meio da qual realizei entrevista com este agente social, se deu após um almoço realizado no *barraco* do senhor Carmi Barbosa, agente social que buscou mostrar algumas atividades realizadas naquele local, a exemplo da feitura de *cofos*, uma extensa plantação de pimenta e uma casa de forno por meio da qual produz farinha a partir da mandioca também plantada no entorno do seu *barraco*. Por intermédio de tal ocasião, Domingos Brandão, buscou em seu depoimento a seguir destacado, ressaltar a situação vivenciada no dia da *ação terrorista* praticada em seu *lote*:

Sai de trabalhar e ia pro colégio, quando eu saí na pista, escutei a pancada, quando olhei estava os ficais e dois cidadãos brancos lá ajudando (...) já tava dentro da casa, derrubando a casa da senhora de madeira, puxando, os caras **batendo com carro derrubando as paredes**, quando eu vi aquilo ali, eu voltei pra trás, peguei meu tablet e vim filmar ele, quando eu entro eles batendo, um cidadão que diz que é o chefe lá na Suzano, que eu não conheço pegou a jumenta, **cortou a cara da jumenta e botou pra fora** e eu filmando ele, quando um cara que diz que é da polícia lá que é aposentado aí gritou pra ele, que eu tava filmando ele, **aí ele pegou pra mim pegar e me tomar, aí perguntou se eu sabia se ali era privado**, aí disse: ou privado ou sem privado eu estou vendo que vocês estão fazendo uns bandos que não é coisa de se fazer, porque você não esperou o dono? **aí ele começou a me rodear**. Foi aí que o outro já encontrou para me pegar, mas deixei minha moto funcionando, já sabendo disso, fiquei logo veaco. Não deu pra eu vim pro lado daqui avisar o pessoal da associação, porque já tinha dois me atalhando do lado deles. (Domingos brandão, 55 anos, entrevista realizada no *barraco* pertencente, em 22/01/17)

A narrativa de Domingos Brandão, é intensamente marcada pela descrição do momento em que travou um embate direto com aqueles homens que estiveram à frente da dita *ação terrorista*. Além de presenciar a destruição executada no interior dos *lotes*, esteve

observando violências direcionadas aos animais que são utilizados pelos *acampados* para o transporte de cargas. Conforme o agente social, as possibilidades de resistência àquela ação, foi diretamente impedida diante da situação por meio da qual, foi cercado por estes homens numa tentativa de imobilizá-lo para que não tomasse qualquer atitude que os impedissem de continuar a destruição do que estava construído e plantado nos *lotes*.

Em vista das situações refletidas, analiso que mediante a luta pela dita reforma agrária, os *acampados* referidos ao Acampamento Viva Deus, vivenciam cotidianamente situações que visam desqualificar e, inclusive, interromper o processo de mobilização iniciado por via de uma ocupação realizada em meados de 2003. Estas ações são empreendidas por uma empresa que, sob relações de poder desiguais e a, disputa a área da *fazenda* Eldorado para atender suas atividades de monocultura de eucalipto, o que por sua vez, torna dificultosa o prosseguimento de uma mobilização que se põe em uma via contrária ao setor representado pelo mercado global de exportação de *commodities*, o qual é reforçado por uma agenda governamental construída por meio de um “protecionismo” (ALMEIDA, 2012).

Diante de tal perspectiva, as relações posicionadas no plano organizativo do acampamento, além de vivenciar as consequências da morosidade de um processo de regularização fundiária que já tem em anexo o decreto de desapropriação, vem sofrendo influências decorrentes de estratégias empresariais que objetivam a neutralização do conflito por via do oferecimento de acordos, situação que vem dividindo politicamente os *acampados* e favorecendo a estruturação de um cenário conflituoso marcado por embates internos ao plano organizativo do acampamento. Além do mais, o acirramento de conflitos internos vem refletindo situações nas quais ocorre o acionamento da noção de *cooptação* para classificar aqueles grupos que se aproximam dos interesses empresariais, os quais são notadamente revestidos em processos de estabelecimento das ditas relações de parcerias.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de um tópico cujo título pressupõe a conclusão deste trabalho dissertativo, me inspira à reflexão de que as realidades observáveis sempre estarão em constante reformulações e sendo interpretadas por novos pontos de vistas. Nesse sentido, considero que aqui serão tecidas considerações que integram uma perspectiva suscetível a permanentes reformulações.

O próprio processo por meio do qual estive construindo e delimitando o objeto de estudo, apontou para frequentes redefinições, as quais estiveram diretamente referidas à maneira como as situações sociais possuem, em suas intrínsecas especificidades, uma dinâmica temporal que está para além daquela exercida pelo conhecimento científico.

Sob essa perspectiva, seria equivocada a pretensão de querer construir este tópico tornando estático, por via de pretensas “certezas”, aquilo que foi observado e apreendido a partir de pontos de vistas que fizeram a interlocução das situações analisadas. Prosseguir dessa maneira seria reforçar uma prática que vai em desencontro à própria dinâmica do espírito científico, como assinala Bachelard (1996, p. 17) ao refletir que “aceder à ciência é rejuvenescer espiritualmente, é aceitar uma brusca mutação que contradiz o passado”, ou seja, o conhecimento científico deve sempre ater-se às possibilidades de rejuvenescimento refletidas pelas constantes reformulações.

A pesquisa científica, conforme analisado no primeiro capítulo, é construída a partir de um processo lento e marcado por dificuldades. Busquei, nesse sentido, referenciar os obstáculos vivenciados tanto na problematização das situações quanto no próprio processo de estabelecimento de relações com aqueles que passaram a integrar uma rede de relações de pesquisa marcadamente heterogênea.

Consistem em diferentes pontos de vistas, que estiveram sendo pensados a partir da posição social que ocupam e da maneira como se posicionam diante das formas por meio das quais vem atuando a empresa Suzano Papel e Celulose, visto que a construção do objeto versou para análise das situações ocasionadas por essa empresa, especificamente as estratégias que construídas mediante a criação de setores revestidos em concepções como “social” e “ambiental” e que refletem diferentes estratégias que são impostas mediante a construção de “formas associativas”, as quais se distinguem da maneira como se posicionam aqueles agentes sociais vinculados às denominadas “formas organizativas”.

As representações que tratavam do processo de implantação da empresa Suzano Papel e Celulose, ressaltaram a provocada desestruturação das condições antes dispostas para a permanência no território, situação que condicionou a constante positividade do contexto em que se implantou o projeto Celulose do Maranhão na década de 90, que naquele contexto já implementava estratégias de construção de “relações associativas” com *quebradeiras de coco babaçu*, sob a regulação de suas práticas que eram realizadas no interior de suas áreas e relações com pequenos agricultores que buscavam acesso às chamadas *terras gradeadas*, sob a perspectiva de implantarem *roças*.

Consiste em um contexto contemporaneamente positivado dada as possibilidades que tinham e que eram fruto de mobilizações que marcavam o conflito direto com o Estado, visto que o projeto Celmar consistia em uma iniciativa governamental e que resultou na formação de uma extensa base florestal, hoje aproveitada pela empresa Suzano Papel e Celulose. Nesse contexto, o conflito vivenciado era delineado por mobilizações investidas por movimentos sociais e sindicais que se encontravam fortalecidos e que incidiam diretamente sobre o Estado, o que inclusive dificultou o prosseguimento das atividades de tal projeto que pretendia construir uma unidade industrial em Imperatriz.

Entretanto, com a implantação da empresa Suzano Papel e Celulose, em contexto marcado pela intensa articulação dos interesses privados à uma agenda governamental notadamente neoliberal, as condições antes dispostas e que abriam possibilidades para a implantação de *roças* para a própria permanência nos territórios, foram acentuadamente desestruturadas. Atualmente as novas estratégias por meio das quais busca se posicionar, se encontram revestidas pela ação de setores denominados de “social” e “ambiental”, que são os responsáveis por impor a criação ou a incorporação de agentes sociais às “formas associativas” que são reconhecidas pela empresa.

A maneira como a empresa conduziu o processo por meio do qual impôs a criação ocorreu diferentes “relações associativas”, apontou para a exclusão de pontos de vistas não menos importantes do que aqueles que passaram a se vincular seja às associações locais AMPEB e AMPEMA, ao dito Conselho de Desenvolvimento Comunitário das Quebradeiras de Coco Babaçu ou mesmo ao Fórum de Defesa da Cidadania e do Desenvolvimento das Comunidades da *Estrada do Arroz*.

O crivo estabelecido e que concede o poder de fala somente àqueles que se vinculam às “formas associativas”, condicionou uma espécie de sentimento de imposição para caso quisessem ser ouvidos ou reconhecidos enquanto sujeitos de direitos, deveriam associar-se principalmente àquelas associações locais que foram criadas sob a pretensão de intermediar

as discussões sobre os efeitos ocasionados a partir de sua implantação e funcionamento, como a própria narrativa destacada no título desta dissertação aponta.

Se faz necessário ressaltar que a imposição das estratégias direcionadas à formulação de um associativismo que se relaciona com os setores empresariais, ocasionou a fragilização das relações sociais entre os agentes mediante o acirramento de conflitos internos gerados por discordâncias em relação à perspectiva de se relacionar com aquela empresa, que contraditoriamente busca mostrar-se preocupada com a preservação dos recursos naturais e que se importa com as atividades extrativas ao mesmo tempo em que vem efetuando a devastação dos recursos da natureza e derrubando as palmeiras de coco babaçu para fins de plantio de eucalipto.

As ações ditas compensatórias, demonstram que são construídas sob relações hierárquicas que são impositivamente direcionadas àquelas famílias. Por meio de discursos racionalizados pela lógica de mercado, desmobilizam aqueles movimentos que se estruturam a partir do reconhecimento identitário enquanto ferramenta de mobilização, em detrimento da criação de um conselho que busca tornar *quebradeiras de coco babaçu* empreendedoras e a disciplinar seus saberes e formas de manejo tradicionalmente realizadas a partir do que impõe. Consistem em ações ditas compensatórias revestidas por um discurso de melhoramento da realidade local, de crescimento econômico, inclusive de desenvolvimento, que acaba reforçando o discurso protecionista defendido pelo Estado e que reforça a implantação destes empreendimentos que ameaçam as diferentes territorialidades.

Diante de tal desmobilização, percebe-se uma aparente neutralização do conflito agentes sociais – empresa, em função da estratégica transposição do conflito que se estrutura a partir das discordâncias internas em aceitar a relação com a empresa, o que resulta em um conflito entre os próprios agentes sociais, como assim observei entre os grupos de *quebradeiras de coco babaçu* que vivenciam frequentes rupturas e no Acampamento Viva Deus, que hoje é composto por duas associações que se encontram em tensão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. **As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais**. In: Conflitos ambientais no Brasil. Org. Henri Acselrad. – Rio de Janeiro: RelumeDumará: Fundação Heinrich Boll, 2004. p 13 – 36.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. **Apresentação**. In: Povos tradicionais em coalisão com estratégias empresariais no Maranhão e Pará. (Orgs.) MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. NOVAES, Jurandir Santos de. UEA Edições, 2015, p. 7 – 12.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. **Distinguir e mobilizar: duplo desafio face às políticas governamentais**. Revista Tipiti. São Luís, julho de 2002, p. 6-7.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. **Nova cartografia social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras**. In: ALMEIDA E FARIAS JUNIOR (orgs.). Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social. Manaus: UEA Edições, p. 157 – 173, 2013

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. **Territórios e Territorialidades Específicas na Amazônia: entre a “proteção” e o “protecionismo”**. In: Cadernos CRH. Salvador, v.25, n. 64, p. 63-71, jan/fev. 2012

ANDRADE, Maristela de P.; CARNEIRO, CARNEIRO, Marcelo S.; MESQUITA, Benjamin A. **A reforma da miséria e a miséria da reforma: notas sobre assentamentos e ações chamadas de reforma agrária no Maranhão**. Brasília, Editora da UnB, 1998.

ARAUJO, Helciane de F. A..**As diferentes estratégias de organização para a produção assumidas por mulheres, quebradeiras de coco, na denominada microrregião de Imperatriz**. In ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de (org.). Economia do babaçu: levantamento preliminar de dados. São Luís, MIQCB/ Balaios Typhografia, 2000. p. 175-213.

_____. **Estado/ Movimentos Sociais no campo: a trama da construção conjunta de uma política pública no Maranhão**. Manaus: UEA Edições, 2013.

_____. **Políticas de desenvolvimento e a criminalização de movimentos sociais e de lideranças quilombolas e indígenas no Maranhão**. In: Org. ARTINS, Cynthia Carvalho. CANTANHEDE FILHO, Aniceto. PEREIRA JUNIOR, Davi. Insurreição de saberes 3: tradição quilombola em contexto de mobilização. Manaus: UEA. Edições, 2013. p. 51-54.

ASSELIN, Victor. **Grilagem: corrupção e Violência em terras do Carajás**. Editora Ética: Imperatriz, 2009.

BACHELARD, G. **O primeiro obstáculo: a experiência primeira.** In: A formação do espírito científico. Tradução Esteia dos Santos Abreu. - Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 29-68

BERREMAN, Gerald. **Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do himalaia.** In. *Desvendando máscaras sociais*, Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1975, p. 123-175.

BOURDIEU, Pierre. **A identidade e a representação: Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região.** In: O poder simbólico. Tradução: Fernando Tomaz – 2 ed. – Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998b, p. 107 – 132.

_____. **A opinião pública não existe.** Comunicação feita em Noroit (Arras) em janeiro de 1972. LesTempsModernes. Publicado em 1973.

_____. **Compreender.** In: A miséria do mundo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 693-713.

_____. **Curso de 18 de janeiro de 1990.** In: Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92), Companhia das letras, 2014.

_____. **Espaço social e poder simbólico.** In: Coisas Ditas. Trad. Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. Revisão Técnica: Paula Montero. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **Introdução a uma sociologia reflexiva** In: *O Poder Simbólico*; tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 2.ed. Rio de Janeiro, ed. Bertrand Brasil 1998a, p. 17-58.

_____. **Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92).** (trad) Rosa Freire d'Aguiar – Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. **Coisas ditas** /; tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim ; revisão técnica Paula Montero. - São Paulo : Brasiliense, 2004.

_____. **Espaço social e gênese das classes.** In: **O poder simbólico.** Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Difel, 1989. 142-161

BRASIL. **Decreto Nº 4340/2002 - "Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências."** - Data da legislação: 22/08/2002 - Publicação DOU, de 23/08/2002.

BRASIL. **Decreto publicado em Diário Oficial em 30 de dezembro de 2014.** Declara de Interesse Social, Para Fins De Reforma Agrária, O Imóvel Rural Denominado Fazenda

Eldorado, Situado Nos Municípios De Imperatriz E Cidelândia, Estado Do Maranhão. Diário Oficial, Brasília, DF, 31 dez. 2014. p. 71

BRONZ, Deborah. **Nos bastidores do licenciamento ambiental: uma etnografia das práticas empresariais em grandes empreendimentos**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016, 474 pp.

BRUYNNE, Paul de, HERMAN, Jacques e SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.

CADERNO NOVA CARTOGRAFIA MAPEAMENTO SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO TERRITORIAL CONTRA O DESMATAMENTO E A DEVASTAÇÃO: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais. N. 4 (jul, 2014) – Manaus: UEA Edições, 2014.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. **Mineração, Siderurgia e Desenvolvimento na Amazônia Oriental: um balanço da experiência do programa grande carajás**. In: Terra, Trabalho e Poder: conflitos e lutas sociais no maranhão contemporâneo. Prefácio de Maristela Andrade. São Paulo: Annablume, 2013, p. 41-61.

CELULOSEONLINE. **Suzano Papel e Celulose leva empreendedorismo social às quebradeiras de coco babaçu**. Publicado em 28/12/2014. Disponível em: <http://celuloseonline.com.br/suzano-papel-e-celulose-leva-empreendedorismo-social-quebradeiras-de-coco-babacu/>. Acesso em: 03/03/2016.

CHAYANOV, A. V. **Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas**. In:

GRAZIANO, José (org.) In: A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 134-163.

DNIT. **Faixa de Domínio**. Publicado 07/12/2009. Disponível em: <http://www.dnit.gov.br/r>

EMIR, Aquiles. **Suzano investe na instalação de usina de papel higiênico em Imperatriz**. Imperatriz: Blog Maranhão Hoje, Maio, 2017. Acesso em 07/06/2017

FOLHA DO BICO. **Suzano Papel e Celulose cria rede de percepção de odor com participação de comunidades**. Publicado em 03 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.folhadobico.com.br/12/2013/suzano-papel-e-celulose-cria-rede-de-percepcao-de-odor-com-participacao-de-comunidades.php>. Acesso em 02/05/2016

FRANKLIN, Adalberto. **Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz**. Imperatriz: Ética, 2008.

GLUCKMAN, Max. **Análise de uma situação social na Zululândia moderna**. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas – métodos*. São Paulo: Global, 1987, p. 227-267.

GOFFMAN, Erving. **Introdução**. A representação do eu na vida cotidiana. Trad. Maria Raposo. Petrópolis, Vozes, 1985, p. 11-24.

GOMES, Filipe da Cunha. **A noção de desenvolvimento e a implantação da Suzano Papel e Celulose em Imperatriz - MA**. Monografia apresentada ao curso de Ciências Sociais da UEMA. 2016

GUSFIELD. **A community: a critical response**. New York: Harper & Row Pub., 1975

IMIRANTE. **Suzano recebe licença de fábrica de celulose em Imperatriz**. Publicado em 04/11/2010. Disponível em: <https://imirante.com/imperatriz/noticias/2010/11/04/suzano-recebe-licenca-de-fabrica-de-celulose-em-imperatriz.shtml>. Acesso em 05/04/2017.

IMIRANTE. **"Carreta com toras de eucalipto tomba na Estrada do Arroz"**. Publicado em 01/11/2018. Disponível em: <https://imirante.com/imperatriz/noticias/2018/11/01/carreta-com-toras-de-eucalipto-tomba-na-estrada-do-arroz.shtml>. Acesso em 12/06/2018.

IMIRANTE. **"Acidente com caminhão que transportava toras de eucalipto foi registrado em Açailândia"**. Publicado em 22/04/2015. Disponível em: <https://imirante.com/aca-ilandia/noticias/2015/09/09/carreta-tomba-na-br-010-proximo-a-acailandia.shtml>. Acesso em 12/06/2018.

IMIRANTE. **"Caminhão carregado de madeira tomba na BR-010"**. Publicado em 24/07/2014. Disponível em: <https://imirante.com/imperatriz/noticias/2014/07/24/caminhao-carregado-de-madeira-tomba-na-br-010.shtml>. Acesso em 12/06/2018.

LOPES, José Sérgio Leite. **O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

LOPES, José Sérgio Leite. **A Ambientalização dos conflitos em volta redonda**. In: ACSELRAD, Henri. *Conflitos ambientais no Brasil*. Org. Henri Acselrad. – Rio de Janeiro: RelumeDumará: Fundação Heinrich Boll, 2004.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **A Amazônia no Século XXI: Novas Formas de Desenvolvimento**. São Paulo, Ed. Empório do Livro, 2009.

MARANHÃO. **Governo investiga irregularidade em compensação ambiental**. Publicado em 6 de março de 2015. Disponível em: <https://www.ma.gov.br/governo-investiga-irregularidade-em-compensacao-ambiental/>. Acesso em: 21/03/2018

MARANHÃO. **O Maranhão e a Nova Década - Planejamento (2010-2020): oportunidades e desafios**. São Luís, 2010. Disponível em: http://www2.ma.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/Maranhao_novadecada.pdf. Acesso em: 05/11/2016.

MARTINS, Cynthia Carvalho. NUNES, Patrícia Maria Portela. **O discurso ambiental empresarial: na trilha da devastação**. In: Povos tradicionais em coalisão com estratégias empresariais no Maranhão e Pará. (Orgs.) MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. NOVAES, Jurandir Santos de. UEA Edições, 2015, p. 49 – 74.

MARTIN, Caroline. **Suzano Papel e Celulose inicia operações da Unidade Imperatriz**. Revista O Papel. Publicado em janeiro de 2014. Disponível em: ww.revistaopapel.org. Acesso em 12/01/2017.

MATIAS, Moisés. **A implantação da indústria de celulose no Maranhão**. In: CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da. Carajás: Desenvolvimento ou Destruição?. 1ª Ed. 1995.

MATIAS, Moisés. **A implantação da indústria de celulose no maranhão: celmar na região tocantina**. Seminário Carajás, 1994.

MESQUITA, Benjamin A.de. **Notas provisórias sobre a estratégia de desenvolvimento e os grandes projetos da Amazônia**. In: Revista de Políticas Públicas, São Luís, Número Especial, julho de 2014, p. 439-445.

MESQUITA, Benjamin A.de. **O desenvolvimento desigual da agricultura: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar** / Benjamin Alvino de Mesquita. São Luís, EDUFMA, 2011. 110 p.

MPF. **MPF/MA pede que a empresa Suzano interrompa desmatamento do cerrado maranhense**. Publicado em 23 de Junho de 2016. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/ma/sala-de-imprensa/noticias-ma/mpf-ma-pede-que-a-empresa-suzano-interrompa-desmatamento-do-cerrado-maranhense>. Acesso em 12/06/2017.

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. **A luta das quebradeiras de coco babaçu contra o carvão do coco inteiro**. Coordenador, Alfredo Wagner Berno de Almeida; autores Cynthia Carvalho Martins... [et al]. Palmas: Casa 8 Design. Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA: **Fascículo 26 - Trabalhadores agroextrativistas da reserva de Ciriaco** – realidades e desafios – Cidelândia Maranhão/ coordenador, Alfredo Wagner Berno de Almeida; autores, Stéphan Nasuti, Vanusa da Silva Lima. Cidelândia: Casa 8 Design/ Editora da Universidade Federal Amazonas, 2008.

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA: **Fascículo 6 - Quebradeiras de Coco Babaçu de Imperatriz**. Coordenador, Alfredo Wagner Berno de Almeida. Edição: Cynthia Carvalho Martins, Ana Carolina Magalhães Mendes. Disponível em: <http://novacartografia>

odovias/operacoes-rodoviarias/faixa-de-dominio. Acesso em 02/11/2017

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma etnologia dos “índios misturados”?** Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, vol.4, nº 1, p. 47-77, Abr. 1998.

PITOMBEIRA, Karla Suzy Andrade. **A dimensão moral da experiência laboral dos auditores do Instituto Carvão Cidadão (ICC)**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/ UFMA) Agosto/ 2017. 136 pp.

PÖYRY. **Estudo de Impacto Ambiental (EIA) Industrial: Suzano Papel e Celulose - Projeto Grandis (MA)**. 2010. Disponível em: <http://www.suzano.com.br/portal/lumis/ortal/file/fileDownload.jsp?fileId=2C90884B333F2A7201334BA73778784B>. . Acesso em: 23/04/2014.

SANT’ANA JÚNIOR, H. A. **Projetos de desenvolvimento, resistências e mobilizações na Amazônia Oriental são temas do seminário Carajás 30 anos, que acontece essa semana no Maranhão**. Repórter Brasil. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2014/05/carajas-30-anos-projetos-de-desenvolvimento-resistencia-e-mobilizacoes-na-amazonia-oriental/>. Publicado em: 05/05/2014. Acesso em: 23/07/15.

SANTOS, Adaildo Pereira dos. **O bicho está solto em todo lugar": estratégias, políticas de resignação e resistências na Estrada do Arroz**. 2015. Dissertação (Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia) - Universidade Estadual do Maranhão.

SILVA NETA, Maria Querobina. **“Sou uma mulher praticamente livre”**. Alfredo Wagner Berno de Almeida (ed.) – Rio de Janeiro: Casa 8, 2018.

SILVA, Thainara C. L. C. da. NOGUEIRA, Alexandre P. F. **Reestruturação produtiva no campo maranhense e a criminalização da luta pela terra: O caso da Suzano Papel e Celulose e o Acampamento Viva Deus**. VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária. Curitiba, PR. Dezembro, 2017. Disponível em: https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/social.com/?wpmact=process&did=MjYuaG90bGluaw==/gt08_1506909595_arquivo_trabalhocompletosinga2017_camberimbaealexandrenogueira.pdf. Acesso em 05/09/2018 São Luís, 2005. Acesso em: 28/10/15.

SOUSA, Leticia H. de. MATOS, Marcos Fábio B. **Análise de discurso sobre a implantação da fábrica suzano de papel e celulose, no jornal “o progresso”, em Imperatriz (MA)**. XII Simpósio de Comunicação da Região Tocantina. Dezembro, 2018. Disponível em: <http://www.simcom.ufma.br/wp-content/uploads/2018/11/ANÁLISE-DE-DISCURSO-SOBRE-A-IMPLANTAÇÃO-DA-FÁBRICA-SUZANO-DE-PAPEL-E-CELULOSE-NO-JORNAL-“O-PROGRESSO”-EM-IMPERATRIZ-MA.pdf>. Acesso em 12/01/2019.

SUZANO BLOG. **Quebradeiras De Coco Babaçu Apresentam Conselho De Desenvolvimento Comunitário No Maranhão**. Publicado em 10/02/2015. Disponível em: <http://www.suzanoblog.com.br/quebradeiras-de-coco-babacu-apresentam-Conselho-de-desenvolvimento-comunitario-no-maranhao/>. Acesso em 09/03/2015.

TEIXEIRA, Natalia Mendes. **Imperatriz: “A terra da pistolagem”, assassinatos memórias, representações e lógicas sociais.** Imperatriz, MA: Ética, 2016.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica.** 3 ed. Manaus: UEA Edições, 2013.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 3ª Ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1994.